

Eva Alterman Blay (coord.)



feminismos
e
masculinidades

novos caminhos para enfrentar
a violência contra a mulher

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

FEMINISMOS E MASCULINIDADES

NOVOS CAMINHOS PARA
ENFRENTAR A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER

EVA ALTERMAN BLAY
(coordenação geral)

FEMINISMOS E MASCULINIDADES

NOVOS CAMINHOS PARA
ENFRENTAR A VIOLÊNCIA
CONTRA A MULHER

CULTURA
ACADÊMICA 
Editora

© 2014 Cultura Acadêmica

Cultura Acadêmica
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.culturaacademica.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

F375

Feminismos e masculinidades: novos caminhos para enfrentar a
violência contra a mulher / organização Eva Alterman Blay. – 1. ed. –
São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014.

il.; 21 cm.

ISBN 978-85-7983-547-6

1. Mulheres. 2. Feminismo. 3. Crime contra as mulheres. I. Blay,
Eva Alterman.

14-15400

CDD: 305.42

CDU: 316.346.2-055-2

Feminismos e masculinidades conta com o apoio do Programa de Excelência Acadêmica (Proex) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes / MEC).

Editora afiliada:



Asociación de Editoriales Universitarias
de América Latina y el Caribe



Associação Brasileira de
Editoras Universitárias

SUMÁRIO

- A título de introdução
Feminismos e masculinidades: os impasses da
violência contra a mulher 11
Eva Alterman Blay
- Violência contra a mulher: um grave
problema não solucionado 13
Eva Alterman Blay
- Feminismo pós-estruturalista e masculinidades:
contribuições para a intervenção com homens
autores de violência contra mulheres 29
Adriano Beiras e Leonor M. Cantera
- O desafio da equidade de gênero 45
Angélica de Maria Mello de Almeida
- Princípios ou simplesmente pontos de
partida fundamentais para uma leitura
feminista de gênero sobre os homens e as
masculinidades 55
Benedito Medrado e Jorge Lyra

O pênis sem o falo: algumas reflexões
sobre homens negros, masculinidades e
racismo 75

Deivison Faustino Nkosi

Nostalgia da infância, saudades do
feminino: em que momentos da vida de
um homem o feminismo pode atuar para
a construção de outras masculinidades
possíveis 105

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Masculinidades: a construção social
da masculinidade e o exercício da
violência 117

Flávio Urra

Desafios para o trabalho com homens em
situação de violência com suas parceiras
íntimas 139

Fernando Acosta e Alan Bronz

Masculinidades e violências de gênero:
machismo e monogamia em cena 149

Gustavo Venturi

Grupos de homens e homens em grupos:
novas dimensões e condições para as
masculinidades 173

Leandro Feitosa Andrade

Masculinidade, juventude e violência contra
a mulher: articulando saberes, práticas e
políticas 211

Marcos Nascimento

Grupos reflexivos para homens autores
de violência contra a mulher: sobre a
experiência na cidade de São Paulo 225
Paula Licursi Prates e Augusta Thereza de Alvarenga

Movimento social, militância, trabalho
com homens 247
Sérgio Barbosa

Sobre os autores 257
Referências bibliográficas 261

ÍNDICE DE CHARGES*

1. Não lembro quem sou 28
Laerte
2. Jura que nunca mais será estuprada? 43
Nani
3. Proibido pra você 104
Laerte
4. Escola infantil primeiro mundo 116
Laerte
5. Caminhar por um espaço público não
torna meu corpo público 148
Olga
6. Nojo 209
Adriano Kitani
7. Dia Internacional da Mulher 245
Duke
8. O senhor não pode embarcar assim
Laerte 260

* Agradecemos aos e às artistas que nos autorizaram a publicar suas charges sem ônus. Dessa forma contribuíram para a distribuição gratuita desta obra.

A TÍTULO DE INTRODUÇÃO FEMINISMOS E MASCULINIDADES: OS IMPASSES DA VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Eva Alterman Blay

Neste livro estão incluídos os textos apresentados no “Seminário Feminismos e Masculinidades”. Ao realizá-lo convidamos homens que profissionalmente cuidam de outros homens envolvidos em agressões contra mulheres cujo trabalho visa provocar modificações nos comportamentos violentos. Os textos transcritos apresentam reflexões teóricas e dados empíricos.

O seminário realizou-se nos dias 1º e 2 de outubro de 2013, no Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Tivemos a surpresa de contar com uma audiência de cerca de 160 pessoas, entre alunas, alunos, docentes e demais profissionais. Entre estes esteve a secretária da Mulher de Santo André, dra. Silmara Conchão, assim como a assistente social da Casa Abrigo do ABC. Quero destacar a presença de profissionais de inúmeras cidades, entre as quais Atibaia, Barueri, Campinas, Presidente Prudente, Rio Grande da Serra, Pouso Alegre, Santo André e Mauá. Mas não foi só do Estado de São Paulo, vieram também participantes de mais longe como de Goiânia, a colega professora dra. Cristiane Leal, da PUC de Goiás, que dirige o Programa Interdisciplinar da Mulher, e seus alunos Leandro Rodrigues, Maikon Douglas Marinho, Ana Christina Souza Almeida, Raila Pereira Rocha, que pesquisam a efetivação da Lei Maria da Penha. Não foi

pequeno o esforço do grupo e da PUC de Goiás em proporcionar a vinda dessa equipe!

Da capital paulista estiveram membros da Secretaria Municipal da Mulher, além de integrantes da Defensoria Pública do Estado de São Paulo e da Secretaria da Educação. Só essa qualificada frequência revela o interesse e a importância que o grave problema da violência contra a mulher representa e o desejo que temos todos de encontrar novos caminhos para enfrentá-la.

O seminário teve quatro mesas, sendo que cada uma delas foi coordenada por uma colega do Grupo de Pesquisa “50 Anos de Feminismo”: além de mim, Norma Kyriakos, Anna Maria Corbi Caldas dos Santos e Lucia Avelar. Esta última coordena comigo o citado projeto que tem o apoio do CNPq e da Fapesp.

Para propiciar a vinda de cientistas de vários estados brasileiros foi imprescindível o apoio concreto de várias entidades como o Poligen (grupo feminista da Escola Politécnica da USP), da Fundação para o Desenvolvimento Tecnológico (FDTE), através do dr. André Gertsenchtein. Fundamental foi a acolhida da Pós-Graduação do Departamento de Sociologia, pelo que somos reconhecidas ao prof. dr. Paulo Menezes.

O seminário foi aberto com a presença honrosa do vice-diretor da Faculdade de Filosofia, João Roberto Gomes de Faria. Foi valiosa a colaboração do Laboratório de Pesquisa Social do Departamento através do inestimável apoio técnico e artístico de Raphael Mott. Tivemos a cuidadosa transcrição das gravações feita por Oscarlina Maltese Resende, a revisão das transcrições por Anita Hitelman, e o apoio voluntário de Valter Hitelman e do doutorando Luis Felipe Mendonça Cruz na recepção dos presentes. Merece especial referência o trabalho cuidadoso, de seleção e contato com os convidados, do pesquisador Flávio Urra, sem o qual esse seminário não teria o brilho que alcançou.

Finalmente, a publicação deste livro resulta do apoio da Pós-Graduação do Departamento de Sociologia, atualmente coordenada pela profa. dra. Vera da Silva Telles.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UM GRAVE PROBLEMA NÃO SOLUCIONADO

Eva Alterman Blay

Entender o elevado estado de violência contra a mulher no Brasil exige de nós, feministas, novas reflexões. Como entender que depois de cinquenta anos de denúncias, da criação de um aparato institucional público de enfrentamento à violência contra a mulher, não tenha havido um recuo no número de agressões e, além disso, elas pareçam ser cada vez mais perversas? (Ipea, 2013; Laeser, 2014).

As denúncias da violência contra a mulher não são novidade, estão nas manchetes desde o fim do século XIX e começo do XX. Conseguiu-se pouca, mas importante modificação das leis que davam ao marido o direito de se “defender” de uma suposta ação de adultério da esposa assassinando-a. Muitas vezes esse argumento era mero artifício para se livrar dela para contrair novas núpcias ou obter a herança (Blay, 2008).¹

1 Conforme se pode observar nos códigos penais de 1930 e de 1940 (o levantamento dos dados relativos aos códigos penais foi feito pelo doutorando Luis Felipe, a quem agradeço). No Código Penal de 1830, a mulher era punida se praticasse adultério (ainda que apenas uma vez). Já o homem, só se mantivesse concubina (pode-se interpretar a lei para excluir relações extraconjugais eventuais): “Adulterio Art. 250. A mulher casada, que commetter adulterio, será punida com a pena de prisão com trabalho por um a tres annos. A mesma pena se imporá neste caso ao adúltero. Art. 251. O homem casado, que tiver concubina,

Ao longo dos anos, a violência de gênero continuou de fato cada vez mais ausente das manchetes, outras pautas mobilizaram a opinião pública: mudanças econômicas e demográficas, urbanização, imigração, industrialização. Nos cenários em transformação, a mulher se tornou uma nova personagem. Nas décadas de 1960 e de 1970, a discussão sobre o trabalho feminino tornou-se o tema básico das feministas, que descortinaram a invisibilidade da força de trabalho da mulher. Até então ocultava-se a presença da trabalhadora que labutava 12, 13 horas nas fábricas desde o começo do século XX. Na agricultura, a mulher trabalhava escondida sob o “trabalho familiar”. Estava no trabalho doméstico e no domiciliar, e nada disso constava da pauta dos censos. O trabalho feminino de invisível, porém concreto, tornou-se visível graças à nova análise

teúda, e manteúda, será punido com as penas do artigo antecedente”. O mesmo se manteve no Código Penal de 1890, com um prazo prescricional bem exíguo (só três meses da data do crime), admitindo-se o perdão ou a reconciliação (o que, imagino, favorecia o homem. “Art. 279. A mulher casada que commetter adulterio será punida com a pena de prisão cellular por um a tres annos. § 1º Em igual pena incorrerá: 1º O marido que tiver concubina teuda e manteuda; 2º A concubina; 3º O co-rêo adultero. § 2º A accusação deste crime é licita sómente aos conjuges, que ficarão privados do exercicio desse direito, si por qualquer modo houverem consentido no adulterio. Art. 280. Contra o co-rêo adultero não serão admissiveis outras provas sinão o flagrante delicto, e a resultante de documentos escriptos por elle. Art. 281. Acção de adulterio prescreve no fim de tres mezes, contados da data do crime.

Paragrapho unico. O perdão de qualquer dos conjuges, ou sua reconciliação, extingue todos os effeitos da accusação e condemnação”. Ainda na vigência do Código Penal de 1890, usava-se uma excludente de ilicitude (circunstância que faz com que o ato não seja considerado criminoso) da “perturbação dos sentidos e da intelligência” para absolver maridos que feriam ou matavam a mulher e/ou o amante no flagrante do adultério, pois se entendia que ele perdia a razão nessa situação: “Art. 27. Não são criminosos: [...] § 4º Os que se acharem em estado de completa privação de sentidos e de intelligencia no acto de commetter o crime”. Já o Código Penal de 1940 (o atual) manteve o crime de adultério, porém sem diferenciação entre o homem e a mulher: “Art. 240. Cometer adultério: Pena – detenção, de quinze dias a seis meses. § 1º Incorre na mesma pena o corrêu. § 2º A ação penal somente pode ser intentada pelo cônjuge ofendido, e dentro de 1 (um) mês após o conhecimento do fato”. O crime de adultério só foi revogado em 2005 (embora já houvesse caído em desuso há um bom tempo).

feminista acadêmica que revelou essa trabalhadora ocultada. Uma das consequências dessa visibilidade foi mostrar a sub-remuneração do trabalho feminino, questão até hoje não solucionada (Blay, 1975; Safiotti, 1976). Argumentos machistas preservaram as diferenças salariais apoiando-se numa suposta “natureza” feminina que rejeitava as demandas por remuneração igual para trabalho igual. Cuidar dos filhos, dos enfermos, dos velhos, e até mesmo do próprio trabalhador masculino, seria tarefa “natural” das mulheres que, em consequência, se ausentariam mais do trabalho etc. Curiosamente, se escamoteavam justamente o “mais trabalho” das mulheres e sua “gratuidade” de que, efetivamente, se aproveitavam alguns setores do mercado e do capital empregador (Blay, 1986).

A denúncia da violência contra a mulher voltou às manchetes através de novos papéis sociopolíticos desempenhados por elas durante a ditadura militar, a partir de 1964, ao expor as inaceitáveis condições de vida e de insegurança pública em que viviam.

O desvendamento da violência de gênero culminou quando se desnudou a violência contra a população negra e contra segmentos da diversidade sexual: a extraordinária taxa de assassinatos de mulheres, de jovens negros e de pessoas com orientações sexuais diversas.

Após décadas de denúncias, finalmente o movimento de mulheres² e de feministas conseguiu sensibilizar governos: criaram-se as delegacias especializadas para a defesa da mulher (em 1985) e se levantaram vozes contra a absolvição de assassinos de mulheres. Criou-se um novo paradigma de condenação dessa antiga e continuada criminalidade.

Está enraizada na cultura brasileira e na latino-americana a suposição de que a condição de gênero decorre de uma natureza biológica a qual impõe direitos e deveres diferenciais às mulheres e aos homens. As teorias feministas fundadas na história mostraram que diferenças profissionais, valores, comportamentos são moldados

2 Distingo o movimento de mulheres do movimento feminista. As primeiras não aceitavam o qualificativo feminista, embora suas demandas fossem semelhantes às das feministas.

culturalmente e se transformam ao longo do tempo. Se a condição de gênero tem base nas tradições históricas, os valores e comportamentos são construídos e, portanto, podem ser modificados.

A violência contra as mulheres – simplesmente porque são mulheres – tem uma complexa fundamentação em valores patriarcais. É base para manutenção do exercício do poder, e se instrumentaliza através de relações de dominação e subordinação. Assim, alguns homens são socializados supondo que as mulheres são “suas propriedades” para a vida e para a morte, para a tortura e para o prazer, como vimos ao analisar centenas de assassinatos (Blay, 2008).

Entre o público e o privado

A análise da história na ótica feminista mostrou como nosso corpo é controlado pelo poder público. Cite-se o controle da maternidade ou de sua interrupção, ambos regulados pela lei. O poder público interfere no âmago da intimidade da mulher. Ele controla seu destino.

Contraditoriamente, o poder público abandona segmentos da vida das mulheres que deveriam ser protegidos, como na violência doméstica. O privado é também responsabilidade pública. Estes questionamentos amadureceram entre os anos de 1964 e de 1979 – portanto, durante a ditadura – e se tornaram proposições que se desenvolveram na retomada da democracia e foram inscritas na Constituição de 1988.

A interação entre o público e o privado foi fundamental para a criação dos Conselhos da Condição Feminina (1993 em São Paulo, 1994 em Minas Gerais) e posteriormente em vários estados e municípios. O passo seguinte foi a instalação das Delegacias de Defesa da Mulher (em 1985) que se difundiram pelo país. Seguiram-se o Conselho Nacional da Mulher e a Secretaria dos Direitos da Mulher (ministério). Somem-se inúmeras instituições privadas (ONGs) de apoio à mulher agredida.

Em 2006, pela ação de alguns movimentos sociais, atingiu-se o Poder Legislativo com a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei n.11.340), fundamental para apoiar a agredida, punir o agressor, trazer à tona comportamentos machistas resistentes criados no passado e reproduzidos até hoje. A violência doméstica é entendida num sentido bem amplo – que inclui entre os agressores os namorados, noivos, ex-namorados, ex-noivos, maridos e ex-maridos, companheiros e ex-companheiros. Essas mulheres são agredidas em casa, no trabalho, na rua, no lazer. Os casos de agressão fatal, homicídio ou tentativa de homicídio, são excluídos dessa lei. De acordo com dados inéditos divulgados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), nos últimos dez anos houve mais de 50 mil casos de feminicídios no Brasil. Isso quer dizer algo em torno de 5 mil mortes por ano.

Os anteriormente citados mecanismos de defesa da mulher foram sendo ampliados, sem haver suficiente treinamento dos agentes (polícia civil, militar, delegadas e delegados, promotores e setores da saúde) que devem atuar na vida cotidiana. É tudo relativamente recente e não há ainda aperfeiçoamento sobre os procedimentos a serem seguidos pelos agentes responsáveis. Veja-se o caso dos estupro e a total falta de conhecimento dos segmentos policiais de como agir para prevenir e evitar a violência sexual. É frequente que esses agentes responsabilizem, mesmo involuntariamente, as mulheres, alegando que elas provocam a violência devido à roupa que usam, ao horário em que andam na rua etc. Ignoram que mulheres bem idosas e até bebês também são estupradas.

Os homens e a violência

Como prevenir e modificar os comportamentos masculinos aprendidos socialmente e reproduzidos por séculos? A sociedade civil, através de organizações não governamentais (ONGs), tem feito grande esforço nesse sentido ao apontar caminhos para prevenir e punir os casos de violência contra a mulher, criando grupos

de orientação, acolhimento etc. Há várias campanhas de iniciativa e participação masculina que atravessam o Brasil e boa parte do mundo, como o “Movimento dos homens pelo fim da violência contra a mulher” – o Movimento do Laço Branco. Homens se somam às mulheres nos “dezesesseis dias de reflexão e ação para o combate à violência contra a mulher” (iniciados anualmente em 25 de novembro); no Dia Internacional da Mulher; na Marcha Mundial das Mulheres. Todas estas campanhas trouxeram à tona a violência oculta e contaram com o apoio e a ação de grupos masculinos.

Denúncias são feitas, o problema é reconhecido, mas é possível outra forma de ação? O que é feito seja para prevenir e alterar efetivamente o comportamento do indivíduo que cometeu a agressão?

O exame da Lei Maria da Penha tem um tópico inovador na área da prevenção. O art. 35 das disposições finais dita: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências: [...] §V centros de educação e reabilitação para os agressores”.

Quem são os agressores, o que os leva a atitudes de violência contra a mulher? Quem são esses homens? Qual a formação deles? Por que uns violentam e outros não? Pode-se generalizar a figura masculina? O que é ser homem?

Na busca da figura masculina, nossa memória é imediatamente invadida pelos modelos presentes na televisão, na publicidade, nos romances, na mídia em geral.

Uma imagem antiga, porém presente, retrata um homem-símbolo. Encontrado na literatura, em fotos de uma ou duas gerações passadas, em filmes: um homem do passado. Barba longa, ar sério, aparência segura e calma, um cachimbo na boca que lhe dá um ar de virilidade. Na extremidade do cachimbo, uma cabeça de touro, simbolizando talvez força, bravura.

Se percorremos a internet em busca de homens atuais, diga-se “modernos”, somos levados a outra imagem, como a da figura 2: são homens que correspondem a um padrão de “beleza hollywoodiano”. Eles trazem uma versão do século XXI, a aparência moderna é perceptível por meio do traje “a rigor”, pelo corte da roupa, pela gravata,

um certo descuido na posição da “borboleta”. No rosto, reduziram a barba, mas a mantiveram curta e bemaparada, algumas grisalhas; o traje indiscutivelmente masculino de uma elegância ocidental de classe alta.

O que nos dizem essas duas figuras? Susan Sontag (2004) nos alerta: olhar uma foto implica examinar além dela mesma, distinguir o ostensivo e o oculto, o visível e o subentendido. É necessário buscar a intenção do fotógrafo e a do fotografado. O que há por trás das expressões? Ou o sorriso quebra a seriedade, a austeridade? Ou é sedutor?

Os homens da mídia são os “príncipes encantados” da modernidade contemporânea, recorrentemente expostos no cinema, na televisão. São modelos de um padrão de beleza, de sucesso, felicidade, força. São o protótipo do que mulheres de todas as idades almejavam. Tornam-se o modelo para os demais homens, com todas as consequentes frustrações decorrentes de um tipo ideal absolutamente distante da realidade vivida. São uma imagem construída e não correspondem nem ao que eles mesmos são na realidade.

Como se pode definir o *homem*? No *Dicionário Aurélio*, “homem” significa “qualquer indivíduo pertencente à espécie animal que apresenta o maior grau de complexidade na escala evolutiva”. Ou pode ser “o adolescente que atingiu a virilidade”; ou ainda, “homem dotado das qualidades viris”. Portanto associa-se o homem à virilidade. Busquemos então o que significa virilidade. O próprio *Aurélio* explica: virilidade é um substantivo feminino que significa “qualidade de viril, masculinidade”. Pode ser ainda: vigor, energia. Estas definições levam a um círculo vicioso: homem, virilidade, masculinidade e vice-versa. Em inglês ou em francês, encontramos a mesma circularidade em que homem e virilidade são quase sinônimos, um define o outro.

Ao buscar o antônimo de virilidade encontramos vocábulos que desqualificam o indivíduo: quem não é viril é “mulherengo”, “efeminado”, “maricas”. Ou ainda “raqúitico”, “frágil”, “franzino”. O indivíduo que tem atitudes, comportamentos, sensibilidades “femininas” perde sua condição de homem.

Não há escolha ou opção: o homem para ser homem deve ter a marca da virilidade.

Ao analisar essas diferenças vernaculares, observa-se que, para se afirmar masculino, o homem só tem um caminho: agir com violência, principalmente para não ser confundido com seu oposto, a mulher. Pois ser mulher é depreciativo.

Estaria aí a origem do comportamento violento contra a mulher? Marcar a masculinidade, a virilidade pela agressão? Sendo esse comportamento culturalmente construído, baseado em valores sociais aprendidos, ele pode ser desestruturado e reelaborado.

Conquistando novos valores

Educados em sociedades que definem masculinidade como sinônimo de virilidade, força, dominação, alguns homens e mulheres resistem a esses paradigmas e, ao questioná-los, buscam valores e comportamentos igualitários, não hierárquicos.

No citado “Seminário Feminismos e Masculinidades” se procurou focalizar o que homens que não se identificam com a violência masculina contra as mulheres propunham como alternativas. Convidamos representantes de diferentes grupos que desenvolvem “grupos reflexivos” os quais pretendem, a partir de uma dinâmica orientada por “educadores” (facilitadores), atingir uma reflexão sobre os fundamentos que levam homens a agredir mulheres. Estavam presentes no seminário Leandro Feitosa Andrade e Sérgio Barbosa, ambos da coordenação de grupos de homens autores de violência contra mulheres pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde, de São Paulo; Adriano Beiras, do Instituto Noos e da Rede de Homens pela Equidade de Gênero, do Rio de Janeiro; Angélica de Maria Mello de Almeida, desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que se dedica, em especial, aos casos de violência contra a mulher e à aplicação da Lei Maria da Penha; Benedito Medrado Dantas, coordenador do Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidade e da Rede Brasileira de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG)

que promove, desde 1999, a Campanha Brasileira do Laço Branco (Homens pelo Fim da Violência contra a Mulher); Deivison Mendes Faustino (Deivison Nkosi), do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos e membro do núcleo de pesquisa Afrikanidades (Grupo Kilombagem); Durval Muniz de Albuquerque Júnior, professor da Universidade Federal de Pernambuco; Fernando Acosta, que coordenou o primeiro Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero (SerH) na Prefeitura de Nova Iguaçu, diretor do Espaço Somatopsicodinâmico e consultor do Instituto de Estudos da Religião (Iser); Flávio Urra, do departamento de políticas afirmativas da Secretaria de Cidadania e Ação Social da Prefeitura de Mauá, em São Paulo, com experiência em grupos com homens agressores em cidades do Grande ABC (de 2001 a 2013) e no Projeto Mulheres e Homens Trabalhando contra a Violência Doméstica e pela Paz; Gustavo Venturi, coordenador da pesquisa “Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado” (realizada em 2013 pelo Sesc); Marcos Antônio Ferreira do Nascimento, autor de *Homens, masculinidades e políticas públicas*; Margareth Airlha, pesquisadora do Núcleo de Estudos da População (Nepo) da Universidade de Campinas, coordenadora da pesquisa “Homens, Fertilidade e Reprodução” (realizada entre 1998 e 2001). Por fim, para esta publicação, convidamos também a pesquisadora Paula Prates, doutora pela Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, participante de nosso grupo de pesquisa.

Este seminário buscava responder à questão: *São possíveis novos padrões de masculinidade que alterem comportamentos e valores que legitimam a violência contra as mulheres?*

Foi surpreendente, quando demos início ao seminário, que boa parte dos palestrantes, logo de saída, se declarassem muito nervosos e com medo do que iria acontecer. Alguns chegaram a dizer que pensavam que talvez se tratasse de uma “pegadinha”, uma armadilha. Confesso que fiquei surpresa com essas inesperadas declarações. Por que essa reação, esse temor? No ambiente universitário da USP não se pensaria em gastar tempo e esforço para uma armadilha. Em todo

caso, se tinham essa prevenção, alguma razão havia. Desconfiavam de nós, feministas?

Por outro lado, confesso, jamais esperei que homens tão experientes declarassem tanto temor em face de um auditório eclético de estudantes, pesquisadores e outros profissionais. Interpreto meu espanto como um desvio do meu próprio “machismo” (ao contrário): eu os imaginava tão seguros e fortes em seus argumentos que nada haveria a temer! Mas não era assim.

Ultrapassados os primeiros minutos, uma franca camaradagem se estabeleceu com excelente troca de experiências e confiança entre nós, unidos pelos mesmos objetivos: como e com que mecanismos poderíamos enfrentar a violência masculina exercida por grande número de homens? E nada melhor do que os próprios homens para iluminar alguns caminhos para solucioná-los.

A crise do homem

A masculinidade/virilidade é um valor mal aceito por muitos homens. Schlesinger (apud Courtine, 2013, p.7) há mais de cinquenta anos perguntava: “O que aconteceu com o macho americano? Hoje em dia os homens estão cada vez mais conscientes da virilidade não como um fato, mas como um problema”. Há mais de cinco décadas, portanto, o desconforto masculino se manifestava face às transformações sociais.

Em “Virilidade”, Courtine (2013) lembra que no século XIX e começo do XX ser masculino era sinônimo de ser viril. Mas exaltar a virilidade, a força física, a potência sexual, a dominação significava glorificar a guerra, a formação do guerreiro. Esses valores começaram a ser destruídos desde a chamada Grande Guerra (1914-1918), que trouxera vasta mortalidade, degradação do corpo físico e mental. Quem não se lembra das grandes campanhas, durante e após a guerra no Vietnã, diante dos corpos dilacerados, mortes de jovens, em repúdio à exaltação de um espírito guerreiro?

A militarização do corpo passou a ser questionada. Atualmente, nos Estados Unidos, por exemplo, é necessária muita propaganda para atrair jovens ao serviço militar. No Brasil o alistamento é obrigatório, mas não é uma opção para as classes sociais que possuem alternativas de estudo ou trabalho.

Em seu ensaio, Courtine chama a atenção para mudanças socioeconômicas que desqualificaram a força física demandada por certos trabalhos. Ao dispensá-la, muitas tarefas puderam ser então realizadas por homens ou mulheres. Abala-se a exaltação da virilidade profissional. Concomitantemente, a industrialização aumenta a demanda de força de trabalho e em consequência eleva-se e diversifica-se a participação feminina em muitos setores, embora a remuneração seja inferior à do homem pelas mesmas tarefas.

Do ponto de vista da família, uma reorganização financeira é introduzida. Não é raro que algumas mulheres garantam com suas remunerações a renda familiar, embora, quando inquiridas, afirmem que apenas “ajudam” seus maridos. O suporte financeiro certamente está alinhado ao fato de que na atualidade um terço das famílias é chefiada exclusivamente por mulheres. O feminismo forjou a emancipação da mulher ao questionar as relações patriarcais e a dominação masculina, sem eliminá-las, porém. As mulheres assumem direitos civis que de fato já exerciam. Contudo, a vida cotidiana vai além das leis e é nela que as contradições surgem.

Os homens de formação conservadora veem seus papéis sociais abalados, perdem a posição que ocupavam no alto da hierarquia da estrutura social, rejeitam que as mulheres queiram desfazer vínculos afetivos. Por essa razão que Marilene Dias da Silva, de 24 anos, auxiliar de crediário, foi assassinada por Ricardo Valentim da Silva, policial militar de 25 anos. O relacionamento entre os dois durara apenas três meses; ela não quis continuar. Ricardo começou a perseguir-la em seu local de trabalho até que decidiu se vingar de Marilena, matando-a a tiros. Apesar das testemunhas, o réu acabou impronunciado por falta de provas (Blay, 2008, p.204). Centenas de outros casos semelhantes poderiam ser relatados de homens de todas as classes sociais que reagem com violência quando suas vontades

são questionadas. Caso paradigmático dessa relação conservadora, patriarcal, foi o do assassinato da jovem jornalista Sandra Gomide, 33 anos, pelo influente e rico jornalista, o empresário Antonio Pimenta Neves, de 69 anos. Ele planejou o crime, matou-a a tiros pelas costas, depois de persegui-la por meses e controlar sua vida privada. Finalmente, ficou em liberdade décadas esperando o julgamento. Acabou condenado, mas teve por duas vezes a pena reduzida e atualmente encontra-se em regime semiaberto (passa o dia fora da prisão para onde volta para dormir). Em todos esses casos, o ciúme, a rejeição, a “desobediência”, o atraso para chegar em casa, o almoço não preparado são argumentos para agressões por vezes fatais (Blay, 2008).

É difícil isolar um fator apenas como causa da violência contra a mulher. São múltiplos. Courtine chama a atenção para mais um aspecto, não negligenciável na vida brasileira em particular: o desempenho sexual. Com o feminismo entrou em pauta a questão da sexualidade, do prazer da mulher. Na história brasileira o campo da sexualidade variou do período colonial (e escravocrata) para o republicano. No primeiro, as mulheres “serviam” sexualmente os homens, não se pensava no prazer feminino. Aos homens cabia o direito ao prazer. A mulher branca era o receptáculo da maternidade. Prazer era para e com as prostitutas, as “mulheres direitas” eram santificadas. As mulheres que tinham eventuais relações fora do casamento eram punidas; era legítimo matá-las. Já o adultério dos homens era aceito pelo senso comum e ratificado pela legislação, como vimos anteriormente.

O corpo das mulheres negras, na escravidão ou mesmo depois, continuava a ser usado como se elas não fossem seres humanos. A iniciação masculina no quarto da empregada, em geral negra ex-escrava ou livre, não é uma ficção. Homens e mulheres negras são vistos de maneira “distorcida” pela sociedade brasileira, pensados como “animais sexuais”, uma força de trabalho, um corpo a ser usado, como muito bem relatou Deivison Nkosi Faustino em capítulo posterior.

Com o feminismo e a libertação da mulher no campo da sexualidade, a expectativa do prazer deixou de ser só masculina e se tornou

também feminina. O reconhecimento da sexualidade dos corpos femininos e a expectativa do prazer levaram a novos comportamentos que romperam com a suposta passividade feminina. A mudança desses comportamentos está trazendo atualmente rupturas nas relações entre homens e mulheres. Estas começam a planejar o nascimento de filhos e não aceitam mais os “casos” fora do matrimônio ou em uma relação estável.

Courtine chama a atenção para o desencontro das diferentes expectativas sexuais de homens e mulheres. As mulheres desejam o prazer sexual e o homem pretende realizar aquilo que sua companheira espera dele. Contudo, a realidade nem sempre corresponde ao desejado. Há situações em que as relações sexuais não se completam por várias razões: o homem está cansado, angustiado com problemas econômicos, ou simplesmente não está a fim. Como diz Courtine, no passado isso seria interpretado como apenas uma “falha mecânica”. E o que seria apenas uma eventual “falha mecânica” passa a ser um tormento traduzido como um “fracasso psicológico” na atualidade.

Analisando a situação brasileira, profundamente marcada por uma expectativa do homem “macho a toda prova”, esse suposto fracasso abala a autoimagem de virilidade. O resultado desse desencontro é transformado num espetáculo pelas mídias, por chacotas, piadas nos programas humorísticos que realimentam o machismo. Mostrar-se “menos” viril pode levar à violência contra aquela que está perto e que é uma “testemunha” do suposto fracasso.

Resgatar a fórmula da virilidade sexual tem levado o segmento empresarial – laboratórios – à produção de desenfreada medicalização, “um mercado de próteses e químicos”. Ou, como diz Courtine (2013, p.10), entramos numa “cultura da impotência”. O oposto também tem consequências sobre a intervenção cirúrgica e plástica sobre os corpos femininos em busca de um modelo difundido pela mídia.

A crise da masculinidade se sobrepõe à crise do significado patriarcal da virilidade. Os homens procuram recuperar antigos papéis sociais em sociedades em mudança estrutural. Redefinição difícil, traumática para muitos, que se expressa em várias formas de violência contra os outros e as outras. Embora tenha sido muito

criticado, cabe lembrar que Bourdieu, trinta anos depois, disse o mesmo que Schlesinger ao afirmar que “o privilégio masculino é uma armadilha”. A virilidade, ao contrário, é sinônimo de uma grande vulnerabilidade (Bourdieu, 1998).

Novos caminhos: os grupos de reflexão

Homens que cometeram violência contra mulheres têm sido encaminhados por juízes e juízas para grupos de reflexão. Há uma relativa pluralidade de grupos, como veremos nos próximos capítulos. Homens em “situação de violência” são encaminhados para participar de reuniões com “facilitadores” preparados para discutir as situações conflituosas. Em geral são cerca de dez ou quinze reuniões semanais, quinzenais, ou mensais. Usam-se várias metodologias e técnicas: filmes, vídeos, debates de casos concretos, discutem-se assassinatos que estão nos jornais e na televisão. E há muita reflexão sobre os casos dos membros do grupo. A figura do “facilitador” é fundamental no sentido de orientar a reflexão até alcançar compreensão dos casos analisados e ressignificação das palavras e das situações.

Paula Licursi Prates e Augusta Alvarenga, no capítulo “Grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher: a experiência da cidade de São Paulo”, descrevem minuciosamente em seu texto a dinâmica desses grupos. Trata-se de uma “punição” que substitui a prisão, e isso deve ficar claro desde o começo do processo desenvolvido nos grupos de reflexão. Observou-se que os homens tendem a afirmar que não são culpados, que não mereciam nenhuma punição. Apontam como culpada a mulher, “que provocou”, que “não obedeceu”, “que não fez a refeição”, por exemplo. Questionam a lei que não foi “corretamente” cumprida pelo delegado, pois este aceita em princípio a palavra da queixosa sem ouvir a versão do acusado.

Os homens são reunidos em grupos abertos, isto é, novos homens vão sendo incorporados sucessivamente. Observa-se que há uma reação transformadora no modo como os recém-chegados são acolhidos:

os que já estavam no grupo chegam a dizer que antes de agredir seria melhor se afastar por algum tempo para deixar “esfriar” a disputa. Isso certamente significa uma promissora mudança de atitude.

Conclusões preliminares

Vivemos momentos de grandes mudanças de valores e comportamentos tanto de homens como mulheres. As relações sociais de gênero em mudança questionam antigos paradigmas patriarcais e coloniais, e novos estão se impondo. As crises de relacionamento atingem homens e mulheres com maior ou menor intensidade.

Embora seja muito cedo para conclusões definitivas, os dados mostram que a variedade de caminhos dos grupos de reflexão leva a otimistas conclusões. Os homens que passam pelos grupos tendem a mudar seus comportamentos. As reações imediatistas são substituídas por momentos de reflexão. Conseguir “esfriar os ânimos” é importante para evitar uma reação impensada e violenta.

Retomando a questão inicial (*São possíveis novos padrões de masculinidade que alterem comportamentos e valores que legitimam a violência contra as mulheres?*), a resposta é positiva. Para que os homens se livrem de uma pressão que os torne essencialmente viris e continuem a ser homens, vale lembrar o poeta que fala nos lados femininos e masculinos que todos temos. Isso implica trazer as qualidades femininas ao mesmo patamar das masculinas e vice-versa.

Do ponto de vista programático, os artigos aqui apresentados levarão leitores e leitoras a refletir sobre a necessidade de trabalhar para:

1. Sistematizar os métodos utilizados pelas várias organizações;
2. Avaliar a eficiência das técnicas utilizadas;
3. Criar um modelo flexível para aplicar em grupos de reeducação;
4. Envolver o ensino superior nestas reflexões, criando espaços para a formação de novos “facilitadores”.

As relações sociais de gênero dizem respeito a homens, mulheres e todo o grupo LGBT, classes sociais, etnias e gerações. Difundir o significado das mudanças sociais e seus efeitos sobre as relações de gênero pode alterar os conflitos que vivemos atualmente e mostrar que é possível apaziguar as relações.



FEMINISMO PÓS-ESTRUTURALISTA E MASCULINIDADES: CONTRIBUIÇÕES PARA A INTERVENÇÃO COM HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES

*Adriano Beiras
Leonor M. Cantera*

O trabalho de intervenção com homens autores de violência contra mulheres tem sido mais comum e reconhecido em alguns países, com recomendações diretas em legislações e políticas públicas. No entanto, muito ainda se tem a percorrer neste campo, principalmente no Brasil, que necessita de mais pesquisas, avaliações, debates e discussões. Alguns anos se passaram, tivemos a promulgação de uma lei específica que busca combater a violência contra mulheres, a Lei Maria da Penha, que também recomenda a construção de políticas específicas.

De modo geral, ainda existem diversos questionamentos sobre o melhor formato grupal (terapêutico, reflexivo, psicoeducativo, de reabilitação) tendo em vista os objetivos, os aspectos epistemológicos e os metodológicos. No Brasil, uma das experiências pioneiras é a do Instituto Noos, no Rio de Janeiro, com um trabalho realizado por meio de grupos reflexivos de homens e também de mulheres (Acosta et al., 2004; Beiras, 2009). Não entraremos em detalhes sobre esse aspecto metodológico neste texto, visto que nosso objetivo aqui será refletir sobre alguns posicionamentos teórico-epistemológicos e reflexões críticas relacionadas aos estudos de gênero e feminismos. No entanto, entendemos que o tipo de metodologia é influenciado significativamente por estes aspectos teórico-epistemológicos.

Pensando no contexto latino-americano, a pesquisa conduzida por Toneli et al. (2010) procurou conhecer as experiências pioneiras mais significativas de intervenção com homens e violência existentes na América Latina. O estudo foi realizado através de entrevistas com os coordenadores e os facilitadores de grupos de homens autores de violência contra mulheres, com visitas a essas instituições e observação participante em algumas das sessões realizadas com os homens. Foram visitadas instituições no Peru, Argentina, Brasil, Nicarágua, Honduras e México. O resultado desse estudo mostrou a existência de algumas experiências, principalmente em um formato psicoeducativo, em sua maioria em organizações não governamentais. A perspectiva feminista estava significativamente presente em diversas experiências. Esse aspecto mostra-se muito diferenciado do contexto Europeu, onde há um predomínio de intervenções realizadas por psicólogos, em uma perspectiva cognitiva, patologizante, psicologizante, individualizante e com poucos elementos de um feminismo contemporâneo, crítico e político (Beiras, 2012).

Em dezembro de 2009, celebrou-se um encontro para promover o diálogo entre as instituições europeias governamentais e não governamentais de diversos países, que trabalham com homens autores de violência contra mulheres, o 1st Annual European Network Meeting for the Work with Perpetrators of Domestic Violence [1^o Encontro Anual Europeu da Rede para o Trabalho com Autores da Violência Doméstica]. O encontro foi realizado em Berlim, Alemanha, e foi o primeiro com estas características no âmbito europeu. Buscou-se promover um intercâmbio de experiências de cada instituição, com o propósito de constituir uma rede permanente de contato virtual que conte também com encontros anuais. Participaram representantes de diversos países como Dinamarca, Reino Unido, Espanha, Alemanha, França, Polônia, Itália, entre outros. O evento não conseguiu reunir todas as iniciativas europeias sobre o tema, no entanto, marcou o início de um diálogo frutífero para uma futura definição de diretrizes europeias sobre a intervenção com homens autores de violência e o conhecimento do contexto europeu sobre o tema.

Do encontro europeu, a diversidade de propostas e metodologias dos diferentes programas que foram representados e o forte marco teórico-clínico chamou-nos muito a atenção. Os facilitadores (e também facilitadoras) eram marcadamente psicólogos/as clínicos/as, em sua maioria, com perspectivas cognitivo-comportamentais ou bases teóricas mistas. O tipo de trabalho grupal era predominantemente de cunho terapêutico. Convém destacar a riqueza de experiências de cada instituição e a importância de continuar a rede de intercâmbios de experiências.

Gênero e masculinidades como vertentes teóricas estavam presentes em alguns programas apresentados no encontro. No entanto, foi possível notar que sua presença se dá de forma bastante reduzida, incluídas como temas complementares, sem ter uma relevância considerável ou uma implicação sociopolítica com o movimento feminista. A maioria afirmava trabalhar com aspectos de gênero ou masculinidades, mas não considerava a intervenção feminista necessariamente, ou se fundamentava nos estudos acadêmicos de masculinidades.

Este ponto nos faz pensar sobre o que já apontou anteriormente Izquierdo (1994) sobre o uso e abuso do termo gênero contemporaneamente em diversos setores. Neste caso em especial, destacaria a despolitização do conceito de gênero e seu uso indiscriminado sem o caráter político inicial feminista que questione os espaços de dominação e poder e esteja implicado na busca de uma efetiva mudança social: o fim da violência contra as mulheres. Há uma clara confusão, como ressalta Izquierdo (1994), quanto ao uso do termo e do conceito e à utilização, em alguns casos, como do sinônimo de sexo, de homem e de mulher e do lugar de atribuições masculinas e femininas. Cabe destacar os estudos de Lamas (1999) sobre as dificuldades e possibilidades da categoria gênero e também o de Cabruja (2008) sobre as percepções de professores, estudantes e profissionais sobre a inclusão do gênero na psicologia. Cabruja discute sobre a versão “descomprometida” de gênero que se dissocia, em termos discursivos, das epistemologias feministas. Desenvolve o tema da resistência da psicologia a inserir a discussão de gênero,

principalmente nas perspectivas mais positivas, comenta os usos como sinônimo de diferença sexual e discute como na atualidade o tema de gênero se neutraliza politicamente na psicologia, em prol de uma ciência neutra e objetivista.

Estes dados são importantes para pensarmos o objetivo deste texto. Uma de nossas principais preocupações tem sido a discussão de gênero em uma perspectiva pós-estruturalista e de masculinidades no campo da violência contra mulheres, levando em consideração o estudo de narrativas e a importância da linguagem como construtora de realidades e de subjetividades. Ainda que haja tensões epistemológicas no campo, há também diálogos possíveis. É pertinente um debate sobre o masculino e o feminino e as relações com a violência, de uma forma crítica, política, não dicotômica, implicada em desestabilizar determinadas relações de poder. Neste sentido, refletimos: como o feminismo pós-estruturalista (significativamente a teoria *queer*) e os estudos de masculinidades contemporâneas podem nos desafiar e nos ajudar a fundamentar as intervenções com homens autores de violência? Quais são as pretensões possíveis quanto aos objetivos de realização destes grupos? Podemos promover uma mudança social ampla das relações de gênero, direitos humanos e igualdade nestas intervenções?

No estudo de doutoramento realizado na Espanha pelo primeiro autor deste texto e orientado pela segunda autora, buscamos avançar nesta temática, explorando a construção e desconstrução de subjetividades de homens autores de violência contra mulheres, em *um grupo terapêutico no âmbito de um programa público de atenção a homens autores de violência no casal, desde uma perspectiva de gênero, masculinidades e crítica à heteronormatividade*. Buscamos defender a importância de um trabalho político-feminista, de implicação subjetiva dos participantes, atento à construção de masculinidades na intervenção com homens autores de violência (Beiras, 2012). Para seguir este argumento e defender esta posição, usamos principalmente elementos da teoria *queer* (com ênfase na obra de Judith Butler) e do construcionismo social e estudos de narrativas. Foi realizada uma observação participante de um grupo

terapêutico localizado em Barcelona e entrevistas em profundidade com homens participantes do grupo, no início do processo grupal e posteriormente a seu término. O material foi organizado e analisado a partir das bases da teoria fundamentada. Um segundo momento de análise se constituiu no estudo analítico das narrativas, de forma temática, dialógica, estrutural e desconstrucionista.

Neste texto, discutimos algumas das conclusões deste estudo realizado anteriormente (Beiras, 2012), pontuando aspectos que entendemos ser relevantes e recomendáveis nas intervenções propostas, para produzir alguma transformação social e desestabilização das relações de poder e dominação masculinas. Começamos sublinhando a importância de estar atento à linguagem como construtora de realidades, do gênero e de subjetividades, como ato performativo que produz o que nomeia. Já por este motivo, e a partir nas epistemologias bases que utilizamos, usamos o termo “autor de violência”, no lugar de “violentos”, “maltratadores” ou “agressores”. Isso nos permite separar o ato da identidade em si do autor, entrando em uma lógica de transformação possível e de não essencialização.

Do discurso dominante às margens: a produção de exclusões e de sujeitos generificados

Destacamos a importância de estar atento ao que está à margem de discursos hegemônicos, socialmente legitimados: a produção de sujeitos dentro e fora de uma norma social legitimadora, que promove e sustenta um sistema de violências e desigualdades. Estamos de acordo com as palavras de Andersen (1995), quando alude ao fato de que a linguagem, e em consequência as palavras, não são inocentes. Ele afirma que o falar tem um caráter formador de sujeito, considerando que buscamos na linguagem significados que acabam por produzir o entendimento de si, da experiência e da participação no mundo vivido. Neste processo participam aspectos pessoais, relacionais, sociais e políticos.

É nesta perspectiva de atenção à linguagem e às narrativas, embasadas nas propostas do construcionismo social, que o Noos tem trabalhado nos casos de atenção a homens autores de violência. Reforçamos como ponto central o que apontam Goolishian e Anderson (1996) ao afirmarem que nossa subjetividade é um fenômeno intersubjetivo, produto do que narramos uns aos outros e a nós mesmos. Neste sentido, forma-se uma rede de narrativas de caráter mutável, produto do intercâmbio e de práticas sociais, de diálogos, de conversações (Goolishian; Anderson, 1996; Holstein; Gubrium, 2000). Segundo estes autores, na visão pós-moderna, somos entendidos como coautores de subjetividades construídas narrativamente, como uma autobiografia que escrevemos constantemente. Uma questão é como manter a coerência e continuidade das histórias que relatamos sobre nós mesmos (Riessman, 2001), ou talvez como construir narrativas que apórtem sentido à falta de coerência e ao caos da vida. Nos grupos de homens, baseados nesta perspectiva epistemológica, vemos histórias serem reescritas dentro de um novo contexto social e de novos significados.

A partir do que foi estudado naquela pesquisa de doutorado, destacamos e sugerimos que no trabalho grupal com homens, para que mantenhamos uma perspectiva feminista e política, é recomendável caracterizar as vivências destes homens. Atentar mais para as particularidades, sutilezas, permanências, jogos linguísticos e discursos que nos permitam avançar em estratégias de intervenção que possibilitem a promoção da diversidade de expressões subjetivas masculinas e também femininas, distanciadas de opressão, dominação e violências (Beiras, 2012). Para isso pensamos ser importante conhecer a construção de narrativas dominantes, de uma subjetividade tradicional e idealizada de masculinidades, dando ênfase a suas especificidades e estratégias já naturalizadas, normalizadas ou banalizadas. Também sugerimos projetar um olhar de estranheza e desconfiança a determinadas construções sociais, como forma de dar visibilidade a diferentes possibilidades de ser e estar no mundo. Além disso, é relevante desconstruir determinadas naturalizações e o domínio de lógicas

opressoras e simplificadoras da complexidade das relações sociais e de gênero.

Na teoria pós-estruturalista, o sujeito é sempre entendido como algo temporal, circunstancial. Neste sentido, teóricos *queer* buscam desconfiar da ideia do sujeito como estável, centrando-se no processo de classificação usado para construir hierarquias. Em resumo, discutem as estratégias utilizadas para normalizar comportamentos (Miskolci, 2009), fazem uma crítica a discursos hegemônicos, enfatizando significativamente o processo de “normatização” social (ou seja, tornar-se a norma, normativo).

Nesta perspectiva, faz-se uma crítica à oposição binária, como heterossexual/homossexual, masculino/feminino, colocando em evidência a lógica de subordinação e convidando à transgressão de fronteiras, de forma a explorar a ambiguidade e fluidez. Podemos então, em um grupo de homens, desconstruir visões clássicas e essencialistas de masculino e feminino? Podemos transgredir estas etiquetas? Podemos desestabilizar as bases e relações de poder e privilégios que mantêm e sustentam esta lógica? Como afirma Núñez Noriega, “a sensibilidade *queer*, cumpre destacar, é uma sensibilidade ‘treinada’ para ver que até um inocente anúncio televisivo de sabonete participa da naturalização do heterossexismo e do androcentrismo” (2009, p.49). Aqui lançamos reflexões que podem ser transformadas em questionamentos críticos, perguntas reflexivas e desestabilizadoras a serem usadas no grupo de homens. Nesse laboratório de novas possibilidades que o grupo pode se configurar, estes homens podem arriscar novas formas de ser e estar no mundo.

Judith Butler é considerada uma das principais teóricas *queers*. Esta autora aporta novas perspectivas aos estudos de gênero e sexualidades contemporâneos. Segundo aponta Soley-Beltran (2009), ao destacar estruturas de poder que atuam como formadoras do gênero, Butler busca confundir de forma crítica as categorias de sexo e gênero apresentadas como fundamentais para a formação de nossa identidade e se propõe a desconstruir a ideia ou a noção de um gênero como substância ou como natural. Butler (2006a, 2006b) entende o gênero como uma norma regulatória. Diferente de uma lei ou regra,

esta norma vem dar inteligibilidade e reconhecimento a certos tipos de práticas e ações, impondo legibilidade e parâmetros no social. Neste sentido, a norma opera como um padrão explícito, nas práticas sociais, de normatização. Butler defende que as pessoas estão reguladas pelo gênero, o qual opera uma inteligibilidade cultural. Pensando em termos epistemológicos, a teoria *queer* se mostra útil e pertinente para refletir sobre a intervenção com homens autores de violência. Ou seja, essa perspectiva contrapõe a polaridade e as categorias de masculino e feminino e evidencia o que está fora, o entre, o não nominado ou o nominado como esquisito, externo ou subversivo.

Estas são questões importantes para a construção ou para a desconstrução de uma subjetividade masculina baseada na dominação do feminino, do esquisito, daquilo que está fora do que se entende tradicionalmente que deve ser um homem, gerando, em muitos casos, violências. Segundo a autora: “a perda das regras de gênero multiplicaria diversas configurações de gênero, desestabilizaria a identidade substantiva e privaria as narrações naturalizadoras da heteronormatividade obrigatória de seus protagonistas essenciais: homem e mulher” (Butler, 2007, p.284). Neste sentido, o conceito de “subversão” utilizado por Butler (2007) também é importante para a reflexão exposta neste texto. A autora, ao usar este conceito, se refere ao uso da paródia de deslocamento de uma ressignificação do gênero. Refere-se a subverter os atos que constituem e performam o gênero e a sexualidade, que naturalizam e normatizam expressões dominantes e binárias, reforçadas por relações de poder. Este conceito é importante à medida que ajuda a entender e examinar o processo de construção e desconstrução de masculinidades, explorando seus eixos dominantes e a construção de narrativas pessoais. Ajuda a visibilizar as possibilidade de mudança e ressignificação, em prol de uma transformação social, em uma sociedade mais distanciada de atos de violência nas relações afetivas.

Das masculinidades nas histórias narradas e as violências vividas

É necessário e imprescindível, no trabalho grupal com homens autores de violência, dar atenção à questão da construção de masculinidades e suas relações constituintes com a violência e relações de poder (Beiras, 2012). Pesquisar as trajetórias pessoais e a construção deste caminho nos auxilia a entender este processo e pensar alternativas ao caminho dominantes. Permite também uma visão crítica, social e histórica da construção de subjetividades masculinas e de suas relações com a violência como categoria constituinte.

Inspirando-nos nas reflexões de Seidler (2009) podemos inferir a necessidade de desconstruir determinadas categorias para romper com o ciclo orquestrado que significa o masculino como expressão dominante, como uma categoria estática, como regulador e “dono da força”, cuja violência é uma das maneiras de significá-lo e de instrumentar sua manutenção. Sem um trabalho significativo nestes aspectos, a implicação destes homens em relação às mudanças subjetivas e políticas se torna frágil, difícil, limitando-se a simples mudança de comportamento/conduta.

A partir dos dados da citada pesquisa doutoral (Beiras, 2012), evidenciamos o expressado em outros estudos e reflexões de teóricos, ou seja, que na construção de subjetividades masculinas se faz presente uma (hetero)normalização de determinados comportamentos valorados como verdadeiras expressões de masculino, e a desqualificação de outros (Connell; Messerschmidt, 2005). Neste sentido, os dados visibilizam a formação de um gênero heteronormativo (Butler, 2006a) masculino e suas conexões com atos de violência institucionalizados e formadores de subjetividades.

É importante destacar que enquanto determinadas características, tais como a dominação, o poder, a força física e a violência, seguem sendo reiteradas e significadas cotidianamente como características formadoras de sujeitos masculinos, continuaremos contribuindo para a manutenção tanto de uma ordem desigual entre homens e mulheres, entre homens entre si e mulheres entre

si, entre masculino e feminino, quanto da violência como expressão legitimada de homens (Beiras, 2012). Estas reiteração e significação acontecem através da linguagem, do discurso, que, por seu poder performativo, produz sujeitos alienados à norma social dominante e à heteronormatividade.

Merecem ser aqui destacadas as reflexões de Butler (1997), nos seus escritos sobre linguagem, poder e identidade. A autora argumenta que à medida que desligamos o ato de fala do sujeito soberano, abre-se a possibilidade de fundar uma noção alternativa de *agência* e responsabilidade, que traga o reconhecimento pleno de como o sujeito se constitui na linguagem. Da mesma forma, reconhece que o que cria o sujeito também se deriva de outras fontes. Esta autora sugere que a agência começa onde a soberania se declina. Em outras palavras, abrem-se possibilidades de reconhecimento de outras formas de subjetivar-se, de ser e estar no mundo, de ser homem e ser masculino e feminino. Entretanto, outras formas de enunciação, significação e de relações possíveis menos vinculadas à desigualdade, hierarquização, dominação e violência podem ser construídas. A resignificação da linguagem, das narrativas e das formas de significar o vivido abre possibilidades para novos contextos, novas legitimações.

Destacamos que dicotomias clássicas e bem fixadas cotidianamente, como o masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade, vítima/agressor, são estruturas-chave para a manutenção da masculinidade tradicional idealizada e normativa e das relações desiguais de poder (Beiras, 2012). Objetivam construir e manter uma subjetividade, um sujeito considerado o suposto homem de verdade. Estas dicotomias não abarcam a complexidade e diversidade de expressões e possibilidades presentes no complexo jogo de relações que constituem a sociedade. As narrativas e categorias emergidas deste estudo corroboram a força e predominância destas dicotomias e mostram um material de construção de uma subjetividade masculina, dominante, heterossexual vinculada à dominação e superação do feminino. Há entre os homens uma necessidade constante socialmente construída de afirmação de hombridade, a qual se constitui a partir do repúdio (e também desqualificação) do feminino

e da vulnerabilidade (Kaufman, 1987; Kimmel, 1997). Enquanto este jogo imperar, seguiremos mantendo a desigualdade social entre homens e mulheres, distanciando o masculino e o feminino.

O aquário ou laboratório grupal e seus efeitos possíveis

O processo de intervenção grupal para homens que exercem ou exerceram violência contra suas companheiras afetivas pode se tornar um potencial espaço de visibilidade e desconstrução do masculino tradicional, idealizado e heteronormatizado, produzindo novas formas de sociabilidade/socialização e subjetividades masculinas (Beiras, 2012). Oferece a possibilidade de construção de uma expressão do masculino na qual a violência seja questionada como aspecto formador e constituinte de sua subjetividade.

A ênfase na necessidade e importância do trabalho relacionado com a expressão de emoções pelos homens no grupo também se mostra de grande relevância (Beiras, 2012). Há uma separação de emoções consideradas femininas e masculinas, aspecto muito presente na construção de suas subjetividades, no manejo de suas relações e nos atos violentos exercidos. O trabalho realizado com os participantes do grupo foi o de desconstruir esta separação e questionar mandatos de masculinidades, mitos e legitimações relacionadas à expressão emocional. Os temas e as discussões propostos em relação a esta temática mostram a necessidade de um significativo trabalho na formação subjetiva dos homens com relação às emoções, com o objetivo de possibilitar que eles possam desde pequenos expressar suas vulnerabilidades, sensações, medos, sentimentos. Tudo isso como formas de outorgar poder (*empowerment*) a outras expressões de masculinidades e também a outras expressões de força e fortaleza. Também com a intenção de promover uma mudança social no que é entendido como masculino, rompendo desigualdades, relações de poder, normas opressoras das minorias e heteronormatividade. São passos sociais necessários para a transformação social, os quais

começam com o trabalho individual, subjetivo, atento às relações sociais, como foi realizado no grupo pesquisado.

Além disso, destacamos aspectos subjetivos ou identitários, implicações pessoais, políticas ou éticas das ações realizadas. Direcionamos atenção à construção social e cultural das masculinidades e subjetividades masculinas como aspectos necessários de trabalho interventivo grupal, individual e comunitário, necessários para uma ressignificação dos atos e significados normatizadores da violência de gênero e a possível mudança subjetiva dos homens (Beiras, 2012). Esta perspectiva demanda um olhar macrossocial e comunitário, ou seja, estar atentos a questões sociais e culturais, bem como à comunidade, constrói determinados significados de masculino, feminino, violência e conflitos.

Captar o social amplo e a transformação social a partir do pessoal e subjetivo

Um dos pontos argumentativos defendido na perspectiva aqui discutida é ir além do nível micro e promover atuações de mudança também no nível macro (Beiras, 2009). Ou seja, promover intervenções ecológicas direcionadas não somente ao indivíduo ou a determinados atos pontuais, e sim dirigidos a conseguir uma mudança social, relacional e política, sem esquecer que isso parte do trabalho subjetivo-pessoal. Como nos ensina Butler “a experiência subjetiva não somente é estruturada pela existência de configurações políticas, mas também repercute nestas e por seu turno as estrutura” (1998, p.301). E mais, esta autora argumenta que a teoria feminista se propôs a entender como ou de que forma as estruturas culturais e políticas sistêmicas ou invasivas são postas em funcionamento e reproduzidas através de determinados atos e práticas individuais. Ela estuda como a análise de determinadas situações pessoais acabam por ver-se clarificadas à medida que consideramos mais amplamente o contexto cultural relacional. Neste sentido, Butler (1998) destaca que o contexto pessoal é, ainda que de forma

implícita, marcadamente político e condicionado pelas estruturas sociais que compartilhamos; estas estruturas que usualmente entendemos como exclusivamente públicas. No entanto, há uma “imunização” do pessoal contra o desafio político, de forma que ainda se mantém a distinção entre o que é público e o que é privado.

A influência do social e político na construção de subjetividades nas histórias pessoais de cada um dos sujeitos e do gênero é destacada. Estamos de acordo com Hammack e Pilecki (2012) em sua defesa dos estudos de narrativas como um tipo de estudo potencial e relevante para ampliar a voz de uma psicologia mais política, que ofereça novos conhecimentos para a complexidade e para o dinamismo das relações entre os contextos e a mente. No setor da violência contra mulheres, entendemos que estes aspectos político e social são de extrema importância. Explorar, questionar e transformar, desconstruir as bases que sustentam e reproduzem a violência de gênero e a construção de masculinidades que autorizam e legitimam violências são os desafios que podemos encontrar no trabalho grupal com autores de violência contra mulheres. Estes aspectos não podem passar despercebidos, naturalizados, reduzidos ou simplificados.

Nesta ênfase de atenção ao contexto pessoal, social e político mais amplo que estamos destacando, Gergen (2006) nos ajuda a complementar o debate e entender o processo de construção da subjetividade masculina, a partir de uma consciência ou perspectiva mais pós-moderna. Ele enfatiza a consciência de que somos quem somos a partir de como somos construídos nos diversos grupos sociais. A subjetividade deixa de ser entendida como uma essência única e pessoal envolvida de sentimentos como uma manipulação de imagens para alcançar determinados fins, não necessariamente coerente, constituída a partir de diversas possibilidades e relações (Gergen, 2006).

Neste sentido, propomos que se dê visibilidade a esta construção de subjetividades, gêneros e violências como ferramenta necessária e relevante para o trabalho de interromper atos violentos de homens contra mulheres. Como defendem Quinteros Turinetti e Carbajosa Vicente, para produzir mudanças no trabalho com autores de violência não basta somente gerar uma aprendizagem de igualdade

de gênero e ensinar habilidades assertivas, é necessário “realizar modificações estruturais que permitam ao sujeito desconstruir parte de suas características e identidade marcadas pela cultura machista, para posteriormente desenvolver outras baseadas na igualdade” (Quinteros Turinetto; Carbajosa Vicente, 2008, p.143). Estes autores ressaltam também a importância de conseguir que estes homens sintam a necessidade interna de superar seus problemas, o que em Beiras (2012) chamamos de “implicação subjetiva para a mudança”. Para conseguir o que enfatizam Quinteros Turinetto e Carbajosa Vicente (2008), defendemos um trabalho implicado com as perspectivas construcionistas pós-modernas como alternativa, nas quais o terapeuta que facilita o grupo de homens não esteja implicado em avaliar o estado da mente dos indivíduos, seus aspectos cognitivos ou habilidades, e sim em atuar como um facilitador de reinterpretção de relações, do sistema, de significados, como coparticipante e coconstrutor de novas realidades, como afirma Gergen (2006).

Na mesma linha de Augusta-Scott (2009), Geldschläger et al. (2011) e Ponce-Antezana (2012), entendemos que as terapias narrativas permitem a construção de um espaço colaborativo, respeitoso e atento a uma análise sociopolítica da questão. Nesta perspectiva terapêutica, a ênfase passa a estar nos novos argumentos, metáforas, significados, narrativas a partir de um problema vivido, no caso, a violência contra mulheres. O trabalho passa a estar centrado na melhora da capacidade de interpretar significados (Gergen, 2006), visibilizando as estruturas sociais e culturais que participam na construção e manutenção do problema e desconstruindo naturalizações e legitimações antes não pensadas como partícipes do problema.

Considerações finais

As conclusões deste estudo, baseadas na nossa trajetória pessoal no campo, fazem vigentes algumas perguntas reflexivas propostas por Butler em seus escritos. Estas perguntas são: “Em que medida as práticas reguladoras da formação e a separação de gênero

determinam a identidade (leia-se subjetividade), a coerência interna do sujeito e, de fato, a condição de a pessoa ser idêntica a si mesma? Em que medida ‘identidade’ é um ideal normativo mais do que um aspecto descritivo da experiências?” (2007, p. 71) Também contemplamos a seguinte questão: “Como podem as práticas regulamentadoras que determinam o gênero fazê-lo com as noções culturalmente inteligíveis da identidade?” (Butler, 2007, p.71)

Estas reflexões se apresentam como necessárias ao trabalho de intervenção com homens autores de violência, que busque promover uma mudança subjetiva mais política, estrutural e com efeitos macrossociais, desconstruindo masculinos e femininos, essencialismos e violências generificadas. As narrativas estudadas em Beiras (2012) buscaram iluminar perguntas como estas realizadas por Butler e promover a reflexão crítica. Pretendemos que estas reflexões sejam de utilidade para fundamentar e melhorar as práticas realizadas neste setor que, contemporaneamente, podem estar muito centradas em essencializações, patologizações, déficits, penalizações e naturalizações.



O DESAFIO DA EQUIDADE DE GÊNERO

Angélica de Maria Mello de Almeida

No Brasil, no período da ditadura militar, a atuação do movimento de mulheres deu visibilidade à violência praticada contra a mulher e, no processo de redemocratização do país, contribuiu para que fossem assegurados os direitos fundamentais das mulheres na Constituição de 1988. Na década de 1980, relevante se mostra, em São Paulo, a criação das Delegacias de Defesa da Mulher e do Conselho Estadual da Condição Feminina.

No âmbito da ordem jurídica brasileira, a Constituição de 1988 assegura o princípio da igualdade entre homens e mulheres, em direitos e obrigações (art. 5º, I, CF). Desdobrada a isonomia, nos direitos e deveres referentes à sociedade conjugal, exercidos igualmente pela mulher e pelo homem (art. 226, § 5º, CF), na assistência assegurada à família, na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (art. 226, § 8º, CF). De outra parte, a Constituição de 1988 elege como princípio fundamental a dignidade da pessoa humana e a prevalência dos direitos humanos (art. 4º, II, CF). Dá aos tratados internacionais de proteção de direitos humanos *status* de norma constitucional (art. 5º §§ 1º e 2º, CF).

Em 1995, o Brasil ratifica a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher – Convenção de Belém do Pará.

No contexto da legislação penal brasileira, também a mobilização do movimento de mulheres, em várias frentes, traduzindo-se em intervenções contínuas e de natureza variada, contribuiu para avanços, notadamente, na esfera dos delitos contra a liberdade sexual. Dois momentos apresentam-se relevantes. Um anterior à Lei Maria da Penha. Outro, posterior.

No âmbito do direito penal, foram revogadas as normas incriminadoras, que descreviam crimes contendo evidente conotação discriminatória, peso discriminatório em relação à mulher. Estas normas protegiam a mulher, desde que fosse portadora de atributos de ordem moral ou física. Houve supressão de expressões e de termos tais como “mulher honesta”, “virgindade”. O primeiro marco significativo de alteração legislativa deu-se por força da reforma, introduzida pela Lei 11.106, de 29 de março de 2005. Não por acaso, de autoria da deputada federal Iara Bernardi, teve por escopo afastar a discriminação de gênero, estabelecendo isonomia no tratamento dos delitos que afrontam a liberdade sexual. A segunda reforma que teve reflexo na proteção e tutela penal da mulher foi trazida pela Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009. O Código Penal brasileiro, de 1940, teve a Parte Geral reformada em 1984. Não se debruçara o legislador sob tópicos referentes aos delitos sexuais.

Ao tratar da liberdade sexual das mulheres, os dispositivos então vigentes tinham carga discriminatória. Como ensina Beleza (1990), estes escondiam uma efetiva seletividade em função do gênero, reproduziam de forma acintosa a assimetria das relações sociais entre homens e mulheres e não tutelavam a mulher em razão de sua condição de pessoa humana. Protegiam a mulher, em determinadas situações, desde que fosse portadora ou correspondesse à exigência de alguns atributos de ordem moral ou física. Para configurar o crime de posse sexual mediante fraude, constituía elemento do delito o requisito “mulher honesta”, ou a “virgindade” no crime de sedução (arts. 215, 216, CP).

Destacam-se entre outras alterações no Código Penal:

1. Houve supressão do termo *mulher honesta*, substituído por *alguém*, no crime de posse sexual mediante fraude:

Art. 215. Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com *alguém*, mediante fraude ou outro meio que impeça ou dificulte a livre manifestação de vontade da vítima: Pena: reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos. Parágrafo único. Se o crime é cometido com o fim de obter vantagem econômica, aplica-se também multa.

2. Foram banidos da legislação os crimes de sedução e de adultério.

3. O crime de “tráfico de mulheres” passou a ser denominado “tráfico internacional de pessoas”:

Art. 231.º Promover ou facilitar a entrada, no território nacional, de alguém que nele venha a exercer a prostituição ou outra forma de exploração sexual, ou a saída de alguém que vá exercê-la no estrangeiro. Pena: reclusão, de 3 (três) a 8 (oito) anos.

4. Foi introduzido novo tipo penal, “tráfico interno de pessoas”, abrangendo a exploração sexual de homens e mulheres ou opção sexual diversa.

Art. 231 A: Promover ou facilitar o deslocamento de alguém dentro do território nacional para o exercício da prostituição ou outra forma de exploração sexual: Pena – reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos.

A segunda reforma significativa, por sua vez, trouxe alterações substanciais em relação aos crimes sexuais:

1. A nomenclatura adotada pelo Código Penal de 1940 – “crimes contra os costumes” foi substituída por “crimes contra a dignidade sexual”, visando garantir a liberdade de escolha, sem qualquer forma de exploração, menos ainda, se praticada com violência, grave ameaça ou fraude.

2. Houve unificação dos delitos de estupro e atentado violento ao pudor numa única figura delituosa: “crime de estupro”, tipificado como toda forma de violência sexual para qualquer fim libidinoso, inclusive, a conjunção carnal:

Art. 213. Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso. Pena: reclusão, de 6 (seis) a 10 (dez) anos.

3. Deu-se atenção especial à vítima menor de 18 anos, mais ainda, se menor de 14 anos, ao tipificar o estupro de vulnerável.

Art. 217-A: Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 (catorze) anos: Pena – reclusão, de 8 (oito) a 15 (quinze) anos.

4. Os delitos de tráfico internacional de pessoas e tráfico interno de pessoas tiveram nova redação para incluir “toda a forma de exploração sexual”.

5. Foram estabelecidas causas especiais de aumento de pena:

Art. 226. A pena é aumentada de quarta parte, se o crime é cometido com o concurso de 2 (duas) ou mais pessoas (I); de metade, se o agente é ascendente, padrasto ou madrasta, tio, irmão, cônjuge, companheiro, tutor, curador, preceptor ou empregador da vítima ou por qualquer outro título tem autoridade sobre ela (II).

Art. 234-A. Nos crimes previstos neste Título a pena é aumentada de metade, se do crime resultar gravidez (III); de um sexto até a metade, se o agente transmite à vítima doença sexualmente transmissível de que sabe ou deveria saber ser portador (IV). [Ainda que a vítima faça a opção do aborto legal, a causa de aumento persiste, exceto se atendida a tempo de ser medicada (pílula do dia seguinte).]

6. A ação penal é de iniciativa do Ministério Público, condicionada à representação da ofendida. Depende da manifestação de vontade da vítima. Há exceção, se a vítima for menor de 18 anos ou pessoa vulnerável.

Art. 225. Nos crimes definidos nos Capítulos I e II deste Título, procede-se mediante ação penal pública condicionada à representação. Parágrafo único. Procede-se, entretanto, mediante ação penal pública incondicionada se a vítima é menor de 18 (dezoito) anos ou pessoa vulnerável.

Não há referência às hipóteses em que ocorre lesão corporal ou morte. Como se trata de fatos que constituem em si mesmos delitos, deve ser preservada a iniciativa do Ministério Público. Se a violência é real, a ação é pública incondicionada (art. 101, CP, Súmula 608, STF).

A trajetória de modificação da legislação penal brasileira, com reflexo no âmbito processual penal, simboliza avanço significativo no combate à violência contra a mulher. Pode contribuir para mudança de paradigma no enfrentamento da violência de gênero.

Na interpretação das figuras delituosas – crimes sexuais – é preciso deixar de lado de uma vez por todas a exigência de certas condutas da mulher, tendo como figurino, padrão socialmente construído.

Para ter a tutela penal, não pode ser exigido da mulher comportamentos que se coadunam com determinados estereótipos. Sua intimidade não pode ser invadida com indagações preconceituosas a respeito da vida sexual, do grau de intensidade de resistência da mulher ao ser constrangida à prática de ato sexual, ou da duração de seu dissenso, por exemplo, no cenário do crime de estupro.

As decisões judiciais, julgados monocráticos ou colegiados, podem ter impacto na elaboração e concretização de políticas públicas. Podem representar instrumento eficaz da efetivação de direitos fundamentais. É preciso assegurar que as diferenças de gênero não se convertam em desigualdades no sistema judicial.

Nesse meio tempo, o caso Maria da Penha desencadeou a elaboração do projeto de lei que visava contemplar a violência doméstica,

culminando com a edição da Lei 11.340, que passou a vigorar em 22 de setembro de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha.

A Lei Maria da Penha visa assegurar de forma ampla os direitos fundamentais da mulher, garantidos pela Constituição da República Federativa do Brasil e tratados internacionais, introduzidos no ordenamento jurídico brasileiro, notadamente, pela Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação e Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.

A Lei Maria da Penha desenha matriz diferenciada para a proteção da mulher em condição de risco de violência. Propõe a tutela da mulher, em sua dimensão de pessoa humana.

Trata da violência física, sexual, psicológica e patrimonial. Abarca o ato de violência praticado na unidade familiar, compreendido como espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar. Abarca o ato de violência praticado em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação e de orientação sexual. Amplia de modo sensível as medidas protetivas destinadas à mulher em risco de violência: encaminhamento da ofendida e de seus dependentes a programa oficial ou comunitário de proteção ou atendimento; recondução da ofendida e de seus dependentes ao domicílio após o afastamento do agressor; afastamento do lar da ofendida, se necessário, sem prejuízo dos direitos relativos a bens, guarda de filhos e alimentos; suspensão de procuração outorgada pela ofendida ao agressor.

Ao mesmo tempo, propicia a prisão preventiva do agressor. De modo inusitado, no ordenamento jurídico brasileiro, amplia o rol de medidas cautelares substitutivas e ou alternativas que, a depender do caso, podem se mostrar mais eficazes: afastamento do agressor do lar, proibição de aproximação da ofendida, de seus familiares e testemunhas; proibição de contato com a ofendida, familiares e testemunhas, por qualquer meio de comunicação; proibição de frequência a determinados lugares, a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida.

De forma inédita, cria os Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, com competência cível e criminal, quebrando a tradição do ordenamento jurídico brasileiro. Evita que a mulher em risco de violência tenha que se deslocar de porta em porta para ter assegurado o direito à integridade física. No âmbito da Lei Maria de Penha, está assegurada a atuação de perto do Ministério Público, bem como de uma equipe multidisciplinar que tem por atribuição fornecer subsídios ao juiz, mediante laudo, ou mesmo verbalmente, em audiência, e desenvolver trabalho de orientação para a ofendida, familiares, agressor (encaminhamento e prevenção).

Garante ainda à ofendida a participação de advogado, e, ante a impossibilidade de contratação, deve ser nomeado pelo juízo, para atuar na defesa dos interesses e direitos da ofendida, desde o início da persecução penal. Vale dizer, na fase policial e processual.

No Estado de São Paulo, em 22 de janeiro de 2009, foi instalado o Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher. No segundo semestre de 2011, houve a instalação de seis Varas Regionais de Violência Doméstica: Vara de Violência Doméstica Região Oeste (Lapa, Pinheiros e Butantã); Vara de Violência Doméstica Região Norte (Santana e Nossa Senhora do Ó); Vara de Violência Doméstica Região Leste I (Penha de França e Tatuapé); Vara de Violência Doméstica Região Leste II (Itaquera e São Miguel); Vara de Violência Doméstica Região Sul I (Jabaquara, Ipiranga e Vila Prudente); Vara de Violência Doméstica Região Sul II (Santo Amaro e Parelheiros); Vara Central de Violência Doméstica.

Em 20 de março de 2012, foi criada a Coordenadoria Estadual da Mulher em situação de Violência Doméstica e Familiar do Poder Judiciário do Estado de São Paulo (Comesp), que visa congregar esforços para que à mulher em risco de violência ao buscar a tutela de seus direitos, encontre guarida no Poder Judiciário. Em última análise, assegurar à mulher em risco de violência o acesso à Justiça.

Em qualquer tentativa de dar efetividade às normas penais vigentes, das quais os crimes contra a liberdade sexual representam exemplo significativo, assim como, a própria Lei Maria da Penha, devem ser consideradas algumas premissas.

Em primeiro lugar, trata-se de legislação que está fadada a ser aplicada em sociedade que tem como pano de fundo relações sociais impregnadas pela desigualdade de gênero, intimamente imbricadas por desigualdade social, econômica, de raça/etnia, assimetria entre mulheres e homens, fruto de processos culturais de estrutura patriarcal, hierarquizada, marcada pelo poder. Exige-se da mulher o desempenho de determinados papéis preconcebidos, que, como observa Heleieth Saffioti (1987), devem corresponder às “imagens que a sociedade constrói do masculino e do feminino”.

Na esfera das relações domésticas e familiares, a estrutura do poder patriarcal apresenta consequências perversas. A reprodução da desigualdade nasce com força ampliada. Portanto, ganham dimensão diferenciada e devem receber atenção as especificidades da violência doméstica e familiar. De início quase imperceptível (ameaças, ofensas), a violência doméstica muitas vezes se dá a conhecer no momento que extrapola divisas a ponto de tirar a vida da mulher. Apresenta sinais de baixa frequência que, se não forem atendidos, tendem a se transformar em sinais de alta frequência. Para percebê-los desde o início, é preciso ter o “ouvido no chão”. A mulher e o agressor estão ligados (ou estiveram) por laços afetivos, sentimentos contraditórios, dependência emocional. Há forte dificuldade da mulher e do grupo familiar em exteriorizar e romper o silêncio. A violência tende a se repetir de forma mais intensa.

Tem-se, assim, o primeiro impacto gerado pelas alterações da legislação penal e edição da Lei Maria da Penha: são postas à mostra as contradições da violência de gênero, dão maior visibilidade à estrutura patriarcal da sociedade brasileira, marcada pela desigualdade de gênero.

O segundo impacto está restrito à área jurídica. Trata-se de uma legislação que está fadada a ser aplicada, por nós, magistradas e magistrados, que integram contexto social com profunda assimetria, nas relações entre homens e mulheres – e mais, nas quais não se pretende alterar os espaços de poder.

Além disso, a legislação precisa ser interpretada por juízes, promotores de Justiça, advogados, delegados de polícia, todos formados

em estrutura compartimentada do ensino de direito. Em sua aplicação, reflete-se a organização judiciária brasileira (varas criminais, varas de família, varas cíveis).

Assim, esses fatores apresentam-se como barreira a dar a necessária efetividade à Lei Maria da Penha, na medida em que há opção pela competência cumulativa. Vale dizer, um único juiz deve apreciar e julgar a questão criminal (pune o agressor), estipular a pensão, determinar a separação de corpos, entre outras decisões.

O segundo impacto gera como consequência, no âmbito de violência de gênero; por um lado, a atuação dos operadores do direito pode representar um meio de reprodução da desigualdade entre homens e mulheres, ou por outro, pode operar como instrumento de transformação na medida em que assegurar relações de gênero mais igualitárias.

Neste campo, destaca-se o relevante papel do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que tem como uma de suas atribuições aperfeiçoar a prestação da Justiça, em especial a incumbência de formulação de políticas públicas compreendidas por ações, entre outras, voltadas para o combate da violência contra a mulher. Além disso, a Comissão Permanente de Acesso à Justiça, que integra o CNJ, tem como objetivo dar efetividade ao enfrentamento da violência doméstica. Para tanto, promove anualmente as Jornadas sobre a Lei Maria da Penha, com a participação de juízes e funcionários; estimula a implantação e estruturação de juizados especializados nos estados da federação, e a criação de Coordenadorias da Mulher, junto aos Tribunais de Justiça estaduais.

PRINCÍPIOS OU SIMPLEMENTE PONTOS DE PARTIDA FUNDAMENTAIS PARA UMA LEITURA FEMINISTA DE GÊNERO SOBRE OS HOMENS E AS MASCULINIDADES¹

Benedito Medrado

Jorge Lyra

O jovem Fellipy Caetano Silva, 18 anos, morreu no Recife, na última quarta-feira (22), durante corrida que faz parte do teste de aptidão física para ingresso no Centro de Preparação de Oficiais de Reserva (CPOR), tradicional escola do Exército, na capital pernambucana.

[...]

Rita Gomes da Silva, mãe do jovem, conta que ele já havia se queixado anteriormente de outras etapas da prova. “Ele já tinha feito umas corridas e chegou aqui dizendo que quase não aguentava no final. Eu pedi para ele não ir mais, mas ele me disse: ‘Mainha, eu vou realizar meu sonho’”, contou, emocionada, durante o velório do filho, realizado nesta quinta (23), em Caruaru, Agreste

1 Algumas das ideias aqui apresentadas vêm sendo desenvolvidas junto a homens e mulheres que integram a Rede de Homens pela Equidade de Gênero (RHEG), composta por organizações da sociedade civil e núcleos acadêmicos de pesquisa, entre os quais a organização não governamental Instituto Papai e o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidades (Gema/UFPE). Dialogando com homens e redescrevendo masculinidades, temos buscado contribuir para uma transformação nas práticas de intimidade e nas políticas públicas, mas também nas políticas de intimidade e nas práticas públicas (Medrado et al., 2010).

pernambucano. O enterro aconteceu no fim da tarde, no distrito rural de Terra Vermelha.

[...]

O pai, Ambrósio Silva, sentiu-se frustrado com a conversa que teve com representantes do CPOR. “Ele morreu do coração, mas não me explicaram a causa. Perguntei se fizeram exames antes de ele fazer todos esses exercícios. Me disseram que não, porque demora e isso vai tempo. Não quero que isso aconteça com outros jovens... Entrar e não ter um laudo, um parecer”, lamentou. (G1, 2014)

Narrativas como esta são recorrentes. Mais do que parece. Referem-se às várias, tradicionais, ritualísticas, institucionalizadas e, sobretudo, violentas formas, materiais e simbólicas, de se produzir “regimes de verdade”² sobre o masculino em nossa cultura e de se valorizar certos atributos considerados masculinos, entre eles a honra e a força (Leal; Boff, 1996).

Infelizmente, essas narrativas não são recentes e nem se restringem ao Nordeste, nem ao Exército. Há quase duas décadas, a Folha de S. Paulo noticiava algo semelhante. Em 1996, o estudante da Escola Naval, Eduardo Ferreira Agostinho, rapaz de 19 anos, também morreu. Segundo a imprensa, um mês antes de entrar para a Escola Naval, no Rio de Janeiro, seu pai lhe havia pedido que deixasse a Marinha. Eduardo respondeu: “Só saio da Marinha oficial ou morto”. Cumpriu-se a sentença. Saiu morto. A descrição a seguir evidencia indícios de tortura:

No dia 23/1/96 [o jovem Eduardo] foi obrigado a fazer exercícios físicos excessivos sob um calor extenuante e morreu em

2 Segundo Michel Foucault, “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua ‘política geral’ de verdade: isto é, os tipos de discurso que ela acolhe e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e as instâncias que permitem distinguir os enunciados verdadeiros dos falsos, a maneira como se sanciona uns e outros; as técnicas e os procedimentos que são valorizados para a obtenção da verdade; o estatuto daqueles que têm o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (1971, p.12).

consequência de um choque térmico. Sua temperatura chegou a 42°C e a hipertermia provocou edema cerebral, coagulação intravascular, insuficiência respiratória e parada cardíaca. No dia em que morreu, já havia dado sinais de que não estava suportando os exercícios. Desmaiou, e o instrutor limitou-se a comentar: “Ele tem mais é que morrer. Um fraco não pode ficar entre a gente”. (Costa, 1996, p.5)

Uma extensa lista de casos como estes, em que homens jovens sofreram violências bárbaras que resultaram em suas mortes, entre 1990 e 2000, foi apresentada em estudo do Grupo Tortura Nunca Mais, publicado em 2008:³

- Celestino Rodrigues Neto, 14 anos. Suicidou-se após sofrer humilhações de colegas e professores por ter ‘colado’ em prova no Colégio Militar do Rio;
- Emerson de Melo, 20 anos (Exército); Sérgio Wanderley, 25 anos (Exército); João Vicente Santana (Aeronáutica); Alexsander da Silva (Exército), cujos laudos da necrópsia apontaram suicídio;
- Luis Viana Santos, 19 anos (Exército); Jean Fábio da Silva Martins, 18 anos (Exército); Samuel de Oliveira Cardoso, 17 anos (Marinha); Nazareno de Mattos Vargas, 29 anos (Aeronáutica); Anderson Gomes Monteiro, 18 anos (Aeronáutica); Marcos José Sales, 19 anos (Exército); Anderson Hilário de Souza (Aeronáutica) e André Luiz da Silva, 45 anos (Aeronáutica) foram torturados em quartéis;
- Joílson da Silva Melo, 20 anos, morreu após intenso treinamento;
- Fernando Romel, 18 anos, foi torturado e morreu no Hospital Central do Exército, no Rio;

3 Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/pdf/13/06/07_Torturanas-ForcasArmadasBrasileiras.pdf>. Acesso em: 02/02/2014.

- Jeremias Pedro da Silva, 23 anos (Exército), e Sérgio Pereira Gomes, 20 anos (Aeronáutica), cujos laudos apontam morte acidental;
- João Caputo, 31 anos, foi assassinado a tiros em quartel do Exército em São Gonçalo.

Tais casos, na época, estavam sendo julgados. Porém, este julgamento certamente não incluía uma leitura mais ampla sobre as condições de possibilidade que se organizam para dar suporte, apoio e valorização a práticas desta natureza, sob o argumento de que é “assim que se produzem homens de verdade”.

A disciplina militar, como destaca Jurandir Freire Costa (1996), é severa e, muitas vezes, desmedida. Mas, situações como esta acontecem na vida civil cotidiana e só ocorrem porque estão inscritas na crença dominante de que é assim que se faz um homem. Quartel, escola, casa, rua, bares, albergues, mosteiros, prisões, guerra... Independente do lugar, várias são as técnicas de brutalidade e agressividade constitutivas do tornar-se homem. Como bem afirma Costa:

A tragédia de Eduardo mostra o ferro e o fogo de onde sai a inútil dureza da condição masculina. Precisamos convencer-nos de que ser homem pode ser algo bem mais honrado e digno do que rosnar diante dos indefesos e sacudir a cauda diante de quem tem poder. (Costa, 1996, p.7)

Poder-se-ia ler a afirmativa acima como um discurso *vitimário*, de fundo individualista, tal como apontado, criticamente, por autores tais como Pedro Paulo Oliveira (2000) e Rosely Costa (2002). Porém, a resistência em perceber que os homens não estão sempre e inexoravelmente na condição de dominadores, nas relações sociais generificadas e, mais ainda, que as relações de poder/gênero são *jogos* e não *estados de dominação* (Foucault, 1994)⁴ podem

4 Há uma significativa diferença entre relações de poder e estados de dominação. Um estado de dominação é o total bloqueio de um campo de relações de poder,

inviabilizar a percepção de caminhos de transformação, mantendo consequentemente os lugares de mulher-vítima e homem-algoz como estáveis e imutáveis (Gregori, 2003).

É preciso superar o primeiro impulso que nos move a leituras dicotômicas. Talvez, inclusive, essa tenha sido uma das preocupações que impulsionaram as primeiras produções masculinas nesse campo de discussão: a crítica àquilo que Gomáriz (1992) denominou “mito da natureza ontologicamente boa das mulheres”, que, em contrapartida, sugere uma natureza má dos homens. “Como sucedeu com outros movimentos de liberação, as mulheres se converteram em sujeitos de virtude pelo fato inegável de serem dominadas, como antes o foram os proletários ou os negros” (Gomáriz, 1992, p.101).

Não podemos nos esquecer de que, nas últimas décadas, os estudos de gênero se consolidaram na produção acadêmica ocidental, especialmente no campo das Ciências Humanas e Sociais, produzindo trabalhos – a maioria por mulheres pesquisadoras⁵ – que discutem os homens e o masculino como faces malditas⁶ ou mesmo abjetas (Sabat, 2004) das relações que produzem desigualdades sociais e subordinam as mulheres.⁷

Embora essa leitura tenha sido profundamente criticada por autoras feministas da década de 1980 que argumentavam, a partir de uma vertente pós-estruturalista (Scott, 1995 [1988]), que o poder é relacional e, portanto, não pode ser unicamente identificado na figura de um dominador (o homem), percebe-se que

tornando essas relações imóveis e fixas, dessimétricas, com limitada margem de liberdade, impedindo qualquer reversibilidade, mediante instrumentos que podem ser econômicos, políticos ou militares. Trata-se de um tipo de relação em que as práticas de liberdade não existem; ou podem existir de modo limitado ou apenas de modo unilateral. É importante atentar que, quando fala de poder, Foucault usa propositalmente o termo “relações”, ao contrário de dominação, em que ele emprega o termo “estados”, marcando exatamente o potencial de mobilidade do primeiro (Foucault, 1994).

5 Conforme Débora Diniz e Paula Foltran (2004) e Karen Giffin (2005).

6 Segundo o dicionário *Houaiss*, “maldito” especialmente no sentido daquele que “traz infelicidade, incomoda, aborrece; funesto, detestável, infeliz, enfadonho”.

7 Conforme Enrique Gomáriz (1992) e Margareth Arilha et al. (1998).

algumas publicações mais recentes ainda se norteiam, direta ou indiretamente, por essa crença, como argumenta Juan Guillermo Figueroa-Perea (2004).

Consideramos que a crítica a essa verdade instituída, que situa os homens e o masculino como faces malditas das relações sociais, é o ponto de partida para uma leitura feminista de gênero que considera como fundamental a dimensão relacional. O segundo ponto é o reconhecimento da masculinidade como plural.

Este princípio foi largamente explorado por Raewyn (à época, Robert) Connell em seu livro *Masculinities* [Masculinidades] de 1995, no qual propositalmente usava o termo no plural e alertava para jogos de poder que, de algum modo, organizam socialmente as masculinidades, a partir de uma referência central: a masculinidade hegemônica, cujos símbolos e materialidades constituem-se em referência socialmente legitimada para a vivência do masculino.

Este conceito de masculinidade hegemônica foi submetido a duras críticas, muito bem condensadas num artigo de Fabricio Fialho (2006), publicados pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Neste artigo, o autor questiona o uso do conceito de hegemonia, por Connell, tendo por base a leitura de Antonio Gramsci:

O adjetivo “hegemônico”, derivado de Gramsci, surge como um sério problema teórico, uma vez que o termo implica constante luta pela posição de preponderância. Se é fato que ainda existe uma forma hegemônica de masculinidade, trata-se de refletirmos a respeito da questão: formas distintas de masculinidade, ao se contraporem à predominante, buscam ocupar tal posição hegemônica ou, será que o que pretendem é, sobretudo, reconhecimento como uma forma também legítima e possível de experimentar a masculinidade? (Fialho, 2006, p.2)

Apesar da crítica ao uso que Connell faz do conceito de hegemonia, Fialho (2006) concorda com a proposição daquele autor sobre as “masculinidades plurais” e sobre a multiplicação de formas de se vivenciar a masculinidade.

Assim, também o faz Carlos Alberto Messeder Pereira (1995), enfatizando a sexualidade como um borrador das frágeis fronteiras que dividem o mundo e as pessoas em masculino e feminino:

fixou-se um certo senso comum para o qual a oposição entre hetero e homossexualidade [...] tem a mesma naturalidade daquela assumida entre o masculino e o feminino. Entretanto, toda a naturalidade e simplicidade deste raciocínio bipolar e mais ou menos reificador parece estar se esgotando atualmente. Ao mesmo tempo, a ideia de *confusão*, de *mistura*, retoma agora a cena, só que com um sinal positivo. Nosso presente “pós-moderno” valoriza a ambiguidade, a fragmentação, a indefinição, enfim, as ‘zonas cinzentas’ do comportamento. (Pereira, 1995, p.56)

Consideramos que tal leitura plural, que considera a fragmentação, indefinição, o “entre” – o cinza (entre o preto e o branco), o lilás (entre o azul e o rosa) – sobre os homens e as masculinidades pode nos ajudar na formulação de uma leitura mais crítica sobre os estudos feministas de gênero. “Os homens e as mulheres reais não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições de suas sociedades ou de nossas categorias analíticas”, já nos advertia Joan Scott (1995, p.88).

Esta autora defende, em linhas gerais, a importância dos modos de agência nos processos de subjetivação. Ela analisa as práticas de resistência cotidianas, nas atividades mundanas, informais, difusas. Segundo ela, ainda que as atividades propriamente revolucionárias, em seu sentido mais amplo, sejam excepcionais, comumente, estamos acionando modos de agência que nos permitem maximizar as vantagens dentro do sistema que nos limita a capacidade de poder, ainda que esses modos de agência não sejam tão visíveis.

Saba Mahmood (2004), por sua vez, diferencia agência de “resistência em relação às relações de dominação”. Informa que a resistência é só entre as várias formas de agência; não é a única. As ideias de Mahmood (2004; 2006) e seu interesse pelas diferentes formas com que a agência pode ser exercida (seja na resistência, mas

também nas curvas, desvios etc.) se apoiam nos avanços das leituras pós-estruturalistas de gênero. Assim, a autora critica as noções liberais de liberdade e autonomia que guiam algumas concepções de agência (ou agenciamento) e advoga que, no pós-estruturalismo, a agência é concebida apenas como resistência, como subversão ou ressignificação, em oposição à repressão, à dominação e à subordinação. Criticando essa leitura específica sobre agência, Mahmood define agência de modo mais amplo, como uma “modalidade de ação”, que inclui o “sentido de si”, as aspirações, os projetos, a capacidade de cada pessoa de realizar seus interesses, seus desejos, suas experiências do corpo, enfim: “uma capacidade para a ação, criada e propiciada por relações de subordinação específicas” (Mahmood, 2006, p.133).

Para construir esta definição, a autora se apoia nas ideias de Michel Foucault, especialmente naquilo que ele chama de “paradoxo da subjetivação”, referindo-se à produção das subjetividades (no sentido de dessujeição) no marco do exercício das relações de poder. A agência pode produzir-se devido ao fato de que as normas podem ser “performadas, habitadas e experienciadas de diferentes maneiras” (Mahmood, 2006, p.136) e não só conformadas ou subvertidas. Deste modo, a agência seria um produto das relações de poder e, portanto, exercida pelos diferentes (atores e atrizes) envolvidos em jogos de poder.

Sherry Ortner (2006) também defende que há relações entre agência e poder e reconhece que a agência está muito além da oposição aos mecanismos de dominação. Esta autora entende que a agência é uma propriedade universal dos sujeitos, culturalmente construída e, obviamente, desigualmente distribuída.

Tendo esse princípio de agência por base, Beatriz Preciado (2010) propõe a noção de plasticidade. A plasticidade, segundo ela, inscreve-se não apenas no jogo com o outro, mas no diverso do mesmo.

Em entrevista publicada no jornal *El País*, esta autora produziu uma síntese que consideramos útil à nossa leitura sobre agência, sobre pluralidade e sobre diversidades. Ela diz que os modos de desejar e os modos de obter prazer são plásticos e, por isso mesmo,

estão submetidos à regulação política. Se fossem naturais e determinados de uma vez por todas, essa regulação não seria necessária. Segundo ela, “[h]á um enorme trabalho social para modular, controlar, fixar essa ‘plasticidade’. E não só política, mas também psicologicamente. Cada indivíduo é uma instância de vigilância suprema sobre sua própria plasticidade” (Preciado, 2010, p.1, grifo nosso). E encerra seus argumentos respondendo ao repórter que a entrevistara: “Quando você me perguntou de onde vem minha rebelião... é daí. Como é possível não estarmos em revolta constante, como é possível que isto não seja a revolução?” (Preciado, 2010, p.5).

A diversidade não deveria ser, portanto, os óculos com o qual olhamos os outros, mas antes de tudo o espelho no qual nos refletimos. Aqui, estamos nos referindo ou defendendo uma aposta no potencial da plasticidade de modos de jogar gênero, sem ignorar as condições de possibilidades e jogos de poder que se mostram sempre dicotômicos e lineares. Nesse sentido, não podemos confundir a aposta da plasticidade com a aceitação incondicional de possibilidades.

Essa crítica comum às leituras pós-estruturalistas não se sustenta, pois nestas não se desconsideram os regimes que se impõem contra a plasticidade. Porém, ao apostar no diverso, abrem-se possibilidades de transformação social e de leituras mais complexas sobre as relações sociais reguladas por marcadores sociais, entre os quais se inclui o gênero. Estas perspectivas nos aproximam, invariavelmente, do debate sobre interseccionalidade, proposto no final da década de 1990.

Do nosso ponto de vista, o conceito de interseccionalidade pode nos ajudar a compreender que a organização social das masculinidades opera juntamente com vários marcadores sociais da diferença (não apenas gênero), produzindo regimes de verdade sobre o masculino e sobre a regulação de modos de subjetivação masculina. Ao mesmo tempo, este conceito alerta para o fato de que, se por um lado há estruturas (ou tecnologias de verdade) que visam à manutenção e reprodução de determinadas ordens, por outro, há agências que se conjugam no plural e que evidenciam resistências à dominação.

Patrícia Mattos apresenta alguns ganhos teóricos e metodológicos que a abordagem interseccional, tal qual proposta por Nina Degele e Gabriele Winker, pode trazer para as pesquisas feministas, pós-coloniais e *queer*:

a abertura das categorias de diferenciação permite que se tornem visíveis as construções dos eixos das diferenças, que são naturalizadas e hierarquizadas nas relações, práticas sociais e institucionais, gerando, das mais variadas formas, exclusão social, dor e sofrimento. Dessa maneira, é possível desvelar a violência simbólica que legitima e justifica a dominação social em suas diversas manifestações cotidianas. É possível ainda mostrar como operam os sistemas de classificação/desclassificação social em diferentes contextos e, com isso, desconstruir os códigos binários, sempre presentes nas categorias de diferenciação, que estão sempre produzindo e reproduzindo assimetrias arbitrariamente construídas entre os indivíduos. (Mattos, 2011, p.21)

Essa desconstrução dos códigos e da lógica binária é fundamental para, de fato, emprendermos uma leitura relacional de gênero, que não se limite ao binômio masculino-feminino. Como argumenta Adriana Piscitelli (2008), ao privilegiarem a articulação entre gênero e sexualidade (Butler, 1999), ou entre raça e gênero (Brah, 2006), por exemplo, algumas autoras denunciam limites ao pensamento radical da segunda onda feminista. Segundo Piscitelli (2008, p.21), “o feminismo radical da segunda onda [...] caracterizou-se por minimizar diferenças que não fossem as sexuais, às quais conferiam absoluta primazia. Assim, as discriminações vinculadas à classe e raça [e sexualidade] não encontravam abrigo nessas formulações”.

Como destacam Adriano Senkevics, Lucas Passos e Matheus França, que se intitulam “três garotos feministas ensaiando política, educação, feminismo e coisas do gênero” (Senkevics et al., 2012), nesse contexto de resistência crítica e radical a uma leitura binária das relações de gênero, autoras como Joan Scott, Marilyn Strathern, Donna Haraway, Judith Butler, entre outras, propõem novas

formulações sobre o conceito de gênero, apostando na pluralidade, na interseccionalidade e, portanto, em leituras mais complexas sobre contexto e agência, como estratégia para dar visibilidade à articulação de múltiplas diferenças e desigualdades que operam em nosso cotidiano e na institucionalização de práticas sociais. Mas, como adverte Adriana Piscitelli:

as categorias de diferenciação não são idênticas entre si, mas existem em relações, íntimas, recíprocas e contraditórias. Nas encruzilhadas dessas contradições é possível encontrar estratégias para a mudança [...]. Ao analisar as categorias articuladas, McKlinton explora políticas de agência diversificadas, que envolvem coerção, negociação, cumplicidade, recusa, *mimesis*, compromisso e revolta. (Piscitelli, 2008, p.268)

A leitura interseccional sobre os homens e o masculino rompe a equação binária que institui as mulheres e o feminino como o revés da moeda em que figuram os homens e o masculino. Sexualidade, raça/etnia, geração, idade, relações de trabalho, condições socioeconômicas e outros marcadores sociais da diferença evidenciam a dimensão plural e plástica dos modos de subjetivação masculina.

Além disso, é preciso reconhecer que, do mesmo jeito que “[n]ão se nasce mulher, torna-se mulher”, parafraseando Simone de Beauvoir, não se nasce homem, torna-se! Neste sentido, o terceiro ponto por nós proposto para uma leitura feminista de gênero consiste no reconhecimento da importância dos processos de socialização e sociabilidade, ou, mais precisamente, a pedagogia a partir da qual se forjam homens e se instituem, valorizam-se e se naturalizam certos atributos considerados masculinos (a nosso ver, machistas).

As narrativas apresentadas no início deste texto são ótimos exemplos desses processos. O antropólogo português Miguel Vale de Almeida, na obra *Senhores de si*, também narra um conjunto de situações que ilustram as variadas maneiras a partir das quais se produzem modos de ser homem, seja no contexto da homosociabilidade (entre amigos, escolas, em bares, no quartel e tantos outros

espaços e condições de presença quase exclusivamente masculina), ou mesmo na educação infantil sexista que insiste em marcar a diferença entre homens e mulheres, inclusive em ilustrações dos livros didáticos, por exemplo, que sugerem modelos de família nuclear e patriarcal e um complexo de relações em que são “explícitas as hierarquias, quer através do corpo (o homem mais alto que a mulher), quer etário e de gênero (o filho é sempre mais alto e mais velho que a filha, e a criança mais velha é sempre um rapaz, fato este transmitido pelo texto)” (Almeida, 1995, p.258).

Esses processos pedagógicos funcionam no interior de jogos ou tecnologias de verdade,⁸ dos processos de produção de um certo regime de verdade sobre gênero que visa a conservar um saber (dicotômico, hierárquico e opressor), opondo-se a uma suposta verdade sobre aquilo que se constituiria como falso, controlando-se o que se diz, como se diz e aquele que pode dizer, ou seja, funcionando como procedimentos de exclusão dessa ordem do discurso. A andrologia, a sexologia, a noção de “papéis sexuais”, a política pública de saúde do homem, as revistas ditas “masculinas”, os chamados movimentos “masculistas”, as indústrias *fitness* e farmacêutica de produção de corpos masculinos e “eretos”, a segmentação dos esportes por sexo, a disposição dos banheiros públicos que diferenciam o masculino do feminino (inclusive com signos generificados como flor e cartola para se referir à mulher e ao homem, respectivamente) podem funcionar como sistemas que favorecem esta pedagogia e sua produção de um modo situado, portanto, precário, parcial e provisório de se produzir homens.

Além disso, partindo da perspectiva de que o poder atribuído aos homens não é construído apenas nas formas como os homens interiorizam, individualizam e/ou reforçam tal condição, mas também nas formas ritualizadas, documentadas e institucionalizadas de

8 “Jogos de verdade” podem ser compreendidos como o conjunto de regras que funcionam para produção de verdade, ou seja, o conjunto de procedimentos que conduzem a um determinado resultado, que pode ser considerado, em função de seus princípios e de suas regras de procedimento, como válido (ou não) (Foucault, 1994).

constituir homens e masculinidades, precisamos estar atentos aos processos de formulação e implementação, por exemplo, de políticas públicas de “saúde do homem” (não por acaso, no singular), o qual pode se constituir em um dispositivo de reafirmação de modos de serem homens e de se regular a expressão das masculinidades, naturalizando corpos e práticas (Medrado et al., 2011).

Nesta perspectiva crítica aos processos que visam naturalizar a diferença, apresentamos nossa quinta proposição acerca de possíveis parâmetros para uma leitura feminista de gênero que pretende pensar os homens e as masculinidades: o reconhecimento de que sexo é também uma construção cultural, assim como gênero.

Segundo Jurandir Freire Costa (1996), essa crença de que somos original e naturalmente divididos em dois sexos começou a ganhar força cultural no final do século XVIII e início do século XIX. Anteriormente, segundo ele, a medicina e a ciência galênica reconheciam a existência de um só sexo, o masculino. A mulher era o representante inferior desse sexo porque não tinha calor vital suficiente para atingir a perfeição do macho.

A noção de sexo estava subordinada à ideia da perfeição metafísica do corpo masculino. A hierarquia sexual ia da mulher ao homem. Sexo tinha como referente, exclusivamente, os órgãos reprodutores do homem. A natureza havia feito com que a mulher não tivesse o mesmo calor vital do homem, a fim de que pudesse abrigar o esperma e os óvulos fecundados sem destruí-los. A frieza da mulher era necessária à reprodução. Se a mulher fosse tão quente quanto o homem, o embrião poderia ser dissolvido. Quando a mulher aquecia muito, não chegava ao estágio sexual do homem. Ao contrário, o aumento do calor gerava distúrbios nos seus humores, que fermentavam, subiam para a cabeça, produzindo fenômenos patológicos. (Costa, 1996, p.6)

Assim, destaca-se que mesmo na biologia encontramos também ecos de uma justificativa racional para a suposta superioridade masculina, baseada na crença do calor vital e da perfeição anatômica

do corpo masculino, sendo a mulher descrita como um homem invertido.

Uma das explicações plausíveis fornecidas por Costa (1995) para a atual oposição binária entre os corpos masculino e feminino é que esta diferenciação, embora aparentemente natural, teria um fundamento político, localizado nos interesses da sociedade burguesa:

Por que, então, começou-se a exigir a ideia de diferença de sexos para estabelecer a diferença de gênero entre homens e mulheres? [...] Porque segundo autores como Foucault, Lacqueur e outros, os ideais igualitários da revolução democrático-burguesa tinham que justificar a desigualdade entre homens e mulheres, com fundamento numa desigualdade natural. [...] Para que as mulheres, assim como os negros e os povos colonizados, não pudessem ter os mesmos direitos de cidadãos homens, brancos e metropolitanos, foi necessário começar a inventar algo que, na natureza, justificasse racionalmente as desigualdades exigidas pela política e pela economia da ordem burguesa dominante. (Costa, 1995, p.7)

Todavia, a busca de diferenciações essencialistas entre um sexo natural/objetivo e um gênero social/subjetivo constitui-se ainda como forte tendência nos estudos de gênero:

o termo “gênero” torna-se uma forma de indicar “construções culturais” – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. (Scott, 1995, p.75)

O gênero torna-se, assim, “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado”, para utilizar uma expressão de Scott (1995) ou, mais precisamente, um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças percebidas/construídas sobre os sexos.

Concordamos com Scott (1995) quando ela propõe que a saída para uma reconstrução das dissimetrias sexuais consiste em fazer

explodir a noção de fixidez da diferenciação bipolar entre os sexos, em descobrir e refletir sobre a natureza do debate ou da repressão que leva à aparência de uma permanência atemporal na representação binária dos gêneros. Nesse sentido, questionar o *status* da distinção “natural” entre os sexos, base da diferenciação de gênero, talvez contribua para uma reflexão mais produtiva sobre as relações sociais, num sentido mais amplo.

Portanto, adotar o conceito de gênero não significa também substituir um determinismo biológico por um determinismo social. Não significa dizer que todos os indivíduos de um dado sexo necessariamente possuem determinadas características definidas socioculturalmente, pois, como nos lembra Scott (1995), os homens e as mulheres não cumprem sempre, nem cumprem literalmente, os termos das prescrições sociais ou de nossas categorias analíticas.

Em 2002, tivemos acesso a uma matéria, publicada pela Folha de S. Paulo, em 16 de agosto, que trazia como título “Promotoria dificulta cirurgia sexual de bebê”. No olho da matéria, o seguinte texto: “No Distrito Federal, crianças com ‘má-formação de órgãos sexuais’ precisam esperar por autorização do Ministério Público para fazer correção”. Segue-se o texto da matéria:

Crianças que nascem no Distrito Federal com má-formação dos órgãos sexuais (que pode impossibilitar a definição do sexo do bebê) precisam esperar por autorização do Ministério Público para se submeter a uma cirurgia corretiva. A má-formação atinge, em média, um a cada 16 mil bebês nascidos no país.

A “ambiguidade genital” ou “má-formação” tem o tratamento pago pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todo o país. Uma equipe multidisciplinar avalia o bebê e, com o apoio da família, identifica o sexo da criança para realizar a cirurgia. (*Promotoria...*, 2002)

Em 2001, instalou-se uma grande polêmica quando o promotor Diaulas Ribeiro, da promotoria de Defesa dos Usuários dos Serviços de Saúde, produziu uma recomendação específica que impede a intervenção cirúrgica sem autorização prévia da Promotoria, o que,

segundo a matéria, estaria “atrasando o tratamento dos pacientes”, pois “desde que entrou em vigor, a promotoria autorizou apenas dois casos”, muito pouco, segundo a matéria, quando comparado ao Hospital das Clínicas de São Paulo, que realiza 20 cirurgias “corretivas” por ano.

Mais adiante, a matéria apresenta alguns depoimentos de especialistas. Mércia Rocha, cirurgiã-pediatra do Hospital Universitário de Brasília, defende que as correções devem ser feitas antes de o paciente completar dois anos. Ela diz, segundo a matéria, que existe uma outra linha de pensamento, na qual a Promotoria se apoia, que defende a correção quando a criança tiver maturidade para definir o sexo a que pertence. Para ela, essa conduta não é adequada. “O que vemos, na prática, é que essas crianças não são aceitas pela sociedade, são chamadas de ‘macho-fêmea’”, declarou (apud *Promotoria...*, 2002).

A partir da ideia binária de homem/mulher é organizada uma série de aparatos, sendo o modelo anatômico tomado como prévio em um movimento que se inicia pelo imperativo da visão. Aqui vale a máxima: é menino ou menina (tem pênis ou vagina)? Quando os sujeitos não estão dentro dessa categorização são criados inúmeros elementos que visam à conservação da ordem binária. Em outras palavras, no impasse entre um corpo indefinido e uma cultura intolerante, muda-se o corpo. A intervenção pública aqui é claramente reguladora, normatizadora (Machado, 2005).

Mais recentemente, em maio de 2011, a imprensa internacional veiculou a notícia de um casal canadense (David Stocker e Kathy Witterick, 39 e 38 anos, respectivamente) que decidiu criar seu terceiro filho sem definir o sexo. Segundo notícia publicada em um veículo virtual, “embora não tenha qualquer ambiguidade na genitália, o bebê não é chamado nem de menino, nem de menina. O casal de Toronto diz que, com a decisão, está respeitando o direito de o bebê escolher o seu próprio sexo, livre das pressões e das normas sociais”.⁹

9 *Globo Blogs*, publicação on-line, em 24 de maio de 2011. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/moreira/posts/2011/05/24/casal-canadense-decide-criar-bebe-sem-definir-sexo-382370.asp>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

Essas narrativas nos remetem, assim, às origens do conceito de gênero, que se inscreve na tensão entre corpo e cultura, ou mais precisamente na forma como a cultura forja corpos, pois há mais de quarenta anos, em 1968, Robert Stoller falava sobre um fenômeno semelhante. Em seu trabalho, Stoller (um dos primeiros pesquisadores a empregar o conceito de gênero)¹⁰ observou crianças que, devido a problemas anatômicos congênitos, haviam sido educadas de acordo com um sexo que não era fisiologicamente o seu. Stoller observou que as crianças mantinham os “padrões de comportamento” do sexo para o qual foram educadas, mesmo depois de serem informadas de que sofriam de mutilação acidental ou má-formação de seus órgãos genitais externos.

É importante produzir uma leitura sobre o sistema sexo/gênero de modo a não reificar a dicotomia natureza-cultura, mas buscar compreender os usos e efeitos que práticas sociais, especialmente no campo das políticas públicas, produzem a partir do exercício constante de oposição entre os dois sexos (Medrado; Lyra, 2008). Apostamos, ao contrário, na complexa teia que define as relações de gênero, que nos aponta mais para a diversidade do que para a diferença, como resposta a uma dicotomia e desigualdade sociais forjadas (Medrado et al., 2011).

Chegamos, assim, ao sexto e último ponto a partir do qual posicionamos nossa leitura feminista de gênero sobre os homens: a importância e necessidade de reconhecer e revisitar os princípios fundamentais do movimento feminista e LGTB (Lésbicas, Gays, Transexuais, Bissexuais) que consideramos fundantes das atuais leituras sobre os homens e as masculinidades.

10 Marta Lamas (1995) localiza pela primeira vez o termo gênero no trabalho do psiquiatra John Money, particularmente em uma pesquisa sobre hermafroditismo, também publicada em 1955. Empréstimo do termo da filologia, Money emprega a expressão “papel de gênero” (*gender role*) para denominar as atribuições ou conjunto de atributos identificados socialmente como masculino e feminino. Money (1955) e Stoller (1968) são também considerados por Izquierdo (1994) como os possíveis pioneiros na distinção sexo-gênero.

Os primeiros investimentos reflexivos sobre homens e masculinidades têm origem particularmente na década de 1960, mais precisamente a partir da consolidação do movimento feminista e do movimento em defesa dos direitos sexuais, que promoveram um exame crítico e tomada de posição diante das dissimetrias sociais baseadas na diferenciação sexual (Arihla et al., 1998; Medrado; Lyra, 2002). Estes movimentos propuseram como princípios a politização do privado e um deslocamento do debate sobre produção de conhecimento científico, que resultou numa dupla proposta que se traduz no desejo de transformar a sociedade e na busca de uma análise crítica dos próprios princípios da produção do conhecimento científico (suas premissas e critérios). Como destaca Joan Scott, “as pesquisadoras feministas assinalaram, desde o início, que o estudo das mulheres não acrescentaria somente novos temas, mas que iria igualmente impor um reexame crítico das premissas e dos critérios do trabalho científico existente” (1995, p. 73). As perspectivas não se limitavam, pois, a sugerir mais um tema importante de debate, ao contrário, elas propunham uma discussão eminentemente epistemológica.

Esse movimento feminista – que, segundo Gomáriz (1992), tem sua base epistemológica no conflito social – foi tomando proporções cada vez maiores e se inserindo paulatinamente em discussões acadêmicas sob a forma de “estudos das mulheres” e, posteriormente, como “estudos de gênero”. Como proposta, pesquisadoras feministas pretendiam criticar a produção de abordagens explicativas que reforçavam a noção de inferioridade feminina, além de realizar uma reestruturação do conhecimento das ciências humanas e sociais, por meio da introdução progressiva do conceito de gênero na leitura da construção social da realidade e da própria ciência.

Também assim o fizeram os movimentos gay e lésbico (hoje LGBT) que, ao lutar por sua visibilidade, exigiram novas reflexões sobre a noção precária de identidade sexual e sobre a própria sexualidade, que passou a ser compreendida também como campo público e como campo dos direitos.

Neste sentido, consideramos que, do ponto de vista da epistemologia feminista, a ciência deve ser concebida como prática social, um

empreendimento político. Portanto, do ponto de vista da produção de conhecimento sobre os homens e o masculino, é preciso romper com modelos explicativos que, via de regra, reafirmam a diferença e que nos permitem somente explicar como ou por que as coisas assim são, mas que não apontam contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas que nos permitissem visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva. É preciso apostar em novas construções políticas que resgatem o caráter plural, polissêmico e crítico de algumas leituras feministas, que acreditam em transformações profundas e radicais (Medrado; Lyra, 2008).

A produção de conhecimento não pode simplesmente “fotografar”, narrar ou descrever a dura realidade em que se forjam e se regulam modos de subjetivação masculina, mas devem sobretudo visibilizar opressões, jogos e possíveis processos de transformação. Assim, concluímos nossa proposição apresentada ao longo deste texto, no qual expomos os pontos de partida que, em nossa perspectiva, devem orientar uma leitura feminista sobre homens e masculinidades:

1. É preciso superar leituras que situam os homens e o masculino como faces malditas das relações de gênero;
2. Os modos de subjetivação masculina são plurais e plásticos;
3. As tecnologias acionadas para produção de regimes de verdade sobre o masculino operam a partir de diversos marcadores sociais da diferença, não apenas gênero;
4. É preciso compreender a pedagogia homosocial e simbolicamente sexista, a partir da qual se forjam homens e se instituem, se valorizam e se naturalizam certos atributos considerados masculinos, sobremaneira sustentados em práticas violentas, tanto do ponto de vista material como simbólico;
5. Sexo é também uma construção cultural, tanto como gênero;
6. Seguindo a tradição dos movimentos de mulheres e LGBT, é necessária a politização do privado, da intimidade na qual se instituem as mais perversas formas de regulação de modos

de subjetivação masculina e feminina e, ao mesmo tempo, é preciso reconhecer que, do ponto de vista da epistemologia feminista, ciência não é espelho da natureza e pesquisa não é descrição da realidade; é espaço de crítica e de produção de subsídios para transformação social.

○ PÊNIS SEM O FALO: ALGUMAS REFLEXÕES SOBRE HOMENS NEGROS, MASCULINIDADES E RACISMO¹

Deivison Faustino Nkosi

Introdução

Início esta exposição agradecendo o convite e afirmando que é uma honra compartilhar deste momento com pessoas tão importantes para o feminismo e, sobretudo, para a minha formação. Não sou especialista nos temas que abordarei, mas buscarei apresentar algumas reflexões possibilitadas pelo contato com a leitura (não sistematizada e ainda confusa) sobre feminismo negro, masculinidades, masculinidade negra e racismo.

Fui teoricamente confrontado pela “questão de gênero” na adolescência, quando passei a integrar uma organização de *hip-hop* – na época o Grupo R.O.T.Ação, hoje Grupo Kilombagem – que organizava grupos de estudos sobre raça, classe e gênero a partir de textos traduzidos de Angela Davis. Neste grupo, as mulheres reivindicavam a participação dos homens nas reflexões sobre o assunto, proporcionando-nos um rico aprendizado e autocrítica sobre a nossa situação de poder.

1 Na produção deste texto pude contar com preciosas críticas e sugestões de estudiosos e pesquisadores como Leila Maria de Oliveira, Allan da Rosa, Luciene Galvão, Liana Lewis, Bergmam Pereira, Cauê Gomes, Tago Elewa Dahoma, Ana Lúcia Spiassi, Catiara Oliveira (Iara) e Ana Nery C. Lima.

Posteriormente, quando eu ainda era militante do movimento *hip-hop*, tive acesso às reflexões sobre masculinidades ao trabalhar em uma ONG feminista chamada Centro de Educação em Saúde, no município de Santo André, em São Paulo. Lá, tive o prazer de conhecer e ser chefiado por Juny Kraiczuk – que provocava sua equipe a trabalhar com os direitos e saúde sexual e reprodutiva a partir do *hip-hop*, capoeira e teatro – e, posteriormente, trabalhar com Sérgio Barbosa e Flávio Urra em alguns projetos com homens autores de violência.

Num terceiro momento, com a Rede Nacional de Saúde da População Negra, diante da necessidade de discutir o extermínio da juventude negra, me deparei com algumas questões relacionadas às masculinidades negras. Estas questões, embora lacunares e não sistematizadas, foram enriquecidas a partir da leitura dos trabalhos de autores como Frantz Fanon, Edrigle Cleaver, Angela Davis, Sulamith Firestone, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Luiz Eduardo Batista, Osmundo de Araújo Pinho, Rolf Ribeiro de Souza, Edna Roland, Waldemir Rosa, Bell Hooks, Benedito Medrado, Jorge Lyra, entre outros tantos, que oferecem, cada um a seu modo, reflexões muito mais ricas do que as que serei capaz de explanar neste espaço; mesmo assim, aceitei a provocação para apresentar essas questões com o objetivo de fundir horizontes que possibilitem refletir sobre as masculinidades contemporâneas.

O título do presente trabalho foi inspirado na exposição do pesquisador Rolf Ribeiro de Souza, em dezembro de 2012, durante o “Seminário Homens de Axé”, organizado pela Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras e Saúde, do qual tive o prazer de participar. Apresentarei, a seguir, algumas reflexões elaboradas por autores(as) negros(as) que se debruçaram direta ou indiretamente sobre as intersecções entre racismo e masculinidade e discutirei, ao final, as possíveis relações destas intersecções com o alto índice de mortalidade de jovens negros.

Considerando como pressuposto que o movimento de mulheres negras há tempos vem alertando para uma invisibilidade das especificidades das mulheres negras nas demandas “universais”

defendidas pelo conjunto do movimento de mulheres, nos colocaremos a tarefa de questionar até que ponto as reflexões sobre masculinidades e saúde dos homens estão atentas às mazelas materiais e simbólicas provocadas pelo racismo e, principalmente, o quanto o racismo delimita a construção das masculinidades.

Ao mesmo tempo, busca-se reconhecer que os “padrões hegemônicos de masculinidade” apresentam cobranças e expectativas de gênero que, se por um lado possibilitam o exercício de poder sobre as mulheres – bem como sobre outros homens na intersecção com outras contradições sociais e opressões –, também alienam os homens de sua própria humanidade, fechando-os para tudo que for arbitrariamente eleito como próprio do universo feminino, empobrecendo drasticamente a sua socialização. Nas palavras da saudosa Heleieth Saffioti, à medida que o homem é aprisionado no “mundinho do macho”, paga muito caro pelo “poderzinho que tem” (Saffioti, 1987).

Vários autores têm chamado a atenção para a multiplicidade de possibilidades de viver a masculinidade (Connell, 1995b; Schpun, 2004; Botton, 2007; Kimmel, 1997), apontando para uma ideia de masculinidades (no plural), mas ainda é recente a crítica sobre a noção fixa de um masculino, pensada geralmente a partir do clássico referencial ocidental (branco, heterossexual, de classe média, cristão, urbano etc.).

A noção de *padrão de masculinidade hegemônica* busca reconhecer que embora haja uma norma dominante, as pessoas transitam por elas de formas distintas, sejam motivadas por outras contradições – raça, classe, região, geração etc. –, seja pela própria trajetória e agência individual. Assim como não há uma única masculinidade, não há uma única *masculinidade negra*, mas é pertinente alertar para o fato de que, embora existam negociações e subversões de toda ordem, o exame da “norma” abre-nos a possibilidade de uma agência menos ingênua da própria trajetória.

O pênis sem o falo: o racismo e a racialização

Lacan também propôs a tese de que o falo (por falo não se refere necessariamente ao pênis, trata-se de um falo simbólico, não físico) demanda uma carga de legitimidade, afirmando o masculino (capador do falo) sob as demais sexualidades (que abrem mão do falo). Para Lacan, a mulher também é possuidora do falo, mas a partir do momento que trava uma relação sexual com um homem, abre a mão do seu falo para legitimar o falo do homem que a penetra. (Botton, 2007, p.111)

No princípio era a generidade humana. Íntegra de tal forma em seu paraíso perdido que qualquer diferenciação entre os seres se fazia irrelevante. Da *Bíblia sagrada* judaico-cristã à *Origem da família, da propriedade privada e do Estado*, de Engels, este Éden paradisíaco onde o *religare* ainda não era necessário, portava a existência de um eu (integralmente) único. Entretanto, em algum passado nebulosamente inalcançável, este Eu outrora pleno, foi irreversivelmente cindido (seccionado) em dois hemisférios antagônicos, deixando ambos os lados incompletos e irresistivelmente atraídos por seu-outra, em busca de uma fusão (sexual) apocalíptica.

Com esta metáfora, Edricle Cleaver inicia o capítulo “A mitose originária”, em seu livro intitulado *Alma no exílio*: ele afirma que, na sociedade de classes, a cisão genealógica do eu está relacionada à alienação entre corpo e mente, onde os homens (força bruta e controle) – já separados das mulheres (também racializadas em seus corpos) – são divididos entre os que controlarão a sociedade (administradores onipotentes) e os que executarão atividades braçais (os criados supermasculinos). Segundo ele, esta divisão não é negociada harmoniosamente, mas garantida pela usurpação violenta por parte das classes dominantes dos elementos de poder dos demais membros da sociedade.

Os “machos” abaixo do administrador onipotente “estão na sociedade de classes alienados dos componentes administrativos de si próprios de maneira proporcional à distância de seu ápice”

(Cleaver, 1971, p.168) e os administradores, por outro lado, vivenciam uma distância entre si e o seu corpo, cada vez menos robusto dado a distância com as atividades braçais. À medida que transferem as atividades corpóreas aos criados, passam a glorificar suas mentes e a desdenhar as atividades e os saberes relacionados ao corpo. A divisão ocidental do trabalho gera uma esquizofrênica cisão entre mente (razão) e corpo (emoção), levando a uma sobrevalorização do primeiro em detrimento do segundo:

A fraqueza, a fragilidade, a covardia, e a efeminização estão, entre outros atributos, associados à Mente. O vigor, a força bruta, a robustez, a virilidade, e a beleza física estão associados ao Corpo. Assim as classes mais altas, ou Administradores Onipotentes, estão eternamente associados à fraqueza física, ao definhamento dos corpos raquíticos, à efeminação, à impotência sexual e à frigidez. A virilidade, vigor e força estão associadas às classes mais baixas, aos Criados Supermasculinis. (Cleaver, 1971, p.169)

É verdade que o “complexo de Adônis”² – expresso por uma busca obsessiva dos homens pelo “corpo perfeito” – já está presente nos mitos fundadores da civilização ocidental, mas a provocação de Cleaver nos leva a indagar se essa busca desesperada pelo corpo (perfeito?) não se dá justamente por reflexo recalcado de sua ausência.

Voltando ao nosso tema, sem se preocupar em ser taxado com os possíveis rótulos de “heteronormativo” ou “misógino”, Cleaver segue sua metáfora, afirmando que a mulher das classes dominantes, em virtude da efeminização de seu parceiro (alienado de seu corpo) e para contorná-la de forma que os atributos dele sejam percebidos como masculinos, torna-se *ultrafeminina*. Esta postura da ultrafeminização da mulher das classes dominantes só é possível porque, na sociedade de classes, ela pode transferir “suas” tarefas braçais (ligadas às funções domésticas na sociedade patriarcal) às mulheres das classes subalternizadas. Neste processo, a mulher da elite

2 Ver neste sentido a interessantíssima pesquisa de Pope (2000).

absorve usurpadoramente a feminilidade das mulheres das classes subalternizadas, que por sua vez passam a ter a sua feminilidade proporcionalmente diminuída. Assim, a mulher da elite torna-se ultrafeminina enquanto a mulher abaixo dela – brutalizada pelo trabalho braçal do espaço doméstico –, *subfeminina* (ou masculinizada).

Inspirando-se na dialética hegeliana do senhor e do escravo, Cleaver afirma, neste esquema, que o corpo do criado supermasculino torna-se – justamente por ser “supermasculino” – uma ameaça (real e simbólica) constante ao administrador onipotente, e este, mesmo detendo o controle sobre o corpo do criado, não consegue esconder o medo e a inveja do vigor deste *outro negado em si*.

No outro polo, o criado supermasculino pode tanto tramar contra a subsunção de que é vítima quanto desejar estar no lugar do seu senhor, tomando posse (mesmo que simbolicamente) do que lhe foi negado. O medo, a desconfiança e o estranhamento são sentimentos constantes entre eles.

A metáfora oferecida pelo autor se complexifica quando ele revela sua filiação fanoniana: na sociedade colonial a superestrutura e a infraestrutura se confundem (Fanon, 2005) de forma que o criado supermasculino tem cor e seu corpo é racializado. A especificidade do racismo é que o negro não pode disfarçar ou esconder a marca da sua diferenciação: “o negro é escravo da sua aparição” (Fanon, 2008) e a presença de sua corporeidade aciona, ao menor contato, todas as representações positivas ou negativas relacionadas ao lugar do escravo na divisão escravista de trabalho: o corpo. Como assinala Neuza Santos Souza:

Quando a natureza toma o lugar da história, quando a contingência se transforma em eternidade e, por um “milagre econômico”, a “simplicidade das essências” suprime a incômoda e necessária compreensão das relações sociais, o mito se instaura, inaugurando um tempo e um espaço feitos de tanta clareza quanto ilusão. Clareza, ilusão e verossimilhança que são frutos de um poder constitutivo do próprio mito: o de dissolver, simbolicamente, as contradições que existem em seu redor. (Souza, 1983, p.25)

Tende-se a esperar que o negro seja sempre *superdotado* de habilidades corporais diversas como dança, futebol, força física e outras atividades relacionadas à virilidade típica dos criados supermasculinizados. Dificilmente, quando queremos eleger atributos positivos aos negros ou aos africanos, conseguimos ultrapassar essas prerrogativas racializadas criadas pela sociedade colonial.

Lembro-me de certa vez em que meu avô, preocupado com o meu futuro quando eu estava para terminar o ensino médio, deu-me o seguinte conselho: “Olha para você meu filho... um negrão deste terá muito mais futuro como guarda, esquece esse negócio de faculdade e faça um curso de vigia”.

Nas sociedades de classe multirraciais e racistas como o Brasil, a raça exerce funções simbólicas (valorativas e estratificadoras). A categoria racial possibilita a distribuição dos indivíduos em diferentes posições nas estruturas de classe, conforme pertençam ou estejam mais próximos dos padrões raciais da classe/raça dominante. (Souza, 1983, p.20)

Em uma sociedade racista, o homem negro traz a escravidão impressa em seu corpo e com ela os diversos atributos associados aos criados supermasculinizados. O negro, mesmo que não saiba disso, mesmo que tente buscar outras significações e corporeidades, será visto e terá que de uma forma ou de outra dialogar com estas expectativas.

“O negro é um animal”: da invisibilidade à desqualificação

Sou um homem invisível. Não, não sou um fantasma como os que assombravam Edgar Allan Poe, nem um desses ectoplasmas de filme de Hollywood. Sou um homem de substância, de carne e osso, fibras e líquidos – talvez se possa até dizer que possuo uma mente. Sou invisível, compreendam, simplesmente porque as pessoas se

recusam a me ver. Tal como essas cabeças sem corpo que às vezes são exibidas nos mafuás de circo, estou por assim dizer, cercado de espelhos de vidro duro e deformante. Quem se aproxima de mim vê apenas o que me cerca, assim mesmo, ou os inventos de sua própria imaginação – na verdade, tudo e qualquer coisa, menos eu. (Ellison, 1999)

Em seu famoso trabalho intitulado *Pele negra*, Frantz Fanon explica que o racismo, em sua complexidade e sofisticação, não se resume a uma simples delimitação de hierarquias entre brancos e negros, mas se expressa, sobretudo, na fixação de atributos biológicos nos indivíduos. A invisibilidade do negro diante do narcisismo ocidental, bem como a redução do mesmo às suas dimensões corpóreas e aos estereótipos de toda ordem expressam o racismo mesmo nos contextos de pseudo-valorização do negro – como alerta Neuza Santos Souza nas citações mencionadas anteriormente.

O ser humano, múltiplo em suas potencialidades, é, na sociedade colonial,³ alienado de sua humanidade ao ser cindido entre brancos e negros: aos brancos, entendidos como expressão universal da generalidade humana, é atribuída a ideia de razão, civilização, cultura, religião, tecnologia, história. A história universal, dirá Hegel (2003), caminha do Leste (Oriente) para o Oeste (Ocidente), sendo que este último seria a expressão mais desenvolvida do que é o ser humano. Já o negro, “o Negro não é um homem, é um homem negro” (Fanon, 2008), e para entendê-lo “devemos abstrair de todo sentimento de humanidade” (Hegel, 2003).

Aqueles que não são europeus não podem almejar o status de universalidade, são apenas *outros*. É possível falar em cultura negra, indígena, árabe, japonesa, mas soaria estranho pensar em cultura branca. Uma pessoa considerada “cultu” é aquela que detenha os conhecimentos referentes às especificidades culturais europeias.

3 Vale lembrar que, para Fanon, a modernidade é impensável sem considerar o seu caráter colonial, de forma que só a entenderemos em sua complexidade se entendermos o quanto raça, classe e gênero se imbricam num projeto de poder.

O outro (o negro) – aquele que pode ser especificado – desaparece quando se pensa o ser humano universal. Ele é “invisibilizado”.

E chamo ao palco minha testemunha:

Às vezes é até vantajoso não ser visto, embora quase sempre seja desgastante para o sistema nervoso. Acontece também que essas pessoas de visão deficiente vivem esbarrando em você. Ou você passa a duvidar, cada vez mais, da própria existência. Começa a se perguntar se não passará mesmo de um fantasma na cabeça dos outros. Uma criatura num pesadelo, que aquele que dorme tenta, por todos os meios, destruir. (Ellison, 1999)

Quando não é invisibilizado, o negro é representado como contraponto antitético do humano. A sua aparição, quando autorizada, é reduzida a uma dimensão corpórea, emotiva ou ameaçadora, tal como um King Kong⁴ descontrolado: tão grande, tão bruto, tão negro, com mãos rústicas e exacerbados instintos libidinais em sua busca desenfreada pela mocinha (ultrafeminina) de tez claramente virginal e corpo frágil.

Lembro-me de certa ocasião, em um almoço de família, quando um amigo branco nos contava como teve (literalmente) um enfarto quando a sua filha de 18 anos levou à casa dele o rapaz que ela estava namorando. Com medo de ser “mal interpretado”, ele descrevia as características do rapaz sem classificá-lo racialmente:

Para mim foi demais: ele chegou de moto, todo malandrão com aquela calça larga, andando gingando e falando na gíria, com

4 Não por acaso, a tradução para King Kong é “rei do Congo”. A África dos safáris e dos animais selvagens, em nossa imaginação ocidentalizada, antes de ter um leão como rei, já tinha um gorila. Nada mais tranquilizador para a consciência de uma civilização que se beneficiou do rapto de pessoas e riquezas naturais durante séculos: o Indiana Jones tem todo o direito de saquear as minas do rei Salomão, tal como as empresas transnacionais (estadunidenses, europeias, chinesas e atualmente brasileiras) o fazem no Congo, Libéria, Mali, Sudão, Ruanda, Líbia etc.

aqueles tranças de maloqueiro... Aquele brutamente tocar na minha filhinha... Eu não aguentei... fiquei tomado de raiva e tive vontade de voar no pescoço dele... destruí-lo na porrada, mas me segurei, olhei no fundo dos olhos dele e o intimidei dizendo: quem você está pensando que é para querer namorar a minha filha, seu merdinha? [...] Eu imaginei ele a tocando e aquilo foi me dando um ódio tão grande, mas tão grande... que eu fui perdendo o fôlego e não podia mais respirar [...] precisaram me levar ao hospital...

“O negro é um animal”! Alguém tem dúvidas? O polêmico videoclipe chamado “Kong”,⁵ do funkeiro MC Catra, e o pagodeiro Alexandre Pires são bastante explicativos e talvez tenham muito a nos dizer sobre as fantasias criadas no seio da sociedade colonial. Entretanto, ao contrário do que se poderia supor quando acreditamos que falar de racismo é falar de negro, essas fantasias expressam uma racialização da subjetividade tanto de brancos como de negros:

Qualquer aquisição intelectual exige uma perda do potencial sexual. O branco civilizado conserva a nostalgia irracional de épocas extraordinárias de permissividade sexual, cenas orgiásticas, estupros não sancionados, incestos não reprimidos. Essas fantasias, em certo sentido, respondem ao conceito de instinto vital de Freud. Projetando suas intenções no preto, o branco se comporta “como se” o preto as tivesse realmente. [...] O preto é fixado no genital, ou pelo menos aí foi fixado. Dois domínios: o intelectual e o sexual. *O pensador de Rodin em ereção*, eis uma imagem que chocaria. Não se pode, decentemente, “banciar o durão” toda hora. O preto representa o perigo biológico. O judeu, o perigo intelectual. Ter a fobia do preto é ter medo do biológico. Pois o preto não passa do biológico. É um animal. Vive nu. (Fanon, 2008, p.143, grifos meus)

5 Esse videoclipe pode ser visto em <https://www.youtube.com/watch?v=sFa-TAKkh7Q>.

Esse é um dos aspectos importantes da racialização: a crença na superioridade corporal do negro é irmã gêmea da crença em sua inferioridade intelectual, assim como a crença na superioridade intelectual do branco é irmã gêmea da crença em sua inferioridade corporal diante do negro. Isso significa, antes de qualquer coisa, que o elogio ao (descomunal, excessivo e animalizado) pênis e/ou desempenho sexual do negro muitas vezes esconde justamente a impossibilidade de reconhecer sua humanidade em outras instâncias da vida. Em uma pesquisa sobre as representações raciais na pornografia *gay*, Osmundo Pinho colhe um depoimento bastante ilustrativo deste dilema:

Recentemente um pequeno escândalo repercutiu nas redes sociais a partir de Salvador. Um conhecido produtor de festas *gay* de grande sucesso teria ofendido um interlocutor em uma rede social na internet. O interlocutor, que seria negro, ao que parece referiu-se ao fato de estudar fora do país, ao que o produtor assim respondeu: “Eu sei muito bem quais são seus estudos aí... Puta aqui é vc, que faz prostituição... Esse é seu estudo, vc já viu preto estudar fora do país? Se toca, preto, brasileiro e baiano, nordestino...” [...] “Apesar de por ter tudo isso pela minha família que tem um histórico positivo na sociedade baiana... já a sua deve ter um histórico de senzala em algum interior da Bahia... [...] Se toca *man*, vc vai nadar, nadar e morrer na praia... Vc é um nada, e mesmo que consiga chegar em algum lugar... Sempre vai ser diferente.. em qualquer espaço... Vc sabe pq né? Sua cor oferece uma coisa de boa... a genética física... todo pretinho tem um corpinho gostoso... Fora isso, fedem mais que qualquer ser humano”. (apud Pinho, 2012)

A situação é delicada: o negro fede “mais do que qualquer ser humano” e sua origem remete à senzala. Nunca será nada, mesmo se conseguir chegar a algum lugar, mas ainda assim “o seu corpinho é gostoso”. O campo do corpo, como já vimos, é o único em que o criado supermasculino pode se expressar e ser valorizado. Mas não nos enganemos: trata-se de uma valorização alienada e

inferiorizante, já que o branco, atolado em seu narcisismo, projeta no negro a *outridade* de suas próprias castrações e recalque:

Ainda no plano genital, será que o branco que detesta o negro não é dominado por um sentimento de impotência ou de inferioridade sexual? Sendo o ideal de virilidade absoluto, não haveria aí um fenômeno de diminuição em relação ao negro, percebido como um símbolo fálico? O linchamento do negro não seria uma vingança sexual? Sabemos tudo o que as sevícias, as torturas, os murros, comportam de sexual. Basta reler algumas páginas do Marquês de Sade para nos convenceremos... A superioridade do negro é real? Todo o mundo sabe que não. Mas o importante não é isso. O pensamento pré-lógico do fóbico decidiu que é assim. (Fanon, 2008, p.139)

A triste verdade é que assim como a estátua *O pensador* de Rodin é inconcebível com o pênis ereto, o negro é inconcebível nos espaços de poder reservados ao administrador onipotente (saber, tecnologia, civilização). Seja pela pretensa dimensão animalizada de sua corporeidade, seja pela necessidade de adestramento constante neste esquema de subalternidade, o homem negro representa uma constante ameaça à ordem simbólica (Souza, 2009): o negro é suspeito até que prove o contrário.

Para piorar este cenário, no período posterior à abolição, em que o ex-escravizado passa a ser visto pelas elites racistas como trabalhador indesejável, os homens negros terão ainda mais dificuldades de corresponder aos ideais hegemônicos de masculinidade e sua sina frequentemente oferecerá aparente comprovação à tese lombrosiana de que é *naturalmente* vagabundo, degenerado e vadio.⁶

6 Sueli Carneiro (2004) apresenta o conceito de “matriarcado da miséria” para explicar os dilemas de gênero em que a população negra se viu envolvida no período pós-abolição. Os homens negros passam a ser vistos como *trabalhadores indesejáveis* no primeiro ciclo industrial do Brasil, e a sua substituição pela força de trabalho imigrante da Europa resultou em desagregações sociais e psicológicas de todo o tipo. Associado a isso, em uma época em que os papéis sociais de homens e mulheres eram muito mais rígidos do que hoje, serão as mulheres

A relação deste criado supermasculino com a mulher negra é geralmente atravessada por uma tensão, como revela o romance *Black Woman to Black Man* [De mulher negra para homem negro], escrita por Gail A. Stoke em 1968, no qual uma mulher negra se dirige ao seu companheiro dizendo:

Naturalmente você dirá “Como eu posso te amar e querer estar com você, se, quando eu chego em casa, você parece uma palerma (desleixada e mal-arrumada)? Pois saiba que as mulheres brancas nunca abrem a porta para seus maridos do jeito que vocês, putas negras, abrem”.

Eu não poderia adivinhar, não, seu ignorante? Por que elas estariam nesse estado, se têm empregadas como eu, que fazem tudo por elas? As crianças não berram no ouvido dela, ela não fica de pé ao lado do fogão quente; tudo é feito para ela, e seu homem, amando-a ou não, sempre a sustenta... sustenta... você ouviu isso, seu negro? SUSTENTA! (Stoke apud Firestone, 1976, p.136)

Embora seja uma caricatura própria do contexto norte-americano da década de 1960, o trecho citado oferece elementos importantes para refletir sobre o quanto o racismo marca dolorosamente as relações sexuais e afetivas entre homens negros e mulheres negras. Tendo como ponto de partida as relações raciais sobre a ótica de um homem negro, Edricle Cleaver aponta dois problemas relacionados à intersecção sexo e raça: 1. Uma vez que é (física e mentalmente) interdito pelo racismo, o homem negro não consegue corresponder, diante da mulher negra, às expectativas patriarcais de masculinidade; 2. O negro (criado supermasculino), em sua busca afetiva rumo a uma intersecção apocalíptica, não identifica na negra (subfeminina) o seu *outro ideal* (Souza, 1983).

negras que conseguirão sustentar as famílias a partir da inserção precária no trabalho doméstico. Este rearranjo trará, por um lado, a “inserção” da mulher negra nos espaços públicos (muito antes das mulheres brancas), mas ao custo de desajustes diversos no âmbito familiar.

Para Cleaver, a mulher negra em sua feminilidade saqueada pela mulher branca na sociedade de classes, deixa de ser interessante para o homem negro, pois a dureza rústica do trabalho braçal, associada às posturas firmes que necessita para sobreviver, a impede de cultivar, vivenciar e incorporar os ideais (patriarcais) de feminilidade (cada vez mais baseados no modo de vida da mulher branca).

O racismo brutaliza a mulher negra⁷ e, segundo Cleaver, é exatamente assim que ela aparece aos olhos do homem negro: uma amazona (des)erotizada. Quando fechar os olhos e imaginar-se tocando uma mulher, a imagem será o mais próximo possível das paquitas ou da mocinha do filme *Lagoa azul*, com sua tez claramente angelical e os mamilos possivelmente rosados. Ela será branca, mesmo quando preta, o mais branca possível.

Enquanto “o negro não for um homem” (e sim um homem negro), e os brancos forem expressão universal da humanidade, a atração incontrolável pela mulher branca não será apenas reflexo de um padrão estético de beleza embranquecido e ocidentalizado, mas antes de qualquer coisa representa o acesso VIP ao *mundo dos homens*:

Da parte mais negra de minha alma, através da zona de meias-tintas, me vem este desejo repentino de ser branco.

Não quero ser reconhecido como negro, e sim como branco.

Ora – e nisto há um reconhecimento que Hegel não descreveu – quem pode proporcioná-lo, senão a branca? Amando-me ela me prova que sou digno de um amor branco. Sou amado como um branco.

Sou um branco.

Seu amor abre-me o ilustre corredor que conduz à plenitude...

Esposo a cultura branca, a beleza branca, a brancura branca.

Nestes seios brancos que minhas mãos onipresentes acariciam, é da civilização branca, da dignidade branca que me aproprio. (Fanon, 2008, p.69)

7 Gislene Aparecida Santos (2004) analisa com profundidade as consequências do racismo na identidade das mulheres negras. Destaca-se no mesmo sentido Márcia Santos Severino (2013).

“Ela pode ser feia, careca e só ter um dente, mas é Branca” (Cleaver, 1971), já a mulher negra não é interessante ao criado supermasculino à medida que não porta aquilo que lhe falta: a docilidade quase infantil, a pureza angelical, a inocência, a sensibilidade... Na sociedade racista esses elementos são exclusivamente representados pelos brancos, enquanto o(a)s negro(a)s simbolizam o exato oposto.

Dado que para ele o machismo não se dissolve, mas se amplifica neste dilema de raça, classe e gênero, não será à toa que, quando os criados supermasculinos gozarem de privilégio social e reconhecimento – em alguma habilidade do corpo –, terão como prioridade, “possuir” e, principalmente, ostentar a mulher branca como o principal troféu, descartando, quando é o caso, a “posse” de menor valor (a mulher negra) que podia acessar com seu *poderzinho* no mercado afetivo. Dos jogadores de futebol aos traficantes, do “negrinho de *dread*” na faculdade ao cantor de *funk*, a mulher branca é símbolo maior de poder e alimento aos desejos mais profundos e nem sempre nomeados.

No caso da mulher negra, a amazona guerreira (subfeminina) herdeira do “matriarcado da miséria”, o homem negro, para ser atraente, ou é um dominador mais rústico e violento que ela, ou lhe parecerá um frouxo. Este homem negro barrado socialmente pelo racismo, impossibilitado de assumir a função de provedor, mas, ao mesmo tempo, imerso nos ideais alienados que o colonialismo o reservou (comedor, vagabundo, violento etc.) encontrará dificuldades de corresponder às expectativas de masculinidade também aos olhos da mulher negra.

“Melhor gozar só do que mal acompanhada”, dizia o cartaz, amplamente compartilhado no Facebook, que uma moça negra carregava em uma manifestação. Por escolha ou falta dela, a solidão é um tema muito caro às mulheres negras, que graças a estes esquemas macabros vivenciam grandes problemas relacionados ao chamado mercado afetivo.

Ou se implode este esquema ou o agenciamento nascerá morto

Estas contradições e representações têm diversos desdobramentos que não poderão ser explorados no espaço deste texto, mas é possível destacar a partir da contribuição dos autores supracitados o seguinte quadro:

- O homem negro é invisível: é o administrador onipotente que define os termos do que é ser homem, mas ele é narcisista e só vê a si próprio; é incapaz de conceber o “outro”, a não ser que ele esbarre em seu caminho (ou o ideal de masculinidade) ou potencialize o seu protagonismo;
- O homem negro é um animal: ao abrir mão do corpo, o administrador onipotente transfere ao seu subordinado as características que também são suas: o criado supermasculino (do Fernandinho Beira-Mar ao Mano Brown, do MC Catra ao Kid Bengala) é puro corpo (*Id*) sem interdições e, por isso, precisa ser controlado sob o risco da anomia;
- O homem negro não é homem de verdade: dadas as barreiras objetivas e subjetivas oferecidas pela sociedade colonial (durante ou após a escravidão), não dispõe dos recursos sociais necessários para corresponder às expectativas patriarcais de masculinidade

Apesar de o quadro anterior ser baseado em estereótipos e generalizações que não abarcam a riqueza de possibilidades e negociações produzidas por homens e mulheres negros(as) e brancas(as) no dia a dia, podemos nos perguntar até que ponto ele não está nos indicando alguns elementos preciosos para a construção das masculinidades. O negro terá estes referenciais fetichizados como ponto de partida para agenciar sua identificação e é só a partir do corpo que o negro será visto... Por consequência, será a partir dele (o corpo) que se afirmará.

Do Mano Brown ao Kid Bengala, do Mussum ao Fernandinho Beira-Mar, a resposta ao estereótipo não poderia ter outro ponto de

partida que não a própria reificação racializada e, neste sentido, a afirmação da masculinidade. Muitas vezes sem a força necessária (ou mesmo a pretensão) para desarticular todo o esquema, limita-se a repeti-lo.

Em primeiro lugar, é a partir deste referencial fetichizado que o criado supermasculino esboçará sua agência. “Ser negrão de verdade” implica assumir a atribuição de manter-se em cena como uma máquina de sexo:⁸ além de “ter a pegada”, deve ser (super) dotado de um pênis enorme,⁹ ser um animal na cama, dançar bem, ter habilidades para esportes e outras tarefas manuais, ter força física descomunal, além de jamais recuar perante uma ameaça, mesmo que isso implique o violento (e nem por isso menos glorioso) dilaceramento de seu corpo... O homem negro deve ser “macho ao quadrado”¹⁰ em todas as situações exigidas, e só a partir destes atributos será reconhecido.

Em segundo lugar, se a própria afirmação do subalterno não prescinde dos atributos oferecidos pelo opressor, a ausência ou a deficiência de algum elemento relacionado ao corpo terá consequências catastróficas para a identidade deste homem. O negro que não conseguir exibir algum dos atributos desta hipervirilidade supermasculina estará traindo/frustrando sua raça e sua masculinidade. Se este homem negro é *gay*, não sabe dançar, tem o pênis menor do que o exibido exaustivamente na categoria negro dos filmes pornôs (Pinho, 2012), ou simplesmente não corresponde ao estereótipo supermasculino do negrão, este indivíduo será *pior que o nada*.

8 Alusão à famosa letra *Sex Machine* [Máquina de sexo], de James Brown, na qual se escuta “*Stay on the scene (get on up), like a lovin’ machine (get on up)*” [Fique em cena (chegue junto), como uma máquina do amor (chegue junto)].

9 Note-se que no imaginário social o termo superdotado pode ser utilizado para designar pessoas providas de uma habilidade cognitiva descomunal. Mas o intelecto é atributo do administrador onipotente. Ao criado supermasculino, autoriza-se apenas a referência ao corpo. Ao falar-se de um negro superdotado, certamente, refere-se ao tamanho descomunal de seu pênis.

10 Macho ao quadrado ou macho² = 2 x macho ou macho x macho, ou seja, um macho quadrado.

Esta dimensão é extremamente violenta à medida que os estereótipos são mitos fechados e racialmente atribuídos e, como tal, não correspondem à diversidade da vida. O negro que por algum motivo não corresponda a alguns destes estereótipos vivencia um sofrimento psíquico intenso, pois além de não ser reconhecido como homem por ser negro, não consegue ser reconhecido como homem negro em todos os atributos reificados que envolvem este reconhecimento. O sentimento de inferioridade aqui não pode ser compensado pelos fetiches socialmente disponíveis e restará apenas um insuperável sentimento de desajuste. Continuará sendo invisível, ou inferiorizado aos olhos do racismo, mas condenado a ser um desvio entre os desviados.

A heteronormatividade ganha proporções assustadoras neste esquema: “Negrão ainda vai, mais negrão veado?”, “Homem é homem e mulher é mulher,¹¹ mas homem que dá o rabo não é homem” e, portanto, deverá ser sadicamente violado e humilhado.

Numa outra perspectiva, podemos nos perguntar como seria para um jovem negro – daquele que se espera que *tenha a pegada* – “brochar” no momento do ato sexual e trair a única coisa que se espera dele com “seu corpinho gostoso”. Se diante de tal pressão ele puder escolher entre recuar ou insistir, mesmo que através de uma relação sexual desprotegida, certamente não hesitará. A pressão para não poder falhar, própria a todos os homens de nossa sociedade, ganha um significado diferente para o homem negro, já que este é reduzido unicamente ao seu corpo de modo que nada mais se esperará dele. Se ele falhar nesse domínio, não terá outra chance de existir para o outro e está condenado *a não ser* (Dussel, 1977).

11 Trecho da música *Diário de um detento* do álbum de 1992 dos Racionais MC's, *Sobrevivendo no inferno*.

A violência e o extermínio da juventude negra

Sentindo-se assim (invisível), você passa, por puro ressentimento, a devolver os empurrões que recebe. E – permitam-me confessar – é quase sempre assim que você se sente. Você se aflige com a necessidade de se convencer de que existe mesmo, num mundo real, de que faz parte de todo esse ruído, essa angústia, e acaba revidando aos muros, aos palavrões, jurando que fará com que eles reconheçam você. Mas isso quase nunca dá certo. (Ellison, 1999)

No final de 2012, os noticiários jornalísticos cobriram com entusiasmo (dada a audiência gerada) a existência de mais uma “escalada de violência no Estado de São Paulo”. Para além do olhar parcial e distorcido que só enxerga a violência como sinônimo de “crime contra o patrimônio”, ou quando o crime é cometido contra os detentores de patrimônio, o foco passou a ser temporariamente direcionado ao “assassinato violento de policiais” perpetrados “por uma quadrilha que age dentro e fora dos presídios”, bem como à “morte de suspeitos em confronto com a polícia”.

A (aparente) inocência no emprego dos termos “assassinato” e “morte” esconde as distintas significações reservadas ao ato de matar em nossa sociedade. Enquanto o assassinato de *alguns* é, como não poderia deixar de ser, indesejável e desprezível, a morte (também intencionalmente provocada) de *outros*, a depender da posição que ocupem nesta escala social de valores (mas também de classe, raça e gênero) é, se não desejável, tratada como “normal” e “inevitável”.

Como já discutimos alhures (Faustino, 2010, 2013), o perfil desses outros respeita um padrão colonial que persiste: a juventude negra é o alvo prioritário das “mortes” intencionalmente provocadas. Estudos do Mapa da Violência de 2012 (Waiselfisz, 2012) comprovam que, na maioria dos casos, as vítimas de homicídios (principalmente os “mortos” em “confronto” com a polícia) são homens jovens e negros, residentes de periferias das mais diversas cidades do país. Mais espantosa ainda é a triste constatação de que esses dados não causam comoção social, e a morte desses jovens,

quando noticiada, é supostamente atenuada pela genérica imagem do “suspeito”, cunhado pela tipificação criminalista. Somente os “outros” são passíveis de suspeita, e os mesmos mecanismos que constroem a “nossa” percepção sobre “eles” “nos” autorizam a respirar mais tranquilos com a notícia de seu aniquilamento, ou pelo menos a sua violenta “pacificação”.

Não temos a pretensão neste artigo de esgotar o debate ou analisar a complexidade de fatores que, associados, configuram a violência urbana, em geral, e o extermínio da juventude negra em particular. Uma análise mais precisa exigiria a observação mais detida de como as diversas determinações sociais, aparentemente isoladas, coadunam, como totalidade concreta, para a situação que classificamos aqui como “extermínio da juventude negra”.

A persistência atualizada do racismo brasileiro e a manutenção de expectativas e estereótipos raciais e de gênero, bem como os estímulos exacerbados ao consumismo, narcisismo e imediatismo próprios do estágio atual de acumulação capitalista, embora sejam elementos basilares para a compreensão do problema, não poderão ser devidamente tratados neste texto.

Como se sabe, a violência urbana é fenômeno multifacetado, mediado por diversos fatores de ordem política, social, cultural, econômica e psíquica (Minayo, 2005) que não poderemos explorar devidamente neste pequeno espaço. Gostaríamos de levantar aqui alguns aspectos que podem relacionar a masculinidade negra ao que se nomeia de “sociabilidade violenta” (Misse, 1999) para, em seguida, discutir o papel do Estado na institucionalização desta violência, completando um quadro que pode ser classificado como extermínio da juventude negra.

O racismo e a sociabilidade violenta

Clóvis Moura oferece uma pista importante para se pensar a relação entre racismo e sociabilidade violenta no contexto escravista. O controle social do escravo passava pela contenção física via castigos

corporais, mas não se resumia a ela, tendo na repressão dramática da linguagem um elemento central que resultava em um estado psíquico de permanente tensão e conflito. Como explica o autor, o escravo:

não poderia exprimir um pensamento crítico em relação à realidade existente. Muitas vezes, mesmo pensando que poderia dizer, faltava-lhe a coragem para transformar essa vontade em ato e soltar a frase que expressava aquilo que pensava com medo que o senhor ouvisse. Poderia ser considerada uma agressão à disciplina. Por isso o escravo muitas vezes achava mais fácil uma agressão física, uma violência corporal a uma ofensa verbal, a um xingamento, um “filho da puta”, um “vá a merda”, um ‘corno’, um “estou de saco cheio”, ou mesmo uma simples frase de descontentamento contra ordem recebida, o que seria catártico porém de consequências imprevisíveis. (Moura, 1994, p.198)

Essa contenção do pensamento pela interdição da fala do escravizado (criado supermasculino) expressava uma interdição a qualquer manifestação de si que não fosse aquela esperada pelo senhor escravista (o administrador onipotente). Este mecanismo social inibidor

poderá ter sido a causa de muita violência dos escravos sem razões aparentes. [...] Estes atos eram a conclusão de um longo período de mutilação interior do seu pensamento que protestava, mesmo intuitivamente, contra a situação na qual se encontrava. (Ibid., p.198)

Em um contexto (invisibilidade ou inferiorização) em que a masculinidade encontra-se em frangalhos, a violência pode ser uma forma de se fazer ouvir (Nolasco, 2001).

Canto o corpo que boia decomposto no rio,
a 12 que entra na mansão a mil, "cadê o dinheiro tio...
não tem?
então bum... vai pra puta que o pariu!!!!!!

O meu assunto é favela, farinha, detenção.
 Sou locutor do inferno até a morte. Facção
 É uma gota de sangue em cada depoimento,
 infelizmente é rap violento,
 Eduardo, Dum Dum, Eric 12, lamento.
 Versos sangrentos.
 Pode ligar, pode ameaçar, enquanto a tampa do caixão não fechar
 minha voz tá no ar.¹²

Não se assustem! Infelizmente não são todos os que explodem violentamente contra a ordem – isso não significa que não explodem, mas talvez o trecho indique uma explosão que vai além dos “pelos 20 centavos”.¹³ O ódio de classe presente na letra de *rap* traz impregnado o gostinho da vingança simbólica pela humilhação, invisibilidade, estigmatização.

Wladimir Rosa (2006) oferece algumas indicações importantes sobre este assunto. Ao diferenciar o *hip-hop* brasileiro do modelo norte-americano, o autor afirma que a agressividade expressa nas letras de *rap* estava associada a uma perspectiva de autodefesa, tanto contra grupos e gangues rivais, quanto contra a atuação opressiva do Estado (com seus aparatos repressivos) e das classes dominantes:

Por isso, muitas vezes esse discurso (agressivo) pode assumir contornos de aclamação a um confronto armado para forçar uma mudança na sociedade. Nesses termos, a condição de gênero dos homens se expressa na disposição para esse conflito, a virilidade torna-se o valor desse conflito. (Rosa, 2006)

12 Trecho da música *A minha voz está no ar*, do álbum de 2000 do grupo Facção Central, *Versos sangrentos*.

13 Alusão ao lema das manifestações de junho de 2013 em todo país que se iniciaram com o descontentamento pelo aumento de R\$ 0,20 na passagem de ônibus. Descontentes com a cobertura reducionista exercida pelos grandes meios de comunicação, os manifestantes escreviam em faixas ou cartolinas: “Não é só por R\$0,20”.

Dialogando com Fanon (2008) e Cleaver (1971), Rosa (2006) afirma que o racismo cria no homem negro um sentimento de emasculação que só seria superado (ou pelo menos amenizado) pelo enfrentamento violento à sociedade hostil. Este enfrentamento é violento não apenas porque se deseja a violência como compensação vingativa, mas porque não se visualiza outra forma de agenciamento. Neste contexto, forja-se uma agência que tem na virilidade a sua maior expressão: elas nos permitem compreender que tomar a virilidade como fator explicativo da masculinidade negra implica considerar o efeito causado pelo sistema de supremacia branca patriarcal capitalista. A virilidade do homem negro não pode ser tida, nesse caso, como um valor masculino em si, mas sim como um efeito reativo a uma condição de subalternização racial inerente a sociedades ex-escravistas, nas quais o modelo hegemônico que deve ser alcançado é o do patriarcado, o poder viril exercido plenamente pelo homem branco. O *rap* não consegue fugir a essa proposta e, reativo a esse desafio, vê no exercício da virilidade e sua ostentação o caminho para desafiar o homem branco, seu interlocutor e oponente (Rosa, 2006).

O problema, segundo ele, é que esta contestação subversiva tende a ser reacionária no que tange às relações de gênero, à medida que a afirmação desta masculinidade ultraviril conserva expectativas patriarcais sobre a mulher e, sobretudo, sobre outros homens negros, por meio da manutenção das hierarquias e das relações de poder autorizadas ao criado supermasculino.

Como alerta Fanon (2005, 2008) ao falar sobre a relação entre a violência e a sociedade colonial, os homens colonizados, em reação à vigília constante a que são submetidos e, ao mesmo tempo, em resposta ao fato de não poderem extravasar as tensões acumuladas em uma vivência extremamente dura contra “seus superiores”, voltam-se contra os seus pares de maneira violenta. Essa agressividade está presente tanto nas brincadeiras quanto no momento de resolução de conflitos.

Ao mesmo tempo, se considerarmos que o poder não é algo estável que se possui para sempre, mas sim um elemento relativo a

diversas circunstâncias e situações que extrapolam os modelos até aqui descritos, pode-se refletir sobre o quanto estas relações de poder a que os homens negros estão submetidos não os isentam de exercer dominação ou opressão sobre outros sujeitos abaixo deles (mesmo que circunstancialmente) nas relações de poder.

Angela Davis (1997) chama a atenção para um “masculinismo” no movimento pelos direitos civis, frente ao que Cleaver classificaria como emasculação do homem negro, que levou o movimento a um confronto com o poder branco pautado no reforço acrítico dos estereótipos patriarcais. A afirmação da virilidade do homem negro foi acompanhada pela idealização do modelo nuclear burguês de família que reforça expectativas limitadoras em relação tanto às mulheres negras, ao inviabilizar a participação delas nos espaços públicos de luta e, ao mesmo tempo, quanto à situação de violência doméstica vivida por elas (Cleaver, 2004).

Queremos apontar neste espaço a necessidade de se considerar as intersecções entre violência, machismo e racismo, atentando para os diversos desdobramentos que esta relação pode assumir. Mas, voltando ao tema do extermínio da juventude negra, acreditamos que este é apenas um aspecto do problema, pois o buraco parece estar localizado muito mais abaixo.

A violência institucionalizada

Se quisermos aprofundar a análise sobre o extermínio da juventude negra, outro elemento deverá ser adicionado à reflexão. Pensar o extermínio dos jovens negros apenas pela chave interpretativa “eles são violentos e se matam, então vamos oferecer oficina de *rap* para que eles canalizem sua agressividade”, sem olhar para a violência institucional que os vitimiza, resultará num falseamento da realidade a ponto de não problematizarmos o papel do Estado como agente principal desta violência.

“O homem negro não é um homem, é um homem negro” (Fanon, 2008) e para ele, animalizado e hiperviril, todo cuidado é pouco.

“Adolf Hitler sorri no inferno”¹⁴ enquanto estes – quase todos pretos ou pobres que de tão pobres quase pretos – são tratados como *eternos suspeitos até que provem o contrário*. Para o criado supermasculino, a truculência policial não é sinal de despreparo, mas expressão sistêmica de uma instituição preparada e socialmente autorizada a violentar e matar seletivamente.

O relatório da Human Rights Watch revela ainda que a polícia militar brasileira, não por despreparo, mas pela lógica que a estrutura, tem promovido execuções extrajudiciais sistemáticas:

Identificamos provas confiáveis de que muitas pessoas mortas nos supostos confrontos com a polícia foram, na realidade, executadas por policiais. Na maioria dos 51 casos de “resistência seguida de morte” ou “autos de resistência” estudados pela Human Rights Watch, os supostos tiroteios alegados por policiais parecem ser incompatíveis com os tipos de ferimentos das vítimas documentados nos laudos necroscópicos. Em muitos desses casos, determinadas lesões demonstravam que a vítima fora atingida à queima-roupa. (Human Rights Watch, 2009, p.3-4)

O relatório analisa a postura das polícias fluminense e paulista, mas oferece um cenário interessante para compreendermos a polícia militar brasileira, inclusive em seus pelotões de elite, como é o caso das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota) em São Paulo:

entre os anos de 2004 e 2008, o Comando de Policiamento de Choque de São Paulo, grupo de operações especiais da polícia militar que contém as Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), matou 305 pessoas e deixou somente 20 feridos. Em todos esses casos de supostos tiroteios, um único óbito de policial foi registrado. De maneira semelhante, em 2008, unidades operando em dez zonas

14 Trecho da música *Diário de um detento*, dos Racionais MC's, que denuncia a chacina de 111 presos durante o governo Fleury, no incidente conhecido como Massacre do Carandiru.

específicas de policiamento militar do Rio foram responsáveis por 825 vítimas fatais, em casos designados como “resistência”, ao passo que 12 policiais foram mortos no mesmo período. A situação é tão grave que em uma zona de operações de um desses batalhões o número de vítimas em supostos casos de “resistência seguida de morte” ultrapassou o número total de outros homicídios dolosos registrados em 2007. (Human Rights Watch, 2009, p.4)

Corroborando, para piorar este cenário, o fato de que a polícia militar, o principal braço do Estado nas comunidades pobres, herda da ditadura uma estrutura arcaica (ruim até para os policiais) que dificulta algum controle por parte da sociedade. Isso não quer dizer que as outras polícias (não militares, como a civil) estejam imunes a estes problemas, mas sim, que estaremos brincando de democracia se todo o debate se resumir a oficinas de cidadania para sensibilização dos “maus” policiais.

Há, portanto, uma dimensão colonial na atuação das polícias (principalmente a militar) e este elemento, em constante intersecção com o que classificamos acima de sociabilidade violenta, gera um cenário catastrófico de extermínio.

O Mapa da Violência (Waiselfisz, 2012) aponta permanência de um padrão macabro: têm reduzido os índices de homicídios de brancos enquanto aumentam os índices de homicídios de negros. Segundo o documento, o número de brancos assassinados caiu de 18.867 em 2002 para 14.047 em 2010, enquanto o assassinato de negros subiu de 26.952 para 34.983 no mesmo período. Quando se analisa o mesmo dado entre jovens de 12 a 21 anos (por 100 mil habitantes), observa-se que os homicídios cresceram para brancos e negros, mas os homicídios de jovens brancos subiram de 1,3 (2002) para 37,3 (2012), aumentando 29 vezes, enquanto entre os jovens negros subiram de 2,0 (2002) para 89,6 (2012), aumentando 46 vezes.

A reportagem intitulada “Violência fora de controle”, publicada pela *Revista Istoé*, é reveladora:

Na última semana, a escalada de violência atingiu o auge. Em apenas uma semana, entre 25 de outubro e 1º de novembro, 72 pessoas foram assassinadas na Grande São Paulo. [...] Os assassinatos das últimas semanas seguiram um mórbido padrão: um policial é executado e, em seguida, vários civis são mortos na mesma região por homens mascarados. No pico de violência iniciado na quinta-feira 25, o 86º PM assassinado neste ano foi alvejado por dois indivíduos de moto, na porta de casa, na Vila Nova Curuçá, zona leste da capital. Na sequência, na mesma região, duas pessoas também foram mortas a tiros por homens encapuzados. (Isto É, 2012)

Os vários casos semelhantes, noticiados aleatoriamente pela grande mídia paulista, sugerem que a polícia tem participado ativamente dos recentes atentados, ampliando para muito além dos dados oficiais, agrupados sobre o item “pessoas mortas em confronto com policiais” (São Paulo, 2013), o número de homicídios no estado.

Segundo dados da Agência Estado, só neste período de confronto, que foi do dia 24 de outubro a 10 de novembro, o saldo de homicídios bateu a cifra de 139 mortos, mas quando se observam os números brutos de homicídios no estado no ano de 2012, temos um saldo de 4836 pessoas assassinadas, superando os 4.294 homicídios do ano anterior (UOL, 2013). Estes confrontos são inteligíveis no contexto de organização de uma polícia militarizada, preparada para a guerra espetacular de aniquilamento¹⁵ aos que questionam o monopólio da violência estatal, e não para a segurança pública. Ao mesmo tempo, esse grande número de assassinatos deixa desaparecer o outro lado da mesma moeda.

Os policiais, em serviço ou não, se sentem legitimados e socialmente autorizados a vingá-los, “levando à morte” uma série de “suspeitos”. Um dos problemas que vem à tona é que, como afirmamos acima, só os *outros* – e no nosso caso, jovens negros residentes das periferias de grandes e médias cidades – são passíveis de

15 Termos como “guerra ao tráfico” ou “guerra ao crime organizado” são comuns nos noticiários policiais.

suspeita. Pior do que isso: só os outros podem “ser mortos”, já que seu homicídio doloso¹⁶ não merece nem a categoria “assassinato”, principalmente, se essa “morte” for perpetrada por agentes do estado contra grupos “suspeitos”.

É óbvio que a atuação da polícia não é o único fator explicativo, mas desconsiderar a sua participação na produção das mortes – tanto de forma oficial “devidamente” notificada, quanto pelo envolvimento de policiais em grupos de extermínios – é um equívoco que precisa ser superado quando se pensa seriamente em políticas públicas de prevenção da violência.

Além disso, as mortes de jovens negros e pobres não ocorrem apenas nesses períodos de guerra declarada, mas, pelo contrário, denotam mais um *ciclo contínuo* do que uma escalada de violência. As ações espetaculares de extermínio têm se revezado com a rotineira – e sistêmica – violência policial nas periferias. Os crimes de maio de 2006,¹⁷ o assassinato de funkeiros na Baixada Santista e os recentes assassinatos de jovens negros e pobres por motoqueiros encapuzados são a expressão mais visível de um problema crônico: a polícia

16 Segundo a classificação criminalista, homicídio doloso é aquele realizado quando há intenção de matar.

17 “Crimes de Maio” é o nome dado a um confronto realizado em maio de 2006, no estado de São Paulo, entre a polícia e uma organização de criminosos que atua dentro dos presídios chamada Primeiro Comando da Capital. Ao que tudo indica os agentes públicos, em aparente retaliação aos atentados praticados contra policiais, saíram à caça dos “bandidos” para vingar os colegas mortos. Essa atitude resultou no assassinato de 493 pessoas, sendo estas, na maioria, jovens negros e pobres de periferia apressadamente nomeados pela mídia sensacionalista como “suspeitos”. “De acordo com evidências levantadas por organismos não governamentais, 450 pessoas teriam sido executadas por policiais. Relatórios do Conselho Estadual de Defesa da Pessoa Humana (Condepe), do Conselho Regional de Medicina de São Paulo, da Justiça Global e da Clínica Internacional de Direitos Humanos da Faculdade de Direito de Harvard revelam que as execuções ocorreram em represália às ações do PCC [...] Os sinais de execução: 60% dos mortos tinham pelo menos uma bala na cabeça, 46% tinham projéteis em outras regiões de alta letalidade e 57% das vítimas foram baleadas pelas costas” (Brito, 2013). No mesmo sentido, ver documento produzido pelo Laboratório de Análise da Violência da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (Cano; Alvadia, 2008).

segue matando e violando direitos impunemente no estado de São Paulo. É o que nos mostra a Ordem de Serviço oficial datada de 12 de dezembro de 2012, assinada pelo capitão Ubiratan de Carvalho Góes Beneducci, da 2ª Companhia da Polícia Militar de Campinas. Os agentes policiais em patrulha deverão realizar:

abordagens a transeuntes e em veículos em atitude suspeita, especialmente indivíduos de cor parda e negra, com idade aparentemente de 18 a 25 anos, os quais sempre estão em grupo de 3 a 5 indivíduos na prática de roubo à residência daquela localidade.

No ano de 2012, à revelia da comemorada redução no número de homicídios no estado, 4.836 vidas foram interrompidas e, parte significativa delas, de forma precoce. Se essa cifra injustificável não nos autoriza a falar em extermínio, sem aspas e metáforas, que pelo menos não siga “invisibilizada” em nossa consciência.

Esperamos ter apresentado nestas linhas alguns elementos presentes nas discussões referentes às masculinidades negras. Não acreditamos, porém, que o “s” em referência a esta pluralidade isenta os homens negros de encarar os problemas e dilemas comuns a qualquer homem contemporâneo. As crises e desgastes diversos relativos aos novos arranjos nas relações de gênero oferecem aos homens em geral uma série de conflitos, limites e oportunidades dos quais os homens negros participam e atuam. Entretanto, urge chamar a atenção para o caráter colonial das masculinidades hegemônicas, tanto para compreender as *outras* masculinidades invisíveis em sua generalização abstrata, quanto as próprias masculinidades hegemônicas em suas intersecções de poder sobre as mulheres e *outros* homens. Isso não significa ignorar os privilégios de gênero vividos pelos homens negros, mas, sobretudo, contextualizá-los na complexidade dos jogos de poder.

Além disso, acreditamos ser necessário, em primeiro lugar, posicionar as reflexões sobre masculinidade negra junto ao acúmulo teórico e político produzido pelo movimento de mulheres negras, para, em seguida, pensar complementaridades, sinergias e possíveis

tensões daí decorrentes. Longe de ser um contraponto ao feminismo, as reflexões sobre masculinidades só foram possíveis a partir de suas contribuições e é a partir daí que devem ser ampliadas e exploradas.

O Grupo de Trabalho Homens de Axé, organizado pela Rede Nacional de Religiões Afro-brasileiras é um exemplo bem-sucedido que precisa ser replicado nos espaços do movimento negro, na medida em que oferece um ambiente privilegiado para refletir sobre esta complexidade sem abrir mão de considerar as especificidades relativas ao racismo.



NOSTALGIA DA INFÂNCIA, SAUDADES DO FEMININO: EM QUE MOMENTOS DA VIDA DE UM HOMEM O FEMINISMO PODE ATUAR PARA A CONSTRUÇÃO DE OUTRAS MASCULINIDADES POSSÍVEIS

Durval Muniz de Albuquerque Júnior

Aparentemente tudo principiou com Etelevina, ama de leite dos meninos mais velhos, precursora de Sebastiana. O nome Etelevina pertence a uma eternidadezinha anterior à minha primeira notícia de Deus, do cosmo; Etelevina, placa recebendo as nossas mais remotas impressões digitais; excluída do rol das mulheres diademadas. De suas profundezas trouxe-nos a primeira ideia da cor preta, a noite e adjacências. Fazia escuro, fazia medo no corpo de Etelevina. Seu leite trouxe-nos a primeira ideia da cor branca. Etelevina implicava síntese da cor e ausência da cor. Penso mesmo que Etelevina trouxe-nos o fogo, a mais remota imagem que tenho dele: vejo-a que acende no quadrado da cozinha uma lasca do brinquedo subversivo furtado aos deuses. Etelevina era enigmática, sentada em silêncios duros, abrindo-se somente quando empurrada; mesmo assim foi-nos ajudante da palavra, recordo-me que mencionava geringonça ou antes girigonça, papão, cocô, mula sem cabeça, brabuleta. Etelevina serviu-nos de primitiva toca e santuário; aqueles peitos aliciantes, beiços vermelhos, olhos de terror, isto é, do nosso terror, faziam de emblemas.

Murilo Mendes, *A idade do serrote*, p.28

É recorrente nas memórias e autobiografias masculinas a existência de um tom nostálgico em relação ao período da infância, espécie de reino encantado que se deixou para trás. O processo social e cultural de construção das masculinidades, das subjetividades masculinas, parece implicar uma ruptura muito mais traumática, um distanciamento muito mais marcante entre a vida infantil e a vida adulta do que ocorreria com a construção social e cultural das feminilidades, das subjetividades femininas. O processo que leva alguém a tornar-se homem, a deixar de ser criança e tornar-se um adulto viril e masculino parece implicar na ocorrência de perdas afetivas, emocionais, parece levar a um afastamento, a um distanciamento mais doloroso e radical em relação ao universo infantil, o que leva a esse permanente lamento do tempo perdido e a esse gesto constante de medição das distâncias que separam o menino do homem feito, que agora busca se inscrever através do texto. Ora, talvez isso ocorra, e esta é a hipótese que defenderei nesse texto, porque, como nos diz o antropólogo espanhol Pedro Cantero, de certo modo todos nascemos “mulher” e como tal vivemos a chamada primeira infância. Nascemos através do corpo da mãe, do corpo social e culturalmente definido como feminino, com ele trocamos nossos primeiros contatos sensíveis; fundidos nesse corpo aprendemos os esquemas corporais básicos; o peito e o rosto materno é o centro de nosso mundo e através deles começamos a nos situar; seu cheiro servirá de orientação e nos envolverá, um mesmo vago e delicado odor de leite irmanará o corpo da mãe e do bebê; é no seu olhar e na sua voz que começará a difícil tarefa da separação, do aprendizado da identidade própria, da existência de um Eu, de um sujeito outro dela apartado, da condição de objeto de cuidado, de carinho, de amor ou de desprezo, de recusa e de indiferença. Pelo menos para a maioria das crianças, esses primeiros anos de vida são vividos sob a presença decisiva das mulheres, das mães: é com as mulheres que os futuros varões terão as primeiras experiências do cosmo, o mundo é majoritariamente marcado pelo feminino em seus primeiros delineamentos. Como Etelvina foi para Murilo Mendes, a primeira encarnação de uma entidade quase divina terá um corpo

definido como feminino; ser elementar, ela nos ensinará a diferenciar os próprios elementos; com ela, aprenderemos a diferenciar o preto do branco; com ela, aprenderemos a balbuciar as primeiras palavras; ela nos permitirá adquirir os primeiros conceitos, as primeiras categorias que permitirão que comecemos a organizar o mundo, a dar sentido às coisas. Deusa primordial, a mãe ou o ser que assumir esse papel, nos aproximará do milagre do fogo, do cozimento, ofertando o prazer da alimentação – ela que com seu leite já havia nos permitido sentir uma das primeiras sensações prazerosas de toda a existência. Idealização de poeta, talvez, mas é inegável que o corpo socialmente definido como feminino, o corpo da mulher e da mãe é a toca ou o santuário primitivo onde se passam muitas das experiências fundamentais da vida de uma criança. No contato com ela, através de suas ações – mesmo aquelas que significarão o primeiro aprendizado do medo, do castigo, do terror, do limite, da impossibilidade, da negação, da proibição, da censura, mesmo siderados por olhos injetados de raiva ou pespegados por mãos agressivas e castigadoras –, fazemos o aprendizado do mundo e de nós mesmos; com e através de seu ser, aprendemos que somos e quem somos.

Mas, para um menino, desde cedo, também irá começar o aprendizado de como deve ser um homem, de como deve se portar e comportar um ser que nasce marcado por aquilo que nossa cultura definiu como sendo o sexo masculino. De acordo com os códigos sociais e culturais que regem a construção da masculinidade em dado tempo e espaço, desde o nascimento, aquele que traz os órgãos genitais definidos como *viris* terá que ir se moldando e atendendo a expectativas que o pressionam no sentido de se afastar desse universo feminino, desse universo centrado na mãe em que ele nasceu. Os meninos são objeto de investimentos afetivos e racionais, de práticas e discursos, de saberes e relações de hierarquia, mando e comando que os pressionam no sentido de negar, quando não de depreciar, recusar e mesmo hostilizar ou, em casos extremos, rejeitar e odiar esse feminino que ele sabe estar nele presente, esse feminino que ele foi em sua tenra infância e que continua a habitá-lo nas profundezas de seu ser psíquico. Por mimese, estímulo ou coação, por

perceptos, afetos e comandos, os meninos vão negando e se distanciando do universo de sua infância, vão se conformando a modelos de masculinidade que circulam socialmente, que são oferecidos através de distintos discursos e práticas institucionais. A começar pelas práticas e pelos discursos familiares, por diferentes meios de comunicação e expressão, através de diferentes linguagens. Embora em nossas sociedades complexas tenham desaparecido os dolorosos rituais de passagem das sociedades tradicionais, onde normalmente os candidatos a varões e adultos eram submetidos a provas físicas e psicológicas de extrema violência, não deixam de ser traumáticos os rituais e procedimentos através dos quais um menino é transformado em um homem: a violência física, que ainda existe (quantas surras e espancamentos de pais ou de estranhos não são precisos para se fabricar um “homem de verdade”), no entanto, é sobrepujada pela violência simbólica, pela violência que significa matar simbolicamente o feminino que habita cada menino e que continuará a habitar o homem, por isso mesmo sempre inseguro de sua própria masculinidade, em estado de prontidão, em alerta permanente contra qualquer manifestação do feminino em si mesmo. A somatização, a encarnação e a subjetivação do masculino, do ser masculino, implica essa morte, em fazer o luto, em estabelecer a definitiva separação, em instalar a ausência do feminino em si mesmo, daí que, para mim, a nostalgia masculina em relação à infância está vinculada a essa perda da dimensão feminina da existência; nela haveria uma saudade desse feminino que um dia se foi.

Mas por que haveria essa saudade do feminino? Se o masculino é valorado socialmente, se aceder a ele é motivo de elogios e de orgulho, por que se continua a sentir falta, mesmo que esse processo não seja consciente, de um tempo em que ainda não se era homem, em que não se era adulto, em que se era uma criança, em que ainda se vivia, em grande medida, preso ao universo da casa, ao universo doméstico e familiar, em que ainda se era filho da mamãe? Penso que essa nostalgia masculina da infância tem a ver com todas as perdas e proibições afetivas e emocionais que os homens vão experimentar em sua formação como ser masculino, como sujeito de uma e

a uma masculinidade. Quando criança, o menino podia expressar sentimentos publicamente, podia dizer e mostrar o que sentia sem maiores censuras, isso já não é possível para um homem adulto; ele aprendeu que deve recalcar os sentimentos, pois eles seriam manifestações de fraqueza e tibieza que seriam típicas do feminino. O tornar-se homem é um processo de endurecimento, de esfriamento das emoções, da construção de um ser dotado de uma carapaça emocional capaz de defendê-lo dos derramamentos emocionais, um ser contido em si mesmo, fechado sobre si mesmo, evitando qualquer forma de abertura para o outro que seria simbolicamente associado ao feminino. O pavor masculino a qualquer coisa que penetre seu corpo (uma simples agulha de injeção pode ser desconstrutora de um macho) parece nascer desse aprendizado do fechamento físico e emocional, doloroso processo que se inicia com o corte do cordão umbilical que o liga à mãe, corte que deverá ser replicado e repetido ao longo de toda a sua existência. Essa dificuldade de abertura para o outro torna o envolvimento emocional masculino uma experiência bastante difícil. Estar apaixonado, amando um ser feminino, ter que a ele se entregar é uma experiência muito intensa e desafiadora para quem foi ensinado a evitar o feminino, a dele se distanciar, para quem fez um doloroso aprendizado de que com ele não deveria se misturar. Os homens sabem mais de separação do que de fusão ou de ajuntamento, sabem mais sobre manter distância do que sobre construir proximidade, por isso, para muitos, o feminino que por si dele se separa é insuportável, porque aprendeu que ele é que deve estar à frente desse processo.

A nostalgia da infância está ligada ao fato de que, quando crianças, os homens puderam viver e ser de dada maneira que, agora, como adulto, lhes é completamente interdita e proibida. Se a criança podia chorar, podia contar com os outros meninos para partilhar suas dores e frustrações, o adulto quase sempre quedará em solitário na hora de prantear suas feridas e poucos serão aqueles dispostos a ouvir e perdoar suas debilidades e sofrimentos. O mundo do adulto masculino é um mundo cruel e inóspito emocionalmente, embora possa ser cheio de aventuras, desafios, competições, prêmios

e reconhecimento. A violência psíquica sofrida pela criança para tornar-se um homem, para matar o feminino que ele foi, pode ser um dos fatores explicativos da violência masculina (não se trata aqui de justificá-la, mas de tentar entendê-la); a crueldade de que foi vítima pode vir a torná-lo um adulto cruel. A transformação de um menino em homem implica a submissão dele a rituais marcados pela crueldade, pela violência física e simbólica (o riso, a zombaria, o desprezo, o abandono, o assédio moral, o vilipêndio, até a agressão física e verbal acompanham a vida de qualquer menino sempre quando ele manifesta a presença daquilo que a sociedade e a cultura definem como sendo do feminino). Estas operações cotidianas vão arrancando o menino da barra da saia da mãe, vão expulsando-o do universo da casa, da cozinha, vão compelindo-o a ir para o espaço público, para a rua, para enfrentar o desconhecido. Pais, avôs, padrinhos, tios, primos, amigos e as próprias mulheres repetem insistentemente o que é coisa de homem e o que não é, o que é coisa de mulher ou de maricas, de veado ou de bicha. Por meio da reprimenda, do castigo ou da ridicularização, o menino vai sendo ensinado a sentir vergonha e repúdio do feminino que o habita, que o constitui. Os elogios, os prêmios, o assentimento, o estímulo serão recebidos sempre que o menino manifestar, performatizar os traços ditos viris aprendidos com os outros homens e, muitas vezes, quando manifestar publicamente desprezo ou caricaturar depreciativamente traços e gestos ditos femininos. A aprendizagem social da masculinidade é a aprendizagem do desrespeito, quando não do menosprezo àquilo que é definido como sendo o feminino. O menino deve aprender a superioridade de sua condição de homem e a inferioridade da condição feminina, deve aprender a se envergonhar de qualquer traço que nele lembre o feminino.

Se na infância ele foi uma criança cuidada, que se beneficiou com os cuidados maternos ou femininos, embora a nostalgia de ser bem tratado não o abandone, aprender a ser masculino significa se afastar desse mundo do cuidado, significa aprender o descuido e o desleixo consigo mesmo e com os outros, com seu corpo, com sua saúde, com a casa, com tudo o que remeter ao mundo doméstico. O

profissional bastante cuidadoso e metódico em seu trabalho pode ser o mesmo que ao chegar em casa joga a toalha molhada sobre a cama e pendura a cueca na geladeira, bandeiras e emblemas de uma implantação vitoriosa da masculinidade em seu corpo e em sua subjetividade: bom profissional, provedor, trabalhador fora de casa, um imprestável e quase um portador de necessidades especiais em casa. Ao masculino serão relacionados a rudeza, tudo que é tosco, o sujo, o desalinhado, enquanto ao feminino e àquele menino que ele foi ficarão associados o harmonioso, o esteticamente cuidado, o limpo: na infância ele cheirava à lavanda e a talco, agora deverá ter cheiro de suor e testosterona. O doloroso processo de criação do adulto masculino o levou para fora de casa e para o aprendizado da convivência no mundo do trabalho, este que será elemento primordial de sua identidade, que o ajudará a elaborar a imagem de si mesmo. Exigir que o homem valorize e realize com prazer as tarefas domésticas vai de encontro ao seu processo de formação social e subjetiva no qual teve que aprender que isso era coisa de mulher e que essas tarefas possuem segredos e mistérios aos quais só as mulheres têm acesso, elas mesmas fizeram questão de dizer a ele o incômodo que sentiam com homens na cozinha e o tempo todo, desde menino, ensinaram-lhe que era incapaz de fritar um ovo: elas ainda portariam o segredo do fogo. Incentivar-se-á que os meninos, desde a adolescência, mantenham uma relação mais competitiva e agressiva em relação ao mundo, incentivar-se-á que corram riscos, assim dando início à verdadeira corrida de obstáculos, às sucessivas provas por que terá que passar para ser aceito no sacrossanto reino da masculinidade hegemônica. Demonstrações de força física, de coragem, de despudor, de orgulho e de valentia devem ser dadas sob pena de não se sair dos cueiros, de passar a ser suspeito de habitar o universo feminino, de ser uma mulherzinha.

Expor o corpo a todo tipo de provas, exibi-lo com mais despudor que as meninas, se possível penetrar o corpo de uma delas são passos decisivos e necessários para realizar o corte com o mundo das mulheres, com o mundo da infância onde elas tiveram uma presença central e decisiva. Criar um mundo, ao mesmo tempo de adultos e

de homens, criar espaços especificamente masculinos, constituir grupos, bandos, confrarias, sociedades feitos apenas de homens favorecerá a aprendizagem das maneiras de ser homem. Esses espaços serão verdadeiras escolas de virilidade, contribuindo para o afastamento não só da infância, mas do mundo feminino em que foi criado. Eles serão universos marcados pela constante disputa pelo poder, pela competição e pelos conflitos, pelo estabelecimento de hierarquias muitas vezes definidas pela lei do mais forte ou do mais poderoso socialmente – competições e hierarquias estas presentes até mesmo nas brincadeiras e jogos infantis dirigidos aos meninos. O futuro homem adulto aprenderá que ele é o dono do poder, que só se é homem de verdade se for capaz de mandar e ser obedecido, se for capaz de se constituir em autoridade dentro e fora de casa. A negação da autoridade materna e a identificação com a autoridade paterna tornam-se elemento decisivo para a construção de um homem de verdade, homem que no seu dia a dia apreende essas verdades naturalizadas que lhe são apresentadas como naturais e como destino.

Para sobreviver, para se ajustar à cultura e à sociedade, para não se ver marginalizado e excluído da masculinidade dominante, é decisivo que o menino progressivamente repudie e negue uma parte fundamental de sua identificação mais profunda, e ele o faz por meio do acionamento de mecanismos de defesa, que pode levá-lo a adotar performances, atitudes e comportamentos que estariam no extremo oposto do que uma dada sociedade define como feminino. O machismo é essa forma extremada de negação do feminino que exige do homem um rígido e excessivo controle sobre si mesmo e, por consequência, sobre todo e qualquer feminino que dele se aproxime, que será encarado por ele como uma ameaça. A postura machista, misógina, assim como a atitude homofóbica expressam um verdadeiro pânico, um alto grau de insegurança, um verdadeiro medo de contágio por parte do elemento feminino, um terror diante do possível retorno à condição infantil e feminina que já foi a condição de existência de quem manifesta essas atitudes.

Há muito defendo a ideia de que os discursos e práticas feministas, que muito fizeram pela mudança nas formas de definir, pensar

e viver o feminino, ao longo do século passado, que foram fundamentais para mudar o lugar das mulheres nas sociedades ocidentais, que foram decisivos para a conquista de direitos e de cidadania por parte delas, devem também incluir e interpelar os homens, devem trabalhar para uma mudança nas formas de definir, pensar e viver a masculinidade. Em muitos aspectos, as próprias mudanças que levaram a uma redescritção e alteração nas práticas femininas já atingiram os homens e requereram deles mudanças em suas práticas, maneiras de pensar e viver a masculinidade, notadamente no que tange às relações com as mulheres. Mas creio que o feminismo ainda fez pouco pela mudança nas relações dos homens com os outros homens e, principalmente, consigo mesmos. Vocês poderiam dizer: ora, mais uma vez as mulheres terão que assumir mais um encargo, mais uma vez elas teriam que cuidar dos homens? Primeiro, como não associar feminismo exclusivamente à atividade de mulheres, creio que cada vez mais é urgente que os homens se apropriem das formulações feministas para pensar sua própria condição e alterá-la; é preciso que uma vanguarda feminista composta também por homens atue no sentido de uma redescritção social e cultural da masculinidade e milite pela sua efetivação no interior da ordem social. Segundo, se o que venho discutindo neste texto é correto, há um momento decisivo para que uma atuação efetiva se faça no sentido de mudar a formação das subjetividades masculinas, e esse momento é a infância, na qual a presença das mulheres ainda se faz dominante, seja como mães, avós, tias, cuidadoras, babás, seja como professoras. Em grande medida, a reprodução social e cultural dos padrões dominantes de masculinidade contam com a cumplicidade e participação decisiva das mulheres nestes primeiros anos de vida das crianças, no interior da família ou fora dela. Se é de menino que se torce o pepino (ditado fálico com certeza), as mulheres deveriam estar preparadas e atentar para torcê-lo no sentido que viesse resultar na formação de homens muito menos medrosos em relação ao feminino que carregam em si mesmos, com uma visão não hostil e não depreciativa em relação ao feminino, aprendendo a aceitar, aprendendo a conviver com a diferença, sem transformá-la em desigualdade.

Sabemos que contar com a colaboração masculina para essa tarefa é indispensável. Talvez, se o sofrimento psíquico que implica a formação e reprodução da masculinidade hegemônica se tornar explícito e admitido pelos próprios homens, se a violência e a crueldade de sua produção se tornarem conscientes, contribuir-se-á assim para a conquista de cada vez maior número de aliados entre os homens. É preciso admitir que os homens recebem inúmeras recompensas sociais que irão justificar, legitimar e incentivar a manutenção desta ordem de gênero. Esse sofrimento psíquico é acompanhado de premiações, de incentivos, de recompensas, sem as quais essa ordem não se reproduziria. A maior delas, sem dúvida, é a reprodução de hierarquias de valor e de poder entre os gêneros. Aprender que se é superior, saber-se dono do poder, ser definido, dito e visto como destinado ao domínio dentro e fora de casa, saber-se mais forte, mais valente, mais corajoso, mais destemido, ver-se e dizer-se como aquele que foi destinado pela natureza e pela sociedade ao exercício do mando e do comando, aquele para quem foram destinados o prazer e os corpos alheios, são recompensas ao doloroso processo de recalque e castração, de sublimação e negação de suas dimensões socialmente atribuídas ao feminino. Por isso, para contar com os homens para essa tarefa de mudança das práticas e de redescritção dos modelos de masculinidade, deve-se atacar essa mitologia que sustenta o masculino, tarefa esta que o feminismo já vem realizando há bastante tempo, mas também é necessário que se atue junto às crianças definidas como sendo do sexo masculino lá no momento em que essas mitologias ainda não foram totalmente absorvidas, em que elas ainda não vieram conformar de maneira sedimentada e alargada a subjetividade do futuro homem. Requer, principalmente, a mudança de atitude de dadas militâncias feministas que se baseiam na hostilidade e na acusação em relação aos homens. Sei que os homens acusam e hostilizam, em muitas ocasiões, não só as mulheres, mas as feministas, mas não creio que diálogo de surdos ou troca de ofensas construirá alguma coisa. Se o aprendizado da masculinidade na fase infantil é o aprendizado de uma atitude de evitação, recusa e hostilidade em relação ao feminino, qualquer

atitude agressiva que parta em sentido contrário só reforçará essa separação entre os gêneros, não contribuirá para realizar sua necessária aproximação dialogada. Não creio que ampliar o medo e o pânico em relação ao feminino seja a melhor forma de construir uma visão social e culturalmente legítima e atrativa do que seria o feminino. Se essas construções têm que existir, e esse é outro ponto a se discutir, que elas sejam repensadas, e pensadas em conjunto entre homens e mulheres para que as aproximações sejam mais frequentes que os distanciamentos. E é na infância, quando o menino ainda desfruta sem culpa de sua dimensão feminina, quando ele quase sempre mais ama e depende do feminino do que o recusa e agride, quando as figuras femininas possuem significado extraordinário para ele, figurando, em condições normais, o carinho, o cuidado, inclusive a autoridade, o poder ao qual respeita não pela força, mas pela admiração, quando a proximidade entre dois universos que se vão separar é maior, que esse trabalho de construção de uma maior indiferenciação entre masculino e feminino é possível ser feito. Se é lá que aprendemos os conceitos e os códigos que organizam o mundo, que o tornam cultural, que criam para nós a realidade humana, qualquer mudança de pensamento, de ordenamento categorial do mundo deve aí se realizar, inclusive na escola, onde os currículos e as ações e atitudes dos educadores, tendo sempre que gestar e orientar relações entre meninos e meninas dentro e fora da sala de aula, que ensinar-lhes as primeiras letras e valores, podem ser orientadas no sentido de ensinar os meninos a não terem medo do feminino, a não depreciá-lo ou rejeitá-lo, inclusive o feminino que habita cada um, o redefinindo e o redescrivendo.

Não advogo que a militância feminista deixe de lado a dimensão da denúncia e da reivindicação, que continue lutando contra as injustiças de que são vítimas as mulheres, contra as desigualdades e as assimetrias que ainda constituem a realidade das relações de gênero em nossa sociedade, mas creio que o feminismo deva reforçar um papel que sempre teve, o papel formativo, o papel de construtor de novos modelos de subjetividade, de propositor de novas práticas e novas descrições, prescrições e formas de pensar tanto o feminino

quanto o masculino. Mas defendo que a militância feminista, com a participação cada vez mais acentuada dos homens, se proponha a atuar no momento decisivo de formação das futuras mulheres, mas, principalmente, dos futuros homens, mostrando para pais e mães o caráter traumático da formação de subjetividades masculinas e as consequências letais que trazem para homens e mulheres no futuro. Letais para os homens, pois formados para se colocarem em situações de risco, para não cuidarem de seus próprios corpos e das suas vidas, ensinados a buscarem o poder e o sucesso a qualquer preço físico e mental, despreparados subjetivamente para o fracasso, para a dependência, para o afeto, para a convivência emocional, incapacitados para lidarem com suas fragilidades, com seus medos, com seus sentimentos, com a impotência física e social. Letais para as mulheres por se verem à mercê de homens que foram ensinados a depreciar e inconscientemente temer e rejeitar o feminino, desvalorizá-lo e desqualificá-lo, achá-lo menor e inferior, homens que não abrem mão de apelar para a violência física e simbólica na hora de resolver conflitos ou mesmo em ocasiões em que precisam se afirmar masculinos, homens de verdade. Mulheres em situação de terror e pânico, vítimas de homens assujeitados e tornados sujeitos também através do terror e do pânico de misturar-se e confundir-se com o feminino. Esse círculo vicioso tem que ser quebrado em algum lugar, talvez seja na atuação junto às crianças que isso deva acontecer. Possivelmente, então, teremos memórias masculinas menos nostálgicas em relação à infância, com menos saudades do feminino que um dia viveram e que era tão agradável e prazeroso.



MASCULINIDADES: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA MASCULINIDADE E O EXERCÍCIO DA VIOLÊNCIA

Flávio Urra

A discussão do tema masculinidades, que aqui apresento, compartilha objetivos de um conjunto de trabalhos que vêm sendo produzidos no contexto da pesquisa “Cinquenta anos de feminismo (1965-2015): novos paradigmas, desafios futuros”. Meu intuito nessa pesquisa tem sido relacionar os campos dos estudos sobre feminismos com os sobre masculinidades, na busca por contribuir para a compreensão da construção social das desigualdades no Brasil.

Minha perspectiva tem sido compreender o modo como o contexto sócio-histórico constrói diversos conceitos, como ser homem ou mulher, branco ou negro, pobre ou rico, adulto ou criança, dentre outros, que hoje se encontram cristalizados no pensamento vigente, transbordando em práticas discriminatórias e violentas, e ainda como a luta política e a atuação de grupos e pessoas influenciam e se confrontam com outros ideários, construindo e desenvolvendo novos conceitos ao longo do tempo.

O conceito de masculinidade,¹ dentro e fora do movimento feminista, há um bom tempo, vem sendo apresentado e problematizado como construção sócio-histórica por cientistas das áreas das ciências

1 Ou masculinidades, como prefere usar Connell (1995a), com objetivo de destacar sua multiplicidade, não se fechando em um modelo único.

humanas e sociais, no exterior e no Brasil (Scott, 1995; Connell, 1995a; Nolasco, 1993; Arilha, 1998; Welzer-Lang, 2001), outros em uma perspectiva antropológica (Bourdieu, 1999; Ruiz-Rosas; Antonio, 2013). Tal problematização se insere no contexto de reflexão sobre as representações sobre os homens, a paternidade, mas, principalmente, as masculinidades. Desse modo, localizamos um enfoque crítico a partir do qual o conceito “masculinidade” vem sendo utilizado como construtor e divulgador de uma retórica que tem questionado normatizações sobre o modo apropriado de ser homem, de educar e cuidar dos homens e exercer a paternidade.

A problematização dos papéis femininos e masculinos remonta aos séculos XVII e XVIII. As preciosas francesas² são consideradas por Badinter (1992) as precursoras tanto das feministas quanto da discussão sobre masculinidade. Já no século XX, o movimento de lutas por igualdade de direitos empreendido pelas mulheres constrói conceitos, como o machismo, que popularizaram-se na literatura social, principalmente nos anos de 1950 e 1960, desembocando no movimento de contracultura nos anos de 1960, que passa a questionar e pressionar mudanças dos papéis masculinos.

As primeiras discussões sobre o conceito “masculinidade” enfocam a mudança de papéis, estereótipos e costumes, destacando a crise da masculinidade, supostamente vivida pelos homens da época. As análises são voltadas para a construção das subjetividades e procuram analisar o papel de pai e trabalhador, bem como as mudanças da época, nos Estados Unidos (Ruitenbeek, 1969) e mais tardiamente no Brasil (Nolasco, 1995). O número de livros e publicações sobre a condição masculina aumenta nas décadas de 1970 e 1980, principalmente nos Estados Unidos, Canadá e França.

A problemática adentra a academia, engloba pesquisas científicas que constroem conceitos, percebendo relações de gênero como relações de poder, identificando tanto gênero quanto masculinidade

2 As preciosas francesas, como foram chamadas por Badinter (1992), eram pertencentes à aristocracia ou à burguesia da época, independentes financeiramente dos homens, solteiras em sua maioria, e livres para os jogos amorosos.

como noções fluidas e situacionais, que variam dependendo da forma como as relações se estabelecem em determinada situação e o modo como a interação na sociedade vai definindo os papéis dos sujeitos. Nesse campo, destacamos para nosso estudo três recortes teóricos: a teoria de gênero de Joan Scott (1995), os estudos de masculinidades de Raewyn Connell (1995a) e o conceito de ideologia de John Thompson (1995).

Na argumentação de seu artigo seminal “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”, Scott (1995) discute as três correntes teóricas mais importantes que antecederam no uso do termo/conceito: as teorias do patriarcado, as teorias com enfoque marxista e aquelas que se assentam nas relações objetais, citando nominalmente a teoria de Nancy Chodorow. Apesar do grande interesse das descrições e críticas de Scott (1995) às teorias feministas marxistas e do patriarcado, deteremos a atenção aqui às teorias objetais.

A terceira [abordagem de gênero], fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nessas diferentes escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito. (Scott, 1995, p.77)

Após efetuar distinções entre as teorias das “relações do objeto” (ou objetais conforme a psicanálise) na tradição anglo-saxônica e europeia, Scott (1995) assinala a importância que historiadores, especialmente os que trabalham com o conceito de “cultura feminina”, têm dado às teorias de Chodorow e Gilligan. Porém, completa: “nenhuma dessas teorias me parece inteiramente utilizável pelos historiadores; um olhar mais atento sobre cada uma pode ajudar a explicar por quê” (Scott, 1995, p.81).

E a crítica fundamental de Scott (1995, p.81) prossegue: tais teorias limitam “o conceito de gênero à esfera da família e à experiência doméstica” obnubilando as ligações do conceito a outras esferas, isto é, “os sistemas sociais, econômicos, políticos ou de poder”.

Sem dúvida, está implícito que as disposições sociais que exigem que os pais trabalhem e as mães cuidem da maioria das tarefas de criação dos filhos estruturam a organização da família. Mas a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas [sic] serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho. Não se encontra também nenhuma interrogação sobre o problema da desigualdade em oposição àquele da simetria. Como podemos explicar, no seio dessa teoria, as associações persistentes da masculinidade com o poder e o fato de que os valores mais altos estejam mais investidos na qualidade de masculino do que na qualidade de feminino? Como podemos explicar o fato de que as crianças aprendem essas associações e avaliações, mesmo quando elas vivem fora dos lares nucleares ou dentro de lares onde o marido e a mulher dividem as tarefas parentais? Eu acho que não podemos fazer isso sem dar uma certa atenção aos sistemas de significação, isto é, às maneiras como as sociedades representam o gênero, utilizam-no para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido não há experiência; sem processo de significação não há sentido. (Scott, 1995, p.82-3)

Após as críticas às principais teorias sobre gênero então em circulação, a autora apresenta seu conceito de gênero constituído por duas proposições fundamentais: a primeira afirma que o “gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos”. A segunda, que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (Scott, 1995, p.86). Para explicar sua primeira proposição na conceituação de gênero, a autora destaca quatro elementos inter-relacionados que operam de modo não hierárquico.

O primeiro destaca os símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas de homens e mulheres, de luz e trevas, de bem e mal, e como essas representações simbólicas são evocadas e em quais contextos. Ao se observarem as diferenças sexuais, em determinados contextos, constituem-se certas imagens simbólicas transmitidas em nossa cultura que associam o

masculino a determinados tipos de imagens e o feminino a outros, e, em determinados contextos, tais imagens podem construir ideias de superioridade ou inferioridade de um sexo sobre o outro. Essas imagens passam a ser incorporadas nos discursos e consideradas naturais e imutáveis.

O segundo elemento que Scott (1995) destaca são as normas referentes ao que se pode ou ao que não se pode, isto é, normas jurídicas, morais, religiosas: “os conceitos normativos que, ao expressarem interpretações dos significados dos símbolos, tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas”. Um conjunto de normas, as mais diversas, articula-se para determinar o que homens e mulheres podem fazer e em quais contextos. Normas religiosas que consideram a mulher de determinada maneira e homens de outra. Normas jurídicas que limitam e punem algumas práticas em detrimento de outras. Normas morais que são aplicadas de maneiras diferentes para homens e mulheres (Scott, 1995, p.86). Aqui podemos incluir as normas médicas que, em determinadas circunstâncias, se configuram como imperativos.

O terceiro elemento destacado por Scott (1995) diz respeito às instituições e à organização social para além do sistema de parentesco e familiar, incluindo, na análise da construção social do masculino e feminino, o mercado de trabalho, a educação, o sistema político e a economia. A diferença sexual percebida constrói, também, as próprias instituições e a organização social em seus diversos campos: políticos, educacionais, econômicos e outros, dando interpretações diferentes para homens e mulheres e, conseqüentemente, distribuindo poder de modo desigual.

Como último elemento, Scott (1995) aponta a identidade subjetiva à qual a autora não atribui uma conotação universal, já que homens e mulheres reais nem sempre cumprem as orientações gerais da maioria. A autora observa que os significados coletivos e subjetivos de mulheres e homens, como categorias de identidade, são construídos socialmente, que as identidades mudam em relação ao tempo e ao contexto, que não podemos nos basear em modelos de socialização que veem gênero como um produto estável da educação da criança na família e na escola (Scott, 1995, p.87).

Scott (1995) destaca também outros campos além do de gênero aos quais o poder se articula, como classe, raça e etnicidade; no entanto, afirma que “gênero parece ter sido uma forma persistente e recorrente de possibilitar a significação de poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas”. Na segunda proposição, a historiadora conceitua gênero como “uma forma primária de dar significado às relações de poder”; o sentido de “primária” diz respeito a não ser derivada de outra categoria. Scott (1995) aponta que o “gênero”, estabelecido como um conjunto objetivo de referências, estrutura a percepção e a organização concreta e simbólica da vida social. À medida que a pretensa identificação a um determinado gênero proporciona acesso a certos recursos materiais ou simbólicos, o “gênero torna-se implicado na concepção e na construção do próprio poder”. Por fim, Scott (1995) aponta a expectativa de que essa conceituação sirva para ir além de “homem” e “mulher”, que são categorias *vazias*, sem nenhum significado último, e também *transbordantes* à medida que, mesmo fixadas, ainda contêm dentro de si definições alternativas, negadas ou suprimidas.

Por sua vez, Raewyn Connell (1995a), mulher transexual nascida Robert William Connell, se utiliza tanto da tradição clínica freudiana, como aportes da psicologia social, bem como das ciências sociais: antropologia, história e sociologia. A autora utiliza o conceito de masculinidades, no plural, para se referir aos vários papéis sociais desempenhados pelos homens, uns aceitos e legitimados e outros que não se enquadram nem no masculino nem no feminino socialmente aceito. Além disso, critica definições essencialistas e naturalizantes que procuram outorgar traços definitivos ao que se chama “homem” ou “mulher”, e rejeita que a sexualidade adulta seja definida pela natureza.

Connell, assim como Scott, apresenta a masculinidade e a feminilidade como conceitos relacionais, interdependentes, construídos sócio-historicamente. Considera, assim como outros autores (Freud, Melanie Klein, Jung), que os aspectos masculinos e femininos coexistem em cada homem e cada mulher, discordando das teorias de

papéis sexuais que diferenciavam dois desempenhos, um masculino e um feminino.

Connell utiliza o conceito de práticas masculinas, que constroem padrões de masculinidade na ordenação de gênero nas sociedades ocidentais. Utiliza o conceito de hegemonia que se refere a uma configuração de gênero construída no contexto sócio-histórico que incorpora argumentos que, produzidos e legitimados pelo patriarcado, garantem a posição dominante do homem e a subordinação da mulher. Essa subordinação se refere a posições ocupadas na esfera pública, econômica ou social que, em determinados contextos, estariam subordinadas a outros homens em posições de maior poder. Identifica, também, uma cumplicidade entre os homens no que se refere à identificação dos homens com os modelos hegemônicos, que mesmo sem usufruírem dos mesmos privilégios que aqueles, podem, em outras situações, se beneficiar do poder legitimado. Refere-se ainda a uma marginalização que se configura em grupos que, devido a alguma característica social, ficam subordinados a outros grupos dominantes.

No que se refere aos conceitos ideologia, poder e dominação, recorremos a John Thompson (1995) que, ao conceituar poder, afirma que toda pessoa situada dentro de um contexto socialmente estruturado tem, em virtude de sua localização, diferentes quantidades e diferentes graus de acesso a recursos disponíveis. Essas localizações sociais, associadas às suas posições, num campo social ou instituição, fornecem diferentes graus de poder aos indivíduos: poder de tomar decisões, de conseguir objetivos e de realizar interesses.

Porém, para Thompson (1995), poder e dominação não se confundem: o autor define dominação como uma relação na qual determinada pessoa ou grupo expropria poder de outra pessoa ou grupo. Ou ainda, quando relações são sistematicamente assimétricas, quando grupos particulares de agentes possuem poder de uma maneira permanente e em grau significativo, permanecendo inacessível a outros agentes. Como nas relações de gênero estruturadas na sociedade ocidental.

Para o autor, as formas simbólicas³ não são ideológicas em si mesmas, mas o são quando, em situações específicas, servem para sustentar ou estabelecer relações de dominação: assim, “estudar a ideologia é estudar as maneiras como o sentido serve para estabelecer e sustentar relações de dominação” (Thompson, 1995, p.76). Para o autor, “estabelecer” significa que o sentido pode criar ativamente e instituir relações de dominação. “Sustentar” significa que o sentido pode reproduzir relações de dominação geradas em outros campos sociais: por exemplo, edulcorar o poder masculino conquistado pela força, criando condições para sua aceitação pelos dominados (Urta, 2011).

A cultura da violência

Uma das questões mais emblemáticas para os feminismos e as masculinidades tem sido a violência contra a mulher. Pesquisadoras e pesquisadores, bem como ativistas das causas sociais, vêm se debruçando sobre o tema, buscando transformar essa realidade.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (ou Convenção de Belém do Pará), aprovada em 1994 pela Organização dos Estados Americanos (OEA), constitui uma vitória fundamental do movimento de mulheres e homens no continente americano. Na introdução do relatório produzido pelo Comitê Latino-Americano dos Direitos da Mulher (Cladem), ressalta-se a relevância desta convenção no reconhecimento da violência contra a mulher como violação dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. Portanto, a violência de homens contra mulheres é um problema de saúde pública e direitos humanos que merece atenção especial.

3 Para o autor, formas simbólicas são “um amplo espectro de ações e falas, imagens e textos que são produzidos por sujeitos e reconhecidos por eles e outros, como construtos significativos” (Thompson, 1995, p.79).

Na perspectiva feminista, uma rica produção vem problematizando o fenômeno, Blay (1980; 1988; 1997; 2000; 2001a; 2001b; 2002; 2003; 2008), Grossi (1994), Saffioti (1997; 2004), Chauí (1985), Ravazzola (2003), Santos e Izumino (2005), bem como, nos estudos das masculinidades, com enfoque na construção social da violência masculina, Acosta (2003), Arilha et al. (2010), Nascimento (2001), Segundo et al. (2010).

Segundo Eva Blay (2003), a violência contra a mulher vem sendo praticada sistematicamente ao longo da história. “Agredir, matar, estuprar uma mulher ou uma menina são fatos que têm acontecido ao longo da história em praticamente todos os países ditos civilizados e dotados dos mais diferentes regimes econômicos e políticos”. Quais seriam as causas para essa permanência da agressão dos homens contra as mulheres?

Segundo pesquisas com homens autores de violência (Acosta, 2003; Arilha et al., 1998; Barker et al., 2009; Nascimento, 2001; Segundo et al., 2010), a maioria dos casos de violência provocada por homens contra mulheres não tem origem numa causa específica. Um modelo violento de masculinidade, decorrente da construção social e histórica das relações estabelecidas entre homens e mulheres (relações de gênero), demonstra ser um dos fatores mais importantes na determinação da violência contra a mulher.

Encontramos homens autores de violência contra mulheres em qualquer classe social, em diferentes povos e culturas e, entre os diversos fatores que ocasionam esses crimes, está o contexto sociocultural estabelecido na desigualdade de poder e de direitos entre homens e mulheres. Um contexto cultural violento pressiona os homens a exercerem a masculinidade de forma competitiva e violenta, de modo a obter lucro, poder e sucesso a qualquer custo.

A vivência destas práticas masculinas baseadas na violência traz consequências que podem ser observadas em diferentes dados estatísticos, por exemplo, os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) apresentam que em 2009 morreram 37.594 pessoas vítimas de acidente de trânsito no Brasil, destas, 30.631 eram homens (81,4%). Quanto à população carcerária em 2010, segundo

dados Departamento Penitenciário Nacional (Depen), consta que no Brasil existem 494.237 presos, destes 457.663 são homens (92,6%). Segundo o Mapa da Violência de 2010,⁴ foram assassinadas no Brasil 49.932 pessoas, destas, 45.617 eram homens (91,4%). Além disso, segundo a pesquisa Tábuas de Mortalidade,⁵ de 2010, realizada pelo IBGE, os riscos de um jovem morrer aos 22 anos eram 4,5 vezes maiores do que uma mulher da mesma idade.

O exercício da violência é uma prática estabelecida entre os homens, desde tenra idade, vivenciada nos espaços de socialização, no exercício de masculinidade, nas brincadeiras infantis, nos grupos de homens, em esportes como o futebol ou espaços físicos e simbólicos, como os bares. Assim, neste cotidiano os homens aprendem a exercer competição, discriminação e violência (Welzer-Lang, 2001), sendo a prática da violência, exercida ou sofrida, um dos componentes da complexa formação da subjetividade dos meninos. Outro aspecto seria a assimilação das práticas machistas, adquiridas durante o processo de aquisição da fala e dos costumes do grupo social. O machismo parte do pressuposto da superioridade dos homens em relação às mulheres e em função desse ideário se torna um componente para a criação e manutenção das desigualdades de gênero.

Mulheres e homens, ao nascerem, têm seu espaço simbólico criado *a priori*, com determinadas características e certas funções, cercados por um repertório de comportamentos esperados para conduta. Em nossa cultura são enfatizadas nos homens características como: honra, coragem, força, heroísmo, virilidade, ousadia, audácia, dentre outras. Por outro lado, são negadas características como: medo, fragilidade, vergonha, sensibilidade, impotência e cautela.

Em sua socialização entre pares, os meninos apreendem e legitimam certos comportamentos, por exemplo, correr riscos para provar coragem e ousadia, violência para provar força, assédio ou abuso

4 Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/brasil-tem-taxa-de-homicidios-maior-que-a-do-afeganistao>>.

5 Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2011-12-01/homens-tem-45-mais-riscos-de-morrer-na-juventude-do-que-mulheres>>.

sexual para provar virilidade, em detrimento de outros comportamentos não aceitos socialmente como masculinos e identificados como sendo das mulheres. Assim, é esperado pelo grupo de homens que os meninos não demonstrem afeto por outros meninos, permanecendo como único toque legitimado socialmente entre homens a agressão. Por outro lado, o menino aprende a se relacionar com a menina como um objeto de desejo sexual. Desenvolve uma sexualidade construída na fantasia, por meio de revistas, filmes, piadas e jogos sexuais, desvinculada de romance e afeto, que assim, se torna distinta da socialização que as meninas recebem.

Outro aprendizado de comportamentos violentos se dá no espaço doméstico, na utilização de violência contra criança, em que tapas e surras são utilizadas enquanto processo de educação e repressão de comportamentos indesejáveis. Tais processos podem desenvolver na criança associações entre educação e violência ou amor e violência.

Também em grande parte da mídia, alguns filmes, novelas, telejornais, desenhos e jogos eletrônicos apresentam seus heróis com perfil violento, quase sempre uma violência justificada e legitimada dentro do enredo, produzindo um imaginário baseado na violência. Uma mídia que, muitas vezes, utiliza-se de uma retórica dramática para prender a atenção dos espectadores.

Dessa forma, um complexo panorama configura-se, composto por modelos do que se considera adequado para um homem, compondo um imaginário cultural rico em formas simbólicas que podem, em determinadas situações, servir pra sustentar ou estabelecer relações de dominação de alguns homens para com as mulheres, bem como, para com outros homens.

Sobre minha experiência no trabalho com gênero e masculinidades

Acredito ser importante destacar os projetos, programas e parcerias em que atuei, durante os últimos anos, no enfrentamento da violência contra a mulher e nas discussões de gênero e masculinidade,

com o propósito de registrar as experiências vividas, dar visibilidade para as ações governamentais e não governamentais que vêm atuando no enfrentamento à violência contra a mulher e também exemplificar propostas de trabalho na área.

Conheci a proposta do trabalho com homens em 2001, no Centro de Educação para a Saúde (CES), entidade em que trabalharam Sérgio Barbosa e Deivison Nkosi. Atuei no Programa Gênero e Cidadania, uma parceria do CES com a Prefeitura de Santo André. Em 2002, o programa foi premiado em Dubai com o Prêmio Internacional de Dubai para Melhores Práticas para a Melhoria das Condições de Vida.

O programa consistia em realizar reuniões com grupos na cidade, organizados pela prefeitura, compostos por pessoas que recebiam benefícios de transferência de renda ou estavam integradas em projetos educativos ou culturais. Nestes grupos, a temática era a violência contra a mulher, e havia duas metodologias: uma com as mulheres, em um processo de reflexão sobre os papéis de gênero, buscando produzir autonomia e fortalecimento e, em uma outra vertente, com os homens, propiciando um processo de sensibilização e rompimento com a violência.

Em continuidade, por meio de uma articulação entre a Promotoria Pública de Santo André, a Prefeitura deste município e o CES, realizamos, entre 2003 e 2004, trabalhos com um grupo de homens autores de violência contra a mulher. Na época, estes homens eram julgados pela Lei n.9.099/95,⁶ e, quando condenados, além da pena, eram encaminhados pelo promotor Claudionor Mendonça dos Santos para participarem do grupo reflexivo. Além disso, outros

6 A Lei 9.099, de 26 de setembro de 1995, obedecendo ao comando constitucional do artigo 98, caput, I, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, instituiu a criação dos Juizados Especiais Criminais. Essa previsão rezava que a União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criariam juizados especiais, providos por juízes togados e leigos, competentes para a conciliação. Em seu artigo 61 estabelecia que são infrações de menor potencial ofensivo “as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima, não superior a 01 (um) ano, excetuados os casos em que a lei preveja procedimento especial”.

serviços que faziam parte da Rede de Enfrentamento à Violência da cidade, também passaram a encaminhar homens para o processo de sensibilização.

Os encontros eram de duas horas semanais, iniciando às 18 horas, e a proposta era que o homem permanecesse no grupo por dois anos, mas as ordens judiciais previam um número menor de encontros, às vezes de três ou quatro meses. Alguns juízes solicitavam relatórios sobre a participação dos homens encaminhados.

O grupo foi frequentado por homens de diferentes estratos da sociedade, encaminhados pela Promotoria, pelo Conselho Tutelar, pelo Centro de Referência de Atendimento às Mulheres da cidade, o “Vem Maria”, e pela rede, de modo geral. Também participaram alguns profissionais de outras cidades interessados em montar grupos em suas regiões.

Para constituir esse grupo, fomos conhecer a experiência do Instituto Noos, que coordenou a execução de grupos reflexivos em todo o estado do Rio de Janeiro, durante o governo Benedita da Silva, em 2002, nos quais participaram cerca de 500 homens. Previa-se a “Aplicação de Medidas e Penas Alternativas aos Homens Autores de Violência Intrafamiliar e de Gênero”⁷ e pela atenção às mulheres vítimas dessa violência: a coordenação era do Instituto Noos e operacionalizado em parceria com os JECrims das cidades do Rio de Janeiro, Duque de Caxias e São Gonçalo, do Centro Especial de Orientação à Mulher Zuzu Angel (Ceom de São Gonçalo) e do Instituto Promundo-RJ. Este projeto foi executado entre os anos de 1999 e 2003.

7 Esse projeto remonta à experiência construída coletivamente pelo Núcleo de Gênero do Instituto Noos, pela Subsecretaria de Pesquisa e Cidadania da Secretaria Estadual de Segurança Pública do Rio de Janeiro, com a coordenação da Dra. Barbara Musumeci Soares, pelo Centro de Orientação à Mulher (Ceom) de São Gonçalo, pelo Instituto Promundo, pelo Centro Integrado de Atendimento à Mulher (Ciam) do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (Cedim) do Rio de Janeiro e pelos Primeiro e Segundo Juizado Especial Criminal (JECrim) de São Gonçalo, de outubro de 1999 a março de 2000.

Os encontros eram realizados em uma sala da Secretaria de Assistência Social de Santo André. Ao chegar, o autor de violência respondia a uma entrevista inicial, com dados pessoais e algumas questões sobre a prática da violência e, nesse momento, fazíamos um acordo, em que, para participar do grupo, daquele dia em diante, não cometeria mais violência contra a mulher.

Antônio frequentou o grupo por seis meses, com apenas duas faltas. O grupo era aberto, dele participavam cinco homens e, assim que foi inserido, se apresentou, ainda tenso, medindo as palavras, mas aos poucos o clima amistoso fez com que relaxasse. Na apresentação dos outros participantes, cada um falou de sua história, do porque estavam ali. Um deles se dizia inocente da agressão, outro, que estava ali por exigência da esposa, outro era voluntário, participando para aprender como realizar as reuniões, os outros dois, como Antônio, assumiram ter cometido as agressões.

Quando Antônio relatou sua violência contra a parceira, um dos participantes interveio, dizendo que no grupo aprendeu que nessas horas é preciso se controlar, sair, dar uma volta, se acalmar, só então voltar pra casa e conversar com a mulher. Outro participante fez uma fala religiosa, falando sobre amor ao próximo. É comum, nos grupos, uma associação com falas religiosas, que parece ser um dos poucos espaços legitimados entre homens para a justificativa da não violência. Antônio era religioso, frequentava uma instituição religiosa de origem evangélica, e assim identificou uma possibilidade de aceitação no grupo e passou a utilizar-se do discurso religioso.

No segundo encontro, falamos sobre nossas histórias de vida e nossa relação com a violência. Antônio contou que na infância sofreu várias violências de seu pai, relatou que em uma delas o pai chegou a pisar em sua cabeça. Mas falou que compreendia o pai, que o mesmo queria que ele se tornasse um homem honesto, de palavra, e ele era uma criança muito desobediente. Geralmente, nos grupos, o exercício da violência contra criança é aceito e legitimado como método educativo, já que a maioria dos participantes sofreu desta violência e tem esta prática com os filhos.

Antônio não era usuário de drogas legais ou ilegais, por vezes utilizava-se de discursos moralistas e discriminatórios para se referir aos usuários de drogas. Trazia falas moralistas, com ênfase no cumprimento de normas e regras. Contou ao grupo que exerceu a violência contra sua parceira porque ela era desobediente e não ensinava seus filhos com rigor. Ele havia chegado do trabalho, estava cansado, tentando dormir e seu filho começou a gritar pela casa, ele gritou, ela interveio e iniciaram uma briga, praticando a agressão. Esta não foi a primeira agressão, outras ocorreram. A denúncia veio porque sua mulher não aguentava mais, contou isso com a cabeça baixa, com os olhos cheios d'água. Em várias ocasiões, os homens se colocam no grupo como se eles fossem as vítimas, a sensação que parece que têm é a de que cumpriram com tudo o que era esperado que fizessem: foram fortes, corajosos, honrados, valentes e, no convívio com a esposa, foram “a cabeça do casal”, sempre dando a “última palavra”, mas, por uma razão que não entendiam, estavam sendo punidos por isso.

Ao final de quatro meses, o juiz solicitou um relatório no qual informei que ele estava frequentando o grupo com assiduidade, e que nele permaneceu voluntariamente por mais dois meses. Para encerrar a participação de Antônio solicitamos a uma amiga da Prefeitura de Santo André, feminista de longa data, que fizesse uma entrevista de encerramento com ele. A entrevista foi só entre os dois, ao final, minha amiga relatou que Antônio ainda detinha um discurso machista, mas assumiu o compromisso de não cometer mais violência contra a mulher.

Outra experiência dessa época foi durante um processo de formação da Guarda Municipal de Santo André, em 2002, resultado de uma articulação entre a Assistência Judiciária Municipal e a prefeitura do município. As oficinas foram realizadas em parceria com o assistente social Leandro Mazzo, utilizando como base a metodologia do Grupo Cantera, da Nicarágua, uma série de oficinas que vai aprofundando questões baseadas nos direitos humanos, abordando a formação violenta dos meninos, a discriminação, até chegar à questão da violência contra a mulher.

No primeiro encontro, aplicamos um questionário diagnóstico, com questões sobre educação, geração de renda, cultura, esporte, lazer, saúde, cidadania, urbanização, defesa de direitos, com algumas explicações dos programas municipais. No segundo momento, após o intervalo, os presentes confeccionaram crachás e se apresentaram contando a história de seus nomes. Foi trabalhado o significado de ser homem, com uma discussão sobre características biológicas e aprendidas. Os trabalhos foram realizados em grupos e apresentados pelos participantes, seguidos por um debate. Após o intervalo, o tema de trabalho foi a divisão de tarefas entre homens e mulheres.

No encontro seguinte, foi discutido como nos tornamos homens e, após o intervalo, os efeitos do nosso modo de ser homem. No quarto encontro, o tema era a violência nos jogos infantis masculinos e, após o intervalo, uma reflexão sobre a luta pela vida. No quinto encontro, o tema era a possibilidade de uma vida menos violenta e, após o intervalo, foram construídas propostas concretas para a redução da violência. No sexto encontro, o tema foi a discriminação exercida pelos homens e após o intervalo, a discriminação sofrida pelos homens. O tema do sétimo encontro foi um exercício para refletir sobre as imagens que temos construído durante nossa vida e como essas imagens têm influenciado nossa identidade masculina. Após o intervalo, foi realizada uma dinâmica sobre a construção de identidade da Guarda Municipal. No oitavo encontro, foi realizada uma avaliação sobre a utilidade da formação na vida dos participantes e quais foram as mudanças concretas que proporcionaram. Após o intervalo, foi apresentada a Campanha do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher, e realizada a adesão dos homens a ela.

As discussões eram profundas, os temas, introspectivos, a resistência se fazia presente de diferentes formas, tais como o riso constante e as brincadeiras. Mas, dia a dia se percebiam mudanças nos discursos, posições inovadoras e depoimentos sensibilizados. Em 2003, fizemos uma nova formação, com outra turma de guardas, com resultados muito semelhantes.

Outra experiência em grupos de homens foi vivenciada entre 2006 e 2008, em Diadema, resultado de uma parceria entre a

prefeitura daquele município, o Centro de Referência de Atendimento à Mulher “Casa Beth Lobo”, o Centro de Referência de Assistência Social (Cras) da Região Leste de Diadema, o Centro Cultural Francisco Solano Trindade e a Mútua-Ação, cooperativa de trabalho na área de psicologia. Por meio destas parcerias, iniciamos o grupo de homens da cidade. O grupo passou por alguns locais de equipamentos públicos de Diadema e, por fim, se estabeleceu na Unidade Básica de Saúde (UBS) da região central, fazendo parte do grupo, além de homens agressores, vários técnicos que atuavam na unidade. O projeto foi premiado em 2008 pelo governo federal nos “Objetivos do desenvolvimento do milênio”.

No grupo, não percebemos muita diferença entre aquele homem que praticou a violência e aquele que não praticou. A maioria dos participantes identifica que em algum momento da vida já cometeu alguma forma de violência contra a mulher, pode ser o empurrão no momento de explosão, a “cantada” na calçada, o “se encostar” no ônibus, ou ainda, o “palavrão” no trânsito. Aliás, uma questão sobre a qual procuramos refletir no grupo é “o que é violência?”, pois as pessoas costumam ter concepções diferentes sobre o que é violência.

Nesse grupo tivemos a presença de Homero, convidado a participar das reuniões por meio de sua mulher, atendida na Casa Beth Lobo. Homero trabalhava como assessor de um vereador, tinha dois filhos. Suas brigas com a esposa começaram no terceiro ano de casamento; no início, eram discussões sobre as tarefas de casa, as decisões corriqueiras, mas, aos poucos, a tensão aumentou, até ocorrer o que no grupo de homens é corriqueiro chamar de “explosão”: a violência física. A segunda agressão veio dois anos depois, conforme o “ciclo de violência”, após o arrependimento, as promessas de mudanças, o perdão, o período de “lua de mel”, as pequenas discussões e a volta das brigas. A permanência de Homero no grupo foi de oito meses. Nesse processo, tivemos a oportunidade de trocar informações com a psicóloga que atendia sua esposa e, assim, por meio dos atendimentos dela, verificar mudanças no comportamento dele. As falas dela, na psicoterapia, eram de que seu marido

estava mais paciente com os filhos, estava dividindo algumas tarefas e menos agressivo.

Em 2007 e 2008, participei de um grupo de homens no Centro Social Heliodor Hesse, resultado da parceria da entidade com a Prefeitura de Santo André, no projeto de atendimento de crianças e adolescentes vítimas de abuso e exploração sexual, Projeto Santo André Crianças e Adolescentes (Saca). Nesse projeto, eu atendia as crianças e adolescentes como psicólogo e realizava o grupo semanalmente. Neste grupo participavam homens, em sua maioria familiares das crianças e adolescentes atendidos, mas durante o processo tivemos a participação no grupo de dois homens que cometeram abuso contra crianças.

Um deles era um funcionário de uma montadora, que abusou de sua filha. Henrique tinha 55 anos, um casamento de trinta, uma filha de 24, um filho de 15 e a caçula, que ele abusou, de 7 anos. Morava em um condomínio fechado de alto padrão. No grupo, Henrique não se identificou como alguém que havia abusado de sua filha, colocou-se como familiar de criança do projeto. Pôde conviver, assim, com os relatos de pais sobre suas filhas abusadas. Em um dos encontros do grupo, utilizamos a apresentação de um filme que envolvia a temática, causando um grande impacto nos participantes. Henrique frequentou o grupo por três meses, parou no momento em que chegou sua ordem de prisão.

Em 2008 e em 2010, em Santo André, realizamos um conjunto de oficinas e seminários envolvendo a temática violência contra a mulher, também a construção da rede e as masculinidades, em uma parceria da prefeitura com a Entre Nós – Assessoria Educação e Pesquisa em Gênero e Raça (Enaep), envolvendo mulheres e homens, servidores(as) municipais e sociedade civil da cidade. Neste trabalho, uma série de três oficinas com homens propiciou várias reflexões e a organização da Campanha do Laço Branco no município.

Em 2008, em São Bernardo do Campo, foi realizado um projeto que utilizou duas metodologias: a primeira com homens encaminhados pelo serviço de atendimento à mulher, em encontros semanais,

e outra com oficinas preventivas com homens de diferentes secretarias, homens da Frente de Trabalho e das cooperativas de reciclagem.

No grupo de homens que cometeram violência contra as parceiras, participou Augusto, 40 anos. Sua esposa passava pela psicóloga do Serviço de Atendimento Municipal havia dois anos e conseguiu romper com a violência ao ser abrigada com seus filhos na Casa Abrigo Regional do Grande ABC.⁸ Augusto começou a frequentar o grupo após várias tentativas de encontrar sua ex-companheira, muitas vezes fora ao Serviço de Atendimento Municipal para buscar informações do paradeiro dela. Assim, a psicóloga do serviço disse que ele poderia ir ao grupo para receber cuidado. O motivo declarado ao ingressar no grupo era para ter de volta sua família. Augusto, quando contou sua história, relatou a tentativa de suicídio que praticou, ingerindo “veneno”, logo após chegar em casa e saber que sua mulher o havia deixado. Contou sobre a violência que sofreu no hospital, pois tentativa de suicídio, assim como aborto, costuma receber um tratamento pouco amistoso – para não dizer violento – por parte de alguns profissionais da área de saúde. No grupo, ele falava das violências que cometeu contra outras pessoas no decorrer de sua vida, na infância contra outras crianças, na adolescência em brigas no futebol, quando do início da vida adulta começou a lutar tae-kwon-do, participando de campeonatos regionais; em certa ocasião contou que chegou a dar um tapa em seu chefe, devido a uma discussão de trabalho. Augusto era separado de outro relacionamento, tivera uma filha desta relação, que não via há vários meses. Havia se separado dessa mulher devido às agressões que cometera contra ela e a filha. Sua narrativa nos depoimentos era, costumeiramente, emocionada, mostrando-se arrependido pelos seus atos, com juras de jamais cometer uma nova violência. Em uma de suas falas, disse aos outros homens que ainda viviam com suas companheiras que pensassem bem antes de cometer uma

8 Abrigo administrado pelo Consórcio Intermunicipal das sete cidades que compõem a região: Diadema, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André, São Bernardo do Campo e São Caetano do Sul.

violência, pois se ele tivesse participado desse grupo antes e tivesse ouvido isso, não estaria passando pelo que passava. Não sabemos se Augusto voltou a cometer violência. Sua ex-esposa jamais voltou para ele, reconstruiu sua vida em outro Estado.

Em 2011, realizamos com a Gerência de Políticas para Mulheres e Questões de Gênero, em articulação com as secretarias e departamentos da Prefeitura de São Bernardo do Campo, oficinas (com homens e mulheres) sobre a construção da equidade e a superação de todas as formas de violência de gênero. O público foi composto por profissionais, servidoras(es) municipais e grupos da sociedade civil, em um total de 395 participantes. Nesse caso, os grupos eram compostos por homens e mulheres, fizemos apenas um encontro em cada grupo, com duas horas de duração, em que realizávamos uma técnica de dinâmica de grupo. Solicitávamos que os(as) participantes escrevessem em uma tarjeta três características dos homens que consideravam adequadas, depois as associassem a algum animal. Depois, solicitávamos que escrevessem três características dos homens que não aprovavam e as relacionassem a um animal. Em seguida colávamos a tarjeta com as características positivas no peito dos(as) participantes e as negativas nas costas. Depois solicitávamos que andassem pela sala e lessem as anotações dos(as) demais. Na etapa seguinte montávamos grupos por semelhança dos animais e cada grupo fazia uma síntese das características positivas e negativas. Os grupos apresentavam suas discussões e em seguida realizávamos um debate.

Em 2012, em Guarulhos, realizamos a I Campanha Guarulhense do Laço Branco, Homens Unidos pelo Fim da Violência contra a Mulher, com uma série de palestras e oficinas, ao longo do ano, para os funcionários das diversas secretarias da Prefeitura. O objetivo foi levar esta campanha de sensibilização pelo fim da violência contra a mulher para os vários grupos de funcionários das secretarias e coordenadorias, em especial nos setores que têm maior número de homens.

Também nos anos 2011 e 2012 participei do Projeto Mulheres e Homens Trabalhando pela Paz e contra a Violência Doméstica,

realizado pela Associação Mulheres pela Paz, de São Paulo, resultando na publicação de um livro⁹ e um filme.

Por fim, depois destas participações, acredito que o investimento em políticas públicas com foco na violência de gênero pode propiciar uma análise crítica, construir um projeto ético-político em busca de relações justas, equidade e luta por direitos, capacidade de transformações sociais, bem como construir relações mais justas entre homens e mulheres, não só nas relações de trabalho, com distribuição de tarefas produtivas e reprodutivas com equidade, mas também na construção de um processo reflexivo e socioeducativo que potencialize nos homens características como a não violência, a paternidade responsável, a capacidade de construir relações afetivas saudáveis, com maior capacidade de administrar o cuidado com o outro(a), bem como desenvolver hábitos de prevenção e planejamento da vida sexual e reprodutiva.

9 Disponível no site: <<http://www.mulherespaz.org.br/publicacoes/livro-mulheres-e-homens-pela-paz/>>.

DESAFIOS PARA O TRABALHO COM HOMENS EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA COM SUAS PARCEIRAS ÍNTIMAS

Fernando Acosta

Alan Bronz

Em 2008 foi inaugurado o primeiro Serviço de Educação e Responsabilização para Homens autores de violência contra mulher (SERH), no município de Nova Iguaçu, estado do Rio de Janeiro. Esta foi a primeira iniciativa na esfera da política pública que colocou em prática os artigos 35 e 45 da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006), que prevê a criação de grupos de reflexão para homens que forem enquadrados na lei, bem como determina o encaminhamento dos mesmos para este dispositivo. Os esforços empreendidos no desenvolvimento da metodologia de grupos de reflexão até a assunção desta atividade por parte do governo engendram um percurso que será aqui descrito apenas à medida que for importante para a compreensão dos desafios que os grupos de reflexão, na opinião dos autores, enfrentarão daqui por diante.

O primeiro fato relevante é que a atividade precursora dos grupos de reflexão com homens em situação de violência com suas parceiras íntimas não estava diretamente relacionada a esta temática, mas com o que poderia se chamar de “crise da identidade masculina”, cujos resultados se manifestavam de forma insidiosa sobre a qualidade das relações afetivas entre homens e mulheres. Esta crise, expressa nos discursos de homens em terapia, gerou demanda por uma escuta mais qualificada para este tipo de problemática. Para tanto, um

pequeno grupo de pessoas, entre eles, Fernando Acosta e Gary Barker, criaram grupos de reflexão sobre masculinidades. Inicialmente esta atividade foi realizada dentro de consultórios particulares, mas foi suficientemente motivadora para que fosse realizada em outros locais. A experiência também foi reproduzida em favelas do Rio de Janeiro, se tornando uma prática social (Barker; Lowenstein, 1997).

A partir de 1997, Acosta se associou à equipe liderada por duas pesquisadoras da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Karen Giffin e Regina Simões Barbosa, para realizar uma pesquisa cujo objetivo principal consistia em estabelecer correlações entre masculinidades e hábitos relacionados aos cuidados com a saúde. A pesquisa denominada “Homens, saúde e vida cotidiana” consistia na realização de grupos de reflexão com homens em diversas favelas e organizações da cidade do Rio de Janeiro. Sob a coordenação de Acosta, Luiz Costa e Willer Baumgarten, um destes grupos foi realizado no Instituto Noos. Este grupo se sensibilizou com os temas violência e masculinidades e decidiu permanecer junto após o término da pesquisa para aprofundar a discussão sobre o assunto. O Instituto Noos, por sua vez, manifestou interesse em sediar as discussões. Mais tarde este grupo veio a constituir o Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania da instituição. Foi nesta instância que a metodologia para o trabalho com homens em situação de violência com suas parceiras íntimas ganhou os seus primeiros contornos.

A aproximação entre Acosta, com sua experiência anterior na área de gênero, e o Instituto Noos, que procura utilizar o referencial teórico sistêmico no desenvolvimento de projetos sociais, fez surgir o segundo fato relevante. A primeira sistematização da metodologia para o trabalho em grupo com homens em situação de violência não se baseou em estudos da área de gênero, mas no limite de suas fronteiras e, muitas vezes, a partir de sua confrontação (Acosta et al., 2004).

A escuta direta de homens envolvidos em seus conflitos relacionados à crise da masculinidade hegemônica demonstrava que os textos mais tradicionais sobre a chamada “violência de gênero” pareciam dimensionar equivocadamente a participação dos homens

nas relações violentas, já que, sob esta categoria, a violência entre parceiros íntimos parecia ser exercida exclusivamente pelos indivíduos do sexo masculino.¹ O referencial teórico sistêmico forneceu os subsídios conceituais que permitiram repensar esta questão sob uma ótica renovada. Deste referencial, duas premissas foram especialmente importantes para o Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania. A primeira indica que os fatores associados à gênese dos fenômenos estão conectados de tal forma que, quando ocorre uma modificação em um deles, os outros sofrem imediatamente mudanças e assim por diante. Daí resultou a ideia de que não se poderia atribuir a apenas a um dos gêneros a responsabilidade por um padrão específico de conduta, sendo mais apropriado pensar em ambos os gêneros criando um padrão de relação violenta. É claro que isso não reduz a periculosidade deste tipo de violência para as mulheres, conforme demonstram os altos índices de mortes e lesões das que se encontram envolvidas em uma situação de violência com seus parceiros íntimos. A segunda premissa aponta para a impossibilidade de reduzir a compreensão dos fenômenos a partir de explicações lineares, que são sempre recortes artificiais de uma situação cuja complexidade não somos capazes de apreender em toda sua dimensão. Daí resultou a ideia da impossibilidade de analisar a violência entre parceiros íntimos apenas sob uma perspectiva que enxerga um desequilíbrio de poder entre as partes envolvidas em uma relação.

Um dos desdobramentos práticos destas ideias surgiu na maneira como o Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania designava os homens. No início eles eram chamados simplesmente de agressores, uma palavra que denota uma relação da conduta violenta com aspectos, digamos, instintivos da natureza humana. Na busca por uma nomenclatura que fosse mais coerente com as ideias associadas à área de gênero, os homens passaram a ser chamados de “autores de violência contra mulheres”. Esta definição encontrou resistência por parte do movimento de mulheres, pelos gestores de políticas para

1 Hoje já existem pesquisas que demonstram uma participação bem mais ativa das mulheres na construção de uma relação violenta (Soares, 2012).

mulheres e algumas ONGs que trabalham com homens no Brasil, mas gradativamente foi ganhando adeptos entre os profissionais dos serviços que compõem a rede de atenção à violência entre parceiros íntimos. Mais tarde a nomenclatura foi novamente modificada para “homens em situação de violência com suas parceiras íntimas” para destacar os aspectos contextuais que possibilitam a emergência da violência no casal.

Outro desdobramento foi, justamente, o início do trabalho direto com homens. Esta foi uma forma de suprir a ausência, sob a perspectiva sistêmica, de uma peça fundamental para a compreensão da dinâmica da violência entre parceiros íntimos, ou seja, o próprio homem. Àquela altura não se sabia que esse trabalho também contribuiria para a mudança das relações de gênero no Brasil. A proposta era reproduzir com estes homens a mesma experiência da pesquisa “Homens, saúde e vida cotidiana”, ou seja, um processo grupal potente de revisão de valores e condutas associados às masculinidades. Sendo assim, os primeiros grupos apresentavam um *modus operandi* similar aos dos grupos da pesquisa. Com o tempo, foram sendo incorporados novos elementos e a atividade ganhou um formato próprio. Algumas características do período inicial foram mantidas, entre elas a aplicação dos *actings*, que já vinha sendo utilizada desde a década de 1990 nos grupos com homens (Acosta, 1995). É um recurso sistematizado no âmbito da “somatopsicodinâmica”, criada pelo neuropsiquiatra Federico Navarro. Consiste em uma série de movimentos corporais que, quando executados, evocam sensações, emoções, pensamentos e experiências relacionadas aos períodos do ciclo vital (Navarro, 1995). A aplicação deste recurso se mostrou um forte aliado na construção de um contexto reflexivo e dialógico, que é a finalidade última da metodologia.

Cabe esclarecer que o contexto reflexivo na metodologia de grupos de reflexão para homens em situação de violência com suas parceiras íntimas apresenta um significado bastante específico e próximo da definição formulada pelo psiquiatra norueguês e terapeuta de família Tom Andersen. Procura-se promover um ambiente, em primeiro lugar, suficientemente estimulante, confortável e confiável

para que os debates possam incluir material discursivo privado dos participantes e, em segundo, que este conteúdo seja articulado com os temas dos encontros. Além disso, não se apontam caminhos a serem seguidos, não se estabelece o que é certo e errado, não se propõem modelos. Do contrário não haveria oportunidade para a confrontação entre os diferentes entendimentos. O desvelamento dos interstícios entre as redes de significados que compõem estes entendimentos é primordial para o acionamento das mudanças pessoais. Já o contexto dialógico, pensando a partir das ideias de Paulo Freire (1985), é promovido a partir de perguntas que conectam os participantes dos grupos a temas relacionados ao universo masculino e geram conversações a este respeito. Este último resultado é particularmente importante no que se refere às situações de violência, já que a alternativa pelo diálogo se contrapõe aos comportamentos agressivos. Trabalhando com estas duas vertentes na facilitação de processos grupais se cria uma ponte entre concepções clínicas e pedagógicas, que se unem para promover mudanças em nível subjetivo, que é onde a violência ganha um sentido e sustentação (Acosta; Soares, 2011; Leite; Lopes, 2013).

Em seus primórdios, esse trabalho foi valorizado por algumas pessoas que ocupavam cargos públicos estratégicos para as políticas de gênero no estado do Rio de Janeiro. Uma delas foi Barbara Musumeci Soares, antropóloga que fez da violência de gênero uma de suas principais linhas de pesquisa e se tornou uma das referências neste tema em nosso país. Em 1999, ela era a titular de uma subsecretaria vinculada à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Rio de Janeiro. Este órgão foi criado com o objetivo de elaborar e acompanhar a implantação de políticas públicas voltadas para a segurança da mulher. Soares entendeu que o trabalho merecia ser incluído em uma política desta natureza e apresentou o Instituto Noos à Elizabeth Sussekind, secretária nacional de justiça. Desta intermediação nasceu o primeiro apoio financeiro ao trabalho. O resultado foi o desenvolvimento de um projeto que articulava os Juizados Especiais Criminais (JECrims) com os grupos de homens realizados pelo Núcleo de Gênero, Saúde e Cidadania do Instituto

Noos e também pelo Centro de Orientação à Mulher Zuzu Angel (Ceom), de São Gonçalo, município do estado do Rio de Janeiro. Através da Lei n.9.099/95, foi possível encaminhar homens envolvidos em situação de violência com suas parceiras íntimas para os grupos. Foi a partir deste encontro que os grupos começaram a ser conhecidos no país (Soares, 2000a).

O terceiro e último fato relevante é que a formulação da Lei Maria da Penha é de autoria de um grupo de pessoas, em sua maioria, consagradas representantes de organizações do movimento feminista (Advocaci, Agende, Cepia, Cfemea, Cladem e Themis), que não participaram da elaboração das metodologias de grupos de reflexão com homens em situação de violência com suas parceiras íntimas. Sendo assim, a definição deste trabalho por parte destas pessoas não está necessariamente alinhada com as propostas dos que o executam. De fato, pelo menos no que tange à linha de atuação que começou a ser desenvolvida em 1999, há pelo menos uma discrepância: o grupo de pessoas que formulou a lei define o trabalho como mais uma forma de punição. A metodologia, por sua vez, não está primordialmente orientada para esta finalidade, mas voltada para uma proposta de reflexão acerca das relações de gênero, pela busca de uma equidade entre homens e mulheres e para a construção de uma cultura de paz.

A inclusão, na lei, dos grupos de reflexão com homens criou a oportunidade única de garantir a permanência dessa atividade no futuro. Porém, existem alguns desafios que, se não forem enfrentados desde agora, poderão comprometer o seu andamento. Por exemplo, o percurso histórico da atividade pode explicar as razões que a levaram a ser desenvolvida independente dos movimentos de mulheres. Entretanto, é incongruente que as responsáveis pela formulação da Lei Maria da Penha, que acolheram sob a tutela da lei os grupos de reflexão com os homens, e os responsáveis pelo desenvolvimento da atividade não estabeleçam um franco diálogo no sentido de alinhar suas expectativas. As avaliações mais recentes sobre os grupos de reflexão vêm demonstrando que os homens reconhecem a importância do mesmo em suas vidas e na interrupção da violência doméstica. Por outro lado, também se verifica que conteúdos

relacionados aos preconceitos de gênero e à violência contra mulher não têm sido suficientemente trabalhados (Lima; Buchelle, 2011). Como se vê, a partir deste diálogo, as pessoas envolvidas em situações de violência doméstica teriam muito a ganhar.

O trabalho com homens deve se tornar efetivamente uma política pública. De outro modo, assistiremos a uma repetição *ad infinitum* das soluções de continuidade provocadas, sobretudo, pelo não comprometimento da classe política com mudanças nos valores que regem as relações de gênero, como se tem observado desde 1999. A aplicação irregular dos grupos com homens pode comprometer a eficácia da lei, a credibilidade dos sistemas de segurança e jurídico, colocar em risco as mulheres, privar os homens da possibilidade de mudanças e inviabilizar um processo permanente de monitoramento e avaliação, tão necessário em um trabalho que lida com a imponderabilidade da conduta humana. Além disso, o impacto na capacitação de profissionais para a sua liderança e realização é catastrófico, pois, as constantes interrupções dos serviços impedem a retenção de talentos e o aprofundamento do aprendizado relacionado à função de facilitador. Com o advento da Lei Maria da Penha, esta problemática poderia ser revertida, apesar de se saber que, entre a formulação da lei e a efetivação de seus ditames, existe um hiato provocado pela dificuldade da sociedade brasileira em se adaptar a normatizações.

Outro passo fundamental no caminho para a transformação definitiva dos grupos de reflexão em uma política pública consiste na formulação de uma norma técnica cujo processo de elaboração deveria, de preferência, ser liderado pelo Ministério da Justiça e pela Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, com a participação das equipes que trabalham com homens, especialistas, ONGs, movimento de mulheres etc. A norma estabeleceria os parâmetros do serviço, que incluem a definição dos critérios de distribuição da atividade em território nacional, as condições mínimas de funcionamento das unidades, definições a respeito da sistemática dos grupos, conteúdo programático e duração das capacitações dos facilitadores, objetivos do serviço etc. A ausência de uma norma técnica gera dissonâncias entre os diversos serviços, como a

diferença no número total de encontros por grupo que cada serviço deste tipo oferece. Por exemplo, em Nova Iguaçu eram realizados vinte e quatro encontros por grupo, conforme a proposta original de metodologia formulada à época do Instituto Noos, ao passo que o Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, ao adotar esta prática, passou a realizar oito encontros. Há que se possuir um mínimo de homogeneidade metodológica para que os resultados do serviço possam ser aferidos de forma uniforme. Do contrário, poderemos ver todo o trabalho desacreditado em função de equívocos causados por um ou outro grupo que o executa.

O tópico avaliação do trabalho merece destaque exclusivo. Hoje já se tornou evidente que este processo é mais complexo do que se pensou no início da realização dos grupos com os homens. Apesar de sistemas de monitoramento e avaliação terem sido incluídos no desenho dos projetos desenvolvidos no Instituto Noos, no município de Nova Iguaçu e no Instituto de Estudos da Religião (Iser), faz-se necessária uma reformulação das metodologias nesta área. Antes de tudo, elas precisam ser pensadas a longo prazo, para que se possa verificar a amplitude do impacto, sobre os homens, dos grupos de reflexão. Agregar ao processo pessoas que fazem parte da rede dos usuários do serviço também se mostra crucial. Por exemplo, muitos homens já se encontram envolvidos em relações íntimas diferentes daquelas que originaram as queixas de agressões quando começam a participar dos grupos de reflexão. Portanto, além de incluir as ex-parceiras, envolver as atuais na coleta de informações sobre o relacionamento e comportamento dos companheiros poderá ser de grande validade. A questão da seleção dos indicadores que servirão de base à avaliação também é premente, e sua resolução depende de decisões dialogadas entre as equipes que trabalham com homens: equipes de pesquisa e avaliação, dos serviços de atendimento às mulheres, movimentos feministas, organizações não governamentais da área, gestores de políticas públicas de gênero, saúde e justiça, operadores do sistema jurídico e da segurança pública e acadêmicos.

Por fim, uma parcela dos operadores de direito e uma vertente do movimento feminista propõem que os grupos sejam compostos

exclusivamente por homens que já foram penalizados pela Justiça, mas a Lei Maria da Penha possibilita que os grupos de reflexão sejam adotados também como medida protetiva ou preventiva. Como já foi dito antes, a metodologia desenvolvida a partir de 1999 não foi pensada como um dispositivo de punição e, por esta razão, se enquadraria melhor se fosse aplicada como as duas últimas alternativas, sem prejuízo aos resultados almejados pela lei, ou seja, a interrupção da violência. A atividade também poderia estar disponível para autores de violência que busquem voluntariamente os serviços. Sua participação é sempre muito rica ao processo, já que eles chegam ao grupo com uma autocrítica em relação às suas próprias condutas.

Cabe aqui uma ressalva sobre o sistema jurídico brasileiro, que ainda preserva características tradicionais. Nesta concepção é atávica a ideia de que a punição é sempre a melhor resposta a uma infração, se constituindo como uma panaceia. Há, no entanto, novas formas de se fazer justiça através de uma série de medidas que possibilitam aos acusados reverem suas condutas violentas e os ajudam a evitar novas infrações sem que seja necessário puni-los. É claro que esta proposta não se aplica a todos os casos, sobretudo naqueles em que as mulheres correm risco de vida e têm ameaçada sua integridade física. Entretanto, considerando algumas implicações da via punitiva, se torna muito difícil não questioná-la como recurso principal. Por exemplo: são amplamente conhecidos os efeitos do encarceramento, que não só não promovem a reformulação na conduta do apenado, como também aumentam as suas chances de cometer atos ilícitos.

Quem trabalha com pessoas em situação de violência sabe que a maioria dos casos que chegam até os serviços não inclui homens cujo grau de violência exige contenção externa absoluta, ainda que a Lei Maria da Penha prescreva o encarceramento para este tipo de situação. Como bem observou Soares (2012), a Lei Maria da Penha acabou por repetir o mesmo problema que tentou suprimir quando substituiu a Lei n.9.099/95. Os críticos desta última, não despojados de razão, consideravam-na inadequada aos casos de violência entre parceiros íntimos, uma vez que a lei não estava preparada para lidar com a gravidade que tais situações poderiam apresentar. A

Lei Maria da Penha, por sua vez, ao determinar o encarceramento dos homens, acaba por desconsiderar as nuances que estes casos apresentam, ou seja, ambas as leis ignoram a complexidade inerente às relações de gênero, sobretudo daquelas em que ocorre violência.

Não se pode negar a importância que a aprovação da Lei Maria da Penha possui no contexto brasileiro. Seu advento demonstra um olhar mais atento aos problemas vividos pelas mulheres do país e sinaliza para o fato de que abusos contra elas não ficarão mais impunes. No entanto, a resolução do Supremo Tribunal Federal sobre a constitucionalidade do artigo 41 da Lei Maria da Penha, que proibiu a aplicação da suspensão condicional do processo, na prática elimina a possibilidade de se aplicar os grupos de reflexão como medida protetiva ou preventiva. Assim, se por um lado houve avanços no campo das políticas de gênero, por outro, ainda está muito distante a inclusão do país no rol das nações que compreendem a necessidade de realizar mudanças profundas em seus sistemas jurídicos. Há de se compreender que não são as pessoas que precisam ser condenadas, mas sim a sua conduta e, no caso dos homens, o ato violento.



MASCULINIDADES E VIOLÊNCIAS DE GÊNERO: MACHISMO E MONOGAMIA EM CENA¹

Gustavo Venturi

Os dados que seguem são de uma pesquisa nacional realizada em 2010 pela Fundação Perseu Abramo (FPA), com o apoio do Sesc. Esse levantamento retoma e amplia um estudo feito em 2001 (Venturi et al., 2004) – à época, só pela FPA – o qual passou por duas mudanças: os temas abordados foram ampliados e, muito importante, a amostra deixou de ser só de mulheres. Nesta pesquisa foram entrevistadas cerca de 2,4 mil mulheres e 1,2 mil homens, em amostras nacionais representativas de todas as classes sociais e de todas as regiões do país, em agosto de 2010.²

-
- 1 O texto que segue é decorrente da transcrição de palestra dada no Seminário “Feminismos e Masculinidades: Percursos, Propostas e Desafios para a Equidade de Gênero”, em 2 de outubro de 2013, na USP. Exceto pela exclusão de coloquialismos em excesso e pela inclusão de alguns termos e trechos – no intuito de melhorar a compreensão de passagens que, lidas, me pareceram pouco claras e, ao final, a título de conclusão –, mantive o formato original do que foi dito, fiel ao caráter a que se propôs de ser justamente uma *fala* à espera de críticas e de um tratamento mais rigoroso.
 - 2 Ver a síntese dessa pesquisa em Venturi e Godinho (2013). Além de uma seleção de dados anexados ao final, o volume traz 26 capítulos, redigidos por diferentes autoras/es, que analisam vários temas abordados na pesquisa, dois dos quais mais diretamente relacionados às questões que abordo aqui: os capítulos “Machismo hoje no Brasil”, de Márcia Thereza Couto e Lília Blima Schiraber, e “A violência doméstica”, de Lourdes Bandeira.

A FPA fez uma série de pesquisas nos últimos quinze anos, sempre trabalhando com uma metodologia que implica convidar pessoas envolvidas com a temática que está sendo discutida para definir as prioridades do que investigar, a elaboração das questões e dos temas e, muitas vezes, até como abordá-los. Esta pesquisa não foi diferente, contou principalmente com a presença de um coletivo bastante significativo de mulheres, mas também com a de alguns homens, inseridos seja nos estudos de gênero, seja no movimento feminista, seja em gestão pública de políticas para mulheres.

A pesquisa é tematicamente muito ampla e foi então razoavelmente divulgada na mídia no ano seguinte à sua realização, em 2011, de modo que muitos de vocês já devem ter tomado contato com vários resultados. Em 2001, havia aquele dado de quatro mulheres espancadas por minuto e, portanto, oito a cada dois minutos, e em 2010 encontramos cinco mulheres a cada dois minutos. Claro que se tivéssemos feito um retrato só de 2010 não haveria nada a comemorar, não dá para dizer “apenas cinco mulheres espancadas a cada dois minutos”! De qualquer forma, a sessão de ontem também apontou para alguma redução nas violências de gênero, ainda que o quadro seja extremamente grave. Quero aqui mostrar a questão também pelo olhar e pela perspectiva dos homens, o que nos permite atender ao convite da Eva Blay para falar sobre alguns dados que têm sido pouco trabalhados.

Quando esta edição da pesquisa foi divulgada, dois resultados chamaram bastante atenção: os dados sobre a violência doméstica contra a mulher e a questão da violência no parto, que quero apenas mencionar aqui, pois até então era um tema nunca abordado nesse tipo de levantamento quantitativo. O problema da violência institucional no parto não era novidade para quem estava envolvido com essa questão, investigada há mais de uma década por estudos qualitativos, mas a pesquisa FPA/Sesc permitiu mensurar sua extensão e projetar os dados para o conjunto da população feminina. Chegamos à taxa de que 1 em cada 4 brasileiras que passaram por algum parto hospitalar (25%) sofreu algum tipo de violência durante o parto. Bem, a discussão desse e dos resultados sobre os demais temas

abordados nesse estudo nacional – aborto, sexualidade, a mulher na mídia, trabalho produtivo e reprodutivo, discriminação de gênero e racismo, mulher e participação política, entre outros – pode ser vista no livro da pesquisa que está sendo lançado.

Entrando em nosso tema, que é a relação das masculinidades com a violência de gênero, sobretudo doméstica, na pesquisa foram feitas duas perguntas referentes ao machismo: se “existe machismo hoje no Brasil?” e, aos entrevistados homens, se se consideram machistas. São perguntas que remetem à questão de identidade de gênero, o que exige uma observação de natureza metodológica. Em sua fala ontem, Benedito Medrado Dantas apontava para o risco de nossas perguntas gerarem resultados que muitas vezes apenas reproduzem ou reforçam concepções com as quais muitas vezes não concordamos, e que, ao utilizar certos termos, acabamos por apenas reorganizar tais concepções, sem chegar a coisas novas. Ocorre que quando nos colocamos o desafio de fazer pesquisa empírica para investigar a opinião pública, a percepção das pessoas, particularmente com essa técnica dos *surveys* – com seus questionários estruturados, que são rígidos do ponto de vista da formulação das perguntas e da sua sequência –, é preciso lidar com as limitações inerentes ao processo de operacionalização de conceitos, ou seja, escolher indicadores empiricamente mensuráveis que melhor traduzam ou expressem os traços dos conceitos utilizados em uma linguagem de senso comum, compreensível por todos. Ainda que achemos sedutora a teoria *queer* e concordemos que há uma série de consequências perversas com a fixação das identidades, quando se vai entrevistar um grande contingente de pessoas com um questionário estruturado não há como não fixá-las, até porque a maior parte das pessoas experimenta ou se experimenta com o que Bourdieu (1996) designou como uma ilusão de identidade social, identificando-se como homens, como mulheres, masculino, feminino etc., em geral sem alternância ao longo de toda a vida. Não é na realização das entrevistas de um *survey* que se consegue romper com a questão das identidades. Se a discussão e a reflexão sobre isso pode avançar, será, talvez, no momento da análise dos dados coletados.

Pois bem, perguntamos para as mulheres se acham que existe machismo no Brasil e 94% disseram que sim, sendo que para a maioria há *muito* machismo (67%). O resultado para os homens é semelhante, para 90% existe machismo no Brasil (para 58%, *muito*), mas ao perguntarmos “você se considera machista?” a taxa cai para 22% – 18% se consideram *um pouco* e 4%, *muito* machistas. Esse dado pode ser lido pelos dois lados – como perguntam Márcia Couto e Lilia Schraiber, é muito ou pouco o fato de cerca de um quinto dos homens dizerem “eu sou machista”? Bem, comparemos com outros estudos que foram elaborados com metodologia muito semelhante, abordando preconceitos e discriminações. Em uma pesquisa sobre racismo, em 2003, apenas 4% das pessoas admitiram ter preconceito de natureza racial – em 1995 esse dado tinha sido 10% (Silva; Santos, 2005). No estudo “Idosos no Brasil”, em 2006, 4% de novo disseram ter preconceito contra idosos (Néri, 2007), e na pesquisa Homofobia no Brasil, em 2008, a taxa variou entre 32% dos que disseram que tinham preconceito contra pelo menos um dos grupos L, G, B ou T, a 25% que disseram ter preconceito contra pessoas das cinco identidades (Venturi; Bokany, 2011). Sendo que em todos esses casos, a percepção da existência do fenômeno – no Brasil há racismo, há preconceito contra idosos e há preconceito contra LGBTs – apresentava patamar semelhante ao da percepção do machismo, com cerca de 90% de reconhecimento.

Como comentamos à época da divulgação da pesquisa sobre homofobia, o fato de que haja muito mais gente à vontade para dizer que tem preconceito contra LGBT, enquanto que pouquíssimos assumem preconceito racial ou contra idosos, é uma expressão da naturalização com que ainda opera a questão da discriminação LGBT na nossa sociedade. E temos aqui, na questão do machismo, uma taxa que está mais para a grandeza da discriminação assumida contra LGBTs do que para a assunção do racismo e do preconceito contra idosos. O fato de que aproximadamente um quinto dos homens diga que é machista é claramente sintomático da naturalização dessa identidade, de não verem conflito, de não acharem que isso é um problema – como se dissessem “eu sou machista e ponto,

falo mesmo!”. Veremos adiante como isso faz sentido, ou o sentido dessa postura, na relação com o tema da violência.

Vejam os dados da violência de gênero. À pergunta espontânea, “você já sofreu algum tipo de violência por parte de algum homem, conhecido ou desconhecido?”, um quinto aproximadamente das mulheres, tanto em 2001 quanto em 2010, respondeu que sim (Tabela 1). E um décimo dos homens, em 2010, disse ter sofrido violência por parte de alguma mulher.

Tabela 1. Violências sofridas – pior caso narrado [espontâneo] por modalidade.

Síntese dos comparativos 2001/ 2010 e mulheres/ homens [em %]

	Mulheres 2001	Mulheres 2010	Homens 2010
	MULHERES		HOMENS
	2001	2010	
Já sofreu alguma violência (espontânea)	19	18	10
Física ou ameaça (à integridade física)	10	12	6
Sexual	6	4	
Verbal	3	4	3
Assédio	1	0,4	
Controle/ Cerceamento	0,2	0,3	
Nunca sofreu nenhuma violência (espontânea)	80	80	89
Não sabe/ nr / recusa	0,3	1	1

Em ambos os casos predomina aqui a violência física, o que já nos fala algo sobre a noção de violência, pois diante do estímulo de diferentes formas de violência, observa-se que as taxas que antes não chegavam a 20% das mulheres agora dobraram (Tabela 2). Por quê?

Tabela 2. Violências Sofridas [estimuladas] – síntese por modalidade. Comparativos 2001/ 2010 e mulheres/ homens [em %]
 Síntese da violência sofrida por mulheres e homens

	Mulheres		Mulheres	Homens
	Evolução – Frases		Todas as	
	Equivalentes		Frases	
	2001	2010	2010	2010
Já sofreu alguma violência	43%	34%	40%	44%
Controle/ cerceamento	9%	7%	24%	35%
Física ou ameaça (à integridade física)	28%	24%	24%	21%
Psíquica/ verbal	27%	21%	23%	16%
Sexual	13%	10%	10%	–
Assédio	11%	7%	7%	–
Nunca sofreu nenhuma violência	57%	66%	60%	56%

Porque há muitas formas de violência que uma boa parte das mulheres (e dos homens) não considera propriamente violência. Quando se isola na pesquisa de 2010 os doze tipos de violência que tinham sido investigados em 2001, observa-se que a taxa de mulheres que declaram ter sofrido violência teria caído de 43% para 34%. Porém, como a concepção do que é considerado violência foi ampliada, acrescentando-se novos tipos ao modelo, ao passar de 12 para 20 formas de violência, voltamos para 40% de mulheres que em 2010 dizem ter sofrido alguma. E os homens reportam taxa semelhante, até um pouco mais alta (44%).³ Mas distribuindo-se os diferentes tipos de violência em cinco modalidades – formas de controle e cerceamento, violências físicas, verbais ou simbólicas (psíquicas não é um termo bom, já que todas certamente causam impacto psicológico), sexuais e assédio (as duas últimas não investigadas para os homens) – nota-se que *formas de controle e cerceamento* é a que os homens dizem sofrer mais: cerca de um terço deles (35%) diz ter passado um tipo de violência dessa natureza por parte de

3 Como os homens não foram incluídos no estudo de 2001, não há parâmetro para sabermos se a violência, no sentido inverso, está aumentando ou não.

alguma mulher na vida, contra um quarto das mulheres (24%) que já teriam passado pelo mesmo, por parte de algum homem.

Duas formas de cerceamento puxam pra cima a taxa de violência que os homens dizem sofrer (Tabela 3): o controle de para onde vão, dos “lugares e pessoas com quem falam” (25%, contra 15% das mulheres) e a “busca de mensagens no seu celular ou e-mails sem sua permissão” (20% e 12%, respectivamente). As demais ocorrências categorizadas como formas de controle são semelhantes para homens e mulheres, com exceção de “algum homem impediu você de sair, trancando-a em casa?”, perguntada só para as mulheres (7%).

Reportaram ter sofrido alguma das formas de violência incluídas na modalidade *violência física* 24% das mulheres e 21% dos homens: “deu tapas, empurrões ou sacudiu você?”, 16% das mulheres e 14% dos homens; “ameaçou dar uma surra em você?” (perguntado só para as mulheres) atingiu 13%; “bateu ou te espancou deixando marcas, cortes ou fraturas?”, 10% das mulheres e 5% dos homens.

Tabela 3. Violências sofridas por mulheres e homens [estimuladas]
Comparativo 2010 [em %]

	Mulheres	Homens
Já sofreu alguma violência (estimulada)	40%	44%
Controle / Cerceamento	24%	35%
Ficou controlando aonde você ia, (seu dinheiro* – perguntado só p/ mulheres) ou os lugares e as pessoas com quem você falava?	15	25
Vigiu e perseguiu você?	20	12
Impediu você de sair, trancando você em casa?	7	–
Rasgou ou escondeu seus documentos?	2	4
Física ou Ameaça (à integridade física)	24%	21%
Deu tapas, empurrões, apertões ou sacudiu você	16	14
Bateu (ou espancou você* – perguntado só para mulheres), deixando marcas, cortes ou fraturas?	10	5
Quebrou coisas suas ou rasgou suas roupas?	9	11
Usou armas de fogo ou facas para ameaçar você?	6	4
Psíquica / Verbal	23%	16%

Insinuou continuamente que você tem amantes ou te xingou repetidamente de um jeito que ofende a sua conduta?	16	–
Desqualificou continuamente a sua atuação como mãe? / criticou continuamente a sua atuação como pai?* (só para entrevistadas(os) que tem filhos(as))	9	10
Para mulheres: Desqualificou você sexualmente, dizendo muitas vezes que ia procurar outras, que você não dava conta do recado, ou coisas parecidas?	7	9
Para homens: Disse ou insinuou seguidamente que você não é macho ou homem suficiente para ela?		
Falou mal de seu trabalho doméstico repetidamente?	6	–
Para mulheres: Criticou repetidamente o seu desempenho em trabalhos fora de casa?		
Para homens: Desqualificou seguidamente o seu trabalho, sua capacidade de conseguir trabalho ou de levar dinheiro para casa?	5	7
Sexual	10%	
Forçou você a ter relações sexuais quando você não queria?	8	
Forçou você a praticar atos sexuais que não lhe agradam?	4	
Estuprou você?	3	
Assédio	7%	
Assediou você sexualmente, lhe tocando ou insistindo em sair com você depois de você mostrar que não queria?	7	
Te obrigou ou pressionou a fazer favores sexuais em troca de promoção ou aumento de salário, ou ainda para não demiti-la de emprego?	1	
Nunca sofreu nenhuma violência (estimulada)	60%	56%

Já teriam sofrido *violência verbal* 23% das mulheres, contra 16% dos homens, sendo que “insinuou continuamente que você tem amante, te xingou ou fez ofensas à sua conduta ou moral sexual?” (16% das mulheres teriam passado por isso) e “falou mal repetidamente do seu trabalho doméstico?” (6%) – perguntas que não foram feitas para os homens. As demais formas atingiram patamar semelhante, por exemplo, “criticou continuamente sua atuação como mãe/como pai?” (9% das mulheres e 10% dos homens); “desqualificou você sexualmente dizendo que ia procurar outras porque você não dava conta do recado?” (7% das mulheres), ou “insinuou

seguidamente que você não é macho ou homem para ela?” (9% dos homens); “criticou repetidamente seu desempenho e trabalho fora de casa?” (5% das mulheres), ou “desqualificou seu trabalho ou sua capacidade de conseguir trabalho e levar dinheiro para casa?” (7% dos homens). Todas essas são formas de abuso verbal, caracterizadas não por uma ou outra menção em alguma discussão, mas pela repetição, quando ocorrem de modo recorrente.

Reportaram ter sofrido alguma *violência sexual* 10% das mulheres e *assédio sexual*, 7% (sendo 1% na forma tipificada em lei, com padrões obrigando-as ou pressionando-as a fazerem favores sexuais em troca de promoção ou de emprego, ou sob a ameaça de demiti-las) – modalidades não investigadas para os homens. Para “alguma vez algum homem forçou você a ter relação sexual quando não queria?”, 8% das mulheres responderam que sim; para “a forçou a praticar atos sexuais que não lhe agradam?”, 4%, e “estuprou você?”, 3%.

Notem como foi útil separar *forçou você a ter relação de ser estupro* – talvez por não termos explicitamente a figura do estupro conjugal na nossa legislação, as mulheres muitas vezes não consideram o parceiro forçá-las a ter relação sexual como um estupro – a taxa cai de 8% de sexo forçado para apenas 3% de estupro. “Apenas” entre aspas, evidentemente, já que, com quase 72 milhões de mulheres representadas na amostra, cada 1% corresponde a cerca de 700 mil, então estamos dizendo que aproximadamente 2 milhões de brasileiras já sofreram um estupro ao menos uma vez na vida. Levando em conta as que informaram ter sido estupradas nos doze meses que antecederam a coleta dos dados, entre agosto de 2009 e julho de 2010, teriam acontecido no Brasil 4 estupros por hora, 1 a cada quinze minutos. E considerando as 10% que disseram que foram espancadas alguma vez na vida (7,2 milhões de mulheres), como quase um quinto (18%) disse que o último espancamento sofrido aconteceu no ano que precedeu a pesquisa, a projeção que eu mencionava leva àquela taxa de 5 mulheres espancadas a cada dois minutos.

Mas estes são dados puramente descritivos. Trabalhamos na pesquisa com a hipótese de uma cultura de violência. Uma das

perguntas feitas para operacionalizar essa ideia procurou medir o quanto as pessoas entrevistadas apanhavam na infância. Entre as mulheres, 15% nunca levaram um tapa; 49% levavam tapas de vez em quando – ou seja, quase 2/3 disseram que levavam tapas, destas, um terço levava surras (23% de vez em quando e 12% com frequência). Entre os homens, 13% nunca levaram um tapa, 38% levavam tapas de vez em quando, ou seja, metade, de forma que a outra metade era espancada com alguma periodicidade – 32% dos homens levavam surras de vez em quando e 16%, com frequência.

A opinião sobre a legitimidade de educar os filhos recorrendo ou não a castigos físicos, cruzada com a experiência vivida na infância, mostra uma correlação forte entre nunca terem levado um tapa, sejam homens ou mulheres, e concordarem que *bater em criança é errado em qualquer situação* (Tabelas 4 e 5). Entre aqueles que levavam tapas eventualmente já é majoritária a escolha da alternativa *de vez em quando uns tapas são necessários*. E entre os que levaram surras com frequência se encontram as maiores taxas dos que concordaram com a ideia de que *tem criança que só toma jeito apanhando bastante*.

Tabelas 4 e 5. Opinião sobre bater em filhos por experiência de apanhar quando criança [estimulada e única, em %]

MULHERES	Total	Quando Criança			
		Nunca levaram um tapa	De vez em quando levaram tapas	De vez em quando levaram surra	Levaram surras com frequência
Peso	100%	15%	49%	23%	12%
Uns tapas de vez em quando são necessários	75	53	81	77	78
Bater em criança é errado em qualquer situação	20	41	17	17	17
Tem criança que só toma jeito apanhando bastante	2	3	1	4	4
Outras respostas	1	2	1	2	1
Não sabe	1	1	0	0	0

HOMENS	Total	Quando Criança			
		Nunca levaram um tapa	De vez em quando levaram tapas	De vez em quando levaram surra	Levaram surras com frequência
Peso	100%	13%	38%	32%	16%
Uns tapas de vez em quando são necessários	59	29	65	64	57
Bater em criança é errado em qualquer situação	38	68	33	33	38
Tem criança que só toma jeito apanhando bastante	2	1	1	2	4
Outras respostas	1	1	0	1	
Não sabe	0	1	0	0	1

Essa correlação se mantém filtrando-se quem tem filhos (não mais como uma questão hipotética, a que todos responderam antes), ou seja, são um quarto da amostra feminina e dois terços da amostra masculina. É bastante clara a relação entre nunca ter levado um tapa e não bater nos filhos e dar ou não surra nos filhos: por exemplo, a média dos homens para os quais esta é ou foi a prática (5%) salta para 12% se consideramos apenas aqueles que levavam surras com frequência) (Tabela 6) – observam-se as mesmas tendências entre as mulheres, com taxas de 8% e 14%, respectivamente (Tabela 7). Chama atenção que apenas 15% das mulheres nunca deram tapa em um filho, contra 42% dos homens que dizem nunca tê-lo feito. Isso evidentemente não se refere a qualquer suposta essência masculina ou feminina, mas sim ao fato de que com muito mais frequência são as mulheres as responsáveis pelo cuidado e que estão presentes no dia a dia com os filhos, de modo que a possibilidade de “perder a cabeça” e dar uns tapas na criança está mais colocada no cotidiano das mulheres.

Tabelas 6 e 7. Prática de bater nos filhos
por experiência de apanhar quando criança [estimulada e única, em %]

MULHERES	Total	Quando Criança			
		Nunca levaram um tapa	De vez em quando levaram tapas	De vez em quando levaram surra	Levaram surras com frequência
Peso	100%	15%	49%	23%	12%
Nunca deu nenhum tapa em um filho	15	42	10	11	11
De vez em quando dá ou dava uns tapas	75	50	86	74	72
De vez em quando dá ou dava uma surra	7	5	2	12	11
Dá ou dava surras com frequência	1	0	1	0	3
Outras respostas	2	2	1	2	2
Não respondeu	1	0	1	0	

HOMENS	Total	Quando Criança			
		Nunca levaram um tapa	De vez em quando levaram tapas	De vez em quando levaram surra	Levaram surras com frequência
Peso	100%	13%	38%	32%	16%
Nunca deu nenhum tapa em um filho	42	71	40	35	39
De vez em quando dá ou dava uns tapas	52	27	60	57	47
De vez em quando dá ou dava uma surra	5	1		7	11
Dá ou dava surras com frequência	0				1
Outras respostas	1	1		1	1
Não respondeu	0			0	1

Em seguida apresentou-se uma questão, para os homens apenas, relativa à maneira de tratar as mulheres, oferecendo-lhes três alternativas, semelhantes à da educação das crianças: “bater em mulher

é errado em qualquer situação” foi a opinião de 91%; 6% disseram que uns “tapas de vez em quando são necessários” e para 2% “tem mulher que só toma jeito apanhando bastante” (Tabela 8). Essa média de 8% dos que acham que há situações em que se justifica bater na mulher varia de 4% entre os homens que foram criados sem nunca levarem um tapa, a 10% entre os que levavam surras com frequência. Essas diferenças entre a forma como foram criados e como veem ou se relacionam com os filhos e mulheres mostrou-se estatisticamente significativa em todos esses casos, sugerindo tendência à reprodução do padrão da criação recebida.

Tabelas 8 e 9. Opinião sobre bater em mulheres, por experiência de apanhar quando criança. Amostra homens [em %]

Significância (*Pearson Chi-square*): $p = 0,002$

HOMENS	Total	Quando Criança			
		Nunca levaram um tapa	De vez em quando levaram tapas	De vez em quando levaram surra	Levaram surras com frequência
Peso	100%	13%	38%	32%	16%
Bater em mulher é errado em qualquer situação	91	95	92	89	89
Uns tapas de vez em quando são necessários	6	3	5	7	7
Tem mulher que só toma jeito apanhando bastante	2	1	2	2	3
Outras	1		0	2	1
Não sabe	0	1	1	0	

Bater em mulher (estimulada)	Identidade Machista		Total
	É muito/ é um pouco	Não é machista	
É errado em qualquer situação	88%	93%	92%
Uns tapas às vezes são necessários + Tem mulher que só apanhando bem	12%	7%	8%

O mesmo pode ser observado em relação à identificação com o machismo, embora a diferença seja menos acentuada: entre os 22% que se dizem muito (4%) ou um pouco (18%) machistas, a taxa dos que admitem a necessidade eventual ou frequente de bater em mulheres é de 12%, contra 7% entre os que não se consideram machistas.

Por fim, buscando aferir a violência conjugal efetivamente perpetrada, perguntou-se aos homens, primeiro, se tinham “algum amigo ou conhecido que tenha falado que bateu ou costuma bater na mulher ou namorada” – quase metade (48%) respondeu que sim. À questão “você tem algum parente que bate ou que diz que bateu na mulher ou na namorada?”, 25% responderam afirmativamente. E, por último, “você já bateu na mulher ou namorada?” 8% afirmaram ter batido (Gráfico 1). Evidentemente que a taxa real é maior (quão maior não há como estimar), mas sem essa maneira de ir se aproximando à questão, se perguntássemos diretamente “você já bateu?”, provavelmente teríamos encontrado uma taxa inferior a 8%. Entre os que assumiram ter batido, um pouco mais da metade (57%) diz que foi apenas uma vez, 43%, algumas vezes. À pergunta “você diria que agiu mal ou agiu bem ao bater nela?”, 14% disseram ter agido bem. A maioria disse que agiu mal (76%) e os demais avaliam que agiram em parte bem, em parte mal (5%) ou não souberam avaliar (5%). Para a questão “e você bateria de novo?”, 15% responderam “sim”, 56%, “não” e 30%, “não sabem/ depende” (Gráfico 2). Guardemos por ora esses números, para interpretá-los adiante, com as razões alegadas para a violência.

Solicitados a descrever o que fizeram ao bater na mulher na última vez em que ocorreu violência, “empurrões, apertões e tapas (na cara, no ouvido, no pescoço, na cabeça, nas pernas, na barriga, nas costas)” aconteceram em 81% dos casos; espancamento, deixando “marcas, cortes ou fraturas (murros, pauladas, socos)” em 14%; e 5% dos entrevistados disseram que, junto a isso, “bateram boca, houve discussões, xingamentos” etc.

Entre os que assumiram ser machistas, 13% admitiram já ter batido em uma mulher, contra 7% entre os que disseram não ser machistas – uma diferença não muito acentuada, mas estatisticamente significativa.

Tabela 10

Bateu em mulher ou namorada É muito/ é um pouco Não é machista	Identidade machista		Total
	É muito/ é um pouco	Não é machista	
Não	87%	93%	92%
Sim	13%	7%	8%

Significância (Pearson Chi-square): $p = 0,002$

E mais uma vez observa-se uma relação crescente entre a criação recebida e a proximidade com a violência conjugal (Tabela 11): dos que não levavam nem um tapa aos que levavam surras com frequência, a taxa dos que têm amigo ou conhecido que bate(u) em mulher sobe de 40% a 55% e a dos que têm parente agressor aumenta de 15% para 33%. E a média nacional de 8% que assumiram ter batido

Gráficos 1 e 2. Proximidade de brigas de casal e assunção de agressões a mulheres

Amostra homens [estimulada e única, em %]

Gráfico 1 - Brigas de casal

Base: Total da amostra H

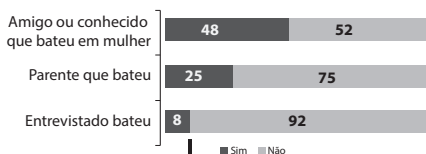
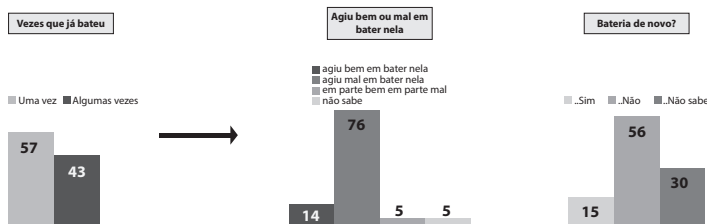


Gráfico 2 - Assunção de Agressores a Mulheres

Base: Entrevistados que já bateram em uma mulher ou namorada - Total da amostra H



P48aH. Nas brigas de casal, muitos homens também batem nas mulheres. Você tem algum amigo ou conhecido que tenha falado para você que bateu ou costuma bater na mulher ou namorada?

48aH. E algum parente próximo, você tem algum que já bateu na mulher ou namorada? O que ele é seu?

48aH. E você, alguma vez já bateu em uma mulher ou namorada? PH49. Isso aconteceu com você:

P52H. O que você acha disso que aconteceu:

numa mulher varia de 3% entre os homens que foram criados sem nunca ter levado um tapa, aumentando gradualmente até chegar a 15% entre os homens que dizem ter levado surras com frequência. Ela quintuplica (!) de acordo com essa experiência de crescimento.

Digamos que isso era esperado – não é difícil imaginar que quem cresceu apanhando tenda a bater nos filhos, e, entre os homens mais especificamente, aqueles que provêm de um ambiente que tenha a cultura de violência (por exemplo, talvez tenham visto o pai bater na mãe) tendem também a reproduzir tal comportamento com as suas companheiras. O surpreendente é talvez o fato de que se observarmos os vinte tipos investigados de violência contra a mulher, em todos crescem as taxas de violência sofrida – em geral já quando mulheres adultas⁴ – conforme a experiência de violência que sofreram na infância. Tome-se, a título e exemplo, o caso do espancamento, experimentado em média por 10% das brasileiras, ao menos uma vez na vida: a taxa de espancadas varia de 5% entre as mulheres que nunca levaram um tapa quando crianças, a 21% entre as que levaram surras com frequência.

Tabela 11. Proximidade de brigas de casal e assunção de agressões a mulheres, por experiência de apanhar quando criança. Amostra homens [estimulada e única, em %]

HOMENS	Total	Quando Criança			
		Nunca levaram um tapa	De vez em quando levaram tapas	De vez em quando levaram surra	Levaram surras com frequência
Peso	100%	13%	38%	32%	16%
Amigo ou conhecido que bateu em mulher					
Sim	48	40	43	56	55
Não	52	60	57	44	45

4 Como é conhecido – e os dados da pesquisa FPA/Sesc ratificam plenamente –, na maior parte, os atos de violência contra a mulher constituem violência *conjugal*, isto é, cometida pelo parceiro, namorado, marido ou ex-marido.

Parente que bateu					
Sim	25	15	19	31	33
Não	75	85	81	69	67
Entrevistado bateu					
Sim	8	3	5	9	15
Não	92	97	95	91	85
Uma vez	57	80	72	50	48
Algumas vezes	43	20	28	50	52

Esses dados sugerem que, para além de uma previsível tendência a *perpetrar* violências (sejam homens ou mulheres), ao reproduzirem o tipo de criação recebida na educação dos filhos, ou, no caso dos homens, também na “educação” de suas parceiras – uma prerrogativa assegurada a eles pela ideologia do machismo –, haveria também uma tendência, por parte das mulheres que crescem sofrendo abusos e castigos físicos, a desenvolverem maior tolerância a *sofrer* violências.

O agrupamento dos vinte tipos de violência nas cinco modalidades citadas, observadas em sua sobreposição, reforça a hipótese da tendência à tolerância: na média geral, sofreram algum tipo de violência 40% das mulheres – incidência que vai de um quarto (25%) entre as que não levavam tapas, a mais do que a metade (57%) entre as que levaram surras frequentes (Tabela 12). Se entre as 16% do total das mulheres que sofreram violências de uma só modalidade a taxa varia pouco (de 10% a 15%), independentemente da experiência infantil de castigo físico, já entre as que sofreram três ou mais modalidades de violência (15% do total), a taxa aumenta 3,5 vezes das que nunca levavam tapas (8%) às que eram surradas sempre (29%). Ou seja, a tolerância crescente estaria não apenas em conviver mais com esta ou aquela forma de violência, segundo o grau de abusos na infância, mas simultaneamente em conviver com um *mix* maior de modalidades de violência.

Tabela 12. Modalidades de violência sofrida contra a mulher por experiência de apanhar quando criança.

Amostra mulheres (estimulada em %)

Base: Total da amostra M

Mulheres	Total	Quando Criança			
		Nunca levaram um tapa	De vez em quando levaram tapas	De vez em quando levaram surra	Levaram surras com frequência
Peso	100%	15%	49	23%	12%
Já sofreu alguma violência (estimulada)	40	25	37	48	57
Sofreu (só) uma	16	10	16	19	15
Duas	10	7	10	11	13
Mais de três	15	8	12	19	29
Três	8	5	7	11	14
Quarto	4	1	3	6	8
Cinco	3	2	2	2	7
Nunca sofreu nenhuma violência (estimulada)	60	75	63	52	43

As mesmas tendências podem ser observadas entre os homens: tanto para cada um dos onze tipos de violências que teriam sofrido das mulheres, quanto no grau de sobreposição das modalidades das violências sofridas, as taxas aumentam quanto mais eles tenham experimentado castigos físicos quando crianças. Noutras palavras, também os homens que crescem num ambiente de violência tendem a ser mais tolerantes com a violência de gênero de suas parceiras. Ou – para não reproduzirmos a noção de vítima, apenas invertida – talvez tendam a ser mais tolerantes com uma violência de gênero que provavelmente acaba sendo recíproca (favorecidos pela assimetria da força física, em geral maior nos homens, tendendo a vitimizar sobretudo as mulheres, nos casos em que os conflitos chegam “às vias de fato”).

De qualquer forma, estaríamos no âmbito de uma cultura de violência em que muitos homens e parte das mulheres, diante de determinados conflitos, esgotados seus recursos verbais, lançariam mão

de um repertório de violências que, naturalizado e “legitimado” no processo de socialização que vivenciaram, é mobilizado, com menor ou maior frequência, seja para a solução de desacordos, seja como simples manifestação de contrariedade.

Enfim, essas são questões que remetem para políticas públicas, tanto no plano da educação, como no plano jurídico. Lembremos que está em discussão⁵ no Congresso Nacional a “Lei da Palmada” (PL 7672, de 2010, de iniciativa do Poder Executivo). O texto proposto dispõe sobre “o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos corporais ou tratamento cruel ou degradante”. Discutido várias vezes em plenário, esse PL está parado na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara Federal, aguardando apreciação sobre sua constitucionalidade. Evidente que a discussão, como tudo que se refere ao âmbito da socialização primária, é muito complexa. Como Margareth Arilha levantou ontem, não queremos o outro lado dessa moeda que seria um Estado excessivamente vigilante e interventor, presente em todas as dimensões de nossas vidas, nem uma permanente ou onipresente judicialização dos conflitos.

Mas por mais que as palmadas tenham pretensamente um caráter pedagógico por meio do castigo físico, se, como os dados sugerem, elas podem ter desdobramentos no plano da violência de gênero como um todo, isso deixa de ser um problema particular, exclusivo e de âmbito doméstico das famílias, passando a exigir algum tipo de política pública, campanhas etc. Claro que, se houver lei a respeito, é preciso especificar muito bem o seu alcance, mas parece não haver dúvida de que algo precisa ser feito; de que diante da importância do tema, há necessidade de que isso seja mais discutido e que haja uma resposta coletiva e social para a naturalização com que diferentes repertórios de violência, física inclusive, são reproduzidos.

Já no plano da educação formal, da escolarização, tratando-se de socialização secundária e dever do Estado oferecer educação básica

5 A lei foi aprovada pelo Senado em 5 de junho de 2014 e sancionada pela presidente Dilma Rousseff em 27 de junho de 2014. (N. E.)

(ensinos fundamental e médio) a todas as crianças, se estamos diante de uma cultura de violência (que certamente extrapola a violência de gênero), não há dúvida de que esse tema, e como enfrentá-lo, tem de ser debatido a partir do ensino infantil, como sugeriu Durval Muniz de Albuquerque, como uma política pública consciente de sua necessidade e alcance potencial.

Para concluir, quero chamar a atenção do resultado decorrente de uma pergunta aberta – portanto, com respostas espontâneas – feita tanto para aquelas mulheres que sofreram algum tipo de violência (40%) quanto para os homens que assumiram ter cometido violência contra alguma mulher (8%). Indagados/as sobre as razões de a violência ter acontecido, as respostas (listadas e agrupadas em categorias por proximidade semântica) apontam como motivação principal questões relativas a “controle de fidelidade, ciúmes e temas afins” – as mais citadas tanto pelos homens (40%) quanto pelas mulheres (46%) como estopim (ou será a gasolina?) dos conflitos mais recentes em que vivenciaram cenas de violência com um/a parceiro/a.

Tabela 13. Razões da última violência sofrida
Comparativos 2001/2010 e mulheres/homens
Amostra mulheres (estimulada e múltipla, em %)

Base: Entrevistados que já bateram em uma mulher ou namorada. Total da amostra.

	Mulheres		Homens
	2001	2010	
Controle de fidelidade	34	46	40
Predisposição psicológica	36	23	13
Afirmação de autonomia	21	19	17
Filhos(as) / tarefas doméstica* só p/ mulheres	6	7	2
Submissão / baixa autoestima	5	4	–
Questões financeiras	1	1	3
Estava sozinha	3	0	–
Outras gerais			
Discussão familiar / divergência de opiniões / desentendimento familiar	6	4	–

Briga a toa, sem importância	0	2	–
Machismo / acham que por serem homens falam / fazem o que querem	4	1	–
Em decorrência de assalto / assalto a mão armada / perseguição de desconhecido / bandido / assassino	–	1	–
Mulheres: Sou uma pessoa agressiva / não sabe conversar sem agredi-lo / porque eu o xinguei / fui pra cima dele antes / eu o empurrei antes	1	1	32
Homens: Agressão mútua / ela o agrediu e ele também / Foi para se defender / ela tentou agredi-lo e ele se defendeu			
Para destruir seu casamento / inveja para destruir seu casamento	0	0	–
Ela o xingou / o agrediu verbalmente / falou palavrões / palavras de baixo calão / fez piadinhas em relação a sua pessoa	–	–	8
Perda do respeito	–	–	5
Não sabe / nr / recusa	4	7	3

P78M. Falando da última violência que você sofreu, ou seja, o caso do... (*repita o agente, P.74*)... que... (*repita violência, P.73*)... você saberia dizer por que isso aconteceu? Por quais outras razões você acha que isso aconteceu?

P50H. Você saberia dizer por que aconteceu isso? Por quais outras razões você bateu nela?

Entre as mulheres, um segundo grupo de motivações percebidas (citadas por 23%), foi designado como *predisposição psicológica*, juntando respostas como “ele é nervoso/ ele era alcoólatra/ é da natureza masculina etc.”. E próximo a esse patamar, cerca de um quinto das mulheres agredidas (19%) disse que a razão maior do conflito relacionava-se à afirmação da sua autonomia – casos em que ela queria fazer algo que o homem não queria que ela fizesse (de sair com as amigas ou se vestir com determinada roupa, a buscar trabalho ou querer estudar).

Entre os homens assumidamente agressores, depois do controle de fidelidade (sempre em respostas espontâneas), um terço afirmou que houve agressão mútua, que “a mulher o agrediu primeiro”, que ele teria “se defendido depois de já ter sido agredido” etc. – categoria que agrupou 1% das mulheres, que disseram coisas do tipo “sou uma pessoa agressiva”, ou então “não sei conversar sem agredi-lo”,

“porque eu xinguei, fui para cima dele” etc. – e outros 8% fizeram referência a violências verbais como motivadoras da agressão que perpetraram. Essas declarações ajudam a entender também aquele dado citado anteriormente (Gráfico 2), de que quase um terço dos homens que admitiram ter agredido uma mulher, embora em sua maioria julgando que erraram ao agir assim, digam que poderiam fazê-lo de novo, a depender da circunstância. Como se dissessem “se me agredir (fisicamente ou com ofensas), vai apanhar”.

Em suma, não se trata de negar, de minimizar – muito menos de justificar – o problema da violência de gênero, que tem inegavelmente como resultante as mulheres como principais vítimas (e, portanto, homens como principais agentes da agressão). Mas se queremos compreender o que faz com que uma divergência descambe para a violência, o que faz com que o repertório passe da discussão verbal para o da agressão física, eventualmente recíproca; se queremos intervir sobre esse fenômeno tão difundido – transversal a todos os segmentos sociais, sejam eles de classe, de raça, de geração, de religião ou quaisquer outros – e tão longo, acredito que seja útil tentar reconstituir a *cena* em que ocorrem, ainda que parcial e provisoriamente, como contribuem os dados aqui citados.

A exigência da fidelidade e as formas de controle dela decorrentes, que, como vimos, é o principal mote declarado para quase metade dos conflitos, reportado seja por mulheres agredidas, seja por homens agressores, estão ancoradas na instituição da monogamia. E o modelo conjugal monogâmico (até há pouco indissolúvel) possivelmente constitui uma das instituições mais naturalizadas e menos questionadas em nossa sociedade (com certeza a mais retratada nos dramas de todos os gêneros). Mais naturalizada, por exemplo, que a heteronormatividade, a ponto que seja comum vermos violências conjugais motivadas por essa razão também entre casais homossexuais. Ou seja, o anseio de posse sobre o outro, do “pode, não pode”, ou até que ponto é válido um/a controlar o/a outro/a, está presente transversalmente tanto nas relações heterossexuais como nas homossexuais. E, no entanto, a imposição da monogamia como único modelo legítimo de relação conjugal duradoura também teve o seu

momento instituinte – a difundida convicção de que o ser humano é monógamo por natureza, como todo essencialismo metafísico, é também uma construção ideológica e sócio-histórica.

Evidentemente não se trata de um problema banal. Se a questão do enfrentamento da crença em uma cultura de violência como tendo virtudes pedagógicas é complexa, dados os desafios que levanta para as políticas públicas na educação e no plano jurídico, o que dizer sobre o questionamento da compulsoriedade dessa instituição milenar que é a monogamia? Ocorre que, se for verdade, como sugerem os achados aqui expostos, que o ideal monogâmico e sua cobrança de fidelidade permanecem no âmago de boa parte das cenas de violência de gênero, em algum momento será necessário retomar sua discussão. Precisamos refletir sobre a distância (no senso comum certamente mais curta do que se imagina) que separa o romântico “quem ama cuida” do tão frequente nas estatísticas e páginas policiais “não vai ser minha (meu), então não vai ser de ninguém”.

GRUPOS DE HOMENS E HOMENS EM GRUPOS: NOVAS DIMENSÕES E CONDIÇÕES PARA AS MASCULINIDADES

Leandro Feitosa Andrade

A proposta dos grupos com homens autores de violência contra mulheres surge como alternativa ao modelo punitivo prisional enquanto forma de mudança de comportamento e também como expressão de descrédito a esse modelo. Após a aprovação da Lei Maria da Penha (Lei n.11.340/2006) e o crescimento das redes de atenção às mulheres vitimizadas pela violência doméstica, os dados vêm mostrando o crescimento de denúncias e de autuações de homens autores de agressão. A criação dessa lei configura resposta esperada à histórica repressão às mulheres e pela falta de uma legislação que, de fato, enquadrasse o problema e propusesse medidas à altura do sofrimento cotidiano, principalmente, no espaço doméstico. Por outro lado, para quem está na gestão dos serviços oferecidos às mulheres, é possível observar que parte desse aumento de denúncias, além de permitir a visibilização do dia a dia opressor e violento das mulheres, expõe outras problemáticas que merecem destaque.

Paralelamente às melhorias que já se esperavam, vêm surgindo casos de violência em que os homens não se sentem intimidados, uns por acreditarem na impunidade, outros, por total despreocupação com as consequências. Da parte de algumas mulheres, vêm ocorrendo casos em que a Lei Maria da Penha tem sido usada como meio de forjar situações favoráveis que propiciem a elas vantagens

econômicas, guarda de filhos e oportunidades de vingança, diante da traição do companheiro e do término do relacionamento. Essa lista de ocorrências é complexa para classificação e estimativas numéricas. Contudo, há um dado que dificilmente pode ser questionado, o qual mostra a gravidade do problema e expõe a falta de investimentos nas medidas adequadas para a violência doméstica: o assassinato de mulheres.

No Mapa da Violência (Waiselfisz, 2012), é possível se mensurar o crescimento de assassinatos de mulheres. Segundo esse mapa, desde 2007, um ano após a aprovação da Lei Maria da Penha, as taxas de mulheres mortas por homens vêm crescendo, e esses assassinatos são praticados, na sua maioria, por maridos/ex-maridos, namorados/ex-namorados. O Brasil chegou a patamares superiores aos de 1996, um ano depois da aprovação da Lei 9.099/95, quando a taxa de homicídios era de 4,6 mulheres assassinadas a cada 100 mil mortes. Em 2010, as mesmas taxas apresentadas em 1996 já podiam ser verificadas e, pela forte ascensão desde 2007, há estimativas de que sejam observadas taxas crescentes nunca antes registradas. Entre os estados brasileiros, o Espírito Santo tem a maior taxa de homicídios de mulheres, que é de 9,8, na capital Vitória, 13,2. A maior taxa entre os municípios brasileiros é de 24,7, verificada na cidade de Paragominas, no Pará. Em resumo, numa lista de 84 países, o Brasil está em sétimo lugar no *ranking* dos países com maiores taxas de homicídios de mulheres. Os números indicam que os mecanismos de punição e repressão têm se mostrado insuficientes na contenção do crescimento da violência contra as mulheres.

Como já citado, parte do crescimento da violência contra as mulheres, que tem evidente expressão no número de assassinatos, justifica-se tanto pelo descrédito dos homens no peso da lei sobre os seus atos violentos como pela sua implacável busca de vingança contra as mulheres. Muito desses sentimentos são reforçados pelo desserviço realizado pela mídia, ao destacar, quase que diariamente, a precarização dos serviços públicos e, por outro lado, os frequentes casos de violência e assassinato de mulheres. Isso tudo causa dúvidas, medos e sensação de impotência por parte da mulher ante o

crescente número de casos de violência e à resposta lenta (ou ausente) por parte das políticas públicas.

É inquestionável que, ao não tratar a violência doméstica como de menor potencial ofensivo e prever medidas que assegurem a garantia de direitos, a Lei Maria da Penha avança em relação aos direitos humanos das mulheres; ela prevê a autuação dos homens autores e a aplicação de medidas protetivas. Interessa destacar que uma das recomendações importantes é a possibilidade de se realizarem encaminhamentos judiciais para medidas de educação e responsabilização dos homens agressores. Na Lei Maria da Penha destacam-se:

Art. 35. A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover, no limite das respectivas competências:
[...]V – centros de educação e de reabilitação para os agressores.

Art. 45. Nos casos de violência doméstica contra a mulher, o juiz poderá determinar o comparecimento obrigatório do agressor a programas de recuperação e reeducação. (Brasil, 2006)

Apesar do avanço nas proposições da Lei Maria da Penha sobre as possibilidades do encaminhamento a centros e programas para os homens autores de agressão, observa-se, na prática, após sete anos da aprovação dessa lei, uma insignificante preocupação em formular e estimular a criação dos referidos centros de educação. Em 2008, a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) formulou e divulgou, em conjunto com outros ministérios e com representantes da sociedade civil, uma “Proposta para Implementação dos Serviços de Responsabilização e Educação dos Agressores”. Essa proposta orienta as instituições que já vinham atuando com homens autores de agressão, mas que não haviam criado condições para manutenção dos mesmos e nem a estimulação e criação de novos centros. Uma das explicações é ainda o lento desenvolvimento na atenção às mulheres vitimizadas pela violência doméstica e a pequena rede de equipamentos e serviços. Como ilustrado no Quadro 1, divulgado pela própria SPM, as redes de serviços para as mulheres não abrangem 1% dos municípios brasileiros.

Quadro 1. Serviços de Atendimento à Mulher Disponíveis no Brasil.

O Brasil tem mais de 5.500 municípios e apenas:	
375	Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher
115	Núcleos de atendimento
207	Centros de Referência (atenção social, psicológica e orientação jurídica)
72	Casas Abrigo
51	Juizados Especializados em Violência Doméstica
47	Varas Adaptadas

Fonte: Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), 2013.

No caso dos homens, o problema é ainda maior. Quando os homens são autuados, na maioria dos casos, não são detidos em flagrante delito e aguardam o julgamento em liberdade. Mesmo com as determinações das medidas protetivas para as mulheres, os homens ficam, às vezes, por meses, e até por mais de ano, aguardando a decisão final. Para as mulheres, permanece a sensação de impunidade, e elas tornam-se alvos, em muitos casos, de novas ameaças, o que gera novos boletins de ocorrência. Para os homens, por sua vez, além da sensação de impunidade em relação à Lei Maria da Penha, observa-se o aumento da revolta contra as (ex)companheiras. Fica evidente que essa lei vem servindo apenas como um modelo de contenção e que, mesmo assim, isso não ocorre devido à falta de serviços e de uma rede que atenda a demanda.

Apesar dos modestos avanços em relação às políticas públicas no enfrentamento da violência contra as mulheres, é inegável que a história e o acúmulo de conhecimento sobre o assunto vêm formando, mesmo com o desserviço da mídia, uma crescente rede de atenção às mulheres. Do ponto de vista teórico e técnico, é evidente um aprimoramento dos aparatos de avaliação e classificação das dimensões dos sofrimentos e do empoderamento das mulheres. Também vem se formando um campo cuidadoso e cuidador para as mulheres sobre os significados e sentidos da vulnerabilidade, do risco, do comprometimento, dos direitos e das medidas protetivas. Nesse sentido, a produção feminista e de gênero vem acumulando ao longo de décadas, informações e reflexões que auxiliam no entendimento da

dimensão subjetiva das mulheres, de forma geral, e das vitimizadas pela violência, em particular.

No caso dos homens reconhecidos como autores de agressão contra as mulheres, há uma quase total ausência de políticas públicas. Os avanços na produção teórica e temática sobre masculinidades ainda estão longe de uma incorporação nas dimensões técnicas e nos atendimentos. Dentro do sistema de justiça, o trato do homem agressor é ainda marcado pela rotulação e classificação: da periculosidade; do menor ou maior grau ofensivo; da tipificação das violências cometidas; dos diagnósticos e prognósticos.

Na literatura, nas observações e nas conversas com os operadores da Lei Maria da Penha, nos casos em que os homens pedem para falar das suas queixas, existem ainda sofrimentos e justificativas. Por um lado, apontam uma lista de atitudes recorrentes sobre as suas falas: descaso; deboche; ridicularização; desinteresse; desvalorização e desqualificação. Por outro lado, quando alguém se dispõe a ouvi-los, eles acusam dificuldades de entendimento; sensações de desconforto e incômodo e resistências. Em suma, uma falta de recursos e repertórios por parte dos técnicos – *um não ouvir*, ou, uma dificuldade de atentar para as multideterminações e o processo relacional das situações de conflito e da violência. Nesse sentido, é possível se verificar o funcionamento de uma lógica dicotômica e uma justificável predisposição de culpabilização e penalização dos homens *a priori*, em que qualquer forma de explicação por parte deles é tratada como desculpa ou resistência à responsabilização. Uma lógica dicotômica e pendular, pouco, ou quase nada, relacional.

Por mais que aparentemente verossímeis, os argumentos neste texto não contribuem com a construção de uma despenalização ou desresponsabilização dos homens autores de agressão contra as mulheres. Os argumentos caminham para o reconhecimento da história de enfrentamentos, reflexão, lutas e conquistas das garantias de direitos das mulheres, não só pelas mulheres, mas também pelos homens.

A proposição que permeia o presente texto é a de que, da mesma forma que as mulheres precisaram (e ainda precisam) conhecer e

se empoderar das determinações sócio-históricas que as levaram à desigualdade e à subordinação de gênero, os homens também precisam reconhecer e se empoderar das mesmas determinações sócio-históricas. Mas, ao contrário das mulheres, os homens precisam se desobrigar: da reprodução do sistema patriarcal/machista, marcado pela imposição da força física, psicológica e econômica; da adesão ideológica a pressupostos essencialistas e naturalizantes que reforçam e reproduzem a lógica da desigualdade; da subordinação como condição nas relações sociais e afetivas. Assim, os homens reconhecerão as contradições nas promessas do sistema patriarcal/machista, fadado, para a maioria dos homens, ao fracasso. É no sentido do fortalecimento de ações de equidade de gênero que surgiram, vêm se mantendo e se criando novos grupos, os de homens de forma geral e, de forma específica, os de homens autores de agressão contra as mulheres.

As propostas dos trabalhos com homens autores de violência vêm se constituindo como recursos para as mais várias ordens: disciplinar; educativa; reeducativa; de reabilitação; de atenção social; de responsabilização; preventiva – menos a punitiva. Há muito tempo, a psicologia vem apontando para os limites dos modelos punitivos, em favor de modelos em que a orientação é o reforço, o estímulo, o aumento da percepção, a mudança de atitude, a ressignificação e a consciência. Politicamente, a sociedade e os governos devem apoiar todas as propostas que se dispõem a entender, denunciar, intervir e atuar nas dinâmicas, nos ciclos, nas etapas, nas fases, nos contextos que levam às desigualdades sociais e de gênero.

Desde antes da Lei Maria da Penha, algumas iniciativas surgiram na sociedade civil com a proposta de atuar com homens – como são os casos do Promundo, Noos, CES, Pró-Mulher (Prates, 2013). Considerando o acúmulo de experiências e a frequente divulgação dos trabalhos realizados pelas entidades, se faz necessário não apenas avaliar os modelos de intervenção, mas também compartilhar e reforçar os princípios para que eles sirvam como guia para as propostas existentes e na definição de diretrizes para as políticas públicas. Nesse sentido, o presente estudo procura sistematizar e compartilhar

as diretrizes do trabalho realizado com homens autores de agressão nos últimos sete anos, na região da grande São Paulo, fixada, atualmente, no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.

Trabalhos com grupos e processo grupal

O grupo, como alvo de pesquisa científica e formulação de tecnologias de intervenção, se destacou no século XX no contexto norte-americano. Com o objetivo de adequação e adaptação social à democracia americana, Kurt Lewin (Fernández, 2006) é a principal referência na formulação de princípios tais como os de campo grupal e de dinâmica de grupo. Ao destacar a importância do grupo como central na perspectiva da Gestalt (o todo é mais que a soma das partes) e como objeto de pesquisa e intervenção, Lewin retira o foco do indivíduo e pensa sobre as influências do clima grupal e das formas de liderança na harmonização e na produção dos grupos, na mobilização, na adequação e na modificação dos comportamentos. O autor busca, com isso, a adaptação dos grupos ao contexto social. Ele trabalhará, por exemplo, com vários experimentos (um deles realizado com mulheres) sobre a modificação de hábitos alimentares. Como exemplificado por Fernández (2006), em 1943, verificou-se a resistência das donas de casa norte-americanas durante a Segunda Guerra Mundial a incluir miúdos de animais na dieta alimentar, resistência superada com a tomada de decisão em grupos. A autora afirma que:

“Descobre” que tomar uma decisão em grupo compromete mais para a ação do que uma decisão individual; que é mais fácil mudar as ideias e as normas de um grupo pequeno do que as dos indivíduos isolados [...] e que a conformidade com o grupo é um elemento fundamental ante a resistência interna para a mudança. (Fernández, 2006, p.68).

Até a década de 1970, todos os modelos de trabalhos e intervenção com grupos pouco discutiram e incorporaram críticas nas dimensões éticas. O ano de 1971 foi um marco na crítica do trabalho com grupos de homens. Num trabalho conhecido como “o experimento de Stanford”, um grupo de homens foi recrutado para participar de uma simulação de presídio. Nesse experimento, uma parte dos homens desempenhou o papel de presos e a outra, de carcereiros. Inicialmente, o experimento estava marcado para durar quinze dias, porém foi abortado em cinco, pelo fato de os homens terem incorporado os papéis e estarem produzindo situações de abusos e violências. Este caso, entre outros na época, motivou a elaboração das normas éticas da “Declaração de Helsinque”, formulada em 1964, que evitou maiores prejuízos, mas que necessitou de revisão em 1975. No texto foi incluído que “em pesquisa com o homem, o interesse da ciência e da sociedade nunca deve ter precedência sobre considerações relacionadas com o bem-estar do indivíduo”.

Pela importância e pelo poder transformador dos grupos (de emancipação ou de manipulação), algumas discussões apontam para outro ponto que deve ser atentado: o risco do uso ideológico, dos desvios éticos ou das intervenções pautadas em concepções estigmatizantes ou patologizantes. Silvia Lane (1984), referência na psicologia social no Brasil, destaca tal preocupação. A pesquisadora sugere o conceito de processo grupal e propõe a incorporação de uma leitura pautada por uma perspectiva sócio-histórica nos trabalhos com grupos. Ao incluir a historicidade na leitura sobre as propostas com grupos, Lane sugere incorporar uma dimensão não só do entendimento técnico das dinâmicas de grupo e dos referenciais teóricos, mas também das implicações ideológicas, dos modelos estigmatizantes e/ou patologizantes. Independentemente das abordagens, os trabalhos devem ser pautados por processos de educação e de formação, que vejam o sujeito não somente marcado por determinações sócio-históricas, mas também em constante construção e reconstrução de seu processo identitário, por meio do qual possa reconhecer, ampliar e transformar seus sentidos e significados em relação ao mundo que o cerca.

Em conjunto com a orientação teórica no trabalho com os grupos, se fazem necessários princípios e concepções que orientem as intervenções, a partir de uma perspectiva de responsabilização e de reflexão sobre os sistemas de dominação e controle no qual os sujeitos foram socializados, pois são esses sistemas que orientam suas concepções de mundo e justificam seus comportamentos violentos. Será a partir dessa constatação que os homens poderão ampliar o leque de significados e construirão novas possibilidades de construção de suas masculinidades e formas de lidar com os conflitos, em geral, e de gênero.

O grupo para homens autores de violência contra a mulher é um modelo de intervenção grupal que deve ter por objetivo provocar a desconstrução e a mudança dos padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e de masculinidade hegemônica. Nesses grupos, espera-se, por um lado, destacar e desconstruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção individual e coletiva de processos de socialização que têm como referência a equidade de gênero e a formação de novas masculinidades.

Constata-se, ainda, mesmo com a formulação de algumas produções científicas no Brasil sobre as propostas de grupos com homens, que nenhuma se debruça em detalhe na formulação de um conceito que delimite e oriente as propostas. O presente artigo não objetiva formular uma definição, mas contribuir com a demarcação de princípios e parâmetros científicos e éticos que auxiliem na construção e criação das propostas de trabalhos com homens autores de agressão. Pretende, também, levantar questionamentos que precisam de discussão e posicionamento. Para isso, como já foi citado anteriormente, será destacada uma síntese do que vem sendo alvo de reflexão e de sistematização do trabalho realizado com os homens autores de violência, na cidade de São Paulo, desde dezembro de 2006.

Reforçando princípios e pressupostos

Em artigo anterior, Andrade e Barbosa (2008) apontaram os princípios e pressupostos que, naquele momento, orientavam o trabalho com os homens autores de agressão contra as mulheres. Princípios e pressupostos que, de certa forma, se mantêm e merecem destaque pela orientação sócio-histórica. Essa orientação, pela sua perspectiva crítica, demanda constante atenção e discussão na equipe técnica, entre os homens e nas discussões e apresentações em outros contextos. Por outro lado, se incorporam, neste texto, novos princípios, alvos da constante discussão na equipe de facilitadores e de apoio. A delimitação dos princípios e pressupostos se dá pela negação. A negação como uma forma de delimitação de contornos: limites e possibilidades do trabalho, a partir do qual se constituirá a incorporação das orientações teóricas e técnicas.

Os homens não são agressores

Primeiro equívoco – o do agressor. Nenhuma pessoa é agressiva 24 horas por dia. Temos de reconhecer que a agressão é desencadeada por diversos estímulos e que, na sua maioria, não determina a identidade de uma pessoa. Logo, a pecha de agressor rotula e estigmatiza e deve ser revista, assim como foram as de vítima, de menor infrator, de aidético. Há de se pensar que o homem incorreu em um ato agressivo, foi autor de uma agressão, mas esses eventos não devem configurar a marca, o rótulo de agressor como identidade, ou, como diria Goffman (1982), como “identidade deteriorada”. Sendo assim, na proposta de trabalho com homens, utiliza-se a expressão *homens autores de agressão/violência contra a mulher*, em lugar de homens agressores. Expressão que orienta facilitadores e participantes, pois, à medida que não determina esses homens apenas como agressores, ela os toma também como pessoas que vivem em sociedade, trabalham, mantêm relações de amizade, namoram, casam, que são pais, filhos etc. A adoção desse termo implica,

também, a adoção de uma posição que responsabiliza o autor do ato de violência, fazendo recair sobre este as medidas previstas pelas leis brasileiras, acreditando, porém, que este homem pode ser capaz de rever seus comportamentos e assumir um processo de mudança, para o qual necessita de apoio (Andrade; Barbosa, 2008).

De forma geral, o princípio se mantém, mas merece atenção o fato de que existe, sim, homem que é agressor 24 horas por dia. Contudo, neste caso, ele pode estar sofrendo algum comprometimento em sua saúde mental que necessite de acompanhamento. No caso da concepção de autores de violência ou agressão contra a mulher, ela se mantém para demarcar o caráter situacional do momento que levou à agressão. Em outras palavras, que a violência ocorre em um determinado momento, marcado por uma série de determinações e que se dá em um contexto relacional. Sendo assim, reafirma a concepção de situação de violência.

Não é recuperação ou reabilitação

Segundo equívoco – da recuperação de homens autores de agressão. Recuperar o quê? Não há nada a ser recuperado. Não há algo natural, internalizado ou aprendido que tenha sido perdido. Há, sim, que ser construídas para estes homens, e para toda a sociedade – homens e mulheres – formas de socialização de respeito às diferenças e de extermínio das hierarquias de gênero, raça e classe social. Proposta ainda em processo de formação na cultura. (Andrade; Barbosa, 2008)

A equipe continua não concordando com o prefixo “re” que acompanha diversas propostas e que consta no texto da Lei Maria da Penha, no item V do artigo 35, que diz que “a União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios poderão criar e promover [...] centros de educação e de *reabilitação* para os agressores”. E no parágrafo único do artigo 45, “o comparecimento obrigatório do agressor a programas de *recuperação e reeducação* [grifos meus]”. A

ideia embutida no prefixo “re” é a de que já existiu um momento em que o homem foi, na sua socialização, habilitado a se relacionar em igualdade com as mulheres – a equipe não concorda que tenha existido tal situação. A desigualdade de gênero aparece em todas as fases da socialização, primária e secundária, e, sendo assim, precisa ser conhecida e desconstruída e passar por processo de educação, e não por reabilitação e recuperação.

Não é doença

Terceiro equívoco – o do tratamento. Na condução e na participação no grupo de reflexão em São Caetano do Sul e em outras regiões, é possível se afirmar que não há homens doentes nos grupos, pois, na sua maioria, estes são saudáveis física e mentalmente. É, também, possível se afirmar que todos aqueles que propagam o fim da violência contra as mulheres concordam que o machismo e a violência de gênero não constam do CID – *Classificação Internacional de Doenças*. Sendo assim, deve-se estranhar e questionar a patologização individualizada da violência. Quando a violência é sintoma de patologia, esta deve ser tratada, mas este tratamento deve atentar para a naturalização do discurso que, a priori, estigmatiza e marginaliza segmentos da sociedade. Muitas vezes, esse discurso desvia da lógica patriarcal e machista que permeia a sociedade e busca “bodes expiatórios”. (Andrade; Barbosa, 2008)

Como já foi afirmado sobre a identidade de homem em situação de agressão, o mesmo ocorre com a perspectiva de tratamento. A individualização descontextualiza o problema da violência de gênero contra as mulheres e reforça a impossibilidade de mudança, permanecendo apenas o controle do comportamento violento – com medicamentos ou terapias de manipulação dos impulsos. Com isso, dificulta-se a desconstrução da dimensão histórica e continua-se com a manutenção da ordem hierarquizada que impõe a violência como mecanismo de dominação.

Não é autoajuda

A autoajuda demarca a concepção do indivíduo independente, isolado e capaz de superar sozinho suas limitações, independente das suas condições estruturais e determinações sócio-históricas. A ideia de que ele não precisa de ajuda de ninguém e de que é capaz de resolver sozinho é uma das características fortes na sociedade contemporânea, que encontramos no dia a dia do trabalho com os homens. Essa ideia é inspirada na ideia do *self-made man*. A alteridade e o contato social são os melhores balizadores dos comportamentos. Contudo, devem-se avaliar quem e quais são as referências valorizadas como indicadores e atentar para o fato de que alguns estão demarcados pela conformidade com as desigualdades de gênero, classe e raça.

Não nascemos homens

O campo teórico que melhor dialoga com as perspectivas do trabalho com homens é o materialismo histórico e dialético. A violência de gênero é a expressão da contradição de um sistema de sociedade que estabeleceu e naturalizou os homens, pelas relações de trabalho e pela apropriação dos espaços políticos e públicos, como chefes de família, provedores e superiores às mulheres. Por outro lado, esse mesmo sistema convive com a impossibilidade da manutenção ideológica deste modelo com base nas mudanças socioeconômicas que vêm ocorrendo nas últimas décadas: entrada das mulheres no mercado de trabalho; precarização das relações de trabalho que enfraquece o lugar do homem como provedor e fortalece (e obriga) a autonomia e participação da mulher; diminuição, em relação às mulheres, da escolaridade dos homens; mudanças na composição, atribuições de papéis e responsabilidades dentro da família, entre outras. As violências em geral, bem como as de gênero em particular são expressões dessas contradições que, quanto mais se evidenciam, mais expressam a agonia do sistema patriarcal. A síntese que se

visualiza é o reconhecimento da impotência do sistema no aumento do sofrimento dos homens e a construção e a valorização dos modelos que fortalecem as mulheres e as colocam em destaque. Com base nesses pressupostos, as ações devem ter como meta trazer os homens autores de agressão para o cenário, não da manutenção da dominação de gênero, mas, em primeiro lugar, do reconhecimento das suas limitações e fraquezas – do fim da fantasia de *que o mundo masculino tudo lhe daria*. Com esse olhar, é possível se questionar o sistema patriarcal e se promover a desconstrução da ideia de essência masculina, abrindo possibilidades para a percepção e o aprendizado da complexidade das relações e das condições sociais atuais.

Não à detenção

Neste contexto de ressignificação, as medidas socioeducativas são um importante recurso pedagógico e de reparo aos danos. Com a responsabilização dos homens, é possível a construção de novas referências das relações sociais por meio da educação. No modelo punitivo, o que há é a repressão e a contenção, e não a mudança de paradigmas. Os modelos repressivos e punitivos ainda continuarão importantes e referenciais enquanto as propostas socioeducativas com homens de fato não se realizarem e se tornarem uma política pública, tão recomendada e propagada como é hoje aquela a favor da prisão. A equipe não acredita que a restrição de liberdade é um bom modelo punitivo que proporciona reflexão a novos patamares e a mudança de valores. Verifica-se, para os homens que foram detidos no sistema prisional, a necessidade de um trabalho posterior de reorganização social e psíquica muito mais profunda e complexa. Uma intervenção de recomposição do homem para retomar o trabalho e a vida familiar e afetiva. Um trabalho que para alguns é quase irreversível, uma ruptura pela restrição ou falta de serviços de acompanhamento e atendimento.

Condições para o trabalho em grupo

Os trabalhos com grupos de homens autores de violência no Brasil foram adotados muito antes da Lei Maria da Penha. No documento da SPM produzido em 2008, fica definido que o trabalho se constitui em “serviços de responsabilização e educação dos agressores”, sendo um dos objetivos específicos o de “promover atividades educativas, pedagógicas e grupos reflexivos, a partir de uma perspectiva de gênero feminista e de uma abordagem responsabilizante” (SPM, 2008). Os objetivos foram construídos de forma coletiva e sintetiza o que alguns grupos já vinham realizando como parte das atividades.

A proposta nomeada como reflexiva ainda carece de uma conceituação, no entanto, nos relatos divulgados das propostas, ela evidencia influências de cunho educativo nos seus objetivos e metodologia e, com pressupostos de modelos terapêuticos da psicologia na formação, composição e contrato do grupo. Eis aqui um ponto nodal que precisa ser ainda delimitado para avanço das propostas. Todos concordam com os objetivos de promoção de atividades educativas e pedagógicas para construção de novas referências na perspectiva de gênero. Contudo, na constituição e dinâmica dos grupos, a fundamentação resvala para a ética e o olhar que vem das propostas dos grupos terapêuticos. Resumindo, os grupos estão mais para consultórios do que para salas de aulas. Trata-se de um nó que precisa ser desatado, que precisa de discussão.

A descrição dos pressupostos que orientam o trabalho com os grupos de homens no Coletivo Feminista se pautou nas propostas existentes nos demais grupos no Brasil. Porém, a proposta, neste momento, é a de síntese da experiência acumulada dos facilitadores e da equipe de apoio nos últimos anos. A explicitação neste artigo dos princípios, pressupostos e condições do funcionamento do grupo ajuda no amadurecimento da proposta, com os outros grupos e com a sociedade, sobre as estratégias de enfrentamento da violência contra a mulher e sobre as possibilidades de trabalho com os homens autores de agressão.

Trabalho exclusivo em grupo

O processo é exclusivamente grupal. Não existe atendimento individual. Quando ocorre o atendimento individual é apenas para questões muito particulares, que exigem sigilo, encaminhamento para outros serviços, ou por forte demanda e pressão do homem. A percepção, a discussão e a consciência devem partir do debate coletivo. No processo grupal é possível aprender e apreender as condições sócio-históricas da formação da subjetividade – das desigualdades do sistema de dominação exploração patriarcado-racista-capitalista, como propõe Saffioti (2004). No grupo, é possível ao homem se perceber como sujeito sócio-histórico e reconhecer as diversas formas de determinação social. Principalmente pelo reconhecimento e questionamento dos seus valores nos demais homens participantes do grupo.

No processo grupal, como aponta Lane (1984), é possível a dupla negação: (1) a negação da ideia de natureza humana, para a de indivíduo, produto e produtor das dimensões sócio-históricas e (2) a de indivíduo particular para o de sujeito coletivo, que reconhece em e no grupo as dimensões ideológicas e as contradições do sistema capitalista e patriarcal.

Nos modelos patologizantes e de atendimento individual, pode ocorrer um processo muito mais de controle e punitivo do que de desconstrução e de ressignificação das determinações sociais. Ao focarem no indivíduo ou na patologia, possibilita-se uma adequação e não uma transformação social das desigualdades de gênero.

Exclusivo de homens

Diante dos vários pontos avaliados pela equipe técnica, um ponto particular adotado foi a formação de grupos de homens com homens. Não há homofobia, sexismo, misoginia, cumplicidade ou corporativismo na proposta. A proposta busca concentrar esforços na busca de transparência e identificação dos homens, das questões que

norteiam os comportamentos violentos. Ao criar-se um espaço de homens com homens cria-se um contexto propício para um rápido vínculo e aceleração do processo de reflexão. A presença de outras variáveis, no caso de mulheres, pode transformar os homens em bodes expiatórios ou em intimidadores do processo. Como o *grupo é aberto*, os homens chegam ao grupo e encontram um campo grupal definido que os acolhe, de forma rápida e clara, e já deixa evidente o clima grupal de como será o vínculo à proposta de trabalho no grupo. Da mesma forma que os movimentos de mulheres, de homossexuais e de negros necessitaram, e ainda, em alguns contextos, necessitam da construção de uma identidade coletiva enquanto segmento social, o grupo de homens precisa ser construído com bases na identificação e no questionamento do modelo patriarcal entre homens, em um contexto de reconhecimento e compartilhamento coletivo aberto para sinceras manifestações em todos os sentidos (voltaremos a esse ponto mais adiante).

Perfil dos homens participantes

Não há nenhuma necessidade de se definir o grupo a partir de um perfil de classe social, cor/raça/etnia, escolaridade, contexto cultural, religião. Muito pelo contrário, a diversidade do grupo enriquece e traz múltiplas referências para o debate. A diversidade destaca como a lógica da dominação patriarcal aparece em todos os contextos e passa pela representação de uma forma machista, com sentidos particulares, mas com significados sociais comuns. A busca de um processo de identificação entre os homens participantes e o reconhecimento das suas questões em torno dos conflitos e da violência de gênero contam com a diversidade cultural, mas devem evitar fatores muito destoantes que desfoquem o grupo da sua proposta e criem bodes expiatórios. Neste sentido, com o passar dos anos, vêm sendo depuradas algumas restrições para a composição do grupo.

Uma restrição é em relação à saúde mental. Pode ocorrer a não inclusão ou a exclusão do grupo de homens com quadros

psiquiátricos graves sem acompanhamento médico (dependentes de drogas, alcoolistas e psicóticos). Do ponto de vista legal, de homens autuados por homicídio, tentativa de homicídio e de crimes sexuais. E, na perspectiva da execução penal, de homens que passaram por períodos grandes de detenção. Quando ocorria a participação de homens com as situações citadas, muitas vezes o grupo desfocava facilmente de sua tarefa. Quando um homem destaca as particularidades das condições que viveu na prisão, chega alcoolizado ou em surto, ele se transforma em foco único do grupo e desvia, minimiza ou banaliza o comportamento dos demais homens com a justificativa, por exemplo, de que *tem coisa pior*. É claro que essas restrições poderiam ser revistas e discutidas no grupo, se os homens tivessem um maior tempo de participação.

Número de participantes

Tendo como referência outras propostas, o número de participantes por grupo é de, no máximo, 15 homens autores de agressão. Nesse caso, o *papel dos facilitadores* é fundamental no gerenciamento e participação do maior número possível de homens. Considerando o processo de identificação que ocorre no grupo, o silêncio e/ou não participação de alguns homens não cria constrangimentos. Todos acabam sendo afetados pela discussão e, quase sempre, todos, em um momento ou outro, se manifestam. No oposto, o número mínimo, o grupo pode funcionar com apenas um homem. Não é o ideal, há uma sensação de ausência e de falta de mais interlocutores, que muitas vezes provoca a retomada da discussão em outro momento, em que haja mais homens participando. Mesmo assim, o grupo, na maioria das vezes, funciona normalmente. O número de participantes também é determinado pelo tempo de participação e de duração das reuniões.

Tempo de participação e de duração das reuniões

O tempo e a frequência às reuniões é um acordo entre a instância jurídica, os facilitadores e os homens participantes do grupo. Para que o processo grupal funcione, há um compromisso de todos de garantir o cumprimento do horário e do número de reuniões indicadas.

O tempo de participação dos homens no grupo é um fator importante para a formação de vínculo, a mobilização, o questionamento e a modificação de comportamento. O número de reuniões para cada homem é de dezesseis encontros. Mesmo número indicado em outros grupos. A equipe considera que atendidos os requisitos de *perfil dos homens* e de *exclusivo de homens* é possível realizar bom vínculo e obter bons resultados em favor da modificação de comportamento. Cada reunião dura em média duas horas. Em geral, a reunião começa com uma tolerância de 15 minutos de atraso. Mas, em função do deslocamento dos homens e de estes chegarem após o horário de trabalho, a equipe acolhe os retardatários – é melhor pouco do que nada.

De forma geral, se observa, principalmente, nas primeiras reuniões, uma pequena resistência dos homens sobre o cumprimento dos tempos. Essa resistência é logo superada ante o vínculo formado e a possibilidade de falarem do que vinham vivenciando, desde antes da denúncia e do que era interpretado como desculpas após a autuação. A possibilidade do diálogo se revela, como afirmou um dos homens, *uma bênção*. Quando os homens estão bem integrados e interessados, as reuniões muitas vezes extrapolam as duas horas, tendo os facilitadores de encerrar a reunião, algumas vezes, sob protestos do grupo.

Adesão inicial

Os homens chegam ao grupo por conta de diferentes motivos. A adesão ao grupo pode ocorrer de forma espontânea

(automotivação), voluntária (por orientação, pressão/ameaça ou indicação) ou compulsória (encaminhado pela justiça). A composição dos grupos por motivos da adesão mudaram, e continuam mudando, com o passar do tempo, por diversas razões: entendimento da Lei Maria da Penha, divulgação na mídia, atendimento das mulheres e dos homens na rede.

Os grupos, inicialmente, tinham um caráter exclusivamente compulsório. Com a autuação e a audiência, os homens são orientados a participar dos grupos para demonstrar disposição de repensar seus comportamentos violentos e as situações que os levaram a ser denunciados. Com isso, a participação nos grupos poderia, de acordo com o entendimento do/a juiz/a, ser um fator positivo para a definição da sentença. Este é o principal motivador da participação inicial dos homens, mas que, durante o *processo*, se modifica para voluntário e, considerando o envolvimento e o vínculo com o grupo, para espontâneo.

Um segundo grupo de homens é o encaminhado, que denominamos de voluntários. Neste caso, o voluntário tem um mobilizador externo que o faz tomar a decisão de conhecer e de participar do grupo. A mobilização ocorre, na maioria dos casos, com homens autores de agressão que não foram denunciados. A participação no grupo é uma exigência por parte da mulher agredida para não denunciá-lo. Em geral, são homens que foram indicados por técnicos da rede de atenção à violência contra as mulheres, ou pessoas informadas que comentam sobre o trabalho. A preocupação com a possibilidade da denúncia é o principal mobilizador, seguido, por parte do homem, do desejo e da preocupação em não voltar a repetir a situação de violência.

Os homens que chegam espontaneamente são os menos frequentes. Estes, que não passaram por situações de violência contra as mulheres ou que, mesmo se ocorrida a violência, não estão sob a pressão eminente da denúncia, são homens *em crise*, que estão questionando seus pressupostos de masculinidade e que gostariam de discutir e compartilhar com outros homens suas angústias (voltaremos a esse assunto mais adiante).

Facilitadores dos grupos

O trabalho como facilitador de grupos em geral e de grupos que atuam com homens autores de violência, especificamente, tem uma história, delimitações e perspectivas. O facilitador é, antes de tudo, um técnico de grupos e, como tal, conhece algumas referências sobre intervenção, de e com grupos, e segue as recomendações éticas do trabalho e da pesquisa determinadas pela sua categoria profissional.

Como técnico de grupo, o facilitador deve atuar focado no processo grupal: nos papéis, na cultura e nas relações de poder e de dominação. Independentemente da dinâmica utilizada ou da abordagem teórica, a leitura do sujeito como produto-produtor do seu contexto histórico é imprescindível durante a intervenção. Os facilitadores devem estar atentos para os *pressupostos*, como as normas da SPM relativas à capacitação em gênero, e o fato de o grupo ser *exclusivo de homens*.

Na proposta do trabalho realizado pela equipe do Coletivo em São Paulo, a perspectiva é a de que o grupo sirva como parâmetro de socialização masculina em outros contextos sociais dos homens. Como já discutido por outros autores, os espaços masculinos (trabalho, lazer, futebol, bar) são de reforço das referências patriarcais e machistas. Com o tempo de vivência no grupo, a perspectiva é a de que os homens, em seus cotidianos, constituam novas formas de socialização. Uma recomendação das mais diversas abordagens sobre trabalho com grupos é a de que esses grupos contem com dois facilitadores. A equipe segue tal recomendação na maioria das reuniões, principalmente, pela possibilidade de falta de um dos facilitadores. Outra decisão na condução das reuniões é a de que a tarefa nunca fique centrada em um deles, eles são cofacilitadores na condução do grupo.

Princípios éticos

Como apontado, os princípios éticos devem garantir os direitos dos indivíduos participantes do grupo. Como não há uma

determinação formalizada como diretriz para os grupos, a principal orientação deve ser a que guia as categorias profissionais dos facilitadores. Sendo assim, um deles precisa ter um código de ética e um órgão da categoria que orientem e fiscalizem a conduta profissional, como são os casos dos profissionais das áreas da psicologia, do serviço social, da medicina e do direito. De forma objetiva, três são os princípios éticos compartilhados com os homens: o sigilo, o respeito e a não violência.

Sigilo

Nos grupos, a principal condição de funcionamento é a possibilidade do sigilo. Mesmo sendo uma referência para os julgados e usado como medida de aplicação da Lei Maria da Penha, para que os grupos abram a possibilidade de mudança de paradigmas é importante para os homens a garantia de que possam ouvir e serem ouvidos sem censura e controle – sem a necessidade de simulação e de dissimulação.

Desde o início do processo criminal, o grupo é, para a maioria dos homens, a primeira possibilidade de se falar do ocorrido sem o registro incriminatório. O sigilo não é segredo. Todos podem e devem contar o que ocorre dentro do grupo para seus amigos, mulheres e filhos. O processo de falar com outras pessoas fora do grupo é um sinal de mobilização e de reflexão. Trata-se de um indicador de que o processo no grupo está se expandindo para outras referências sociais. Tudo pode ser falado, desde que garantido o contexto e os limites do interlocutor, por exemplo, no caso de crianças. Só há uma restrição: *não dar nome aos bois*, não identificar as pessoas envolvidas.

Respeito

Todos podem falar, todos devem escutar. O diálogo é o mote do grupo e o respeito às opiniões e à diversidade é a primeira desconstrução da hierarquia patriarcal. A igualdade de condições propicia a possibilidade de todos ouvirem e serem ouvidos.

Não violência

A raiva, o ódio e o sentimento de injustiça e indignação são bem-vindos. A paz e o amor são conversas fiadas, negação. A não violência é uma decisão.

Processo: abrindo a caixa de surpresas

Para entendimento dos processos e dinâmicas que orientam e ocorrem com os grupos de homens, faz-se necessário destacar alguns argumentos utilizados no grupo para explicação das contradições do fracasso do projeto patriarcal/machista, entendido por parte das mulheres e desconhecido ou negado para a maioria dos homens.

Em especial, nas últimas décadas, as mudanças nas condições sócio-históricas vêm construindo a agonia desse projeto. De forma resumida: a crescente precarização das relações de trabalho vem aumentando o desemprego dos homens; o fim da estabilidade e os baixos salários, a diminuição dos homens como responsáveis e chefes de família; o crescente número de mortes de homens jovens pela violência nos espaços públicos, principalmente no trânsito e para a criminalidade, o aumento dos questionamentos e das críticas à lógica de superioridade masculina e da subordinação das mulheres e a busca, por parte de um segmento de homens, de novos modelos de afetividade, sexualidade, divisão de tarefas e cuidado dos filhos.

Na prática, a sensação de uma parte pequena dos homens que vive e convive imersa nestas condições é a de que há novas possibilidades, mas a maioria experimenta tais condições como ameaças e conflitos. Em frente do desconhecido, a maioria se defende e se protege em busca da sobrevivência social, psíquica e mesmo biológica. As incertezas e as inseguranças nas condições preestabelecidas, as expectativas normativas, levam à necessária busca de revisão dos valores e das formas de relacionamento. Revisão, que na maioria das vezes, caminha para a regressão e fortalecimento de modelos conhecidos, que criam a ilusão de retomada à ordem, de conservar princípios e valores

seculares – princípios e valores do sistema dominante. Modelos que reforçam a necessidade de tomar nas mãos o domínio e o controle e de resistir às ameaças, às tentações e à decadência, nem que seja pela imposição da força e da violência. Trata-se de um remédio amargo, mas, para muitos, necessário contra o apocalipse pessoal, familiar e social.

Na busca de novas referências para a sociedade, em geral, e para os homens, em específico, que utilizam da violência como forma de resolução de conflitos com as mulheres (companheiras, filhas, namoradas...), faz-se necessário atentar para os espaços de socialização masculina. Nesse mapeamento se encontram como predominantes os espaços que reforçam as masculinidades hegemônicas, representadas, por exemplo, pelas igrejas, instituições de ensino, locais de trabalho, disputas esportivas e espaços de lazer (bares, boates...). Na perspectiva das novas possibilidades de reflexão, encontram-se os espaços restritos de algumas universidades e os processos individuais psicoterapêuticos. Virtualmente, pela Internet, se verificam várias iniciativas de discussão dos problemas masculinos (por exemplo, a página eletrônica PapodeHomem), mas poucos de convivência e de socialização. Na tentativa de constituir um campo apropriado para discussão, reflexão e convivência, os grupos de homens se apresentam como uma proposta, de fato, que atenta para as necessidades de mudança.

Como apontado anteriormente, a história dos grupos de homens, nas suas diversas perspectivas, vem sendo mapeada por diversos autores. Sendo assim, os funcionamentos dos grupos de homens se constituem como laboratórios de exercício de novas formas de convivência e de socialização masculina (Prates, 2013).

Antes de se destacar algumas dinâmicas que ocorrem no grupo, é importante apresentar o clima e as condições em que chega a maioria dos homens nos grupos. Reforçando, os facilitadores e os homens no grupo devem mapear e entender não os processos particulares e individuais, mas o processo grupal, coletivo, educativo. É imprescindível essa postura para que os presentes no grupo não sejam seduzidos, por um lado, pela espetacularização, banalização e generalização e, por outro lado, pela particularização, patologização

e aberração do ponto de vista individual. Mapear as referências é destacar o campo das determinações sociais de gênero, classe e raça do grupo e facilitar no processo individual e coletivo de (des)construção dos significados e sentidos.

“Estou sob uma mentira”: retirando a focinheira e mostrando os dentes

Destacar o clima emocional de funcionamento do grupo é a base para os questionamentos e propostas de revisão dos repertórios violentos. O primeiro e o principal sentimento de comunhão e de vinculação no grupo é o de injustiça. Muitas são as falas que exemplificam a indignação e o sentimento de injustiça frente à denúncia: “estou aqui sob uma mentira”; “nunca menti para ela, desde que a conheci, ela sabia que eu era assim, fiz e assumo o que fiz”; “a mulher deve obedecer ao homem”; “o homem é a cabeça da família, eu não ia ficar humilhado frente aos meus filhos”; “homem pode, mulher não pode”.

Um ponto é importante destacar, não se está trabalhando com homens irresponsáveis, sem valores morais e sociais. Se chegam reclamando de injustiça, é porque compartilham de uma visão de justiça. São homens com fortes valores e modelos morais. Representantes de valores patriarcais e religiosos, naturalizados e transmitidos em sua formação, que os definem como *homens com H maiúsculo*. Valores que justificam a violência como direito, muito bem representado na tradição cristã na frase “quem não vem pelo amor, vem pela dor”. Conceção esta que explica a imposição da força e, se necessário, da morte, pela honra e pela obrigação e, por parte da mulher, do respeito. A justiça, ao penalizar os homens machistas, os transforma em mártires do patriarcado. É comum ouvir falas do tipo “fiz, assumo que fiz, e se precisar, farei de novo”, o famoso discurso do “não tolero coisa errada”.

Imbuídos e fiéis aos seus valores, muitos homens trazem um histórico de solidão. São recorrentes frases tais como: “eu não tenho

nada pra falar”; “cansei de tentar falar, ninguém me ouviu”; “eu falo sozinho”; “ninguém quer saber da minha versão”; “deus é minha testemunha”.

A solidão é um problema do modelo de sociedade em que vivemos e que afeta homens e mulheres. Trata-se de uma cultura individualista, das aparências, dos papéis demarcados e da lógica da vida privada. A solidão se expressa num primeiro momento pela resistência e dificuldade de falar dos seus problemas, ou pelo discurso vazio. Alguns homens autores de violência contra suas mulheres contam vantagens das conquistas amorosas e da liberdade que dizem agora ter. Contudo, sinalizam a sensação de frugalidade e de superficialidade em que vivem, que os leva à bebida e à resistência de envolvimento em todos os contextos sociais, inclusive no próprio grupo.

O nível de percepção e de consciência sobre seu comportamento violento é outro fator que se destaca. Trata-se de uma mistura de desconhecimento dos direitos do outro, das leis, de limitação intelectual, e da naturalização dos comportamentos. Trata-se do famoso: “eu sou assim”; “homem é assim”; “ela sabia que eu era assim”; “isso agora é violência?”; “eu aprendi assim”. Parece existir uma falta de foco e de atenção sobre os seus relacionamentos, sobre as mudanças que vêm ocorrendo na sociedade, sobre os direitos das mulheres. Trata-se do funcionamento, com fortes referências, da socialização na infância e na adolescência, que parece não se atualizarem, que se cristalizam como essência de suas masculinidades.

A negação do sofrimento é uma dos mecanismos de defesa mais comuns entre os homens: “estou bem! Não foi nada”; “eu não estou nem aí”. A negação é uma das barreiras mais difíceis de superação. A dificuldade de entrar em contato com sua impotência é determinante no processo de trabalho no grupo. Muitos aprenderam que “homem não chora”; “que sentimentalismo é frescura, é coisa de homem fraco”, é viadagem”.

Como soldados, os homens estão protegidos com um escudo que refrata qualquer identificação de tristeza e angústia. Posição que é reforçada, por um lado, pela lógica do gozo eterno, vendida pelo

modelo de sociedade em que vivemos e, por outro, pela frágil educação das emoções, uma carência de recursos para identificar e vivenciar qualquer possibilidade de desconforto. Em ambos os casos, a busca de alteração de consciência por meios químicos serve como estimulante ou inibidor dos afetos – a farra como busca de gozo e as drogas como anestésico das dores.

A banalização da violência como recurso pedagógico é outro ponto importante: “eu apanhei a vida toda e tô aqui”; “é melhor apanhar em casa que apanhar na rua”; “assim ela aprende quem sou eu”; “se eu não posso bater, como é que se educa?”. A imposição da violência como recurso de adequação do outro a um modelo de comportamento é uma lógica social ainda muito reproduzida no senso comum, no sistema judiciário e na sociedade em geral. Trata-se do famoso “é apanhando que se aprende”. Com essas referências, a violência infligida contra a mulher não é vista como ruim: foi uma lição, e a penalização do homem nem sempre é vista como um problema, “foi pra eu ficar esperto”.

Por fim, mas não menos importante, há a reprodução de estereótipos sobre o que são os homens e as mulheres. A dicotomia do modelo patriarcal/machista é ainda a principal referência da subjetividade e da leitura do mundo para a maioria dos homens que frequentam os grupos: as milenares mulheres santas/putas, de casa/da rua, do lar/da vida; de deus/do capeta; os homens macho/veado; o trabalhador/bandido-vagabundo. Todo esse conjunto de significados e sentidos com os quais os homens chegam e vão, no decorrer do grupo, manifestando se transformam em material para as reuniões de questionamento e desconstrução. É importante destacar que, no cotidiano, essas construções são reforçadas nos contextos de socialização masculina e são pouco discutidas na relação com as mulheres e no contexto familiar. Os grupos de homens surgem como lugar de acolhida e de possibilidade sistemática de reflexão.

Iniciar o grupo de homens a partir do clima emocional é abrir os homens para um campo novo de experiências. Destacar os sentimentos de injustiça, a negação do sofrimento, as formas de percepção, a banalização da violência e a reprodução de estereótipos abre uma

caixa de surpresas, de segredos e possibilidades que pouquíssimas vezes são propiciados aos homens em seu cotidiano. O processo grupal se configura como uma possibilidade de transformação da socialização masculina, fragmentos de um quebra-cabeça coletivo que vão servir de matéria-prima para o manuseio e revisão.

Na prática: sobre a vivência nos grupos de homens

Abertas as caixas emocionais, se coloca em destaque parte do processo do funcionamento do grupo de homens. Em função da vivência da equipe de facilitadores, e, em especial, deste autor, durante mais de seis anos de contato frequente com os homens, se destacarão as sínteses dos conteúdos mais frequentes compartilhados pelos homens. Nessa proposta, muito do que será colocado passa pelos depoimentos dos homens e, igualmente, pelo impacto sobre os facilitadores, não esquecendo que estes também são homens e participam ativamente do processo.

Como foi afirmado, se somente pontos compartilhados serão destacados, com certeza muitas outras questões aparecem de forma particular para cada homem e facilitador. Por exemplo, um ponto que vem se destacando neste momento, que vem sendo alvo de atenção e reflexão da equipe, é o da dimensão da violência de gênero que sofrem os homens. É cada vez mais recorrente ouvir falas de homens que sofreram violência física, psicológica e patrimonial. Queixas, na maioria das vezes, não acolhidas, pela evidente vitimização das mulheres; pelo olhar dicotômico agressor-vítima; pela banalização e negação do sofrimento masculino; pela resistência e negação dos próprios homens e pela falta de recursos técnicos e psíquicos dos profissionais para lidar com a demanda.

Neste momento, o que se faz neste artigo é abrir uma nova possibilidade que só vem sendo possível pelo tempo de experiência, vivência e reflexão sobre o trabalho com os homens. Deixa-se aqui destacado que, da mesma forma que foi elaborado um ciclo da

violência para as mulheres, se visualiza um ciclo da violência para os homens. Está lançada a bola.

Cutucando com vara curta: sobre as atividades

Os recursos são os mais variados e ficam a cargo da experiência e criatividade dos facilitadores no processo do grupo as propostas de atividades. Das mais simples às mais complexas, a intenção é mobilizar o grupo: *cutucar com vara curta*.

Em geral, a organização de atividades segue uma linha que procura trazer para discussão e reflexão as situações vividas pelos homens que os levaram a ser denunciados. Com as histórias, mobilizar o grupo a comparar as situações que ocorreram com os demais, levantar os pontos em comum e os opostos. Descrever as formas de violência, os motivos e as justificativas. Após as descrições, levantar as alternativas e os sinais que indicavam as ameaças de descontrole e de violência.

Uma forma de construir indicadores do clima de tensão que levou à violência é a imagem da panela de pressão, que, de forma lenta e gradual, vai aumentando a tensão até o limite do insuportável. A repressão e o acúmulo de tensão são muito frequentes. Como foi indicado anteriormente sobre o clima emocional em que chegam os homens no grupo, há, em geral, uma negação das emoções e da tensão no cotidiano, que são percebidas somente no ponto da explosão para ambos – homem e mulher.

Um bom exemplo foi a fala de um homem sobre a importância do grupo para suportar a pressão cotidiana: “hoje eu percebo que às vezes me sinto como um copo cheio até a boca. A sensação é de que, mais uma gota, tudo pode transbordar. Quando saio da reunião é como se o meu copo fosse esvaziado mais da metade. Sinto-me aliviado e pronto para suportar mais uma semana”.

Em função da tensão do grupo, as atividades programadas podem ser, no início das reuniões, revistas e deixadas para outra ocasião, em função da mobilização e demandas dos homens ou de

algum ponto urgente ou polêmico que trazem para a discussão. Esta é uma atenção que os facilitadores em geral devem desenvolver para estimular e fortalecer o grupo. São desvios na rota, mas não desvio da proposta. A prioridade, quase sempre, é de aproveitar as demandas e as oportunidades espontâneas de comunicar e partilhar sentimentos. Principalmente pela dificuldade que eles encontram em falar das suas emoções e angústias no seu cotidiano.

Entre os temas elencados para discussão, o grupo tem programado discutir: a construção de gênero; sexualidade; família; Lei Maria da Penha; educação de filhos; trabalho; violência em geral e de gênero. Os recursos utilizados são os mais diversos: vídeos; matérias de jornal; atividades lúdicas; dramatizações – tudo de acordo com a capacidade técnica dos facilitadores.

Grupo aberto ou fechado

O grupo funciona de forma aberta. Como já foi explicado anteriormente, os homens entram a qualquer momento e lhes é sugerido que participem de dezesseis encontros. Na realidade, esta proposta não foi definida desde o início como procedimento e estratégia para funcionamento do grupo. A proposta aconteceu em resposta aos pedidos do sistema judiciário para a incorporação dos homens nos grupos a partir das audiências. Sendo assim, ocorreram grupos fechados e, na maioria, grupos abertos.

Atualmente, as avaliações dos facilitadores e o retorno dos próprios homens mostram que o modelo aberto é muito mais produtivo. Trata-se de um consenso o fato de que o grupo aberto propicia parâmetros de acompanhamento e avaliação do processo e ainda de envolvimento e de participação dos homens. Ocorre que, com a entrada de homens em momentos diferentes, por exemplo, em um grupo no qual a maioria encontra-se no décimo encontro, verifica-se a percepção, para os próprios homens que já estão há mais tempo, de que a entrada de novos homens serve como parâmetro de avaliação das condições em que eles chegaram ao grupo. Trata-se

de um retrato de como pensavam, viam e sentiam a situação e os argumentos que orientavam seus sentimentos naquele momento. É comum que os homens presentes há mais tempo no grupo riam não das histórias que trouxeram os homens para o grupo, mas dos argumentos que dão suporte às suas emoções de indignação e raiva. Com essa constatação, os homens colaboram no processo de recepção e de acolhimento dos novos homens, muitos com falas do tipo: “eu sei do que você está falando, eu também pensava assim”. Por sua vez, da parte dos homens recém-ingressantes, a recepção dos mais antigos no grupo cria um clima de acolhimento desde a primeira reunião, o que ajuda no processo de formação de vínculos, de estabelecimento do clima e entendimento da proposta.

Soltando os cachorros com sangue nos olhos: a catarse

Uma situação importante para os homens no grupo é a possibilidade da expressão das revoltas por todas as situações vividas, de descarregar todo seu ódio pela mulher que o denunciou, pela polícia, justiça e, algumas vezes, contra eles mesmos. A catarse pode ocorrer em diversos momentos, mas, em geral, há sempre uma logo após seu acolhimento no grupo.

Falar e ser ouvido sem censuras e, muitas vezes, ser apoiado pelo grupo, reforça o vínculo. Contudo, este é um momento tenso, pesado, marcado por uma gama de sentimentos confusos e contraditórios. Após a catarse, a avaliação na equipe, e entre os próprios homens, é a de que todas as vezes que ela ocorre na reunião, uma nova violência, um assassinato ou um suicídio foi evitado (ou numa visão mais negativa, foi adiado).

As catarses nem sempre são explosivas, podem ocorrer na expressão da exposição de situações e fantasias com as mulheres como objeto, nas práticas sexuais perversas, nos desejos de vingança, e aditivadas com as histórias do uso exagerado de drogas, abuso no trânsito, uso de armas – um enredo de filme de ação e sexo dos mais

violentos, em que o mocinho age como bandido e ainda leva vantagem. Fica evidente para o grupo, nesses momentos, o potencial de violência que ainda existe em muitos dos homens – violência esta que precisa ser trabalhada.

“Somos todos iguais esta noite”: identificação

O processo grupal leva os homens a saírem de suas condições de indivíduos e se perceberem enquanto grupo. A negação inicial da sua responsabilidade vai se afirmar, primeiro, no reconhecimento das suas emoções e da sua masculinidade patriarcal. Essa afirmação transporece no grupo e leva à responsabilização pela violência e pelas condições objetivas do ocorrido. Situação que se amplia ao perceberem que as condições e emoções são compartilhadas no grupo, no processo coletivo. A percepção e a discussão desse processo coletivo demandam uma explicação, uma historicidade, o entendimento da dimensão ideológica, da naturalização do sistema patriarcal/machista, agora alvo de críticas, que abrem possibilidades de construção de novas masculinidades. Nesses momentos de constatação e vivência se compartilha o emocionante momento do *somos todos iguais esta noite*. Experiência que propicia entender um pouco mais a dimensão subjetiva e as determinações históricas.

Saindo do lugar comum: ampliação das referências

Como já foi afirmado, é comum ouvir-se no discurso de alguns homens e na mídia, por parte de figuras públicas que agrediram suas companheiras, frases do tipo: “estou arrependido do que fiz”; “pensei bem e prometo que não farei mais”; “agora eu sou um novo homem, aprendi minha lição”. Ouvir tais afirmações é, no mínimo, risível. Alvo de crédito para aqueles e/ou aquelas que acreditam na ação da mão de Deus na vida dos homens, ou para quem gosta de

se consolar com as músicas de Zezé di Camargo e Luciano. Porém, como os milagres são para poucos, e nem todo mundo gosta de música dor de cotovelo, para os demais mortais, a possibilidade de construção de mudanças vem com a educação. No caso dos homens autores de agressão, vem com a ampliação de repertórios para a resolução de conflitos, bem como com a discussão do ocorrido e da leitura dos indicadores que levaram à situação e das múltiplas possibilidades de resolução. Uma educação para a complexidade, da saída do lugar comum, ou, no mínimo, do estranhamento das respostas e ações rápidas, ou seja, a construção de um processo educativo.

No grupo, quando um homem se dispõe a contar o ocorrido, os facilitadores propõem a frequente pergunta para os outros homens: “o que vocês fariam no lugar dele?”. Colocar-se no lugar do outro e levantar as possibilidades é um ótimo indicador de repertórios existentes e da inclusão de novas possibilidades para reflexão.

“Pra que serve mesmo o homem?”: a instalação da crise

O vídeo *Homem.com.h*, produzido pelo Instituto Ecos, em 1998, apresenta uma discussão da crise da masculinidade na contemporaneidade. Material utilizado nos grupos de homens, esse vídeo apresenta a crise de um homem diante do desemprego, da falta de “comparecimento” sexual e da ameaça de separação. Ao se questionar, o homem em crise pergunta primeiro para outro homem, “afinal, pra que servimos mesmo nós homens?”. Sem ouvir a resposta do outro homem, ele mesmo responde: “o homem serve para comparecer com duas coisas, com pinto e com dinheiro. É só para isso que serve o homem”.

O maior problema não é a angústia e a crise vivida pelo homem, mas a forma como sua esposa responde à insistente pergunta “afinal, pra que serve o homem?”. De forma agressiva e arredia ela responde: “sei lá pra que serve o homem!”. Nesse rápido diálogo, deixa-se claro na proposta do vídeo o que se destaca no cotidiano

dos homens e que se reflete no grupo: o problema, neste momento, não é das mulheres.

As mulheres historicamente sabem o que querem e vêm lutando, há muito tempo, para conquistar seu lugar na sociedade. O problema dos homens, neste momento, é dos homens e merece, em alguns momentos, distanciamento das mulheres, e as mulheres que querem ficar por perto precisam de muita paciência e tolerância, mas não de respostas. Da mesma forma que as mulheres se organizaram e vêm lutando contra a desigualdade de gênero, agora é a vez de os homens se transformarem em protagonistas desse processo de mudança nas relações afetivas e de gênero para formularem as novas possibilidades de masculinidades. De saírem do lugar de luta – de defesa e de ataque. De depositarem suas armas e as armaduras. Isso só é possível em um campo e em condições propícias, e este contexto é o que ocorre nos grupos de homens.

Acompanhamento, sistematização e indicadores de avaliação

No momento, os grupos vêm sendo tratados, pelo pouco tempo de existência e pela falta de recursos, como projetos-piloto. Sendo assim, alguns trabalhos e propostas de sistematização são feitas em artigos, dissertações e teses. Para tanto, os recursos documentais e de registro servem como matéria-prima imprescindível tanto para a formulação de projetos de pesquisa, quanto como orientadores para a formulação de políticas públicas. Como recurso administrativo de acompanhamento do trabalho com os homens, e que servem para pesquisas, destacam-se na ordem dos acontecimentos: os números e as sistematizações dos disque-denúncias, principalmente os números 180 e 190; os boletins de ocorrência elaborados nas delegacias em geral e nas delegacias de defesa das mulheres; os processos de autuação dos homens autores de agressão nas varas de violência doméstica e familiar contra a mulher; os ofícios de encaminhamento dos homens para os grupos de homens; os questionários aplicados para elaboração do

perfil dos homens participantes dos grupos; as listas de presença; as gravações em áudio e/ou vídeo das reuniões; as entrevistas e depoimentos para meios de comunicação (jornais, televisões, Internet) dos facilitadores e dos homens participantes ou não dos grupos; o material disponibilizado pelos homens participantes dos grupos (cartas, fotos, documentos, gravações etc.) e relatórios elaborados pelos facilitadores.

Todo este acervo serve de fonte primária para a sistematização e discussão do que vem ocorrendo nos grupos de homens. No acompanhamento dos homens, muitos dos elementos expostos desde a denúncia até o processo grupal são indicadores objetivos e subjetivos do impacto do grupo sobre os homens autores de agressão. Com certeza, por melhores que sejam os indicadores durante o processo grupal, ainda resta construir ferramentas e indicadores que avaliem o que de fato vem ocorrendo com os homens pós-grupo. Falta a construção de pesquisas de acompanhamento (*follow-up*).

Com certeza a amostra de homens que passaram pelos grupos em todo o Brasil já é mais do que suficiente para o reconhecimento e validação das propostas e acredita-se que servirão de argumentos consistentes para a criação de políticas públicas que incorporem de fato o trabalho com os homens autores de violência e também projetos de prevenção e educação em outros contextos: escola, trabalho, igrejas, espaços de lazer, entre outros.

Da Maria da Penha ao Zé da Lapa: um longo percurso

Desde a época dos bondes, existiu, na cidade de São Paulo, uma linha que ia do bairro da Penha, na Zona Leste, ao bairro da Lapa, na Zona Oeste. Com extensão de 36 quilômetros, cruzava o centro da cidade. A linha era uma representação, para os trabalhadores que dependiam do ônibus, de pontos extremos da cidade que, somente com muito tempo e paciência, conseguiam chegar ao seu destino.

No grupo de homens, muitas vezes esta representação aparece para os mais antigos, quando se fala da dificuldade de homens e

mulheres se entenderem e superarem a violência doméstica. As mulheres conquistaram a sua Maria da Penha, agora falta um Zé da Lapa – uma lei que atenda às queixas dos homens que sofrem violência de gênero por parte das mulheres.

Mesmo quando questionados sobre a ideia de uma lei que atenda aos homens, fica evidente, para a maioria, a carência de um espaço de atenção às demandas, à violência social e às crises dos homens. Quando percebem o que está acontecendo, permanece a sensação de um lugar distante, um caminho longo e difícil de chegar.

Na discussão da violência doméstica e de gênero é preciso, além da contenção da violência perpetrada pelos homens, criarem-se mecanismos de identificação da violência social de forma geral, uma vez que a precarização das relações de trabalho e afetivas atingem a todos, vulnerabilizando homens e mulheres.

Como toda a atividade de intervenção, o trabalho com o grupo de homens autores de violência contra as mulheres busca modificar as condições, pensamentos e comportamentos que ambos têm sobre a violência e as relações de gênero. Espera-se, no primeiro momento, no próprio processo do grupo, que os homens: desenvolvam uma sensação de desconforto e questionamento do comportamento agressivo; possam criar mecanismos de contenção da agressividade; que, aos poucos, conheçam formas alternativas de lidar com os conflitos e que busquem seus direitos, incluindo aí a aceitação de figuras de mediação. Que, ao final, criem um estranhamento sobre o modelo patriarcal/machista; que levem para as suas relações uma maior abertura para o diálogo; que ampliem as expressões de sentimentos; formem um pensamento complexo sobre as diferenças sociais e de gênero; não se omitam diante de situações de violência. Como desejo final, que estes homens consigam formular e discutir propostas de equidade de gênero, participar de ações pelo fim da violência como estratégia de resolução de conflitos. Um mundo mais justo para todos.

Em 1983, o cantor e compositor Gonzaguinha compôs uma música que resume a proposta deste texto. Ao escrever *Um homem também chora*, com o subtítulo “menino guerreiro”, ele assume para

a “menina morena”, provavelmente uma paixão, aquilo que um homem sente e deseja, mas se recusa a reconhecer, e que o grupo de homens procura desvelar e trabalhar. Isso evidencia que não estamos no momento de afirmações de novas masculinidades, mas de negação das masculinidades hegemônicas e na busca de entender as novas possibilidades de ser homem. O momento é de reconhecer e aceitar que

Um homem também chora / Menina morena / Também deseja colo / Palavras amenas... / Precisa de carinho / Precisa de ternura / Precisa de um abraço / Da própria candura... / Guerreiros são pessoas / Tão fortes, tão frágeis / Guerreiros são meninos / No fundo do peito... / Precisam de um descanso / Precisam de um remanso / Precisam de um sono / Que os tornem refeitos... / É triste ver meu homem / Guerreiro menino / Com a barra do seu tempo / Por sobre seus ombros... / Eu vejo que ele berra / Eu vejo que ele sangra / A dor que tem no peito / Pois ama e ama... / Um homem se humilha / Se castram seu sonho / Seu sonho é sua vida / E vida é trabalho... / E sem o seu trabalho / O homem não tem honra / E sem a sua honra / Se morre, se mata... / Não dá pra ser feliz / Não dá pra ser feliz...



MASCULINIDADE, JUVENTUDE E VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: ARTICULANDO SABERES, PRÁTICAS E POLÍTICAS

Marcos Nascimento

Pensei sobre o que escrever e veio a vontade de falar de homem. Talvez porque, mesmo tendo vindo de uma cultura tão machista, tenha tido pela frente bons exemplos e homens que não se tornaram inimigos nem ameaça. Em muitos casos, a masculinidade vira uma disputa de espaços e violações declaradas. [...]. Feliz do homem que tira das costas o peso do mundo, e olha para a vida de forma mais ampla e menos competitiva.

Gero Camilo, Papo de Homem, Revista O Globo, 22/9/2013, p.13

À maneira de introdução

Cena um. Uma jovem universitária de camada popular, de 23 anos, me procura para falar sobre seu trabalho de fim de curso de graduação em psicologia. Seu desejo é fazer uma reflexão sobre o tema “conflitos nas relações amorosas”. Querendo saber um pouco mais sobre seu interesse, ela me conta que “fica” com um rapaz há dois anos. Quando pergunto o que diferencia uma “relação de namoro” de uma “relação de ficar”, ela me explica que eles não conhecem a família um do outro.

Isso é para relações sérias, constituindo um rito de passagem do “ficar” para o “namoro sério”. Pergunto sobre qual é o contrato que cabe nesse tipo de relação: “ficar” com outras pessoas, por exemplo. Ela diz que, teoricamente, sim. Seu “ficante” já ficou com outras garotas. Mas ela teme ficar “mal falada” se fizer isso. Por conta desse temor, ela não se permite ter o mesmo comportamento que ele.

Cena dois. Uma professora de uma escola privada de camada média, no Rio de Janeiro, me conta um “problema” que houve na escola. Uma das alunas, com 14 anos, teve sua primeira relação sexual com um garoto de 15 anos, aluno da mesma escola. Essa relação foi filmada sem o conhecimento e consentimento da garota, sendo veiculada por meio de uma rede social. Toda a escola viu o vídeo e tanto ela quanto o garoto (e suas famílias) foram chamados a prestar esclarecimentos sobre esse fato. A garota quer sair de escola, por ter sua intimidade revelada, sentindo-se publicamente humilhada.

Cena três. Um pesquisador mexicano, interessado em investigar a presença de violência nas relações de namoro entre adolescentes, entre 14 e 17 anos de idade. Um dos principais desencadeadores de conflitos nessas relações é o uso de redes sociais. “Curtir” um comentário ou foto pode ser disparador de brigas e discussões entre garotos e garotas. A senha de acesso à rede social é interpretada por eles e elas como uma “prova de amor”. Ter acesso à intimidade do outro, ainda que de maneira virtual, parece ser considerada uma prova de amor entre esses adolescentes.

Essas três histórias recentes chamam a atenção para diferentes aspectos das relações de gênero entre adolescentes e jovens urbanos, ajudando a desnaturalizar a ideia de que esse tipo de violência se restringe às relações entre homens e mulheres adultos. Diferentes formas de controle e dominação, relações baseadas em assimetrias e violências estão igualmente presentes nas relações afetivo-sexuais entre jovens. Este texto tem por objetivo apresentar algumas reflexões sobre o tema da violência contra as mulheres a partir de experiências de intervenção com grupos de homens jovens, de dados oriundos de pesquisas realizadas nesse campo, bem como fornecer algumas pistas para a formulação de políticas públicas.

A violência contra as mulheres: algumas inquietações

A violência contra a mulher representa um grave problema de violação de direitos humanos e de saúde pública no Brasil e em todo o mundo. Pauta importante na agenda dos movimentos de mulheres e feministas, tema presente nas políticas públicas de enfrentamento das desigualdades de gênero, a violência contra a mulher vem sendo paulatinamente incorporada como objeto de intervenção e de reflexão por diferentes organizações da sociedade civil e grupos que trabalham com homens, tanto nacional quanto internacionalmente (Toneli et al., 2010). Qual o papel dos homens (e das masculinidades) no enfrentamento da violência contra a mulher? De que violência (ou violências) estamos falando? Podemos falar em prevenção de violência? Se sim, de que maneira isso pode e deve ser feito? Qual é o papel dos “grupos de homens” que trabalham com homens autores de violência contra a mulher? Como ir além do registro punitivo em relação a esses homens? De que maneira as políticas públicas de fomento à igualdade de gênero ou de enfrentamento da violência contra a mulher incorporam a dimensão da(s) masculinidade(s) nas suas análises de gênero? Será que o recorte de juventude é importante para essa discussão? Essas são perguntas desafiadoras que pairam em alguns de nós que aliamos o trabalho acadêmico ao ativismo no campo dos direitos humanos, imaginando uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

Nesse sentido, precisamos compreender a construção de repertórios masculinos pautados em padrões assimétricos de poder.

A “masculinidade dos homens”: compreendendo a construção de repertório de atuação para os homens

Nos últimos vinte anos, assistimos a uma proliferação de trabalhos acerca da masculinidade na produção acadêmica brasileira e

internacional. Esse processo acompanha a multiplicação de projetos de intervenção com homens de diferentes faixas etárias, classes sociais e contextos socioculturais, o fomento de políticas públicas de igualdade de gênero e a construção da agenda de organismos internacionais de apoio ao desenvolvimento (Nascimento; Segundo, 2011).

Esses debates aconteceram (e acontecem) em um cenário de profundas transformações tecnológicas, econômicas, políticas, sociais e culturais que impactaram a realidade social em todo o mundo e que não se restringiram à esfera da vida pública, mas interferiram profundamente nas relações do mundo privado, produzindo transformações no plano das subjetividades dos sujeitos envolvidos (Castells, 2002; Careaga; Cruz, 2006).

Movimentos sociais como o feminista e de mulheres, negro e LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) trouxeram (e ainda trazem) uma grande contribuição ao debate sobre a masculinidade, por meio de suas agendas políticas e da denúncia das desigualdades a que esses coletivos estão submetidos. Em conjunto, provocaram a necessidade de se estabelecer novas posturas frente ao exercício da sexualidade, à compreensão do casamento e da família, ao mundo do trabalho, ao que é ser homem e ao que é ser mulher (Medrado; Lyra, 2002; Nascimento, 2011).

Embora a dinâmica social tenha sofrido mudanças consideráveis diante da atuação desses movimentos e de seus desdobramentos em políticas públicas, ainda persistem relações pautadas na desigualdade e na hierarquia entre homens e mulheres (e entre os próprios homens) na maioria dos contextos socioculturais. A realidade social se apresenta sob a forma de um mosaico complexo de continuidade e mudanças, “tradição” e “modernidade”, no qual marcos culturais parecem se cruzar e se contradizer ao mesmo tempo, gerando o que Parker (1998) chama de “múltiplas realidades”.

Com o objetivo de dar conta dessa complexidade, proliferaram discursos referentes a um “novo homem”, à “crise da masculinidade”, à “desconstrução do masculino”, a “uma nova masculinidade” (Nolasco, 1995; Oliveira, 2004). Contudo, o modelo convencional de masculinidade que preconiza a ideia de um homem forte, viril,

provedor, chefe de família, inserido no mundo público (da “rua” e do trabalho), competitivo, com pouca conexão com a esfera da vida privada, que tem dificuldades de transitar pelo terreno dos afetos, que não chora e tem um distanciamento das emoções, que não consegue estabelecer vínculos de intimidade e que pode se comportar de forma agressiva (e até mesmo violenta) contra as mulheres e outros homens, convive com outras representações sobre o masculino que buscam dar conta de “outras maneiras de ser homem” (Arihla et al., 1998).

No entanto, é necessário ter claro que esses modelos de masculinidade não dizem respeito somente às experiências subjetivas de indivíduos do sexo masculino. A masculinidade é uma experiência complexa que se constrói coletivamente, permeada por códigos, práticas, discursos e ideologias que são (re)produzidos incessantemente pelos ditames culturais e que afetam de maneira distinta homens, mulheres e instituições sociais como a família, a escola, os sistemas de governo. No exercício da sexualidade heterossexual, no controle das mulheres e no reconhecimento de seus pares masculinos, a noção de “homem de verdade” se estabelece (Nascimento, 2011).

Raewyn Connell, cientista social australiana, uma das principais teóricas no campo de estudos sobre masculinidade, propõe o conceito de masculinidade hegemônica para compreender esse modelo ideal de masculinidade. Connell (1995a) diz que o modelo de masculinidade representado pelo homem branco, heterossexual, de classe média, com um bom emprego e bem-sucedido – ainda que distante da realidade da grande maioria –, é um ideal perseguido pelos homens. Esse ideal representa, em última instância, o lugar de distinção que a masculinidade como projeto social pretende ter. Contudo, a existência de um modelo ideal implica, necessariamente, na produção de desvios, de caminhos alternativos. Assim, entre o idealizado e o que existe no plano concreto da realidade social é que surgem e ganham forma diferentes possibilidades de exercício da “masculinidade dos homens”, sujeitos à historicidade e à singularidade de suas narrativas.

Dessa maneira, nos alinhamos aos estudos sobre homens e masculinidades com uma perspectiva relacional de gênero. Ao nomear

a perspectiva de gênero como relacional não se está inferindo uma noção de complementaridade entre o masculino e o feminino, mas enfatizando a assimetria de poder na relação entre os gêneros. Convém destacar que a assimetria de poder não se encontra restrita às relações entre homens e mulheres, mas também está presente na relação entre homens (Nascimento, 2011).

À medida que o debate amplia seu escopo da condição das mulheres para focar as relações de gênero, torna-se imperativa a necessidade de incluir os homens e a(s) masculinidade(s), ressaltando as especificidades de gênero que os homens têm, fruto de sua socialização e dos ditames culturais a que estão submetidos, constituindo-se como grupo heterogêneo. Seguindo o pensamento de Vale de Almeida (1995), a masculinidade e a feminilidade representam metáforas de poder e de capacidade de ação que orientam valores e práticas sociais de homens e mulheres.

Partimos da premissa de que a masculinidade não é outorgada pela natureza ou por uma essência masculina, mas, ao contrário, é construída, afirmada, negociada e desconstruída ao longo da vida como experiência social e subjetiva, culturalmente contextualizada e historicamente datada. Além disso, interage com outros marcadores sociais como raça/etnia, geração, orientação sexual e classe social (Nascimento, 2011).

A análise sobre o poder nas relações de gênero é fundamental e engloba diferentes facetas: desde a divisão sexual do trabalho doméstico, passando pela violência contra a mulher, até questões relativas à saúde, tais como a saúde sexual e reprodutiva e a prevenção do HIV/aids. Kaufman (1989), ao buscar desnaturalizar o “poder masculino” no campo das relações de gênero e identificá-lo como algo que não está dado a priori, mas que, ao contrário, depende de um esforço contínuo de manutenção e legitimação, alerta para a relação contraditória que os homens mantêm com o poder. Se, por um lado, o poder conferido pelo “sistema patriarcal” traz prestígio, status e ganhos materiais; por outro, segundo o autor, restringe suas atuações na esfera da vida privada, impede a expressão de determinados sentimentos e o estabelecimento de vínculos de intimidade, sob pena

de parecerem frágeis e não tão masculinos. Essa visão de Kaufman e de outros autores alinhados a ele tem sido objeto de crítica, como demonstra Oliveira (2004). O autor alega que:

dizer que o exercício da masculinidade é peso, ou mesmo ainda “custo” é desconsiderar uma outra possibilidade fundamental. Ela é, sobretudo, criação, fruição forma de organização dos prazeres e das pulsões, fronteira alargada de expansão de impulsos desmedidos, violentos. Ela também é positividade e não apenas fardo. É caminho, é direção, enfim. (Oliveira, 2004, p.284)

Entretanto, a questão não nos parece ser tentar estabelecer um saldo – colocando na balança os ganhos e perdas, privilégios e vulnerabilidades decorrentes do manejo do poder –, mas sim relativizá-los, encará-los na sua complexidade, para além da divisão simplista de algoz/vítima, à medida que traz consequências diretas (e muitas vezes extremamente graves) para a vida das mulheres e dos próprios homens.

Outra dimensão importante na análise sobre o poder nas relações de gênero recai sobre o que Kimmel (1997) chama de “patrulhamento de gênero”: uma vigilância contínua, incessante, sobre a performance dos homens nos seus discursos e práticas cotidianos em relação ao modelo idealizado do “homem de verdade”. É no exercício do autopatrulhamento e do patrulhamento alheio que os homens tentam obter o aval para suas credenciais masculinas. A masculinidade é, portanto, confirmada por meio da aprovação homosocial (Kimmel, 1997; Vale de Almeida, 1995; Welzer-Lang, 2001). Esse dispositivo controlador sobre os homens e seus modos de vida busca regular as expressões de afeto, fomenta o silêncio de muitos deles com relação a se mostrarem com opiniões contrárias ao senso comum machista, com medo do julgamento dos outros homens, reproduz um modelo de criação dos/as filhos/as segundo uma ideologia machista, entre outros efeitos.

O patrulhamento de gênero é especialmente contundente entre os homens mais jovens, período em que a afirmação da identidade

masculina parece ser fundamental para a construção de seu lugar social de homem. Aqueles que por algum motivo não logram sucesso nessa empreitada, de acordo com padrões culturais vigentes, terão sua masculinidade questionada, negada, vilipendiada. Isso certamente traz consequências para a dinâmica de relacionamentos entre homens e mulheres e entre os próprios homens. Como afirma Welzer-Lang (2001), é por meio da dominação das mulheres e da homofobia que a “masculinidade dos homens” se estabelece.

A violência contra a mulher: uma pauta para a juventude?

A violência de gênero afeta a vida de homens e mulheres e está articulada sobremaneira à questão dos homens e das masculinidades, ou seja, atos de violência baseados na assimetria e hierarquia de gênero nas quais nossa cultura ainda se encontra ancorada, atingindo preferencialmente as mulheres.

Soares (2000b), quando se refere ao contexto de violência no Brasil, faz uma ressalva sobre esse tipo de violência. O autor comenta que se trata de um tipo de violência que perpassa todos os circuitos sociais e que

atinge, sobretudo as mulheres, mas também as crianças, e revela uma realidade espantosa, dramática e quase completamente desconsiderada no Brasil. Sua principal arena é a casa e seu nicho social são as relações de parentesco, de conjugalidade e de vizinhança. A casa, outrora cantada em prosa e verso como espaço de proteção e amor, é palco frequente das mais diversas formas de violência, as quais nos remetem à discussão sobre a opressão das mulheres e sobre as condições em que são criadas as crianças no país. (Soares, 2000b, p.41)

Contudo, não parece que devamos encarar a violência contra a mulher em termos de polos estanques, algoz de um lado e vítima do outro. Como construções culturais, sociais, históricas, econômicas e

políticas, as masculinidades e as feminilidades devem ser percebidas na sua complexidade, na qual estes fatores representam atravessamentos que produzem e reproduzem a ordem social, mas que, ao mesmo tempo, apontam brechas para a transformação, para a sua desconstrução (Connell, 1995a; Bourdieu, 1999).

Algumas pesquisas na última década têm mostrado a complexidade desse fenômeno social. Em 2003, o Instituto Promundo e o Instituto Noos, organizações da sociedade civil, entrevistaram, na cidade do Rio de Janeiro, 749 homens, entre 18 e 59 anos de idade, sobre diferentes temas vinculados às relações de gênero, dentre eles o uso de violência contra as mulheres e suas consequências na saúde sexual e reprodutiva. Chamava atenção àquela época que 25% dos entrevistados afirmassem haver usado algum tipo de violência contra uma mulher em algum momento da vida (Acosta; Barker, 2003). Quando estratificado por faixa etária, esse percentual era superior entre homens de 20 e 24 anos de idade.

Em 2008, o Instituto Promundo, em colaboração com o ICRW (International Center for Research on Women), realizou o *survey Images* (International Men and Gender Equality Survey). Foram entrevistados 750 homens, entre 18 e 59 anos de idade, das camadas média e popular na cidade do Rio de Janeiro. De igual maneira, 26% dos homens entrevistados afirmaram haver usado violência física contra a mulher em algum momento da vida. A análise dos dados revela ainda que ter sido testemunha de violência contra a mulher quando criança é um fator associado a usar esse tipo de comportamento na idade adulta (Segundo et al., 2010). Parece, portanto, que há uma transmissão geracional de padrões de violência.

Mais recentemente, o Claves (Centro Latino-Americano de Estudos de Violência e Saúde), da Fiocruz, realizou um estudo multicêntrico sobre violência nas relações de namoro, com adolescentes de ambos os sexos, entre 15 e 19 anos de idade. Os dados mostram o uso de diferentes formas de violência por parte de rapazes e moças. Cerca de 30% das moças entrevistadas relataram haver usado violência física contra o namorado, enquanto que 17% dos rapazes relataram haver agredido fisicamente sua namorada (Minayo et al., 2011).

Esses exemplos são contundentes em mostrar que a violência contra a mulher, em suas diversas facetas, não é “privilégio” de casais que vivem juntos, ou com muitos anos de convivência. Em alguma medida, esses dados revelam a construção de um repertório em que a violência aparece como uma tentativa de resolução de conflitos desde idades muito jovens.

Nesse sentido, a compreensão do tema da violência contra a mulher exige que se levem em consideração três importantes aspectos. O primeiro diz respeito à banalização da violência por parte de homens e mulheres. A violência é um conceito polissêmico em que nem sempre seu significado é percebido da mesma maneira por todos os envolvidos. Frases do tipo “um tapinha não dói”, ou então, “ele não me bateu, somente me empurrou”, são recorrentes entre pessoas em situação de violência e acabam por revelar certa banalização dos atos de violência. Em segundo lugar, em muitos contextos, a violência é legitimada pela sociedade. Essa legitimação, muito presente em casos de traição amorosa e sexual, por exemplo, deu margens a dispositivos para a defesa de autores de violência, como “lavar a honra com sangue”, como vimos em diferentes casos brasileiros (Corrêa, 1981). E, por fim, parece haver em muitos casos uma naturalização da violência, como se esta não fosse um comportamento aprendido socialmente e legitimado por práticas machistas, hierárquicas e assimétricas em relação ao poder.

Da mesma forma que não podemos cair na naturalização, banalização e tolerância social deste tipo de comportamento em relação à mulher, igualmente não podemos nos furtar de chamar a atenção para a problemática “homem e violência”. Se, por um lado, os homens são os autores preferenciais de violência, por outro, existem homens que não o são e que não se valem dessa forma de ação para solução de impasses e conflitos, que se encontram interessados na construção de um projeto de vida em comum baseado em uma relação de intimidade com suas companheiras, enfim, que constroem outros referenciais de conduta para suas vidas, afastando-se desse padrão violento (Nascimento, 2001).

Em relação aos jovens, ainda que não restrito a eles, é necessário ressaltar a força do grupo de pares. Sabemos que o grupo de amigos, a “turma”, exerce uma forte influência sobre o comportamento e as atitudes de seus membros. Espaços de homossociabilidade são importantes na vida dos homens, seja por meio do trabalho, futebol ou quaisquer outros “grupos de homens”. Alguns estudos mostram que grupos de pares machistas, violentos e com atitudes sexistas favorecem estes tipos de comportamento por seus pares, inclusive na coerção e obtenção de relações sexuais. Da mesma forma, grupos de pares não violentos, com atitudes de respeito e consideração em relação às mulheres também engendram atitudes respeitadas entre seus pares (Souza, 2003; Barker, 2005).

A experiência mostra que trabalhos em grupos que questionem padrões estereotipados de gênero e que conduzam a uma reflexão crítica sobre o que é ser homem e o que é ser mulher na atualidade podem alavancar processos de mudança de perspectiva por parte de homens e mulheres jovens (Ricardo et al., 2010). Nesse período da vida, eles e elas começam a ter suas primeiras experiências afetivas e sexuais, constituindo-se um momento muito rico para questionamentos e reflexões sobre estes temas.

Esses trabalhos em grupo, orientados sob uma perspectiva de gênero e da igualdade de direitos e atrelados a questionamentos de normas sociais e comunitárias acerca do gênero potencializam os efeitos das intervenções. Um estudo realizado pelo Instituto Promundo e a Organização Mundial de Saúde mostrou que os programas que aliavam atividades em grupo a campanhas comunitárias de conscientização mostravam mais efetividade em seus resultados (Barker et al., 2009).

Parece-nos fundamental a inclusão da discussão sobre gênero e sexualidade, incluindo o debate sobre a violência baseada em gênero, inserido no marco dos direitos sexuais e reprodutivos e suas diferentes interfaces com a saúde sexual e reprodutiva e a prevenção do HIV/aids, por exemplo. A escola representa um local privilegiado para tais discussões, mas estas não devem ficar restritas a ela. Os serviços de saúde, projetos comunitários voltados para adolescentes e jovens,

redes sociais, podem e devem contribuir para esse amplo processo de “educação generificada”. Educar a partir de uma visão comprometida com a promoção da igualdade de gênero e respeito às diferenças é fundamental para diminuir as desigualdades que engendram violências contra as mulheres e a homofobia (Nascimento, 2011).

A Lei Maria da Penha e o Estatuto da Juventude são alguns dos exemplos de políticas públicas que preconizam a necessidade de envolvimento do poder público e da sociedade para a prevenção da violência contra a mulher, com ênfase em seus aspectos educativos com vistas ao desenvolvimento de relações de gênero mais equitativas. Além disso, políticas de educação que buscam valorizar o respeito à diversidade e o enfrentamento do sexismo, racismo e homofobia, como o curso Gênero e Diversidade na Escola (GDE), representam uma inclusão desses temas na grade curricular de alunos e alunas de escolas públicas.

De igual maneira, grupos reflexivos têm sido o dispositivo mais utilizado com intuito de questionar normas assimétricas de gênero com homens autores de violência. Essa estratégia pretende, grosso modo, responsabilizar esses homens em relação ao ato violento cometido, fazê-los refletir criticamente sobre a construção de seus repertórios de atuação na vida afetiva, doméstica e familiar e prevenir que outras violências ocorram na mesma relação ou em outras relações futuras.

À guisa de conclusão

Este texto aborda de maneira sucinta algumas reflexões a partir de experiências ao longo dos últimos quinze anos. Nesse período, o mundo atravessou mudanças significativas; a violência contra a mulher ganhou enorme visibilidade; leis foram instauradas, e os homens (e as masculinidades) têm sido objeto de reflexão e intervenção por parte de organizações da sociedade civil e de instâncias governamentais.

Se, por um lado, houve avanços, ainda há muito que ser feito nesse campo. A violência, sobretudo em relação aos adolescentes

e jovens não pode ser banalizada, menos ainda tolerada como algo transitório, oriundo da “inconsequência da juventude”. As relações entre adolescentes e jovens ganharam novos contornos em tempos de Internet. A possibilidade de alguém ser filmado, fotografado e exposto em redes sociais produz novos contornos para as relações de violência, notadamente na esfera sexual e afetiva (DeKeseredy; Olsson, 2011). Pesquisa recente entre adolescentes mexicanos mostrou que o uso das mídias sociais têm sido disparadoras de conflitos, assim como representa uma ferramenta de controle entre casais de namorados (Ruiz Rosas, 2013).

Portanto, é necessário destacar que as análises sobre o tema do poder nas relações de gênero e sobre as concepções acerca do que é ser homem e do que é ser mulher no mundo contemporâneo são fundamentais para questionarmos os ditames culturais e identificar brechas para novos rumos nas relações entre homens e mulheres, jovens e adultos.

Embora o marcador de gênero seja estruturante da identidade dos sujeitos, ele não deve ser visto como algo cristalizado e sem possibilidades de transformação. É importante ressaltar que o conceito de identidade não diz respeito a algo fixo ou imutável, mas a identidades plurais, múltiplas, que se transformam e que podem ser até mesmo contraditórias. E justamente nesse jogo de forças – nas suas contradições e brechas – as mudanças possíveis acontecem. Como ressaltam Medrado e Lyra, é necessário:

romper com modelos explicativos que, via de regra, reafirmam a diferença e que nos permitem somente explicar como ou por que as coisas assim são, mas que não apontam contradições, fissuras, rupturas, brechas, frestas [...] que nos permitam visualizar caminhos de transformação progressiva e efetiva. (Medrado; Lyra, 2008, p.833)

No entanto, não cabe pensarmos em transformações lineares. Políticas públicas em diferentes áreas como educação, justiça, direitos humanos, saúde etc., processos educativos gestados e realizados por diferentes atores/atrizes da sociedade civil, constituem um

jogo de forças entre o “antigo” e o “novo”, entre o “convencional” e o “moderno”, com as quais precisamos lidar nos processos de transformação das relações de gênero. Desnaturalizar os processos de socialização de gênero e o uso assimétrico do poder por parte de homens (e de mulheres) e não tolerar que a violência contra a mulher grasse impunemente pela sociedade parece ser um caminho para a construção de relações mais justas e igualitárias.

GRUPOS REFLEXIVOS PARA HOMENS AUTORES DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: SOBRE A EXPERIÊNCIA NA CIDADE DE SÃO PAULO

*Paula Licursi Prates
Augusta Thereza de Alvarenga*

1. Introdução

O presente artigo versa sobre alguns dos resultados da tese de doutorado de Prates¹ (2013), que se centrou na investigação do primeiro grupo reflexivo para homens autores de violência contra a mulher realizado na cidade de São Paulo, após a instalação da 1a. Vara de Violência Doméstica e Familiar, em 2009. Profissionais vinculados a uma organização feminista da cidade de São Paulo (Sérgio Barbosa, Leandro Feitosa e Paula Prates) reuniram-se e elaboraram um projeto-piloto de acordo com as recomendações estabelecidas pela Secretaria de Políticas para a Mulher (SPM), do governo federal, com o objetivo de propor ao referido juizado o “serviço de responsabilização para homens autores de violência”, conforme previsto na Lei Maria da Penha (Brasil, 2006). Dessa forma, deu-se início a uma parceria (que permanece até os dias de hoje) entre a organização e o juizado.

1 Intitulada *A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher*, a referida tese foi defendida por Paula Licursi Prates na Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, sob a orientação da Professora Augusta Thereza de Alvarenga, em 2013.

O primeiro grupo, iniciado em 2009, foi composto por homens denunciados por violência contra a mulher e seu encaminhamento se deu via medida judicial, mediante aplicação da suspensão condicional do processo. A suspensão condicional do processo é um dispositivo da Lei 9099/95 que permite a realização de transação penal e a Lei Maria da Penha proíbe sua aplicação, mas, apesar disso, a maioria da(o)s juíza(e)s continuou utilizando-a, até sua proibição definitiva em 2011.

Nesse sentido, a partir de 2010, o juizado passou a encaminhar homens que foram denunciados por violência doméstica e familiar no âmbito da Lei Maria da Penha, sem aplicação de medida judicial para garantir a frequência e participação no grupo. No entanto, o que se observou é que a maioria dos homens tem acatado o encaminhamento no intuito de que a participação possa ser uma atenuante da pena na ocasião do julgamento.

A proposta de grupos reflexivos pode ser entendida, sob o ponto de vista dos facilitadores, como “um modelo de intervenção grupal que tem por objetivo provocar a desconstrução e a mudança dos padrões naturalizados de gênero, violência de gênero e masculinidade. Nos grupos reflexivos espera-se, por um lado, destacar e desconstruir a ideologia patriarcal/machista e, por outro, apresentar e possibilitar a construção, individual e coletiva, de processos de socialização que têm como referência a equidade de gênero e a formação de novas masculinidades. As principais características dos grupos reflexivos são: grupos exclusivos de homens; abertos; com no máximo 15 participantes, no qual cada homem participa de no mínimo 16 encontros; entre estes homens, dois são referências na organização e coordenação e promotores da formação de vínculos, de mecanismos de identificação e da capacitação dos homens participantes em multiplicadores” (Prates, 2013, p.33-4). O perfil criminal dos homens encaminhados é o de réus primários e autores de crimes “leves” (ameaças e lesões que não foram graves). Vale destacar que a maioria dos casos denunciados de violência contra a mulher é desta natureza.

O estudo caracterizou-se como de natureza qualitativa – tipo estudo de caso – centrado na análise do processo de discussão e em

conteúdos emergentes do primeiro grupo reflexivo realizado em São Paulo, conforme mencionado, constituído por homens denunciados por violência doméstica e/ou familiar contra mulheres, encaminhados pela justiça, para cumprimento de medida judicial.

O grupo analisado foi composto por sete homens que frequentaram dezesseis encontros quinzenais, pelo período de oito meses, de setembro de 2009 a maio de 2010. Vale ressaltar que este grupo teve como critério de encaminhamento seu enquadramento na suspensão condicional do processo.

Os dados sociodemográficos, assim como os relativos ao histórico de violência dos participantes do grupo, foram coletados a partir de formulário preenchido no momento da chegada dos mesmos à instituição. As informações referentes às denúncias foram obtidas através de consulta aos boletins de ocorrência (BO) feitos pelas mulheres denunciadas.

As falas dos sujeitos foram obtidas por meio de duas estratégias: a primeira, referente à gravação dos encontros do grupo realizados pelos facilitadores e a segunda, relativa à realização de entrevistas feitas pela pesquisadora com todos os participantes, ao final da participação obrigatória no grupo. Todo o material foi gravado e transcrito para análise.

Caracterização dos homens e seus relatos na chegada ao grupo

O Quadro 1 apresenta os dados sociodemográficos e jurídico-criminais relativos aos integrantes do grupo.

Pode-se observar, de acordo com o quadro, que os sujeitos integrantes do grupo apresentam as seguintes características: idades entre 29 e 54 anos, a maioria possui nível de escolaridade superior e atua profissionalmente como autônomo. Pode-se dizer que tal perfil é condizente com homens pertencentes às camadas média e média-alta, próximas respectivamente às classes C e B, de acordo com classificação do IBGE (2010).

Quadro 1. Dados sociodemográficos e jurídico-criminais dos integrantes do grupo

Nome	Dados	Danilo	João Marcos	José Cláudio	Mohamed	Julio	Robson	Maurício
Idade	29	48	43	39	54	40	30	
Escol.	superior incompl.	fund. incompl.	superior completo	superior incompl.	médio completo	superior completo	superior completo	
Prof.	administrador	mecânico	administrador	comerciante	motorista	advogado	fisioterapeuta	
Ocup.	consultor imob.	dono de oficina	dono de loja AC carros	dono confecção	afastado licença médica (coluna)	impressor	sócio comércio de carros	
Renda	R\$ 15 mil	R\$ 5 mil	R\$ 5 mil	R\$ 8 mil	R\$ 1 mil	R\$ 5 mil	R\$ 8 mil	
Denúncia	- lesão corporal - ameaça - injúria	- ameaça - injúria	- lesão corporal	- lesão corporal - injúria - desacato - ameaça	- coação curso do processo - ameaça	- lesão corporal - ameaça	- lesão corporal - ameaça	
Motivos	Ciúme Dinheiro - empréstimo	Ciúme	Dinheiro - partilha dos bens	Dinheiro - sociedade	Dinheiro - Pensão alimentos	Filhos	Fim do relacionamento	
Relação com a denunciante	separado	casado	separado	separado	separado	separado	separado	
Tempo de união com denunciante	2 anos	11 anos	16 anos	8 anos	11 anos	17 anos	8 meses	
Situação conjugal atual	namoro	casado	casado	solteiro	casado	casado	namoro	
Problemas anteriores com a justiça	sim	sim	não	não	sim	não	não	

Fonte: Formulários e Boletins de Ocorrência apud Prates (2013).

A respeito das denúncias, todas foram feitas pelas ex-mulheres ou ex-namoradas, com exceção de João Marcos, que morava com a companheira. Os tempos e tipos de união deles com as denunciantes variam entre oito meses de namoro a casamentos de até dezessete anos. Todas as denúncias incluem os crimes de lesão leve e/ou ameaça e apenas dois homens, Mohamed e Júlio, tinham outros crimes associados à violência doméstica contra a companheira.

Todos os réus eram primários, autores de crimes considerados “leves” e, por isso, receberam o benefício da “suspensão condicional do processo”. No entanto, a juíza associou o recebimento deste benefício à participação no grupo reflexivo, como já mencionado anteriormente.

Por fim, vale observar que, à medida que a maioria dos homens já se encontrava em novos relacionamentos, seus depoimentos referem-se a uma relação já vivida, muito embora com implicações ainda presentes em suas vidas, conforme poderá ser observado ao longo da apresentação da dinâmica das reuniões do grupo e dos conteúdos que emergiram nas mesmas.

No que se refere às narrativas dos sujeitos a respeito das denúncias, no momento do início de sua participação no grupo, observamos que os homens revelaram uma percepção negativa sobre o atendimento policial recebido, colocaram-se como vítimas tanto da polícia, da juíza, quanto das mulheres, destacando-se, em seus relatos, uma percepção diferenciada que contrapunha a violência doméstica cometida contra a mulher à violência urbana. Apresentaram concepções estereotipadas de gênero e consideraram a medida de encaminhamento ao grupo como descabida, como injusta.

Os relatos abaixo exemplificam algumas dessas posturas:

JC: Agora, de repente, do nada, do nada eu sou um sem-vergonha, um vagabundo, eu não valho nada. Então tem coisas... teve um início, tá, mas se a gente for pensar nisso, então eu não vou casar. O início foi o que? Não dá mais. Eu quero ir embora. Você sabe por quê? Eu trabalho aqui, a minha casa era aqui, chegou na hora do almoço: “O almoço tá pronto?”. Ela não trabalhava. Tinha

essa regalia, não trabalhava. “O almoço tá pronto?”. “Ah, não fiz”. Pô, eu trabalho há uma quadra do meu apartamento. Eu não tinha necessidade, mas eu comia em lanchonete. Você entendeu?

JC: O policial chegou: “Quem é o homem que gosta de bater na mulher aí?” [...] Porque você já tá numa situação conflitante, chata. O cara ainda vem falar uma coisa dessa pra você? Meu amigo, tem que se segurar. Mas só porque usa o brasão quer dizer que a carteirinha dele dá o direito de ele me ofender? Então ele recebe pra me ofender? Não, não é bem assim. Fomos pra delegacia, pego uma delegada mulher, que é no quarto distrito. Ela chegou assim: “Eu só vou falar uma coisa pra você”. Porque aí as informações já chegam totalmente distorcidas, né? “Eu vou fazer de tudo pra ela te botar na cadeia”.

Mo: Nós não somos bandidos. Ele veio com a arma, algema, nossa, parece uma operação especial sobre um assalto e... ele não é especializado pra isso. Não. É uma briga de mulher. Não é policial que vai lá na favela catar bandido pra falar comigo. O homem fala comigo como se eu fosse bandido. Eu não sou bandido, não. Aconteceu um problema entre eu e a minha mulher. Vamos lá na delegacia, tem que acalmar os dois. Tem que ser profissional, entendeu? [...] Não é quem cata bandido na favela, maconheiro, sei lá, seja o que for, que matou cem pessoas, e vai me atender e falar comigo. Eu acho que não. Eu sou pai. Eu apanhei. Desculpa, eu vou falar isso, eu apanhei na frente dos meus filhos! [...] De quem? De policial.

J: [...] Eu falei: “Não é a primeira vez que ela faz isso. Ela inventa, ela é louca. Ela inventa as histórias dela”.

R: [...] Ela foi na Delegacia da Mulher e falou o que ela quis, coisa que eu nem falei. Foi lá e a juíza acatou tudo.

Ma: “Sete meses eu fiquei com a menina, e não era todo dia que eu ficava com ela, entendeu? Ela não morou comigo, p... nenhuma, entendeu? Pra você ter uma ideia, em sete meses que eu fiquei com ela, eu entrei na casa dela uma vez, porque o pai não deixava namorar e não sei o quê, e aí ela pode ser dona da minha vida? Me pôr na cadeia quase, por causa dessa porcaria? Que é isso!

Sobre o processo grupal

Em relação aos temas tratados no grupo, destacamos os seguintes, pela riqueza revelada nas discussões: “violência”, “gênero”, “justiça e Lei Maria da Penha” e “sentidos atribuídos pelos homens a respeito de sua participação no grupo reflexivo”.

De uma maneira geral, observamos que no início da sua participação (1º ao 5º encontros) os homens passaram por um processo que consideramos de “catarse”, no qual os mesmos se apresentam como vitimados e injustiçados pelas mulheres e pela justiça, expressando sentimentos de raiva, desejos de vingança e insegurança contra a lei e contra as mulheres denunciantes.

As falas abaixo exemplificam tais sentimentos:

J: Eu tenho nojo dessa situação. Porque essa lei que inventaram aí, pra proteger a mulher... Quem vê pensa que a mulher é um bichinho inocente... Depois dessa lei que eu fui virar violento? (2º encontro).

JC: Agora virou? Agora quem tá sob ameaça somos nós (2º encontro).

J: Já [que] vou me ferrar, já vou meter bala logo. É isso que vai acontecer. (2º encontro).

Num segundo momento, localizado entre o 6º e o 10º encontros, observamos nas falas dos homens posições que apontam para uma maior flexibilização, abertura e diminuição das resistências iniciais. Finalmente, no período subsequente, identificado entre o 11º e 16º encontro, podemos observar relatos que apontam para a emergência de novos pensamentos e atitudes frente às temáticas discutidas.

Discursos sobre a violência

No que se refere à temática da violência, no início da participação no grupo, a mesma se apresenta no discurso dos homens sob a

forma da negação, naturalizada, como um ato impulsivo, com função disciplinadora ou como recurso de legítima defesa. Nesse momento, o único tipo de violência reconhecido como tal é a urbana, ou seja, a violência do outro, cometida por “bandidos” e de natureza física. Nesse processo, os homens se colocam não como agressores, mas sim como vítimas de agressões das mulheres, conforme pode ser observado no diálogo abaixo:

Facilitador: Quando foi que você se viu, ou se lembra, pela primeira vez numa situação de violência, JM?

JM: Foi uma mulher que me agrediu a primeira vez [...] na época, foi um problema que eu tinha um ciúme dela e tudo, e o ciúme era muito [...] aí ela pegou e me agrediu. Ela pegou um cabo de vassoura e veio dar em mim, entendeu? Aí eu me defendi. [...]

Facilitador: E antes disso você nunca se envolveu numa situação de violência? Nem quando criança?

JM: Não. [...] eu nunca gostei de atrito. Nem na escola eu quase não tive. [...] Fora o problema familiar, dentro de casa, na rua, é difícil eu brigar. [...] (6º encontro)

No que se refere aos discursos sobre a violência, observamos que a mesma vai sendo progressivamente reconhecida por meio da ideia expressa de que “o homem bate e a mulher machuca”, exemplificada abaixo:

JM: “Às vezes, você não agride (fisicamente), mas de palavra, aí ela fala que você machuca. Pô, eu não quis machucar ela. A mulher não fala... Só fala que o cara a agrediu, não que ela machucou a pessoa. Ela pode não ter força pra brigar com o cara numa dessas, mas na palavra ela machuca o cara, entendeu? A mulher é assim.

(11º encontro)

Podemos observar na fala anterior, ao lado da questão do reconhecimento da violência cometida, a percepção da existência de violência mútua entre o casal para além da violência física, ou seja, o

reconhecimento de outras formas de violência, como a verbal, designada na literatura especializada como violência simbólica. Neste contexto, passamos a observar a possibilidade de ressignificação da violência cometida, como aponta a fala a seguir de D: “[...] Não vou mentir, eu dei uma e puf, ela caiu dura. [...] Eu não tô falando que eu fui certo em xingar, nem que ela foi certa em xingar. Tudo foi errado” (11º encontro).

Outro aspecto importante a ser destacado, no que se refere à discussão dos homens participantes do grupo reflexivo sobre a temática da violência, diz respeito ao fato de que, em decorrência do aprofundamento da reflexão, os mesmos passam a considerar que a violência é um processo relacional, ou seja, as mulheres estão implicadas em sua ocorrência e, portanto, devem estar presentes na busca de solução para o problema. Seguem algumas falas que exemplificam este tipo de entendimento:

D: Agora um exemplo, nós tamos falando da bomba que estourou, então vamos lá no começo, certo? Curou essa lepra, nossa, vamos nomear como lepra. Mas o que adianta? A outra parte [a mulher] foi curada? [...]. Vai abrir outra ferida (6º encontro).

MA: Então, mas ela [a mulher] também devia ir pra um cursinho, esse negócio. Sabe por quê? Porque se elas acham que a gente é errado, assim ela já ficava vacinada pra não entrar de novo na... Na cabeça dela nós não somos errados? Pra ela não pegar o cara errado (6º encontro).

R: Nos casos igual ao nosso, eu acho que teriam que ser tratados os dois juntos. Nós tamos aqui e a madame lá que também foi, no mínimo, parte, em outro lugar, com um tratamento pra ela também (8º encontro).

JC: Mas quem sofre uma agressão não tem que passar por psicólogos?

Facilitador: Você acha que tem que passar? Por quê?

JC: Porque eu acho que ela [a mulher] também tem parte nessa violência. Ela não apanhou lá do cara, chegou de bobeira: “Ô, você tá linda hoje!” e pralalalalá. Alguma coisa vai alimentando, né?

Mas é que nem ele falou. Você falando aí eu comecei a pensar aqui (8º encontro).

D: Aí, um exemplo, a mulher fazendo um negócio desse também, a própria mulher vai começar... A semente é pequena, mas vai começar, namora com um cara que vê que o cara é zoadado, que o cara não tem jeito, que é aquele cara violento por natureza, já sai fora também. Pra não chegar no casamento.

MA: Ela pensa também uma coisa assim: “Eu também não posso dar um tapa”. (11º encontro)

Nas falas apresentadas acima, podemos entender os relatos como discursos exemplares de que este tipo de estratégia de grupo reflexivo pode ser bem-sucedida, uma vez que no mesmo podemos observar a percepção sobre a implicação de ambos em atos violentos, assim como a ideia de que relações violentas podem se perdurar em um processo de mútuas agressões, muitas vezes não passíveis de solução pelos parceiros envolvidos e que novos caminhos precisam ser trilhados.

Discursos sobre gênero

No que se refere à temática de gênero e à literatura especializada trazida na pesquisa original por Prates (2013), observamos que, no início de sua participação, os homens apresentam uma visão tradicional e estereotipada sobre o homem e a mulher. Além disso, especificamente sobre a mulher, identificamos a presença de uma visão preconceituosa, pejorativa e discriminatória, conforme relato a seguir: JC: “Quem é que me garante que a mulher não se sujeitou a isso [condição inferiorizada] em benefício próprio?” (5º encontro).

No decorrer dos encontros a discussão se torna mais complexa, sobretudo devido à percepção e à reflexão dos participantes sobre os novos lugares do homem e da mulher na sociedade contemporânea e as mudanças nos relacionamentos decorrentes destas transformações.

Tal compreensão propiciou tanto a percepção da necessidade de uma flexibilização dos papéis sociais de gênero, quanto a percepção da ausência de um modelo rígido de “ser homem” e de “ser mulher” na sociedade. Nesse contexto, puderam emergir as dúvidas, a insegurança e a fragilidade masculina diante dos relacionamentos afetivo-sexuais com as mulheres. O diálogo abaixo, ocorrido no décimo encontro, exemplifica esta situação:

JC: Bom, nós chegamos à conclusão que não existe um biotipo certo, né? [...] Elas querem homens diferentes, mas sendo as mesmas mulheres?

Facilitador: [...] É contraditório pra todo mundo, tanto pra gente, como pra elas. [...] a mulher tá fazendo um monte de coisa, diferente do que fizeram até as mães da gente. [...] Ela mudou e a gente também [...] e a gente não tá percebendo algumas coisas que tão mudando [...] e aí elas ‘tão’ brigando mais.

JC: Porque ninguém foi educado dessa forma, né.

Facilitador: Exatamente. [...] O que a gente tenta fazer aqui não é mudar a cabeça de ninguém, mas é pelo menos a gente perceber que a coisa tá diferente. Não dá pra gente cobrar, às vezes, da mulher ou da gente a mesma coisa que foi com os pais da gente. A gente agora tá vivendo um outro momento.

JM: Tá tudo mudado agora. Não é que nem antes (10º encontro).

A partir da narrativa e do diálogo acima, observamos que a questão da construção social do masculino e do feminino foi trabalhada no grupo, bem como o fato de que as mudanças, tanto com relação aos homens, quanto com relação às mulheres, apresentam estreitas ligações, exigindo (res)significações e reorganizações constantes nas relações de gênero.

Nesse sentido, podemos observar, a partir dos discursos dos homens a respeito das relações entre homens e mulheres, que o diálogo entre ambos, de início aparentemente ausente, não valorizado, centrado nos padrões da masculinidade hegemônica, passou a se revestir de complexidade, implicando, necessariamente, em uma

mudança de percepção por parte dos mesmos diante da nova condição da mulher na sociedade.

Vale destacar, no entanto, que esse processo não ocorreu de forma espontânea e simples, como pode ser observado a partir dos discursos por nós apresentados. Nesse sentido, é possível considerar que a discussão de gênero, nesse caso, só pôde ser aprofundada e (re)significada devido à medida judicial, então imposta, mas que possibilitou tal experiência de interlocução dos homens nesse grupo reflexivo.

Neste contexto, o papel da justiça merece destaque, uma vez que observamos que os homens por nós estudados só passaram a encarar de forma mais aprofundada a condição das mulheres, a partir da percepção da ampliação dos seus direitos, devido à mediação da justiça nos casos de violência. Com isso, podemos dizer que a mesma passa, sobretudo a partir da promulgação da Lei Maria da Penha, a interferir e mesmo a presidir relacionamentos entre homens e mulheres na esfera do privado, apontando para inovação nas tradicionais relações de gênero.

Discursos sobre a Justiça e a Lei Maria da Penha

O fato de que as mulheres ganharam espaço na sociedade foi relatado pelos homens, no início de sua participação no grupo reflexivo, como uma perda, como uma usurpação ilegítima de poder dos mesmos, como se fosse um emprego contra os homens, em uma lógica de direitos excludentes.

Nesse contexto, a Lei Maria da Penha foi igualmente considerada pelos participantes como discriminadora e representante da mencionada usurpação dos direitos dos homens, conforme exemplifica fala a seguir: J: [...] “O que tá nos ferrando é essa maldita lei aí, errada, você entendeu, pra ferrar a gente” (6º encontro).

Numa tentativa de contra-argumentar sobre a pertinência da Lei Maria da Penha, o acionamento da mesma pelas mulheres foi considerado, por participantes do grupo, como passível de gerar efeito

contrário. Em discurso característico, apresentado a seguir, a ideia presente é a de que, ao invés de proteção à mulher, a lei se apresentaria, na realidade, como potencializadora do que se pretende coibir com ela, ou seja, a mesma seria geradora de mais violência contra as mulheres: JC: “Eu acho que essa lei a [a mulher] deixou um pouco mais arrogante. Vai cair no que o J falou, nego vai perder a cabeça e vai sair matando” (8º encontro).

No entanto, ao discutirem os direitos das mulheres, inicialmente atacando-os como injustos, os homens passaram, numa nova estratégia discursiva trazida pelo facilitador na perspectiva da equidade de gênero, a pensar na existência de seus próprios direitos e em como acessá-los, quando necessário, conforme aponta o relato abaixo destacado:

F: [...] Vocês sabem que agora tem a Lei Maria da Penha. [...] Se realmente você tá se sentindo ameaçado, intimidado, humilhado, qualquer coisa do tipo, se você se sentir difamado, caluniado, do mesmo jeito que ela fez queixa, você também pode fazer, não é problema nenhum, é um direito seu também. [...] A nossa conversa aqui é essa, pra gente parar de usar as mesmas formas que a gente usava pra resolver, porque mudou a lei. Que nem você falou, antigamente tinha a 9099 que não dava em nada... Agora mudou. Ou eu mudo... ou eu me ferro”.

JC: Aonde que eu vou fazer esse tipo de denúncia?

F: Na delegacia normal.

R: Eu vou fazer isso daí, então (9º encontro).

Consideramos relevante destacar como o processo reflexivo no grupo pode favorecer a ampliação do pensamento e visão de mundo dos homens a respeito de como agir em situações de conflito com as mulheres. No relato a seguir podemos observar a forma como um dos participantes busca esclarecer um colega (que não participa do grupo) sobre as implicações do agir com violência, mesmo reconhecendo tratar-se de um caso de violência da mulher contra o homem:

D: [...]. Mas você vê como que é a Justiça, a mulherada tá dominando. Aí ele veio falar comigo doido: “Pô, ela não vai ganhar um real de mim, eu vou entrar com processo e ainda vou tomar meu filho pra provar...”, aí eu peguei e falei “Filhão, muda esse seu pensamento porque você não tem noção a força que elas têm”. Eu também, antes de... aí eu expliquei o sofrimento, que eu não imaginava, e depois que eu fui cair na realidade. Então se prepara, pode pegar advogado bom senão você vai... [...] Aí ele falou que queria dar uns tapas nela. Aí você sabe como que é “Eu vou catar ela e vou arrebentar, essa vagabunda quer me destruir!”, eu falei “Faz pra você ver se você não vai até em cana” (15º encontro).

Ao observarmos a complexidade de que se reveste o fenômeno da violência doméstica contra a mulher e como ela apresenta desdobramentos que podem afetar todos os membros de uma família, destacamos a importância da justiça na mediação deste tipo de conflito. No entanto, podemos observar, de acordo com Rifiotis (2008), que a via exclusivamente judicializada não é suficiente para lidar com o fenômeno da violência de gênero porque não dá conta do seu aspecto relacional (pois atua no viés vítima-agressor) e, portanto, reduz o fenômeno – pelos limites da ação institucional – ao ter que encerrá-lo nos moldes processuais.

Nessa perspectiva, consideramos relevante as colocações de Pasinato (2009) ao argumentar que a inclusão de medidas para o agressor reforça a especificidade da Lei Maria da Penha, uma vez que amplia seu alcance para além das características da justiça criminal tradicional, que tem como foco principal a punição do ato criminoso. Desta forma, a lei define que a violência contra a mulher seja tratada como um evento cuja complexidade exige respostas que devem ir além da resposta jurídico-policial.

Nesse sentido, podemos considerar a relevância de experiências como a dos grupos reflexivos, que apontam para o atendimento à complexidade do fenômeno da violência que, em nosso meio, ao trazer a dimensão do privado para a esfera pública, passa a requerer, como primeiro passo, a mediação da Justiça para o enfrentamento e

solução desse tipo de questão. No entanto, se descortina na interpretação dessa lei que não se trata de exercer a justiça nos moldes tradicionais, mas de encontrar novos caminhos para sua renovação, em termos de novos aparatos que considerem a multidimensionalidade do fenômeno e seus desafios. Isso tendo em vista a complexidade das múltiplas relações que o envolve, quais sejam, sociais, culturais, econômicas, políticas e, notadamente, de gênero.

Sentidos atribuídos pelos homens sobre a participação no grupo reflexivo

Como descrito anteriormente, os homens inicialmente rejeitaram o encaminhamento ao grupo, encaminhamento este considerado como uma punição injusta. Esta rejeição manifestou-se principalmente sob três formas. A primeira delas foi a não aceitação do ato cometido como violência, este explicado como um problema doméstico, legítima defesa, loucura ou má-fé da mulher. A segunda forma foi a não identificação deles com a figura de agressor, à medida que em seus discursos “criminoso” é o “bandido” que comete crimes no espaço urbano. A terceira forma refere-se à identificação dos homens participantes do grupo com os padrões de masculinidade hegemônica (Connell, 1995a), concebidos de modo naturalizado, conforme exemplificado na fala a seguir: D: “Mas aí os homens não têm mais direito sobre as mulheres?” (5º encontro).

Na dinâmica da discussão do grupo, podemos observar que a aceitação, pelos homens, de sua participação no grupo foi progressivamente alcançada, devido a algumas evidências. Entre elas, destacam-se a identificação e vinculação entre os pares; a (res)significação do grupo como local de bem-estar e de aprendizados (defesa/garantia de direitos e aumento de repertório no diálogo com outros homens e mulheres); a flexibilização de modos de pensar e agir com relação às mulheres, gênero e violência e, por fim, a manifestação do desejo de continuar no grupo e/ou ajudar os próximos participantes. As falas a seguir exemplificam essas novas concepções:

JC: Não, é legal, é bom [o grupo], você conversa, conhece outras pessoas. Você vê que você não tá sozinho com esse problema, mas é aquele negócio, você tem que ter jogo de cintura, tem que ser maleável, não pode ser aquilo ali. Entendeu?(8º encontro).

JM: Nós tamos aqui, vocês são as pessoas que dão a orientação. Eu considero que isso aqui é muito importante, porque eu mesmo nunca participei de... Só mesmo, é só trabalhar (9º encontro).

JC: [...] E aquilo que ele falou, você pensa que é um negocinho [o relacionamento], mas é uma coisa muito grande, cara (10º encontro).

JC: [...] A hora que acabar a minha [participação obrigatória] eu vou vir num dia aqui “Opa, beleza? Esse aqui é o JC que não é mais obrigado, mas tá vindo”. Porque é interessante. [...] Faz diferença porque qualquer coisa que a gente discute lá na minha loja, na oficina, com um cliente, alguma coisa [...] eu tô sempre pensando nesses assuntos daqui (15º encontro).

MO: Aconteceu de eu discutir também durante, vamos supor, teve semana passada que eu discuti e tal. Sempre eu lembro daqui. Então, nós tamos vindo aqui, tem benefício, agora ir lá assinar no Fórum não tem benefício nenhum (15º encontro).

A análise do processo de discussão grupal, ao longo dos dezesseis encontros deste grupo, também permitiu observar a importância da postura dos facilitadores no processo da progressiva valorização e (res)significação dos homens, quanto à participação no grupo reflexivo. Destacam-se, entre outros aspectos, a preocupação com o acolhimento, a escuta não julgadora e suas posturas, no sentido de colocarem-se como representantes de modelos de masculinidade alternativos e não ameaçadores à identidade masculina, ou seja, como um “igual-diferente”.

Consideramos que essa passagem, da negação à aceitação da participação no grupo, foi favorecida notadamente pelo fato de os homens terem tido a chance de extravasar seus sentimentos negativos para com as mulheres, com a denúncia e com a própria justiça no início do processo. Tal catarse parece ter sido fundamental para que esses participantes do grupo pudessem avançar e aprofundar suas

reflexões que, por sua vez, foram se tornando gradativamente mais complexas a ponto de os mesmos passarem a reconhecer e até mesmo incorporar, em sua vida cotidiana, aspectos discutidos no espaço do grupo, sobretudo no que se refere à adoção de formas alternativas de lidar com os conflitos em seus relacionamentos familiares, profissionais e afetivos.

As percepções individuais dos homens sobre a participação no grupo, que foram colhidas em entrevistas realizadas ao final da participação obrigatória no mesmo, reafirmaram os resultados encontrados na investigação do processo de discussão grupal. Resumidamente, os homens referiram, em sua maioria, que a participação no grupo colaborou para:

- Ampliar suas visões de mundo, seus horizontes;
- Perceber a importância do “pensar antes de agir”;
- Evitar que conflitos evoluam para agressões;
- Entender que homens e mulheres são sujeitos de direitos e deveres (cidadania);
- Ampliar o diálogo com as novas companheiras.

O presente artigo buscou demonstrar como a violência doméstica e familiar contra a mulher foi tratada a partir da perspectiva dos homens que, por sua vez, consideraram uma injustiça sua participação no grupo reflexivo na condição de agressores. Para eles, o termo “agressor” é carregado de estigma e a ideia predominante de violência contra a mulher só se configura em termos de uma violência de expressão física e grave. Nesse sentido, observamos que os homens encaminhados para o grupo reflexivo analisado, apesar de se encontrarem nas condições previstas nos incisos da Lei Maria da Penha, não se reconheciam nelas, negando ou justificando seus atos.

As considerações acerca das concepções e relações entre violência, tipo de vínculo com as mulheres e estigma de agressor apresentam relevância, podendo ser consideradas como a tônica das discussões que trataram da temática da violência, em praticamente todos os encontros. Daí a mesma, embora discutida em várias reuniões,

apresentar-se de forma indireta, negada, justificada ou velada. Nesse sentido, o primeiro posicionamento característico dos homens foi, em geral, o da própria vitimização e da desresponsabilização do ato denunciado.

Podemos considerar que é somente a partir do reconhecimento sobre o novo lugar ocupado pela mulher na sociedade, sobre seus direitos e suas conquistas, que observamos uma desconstrução da ideia de que a única forma de violência a ser reconhecida e punida pela Justiça é a física e a grave, progressivamente ressignificada com a incorporação da ideia da existência de outra forma de violência, no caso a simbólica. Nesse processo de desconstrução, a questão de gênero representa eixo central da reflexão sobre violência e para além dela, conforme demonstrado pelo trabalho de Prates (2013). Isso em razão da percepção evidenciada de que nas relações entre homens e mulheres a perspectiva não deve ser de um pensamento dicotômico, mas relacional. Nesse sentido, a própria questão do que se configura como um vínculo entre homens e mulheres passou a ser reconhecida como algo complexo, requerendo posturas diferenciadas dos homens em seus relacionamentos, contrapondo-se à visão da tradicional masculinidade considerada hegemônica que eles apresentaram em boa parte do processo.

Vale considerar que o processo de reconhecimento das novas condições da mulher na sociedade se deu a partir de um embate direto com a Lei Maria da Penha, que passou a significar, desde o início das discussões em grupo, a representação simultânea do empoderamento das mulheres e da perda de poder dos homens. Observamos que a discussão em torno da lei mobilizou nos homens participantes do grupo reflexivo uma série de sentimentos e manifestações contrárias à sua legitimidade. A norma legal foi considerada, nos relatos iniciais, como discriminadora e uma das responsáveis não só pela usurpação de seus tradicionais e consagrados direitos, mas também pela injusta punição a que estavam sendo submetidos.

Quando mediados pela discussão de gênero e pela necessidade do inegável reconhecimento dos direitos adquiridos pelas mulheres em nossa sociedade, foi possível observar nos homens avanços

que consideramos relevantes em termos da reflexão do grupo. Observamos, por exemplo, na segunda metade dos encontros, uma abertura dos homens para a compreensão da necessidade da própria mudança, tendo em vista as medidas de punição previstas na Lei Maria da Penha, limitadoras de determinadas atitudes e comportamentos considerados naturalizados no que diz respeito à dominação ou subordinação das mulheres. Nesse contexto podemos identificar um dos momentos de inflexão, no qual os homens, a partir da reflexão sobre os direitos das mulheres, passaram a questionar e a ter maior consciência de seus próprios direitos, em um processo que podemos entender como dialético ou dialógico.

Sobre os sentidos que a participação no grupo reflexivo representou para os homens, observamos que a resistência inicial foi entendida tanto como forma de protesto pela medida judicial, sentida como imposta e injusta, quanto pelas dificuldades decorrentes da própria proposta reflexiva, que implicou revisão de suas visões de mundo, do que entendiam ser homem e ser mulher em nossa sociedade, de seus relacionamentos, bem como das formas como usualmente solucionavam ou ainda solucionam seus conflitos.

Na segunda metade dos encontros, observamos também que os homens, a despeito de permanecerem questionando o encaminhamento ao grupo e manifestando sentimento de injustiça, apresentaram em seus discursos gradativas mudanças em suas concepções sobre o significado do grupo, valorizando-o como um importante espaço de escuta. Nesse processo, a questão do avanço se apresentou também na identificação do acolhimento e da solidariedade que começaram a ser manifestados entre os participantes. Podemos atribuir essa nova perspectiva, entre outros aspectos, tanto ao vínculo que se criou entre os membros do grupo quanto à forma pela qual os facilitadores conduziram o processo reflexivo.

Tendo a figura dos facilitadores como modelo, os homens passaram a melhor refletir sobre outras formas de atuarem na sociedade, o que pôde auxiliá-los a se distanciarem, em nível dos discursos, da representação tradicional de masculinidade hegemônica, entendida naquele momento de forma não ameaçadora.

Puderam, assim, reconhecer a existência de novas formas de ser e de agir, inclusive no que se refere especificamente às alternativas para lidar com os conflitos em seus relacionamentos interpessoais, familiares e afetivo-sexuais.

Dessa forma, ao final do processo, os homens avaliaram como relevante a participação no grupo reflexivo, quer nos discursos coletivos, quer nas entrevistas individuais. Ou seja, ressignificaram o encaminhamento ao grupo à medida que reconheceram que sua participação no mesmo encerrou benefícios, a despeito dos sentimentos contrários apresentados inicialmente. Notadamente, pelo fato de considerarem que se tornaram “pessoas melhores” e passaram a valorizar o conhecimento adquirido, posicionando-se, de acordo com suas narrativas, de forma diferenciada não só diante das situações conflituosas, mas também perante a si mesmos, às mulheres e à sociedade.

Nesse sentido, podemos interpretar que o limite imposto pela denúncia e pela intervenção da Justiça nas relações de gênero pode exercer um papel importante nos casos de violência contra a mulher. Isso porque, nesse processo, as relações afetivas, familiares e domésticas, como manifestações de conflitos de gênero, passam, na intervenção da Justiça, a não pertencer unicamente à esfera do privado, ganhando expressão pública.

Além disso, a análise dos discursos dos homens participantes do grupo reflexivo permitiu demonstrar como a questão da abertura de visão de mundo e a flexibilização de noções rígidas de masculinidade hegemônica podem ser alcançadas pelos homens autores de violência. Tal perspectiva pode ser alcançada, segundo nosso entendimento, mesmo em indicações consideradas compulsórias, quando se instaura uma via dialógica na qual a reflexão coletiva encontre lugar e possa prevenir reincidências e encetar novas formas de relacionamento a serem adotadas.

Por fim, a análise desta intervenção sugere que é possível alcançar bons resultados, desde que sejam garantidas algumas condições, tais como, o caráter socioeducativo dos grupos, a adoção da abordagem de gênero na proposta metodológica de trabalho do grupo

e que o processo de intervenção seja conduzido por profissionais capacitados nestas questões.

Nesse sentido, é importante definir diretrizes mais detalhadas a respeito do “serviço de responsabilização e educação para os agressores”, considerando que este serviço seja introduzido e realizado como uma política pública vinculada à Justiça; que os serviços de atenção à violência sejam integrados em rede e não funcionem como atividades fragmentadas/isoladas. Também, que as estratégias utilizadas sejam padronizadas e avaliadas de forma contínua para que o encaminhamento a estes serviços se traduza efetivamente na abertura de novos espaços para o enfrentamento da violência contra a mulher.



MOVIMENTO SOCIAL, MILITÂNCIA, TRABALHO COM HOMENS

Sérgio Barbosa

Estou muito feliz de estar aqui e poder rever amigos, colegas, encontrar com pessoas com quem eu partilhei dessa experiência de trabalhar com homens autores de violência contra as mulheres. Confesso que apesar de ter de entregar um texto aqui, eu tinha fugas, medos...

Eu vou falar a partir do movimento social, da militância, como fruto desse movimento de trabalho com homens aqui em São Paulo.

E a última experiência que eu tive, em julho agora (2013), foi em Brasília, minha cidade. Meus primos queriam fazer uma caminhada para a Pedra Furada. Eles falaram: “Ah, o Sérgio não vai!”

“Por quê? Só porque eu estou com a perna quebrada?”

“Não, porque ele é café com leite”.

“É, eu vou sim”.

E aí na caminhada, depois de umas quatro, cinco horas, eu topei numa pedra e chorei, de descer lágrimas, e todo mundo falando: “está vendo, olha o fresquinho”.

Meus primos não são homens feministas, mas são homens bons; será que é preciso ser feminista para lidar com essas questões (de masculinidade)? Fico pensando como posso fazer a desconstrução do machismo. Será que eu tenho de ter uma carteirinha para entrar no coletivo feminista e mostrar “olha, minha carteirinha”. Como é que

eu desconstruo esse poder, a violência, e construo um outro poder dentro da minha realidade?

Enfim, o tema de minha fala, que é breve, é: eu sou um homem ou um saco de batatas? De forma bem hegeliana, para uns eu sou homem e ser homem é ser de um jeito. E ser saco de batatas, como é ser saco de batatas? Em que momento eu me considero um homem, em que momento eu sou um saco de batatas ou sou os dois ao mesmo tempo ou não sou nenhum, em que lugar se rompe essa posição hegeliana de uma sociedade que determina a partir de um universo, ou seja, então o que é ser esse homem e principalmente ser homem, trabalhar com homem agressor? É desse lugar que eu vou falar. É desse lugar que eu estou me ocupando, que pretendo um dia me apropriar enquanto academia, mas agora eu falo mais a partir do movimento social.

Os estudos sobre homens ou sobre masculinidades são recentes, como já foi dito; foram mais fortes na década de 1990, um pouco mais fracos depois. Alguns temas foram privilegiados nos países em desenvolvimento, tais como o da aids, da natalidade, do combate à violência. A saúde reprodutiva no Brasil teve grande incentivo, eu mesmo fui incentivado por duas fundações, a Fundação McArthur e a International Health Human Association, a fazer um trabalho principalmente na região do Grande ABC paulista: Santo André, Mauá, Diadema.

Pois é: eu nasci mulher, você vê, eu nasci mulher porque o meu primeiro trabalho de ordem social foi com prostitutas, com o professor Leandro, numa ONG. Cansado da mulherada fui trabalhar com os clientes, ou pensar em trabalhar com os clientes. E Santo André precisava de um trabalho também junto com os metalúrgicos, e eu fui trabalhar no ABC paulista, Santo André, em 1993 e 1994, com a criação da Assessoria dos Direitos da Mulher. Lembro que, nesse período, eu estava coordenando as conferências, dando ênfase muito grande na participação dos homens na vida familiar, com o propósito de equilibrar as relações de poder para atingir maior igualdade de gênero, bem como a participação masculina no campo da saúde sexual e reprodutiva. Como se participando da família esse homem

se tornasse menos homem e mais mulher! Questões tais como tornar mais sensível o homem para compreender o universo feminino, as questões da maternidade, o cuidar da saúde, lembrando que foi depois de trabalhar com metalúrgicos do ABC, com beneficiários do programa Bolsa Família, com presidiários, com moradores de rua, que passei a perceber que se eu continuasse pelo caminho da sensibilidade, do cuidar de si (eu até fiz algumas tentativas de metodologia de trabalho de trocar mulher para homem, trocar o “o” pelo “a”), seria, como foi, um verdadeiro desastre, uma coisa horrível! Está impregnado na gente que, para quem trabalha com mulher, será fácil trabalhar com homem, que, para quem trabalha com vítima, será fácil trabalhar com o agressor. E aí foi o meu primeiro choque porque não era a mesma coisa, é diferente, não tem nada a ver, não tem comparação. Quando eu tentava aplicar para homens as oficinas que as mulheres faziam, das quais eu participava como observador, era um desastre. Foi assim até eu entender que essa questão da masculinidade tinha que ser destacada como outra coisa. Aquilo que então era importante no movimento feminista ou no movimento *gay* não era necessariamente importante para esses homens. O que é importante? Como então compreender essa crise da masculinidade já que o masculino existe e quando estou lá no meio da comunidade, como no presídio, não existe crise alguma? Será que nós é que criamos uma crise? Nós é que falamos dessa crise da masculinidade? Em que ponto os homens se sentem ameaçados por esse comportamento? Em que ponto os homens se sentem ameaçados porque não tem creches, escolas, para seus filhos? Não se sentem. Será que sentem e de que forma? Outros assuntos foram trazidos para as discussões; o que ampliou o campo da análise sobre temas que envolvem as dinâmicas biológicas, psíquicas e políticas foi a vivência também nesses grupos. Possibilitar que eu participasse da comunidade lá em Diadema, Mauá, Santo André e compartilhar as experiências de ser homem com aquele repertório, com aquele jeito de ser homem. Então a primeira impressão, mesmo antes de começar a trabalhar com o tema da violência, foi que era necessário reaprender o ser homem, reaprender a não utilizar um discurso da academia – que

também é normativa, uma vez que controla um discurso do que é de certo modo a forma das masculinidades se expressarem – e começar a ver e perceber que homens e mulheres se relacionam entre si, se relacionam com o poder; eles estabelecem entre eles vínculos que são afetivos, econômicos, psíquicos, culturais, são de todas as formas. E aí eu percebi – foi o meu primeiro tema – que, ao trabalhar saúde sexual e reprodutiva, era preciso dar um destaque na questão da violência. Por quê? Os homens eram tidos como donos de si, de controle do outro, então quando começamos a fazer programas, justamente no programa “Mais Igual”, o que vimos? Tratava-se de um programa integrado de gênero, em Santo André: as mulheres recebiam um recurso financeiro e um aporte técnico para se tornarem empreendedoras e, logo em seguida, dois ou três meses, essa mulher já havia se juntado ou casado com outro homem e estava passando por um processo de violência, de submissão e dominação. Então a prefeitura chamou a gente para fazer alguma ação com essa população feminina. Fizemos várias oficinas, por vários cantos de Santo André, Mauá, Diadema para que a gente pudesse entender o que estava acontecendo, já que antes não existia violência e agora estava começando a existir. E quando a gente percebeu, surgiu a famigerada Lei Maria da Penha e vimos que ela realmente era um instrumento na cidade de Santo André. Começamos a atuar na questão da prevenção da violência doméstica. Era uma ação muito simplista, reunimos grupos de homens (citados) pelo Ministério Público. Com algumas pessoas, discutimos se esses homens iriam ser atendidos na Casa Abrigo, no Vem Maria (organizações de Santo André). Dessa discussão, muito interessante, a gente percebeu que existia um limite para atender homens. Conseguimos então um espaço, pois percebemos que era necessário criar uma ação. E que essa ação não pudesse ficar isolada de uma política pública. Na verdade, a gente queria inserir o trabalho com os homens autores de violência em uma política pública. Não sabíamos em que modelo, onde iria dar, estávamos construindo castelos e os castelos de certa forma foram destruídos pelas correntezas e pelas marés. Mas, trata-se de algo muito importante que deve ter uma revisão, o processo todo durou

de 1996 a 2002 e a gente aprendeu então que era necessário dar conta dessa demanda. Até então, o trabalho com os homens era uma coisa esporádica, pontual, a fim de investigação e, dentro desse campo da militância e do movimento social, a gente já falava de políticas públicas tanto na área da saúde quanto na área da violência. Treinamos as guardas municipais, as polícias. A gente queria era perceber em que momento poderíamos considerar todos esses estudos acadêmicos, em que momento a gente poderia responder à violência de gênero de uma forma a não entrar em contradição com o feminismo. Ou seja, é possível ser feminista e trabalhar com os homens? É possível ser feminista e erradicar a violência? Então isso não é problema nosso, é problema da sociedade. Nós já temos o que fazer, já temos muito que desenvolver, os homens ou não têm alguém, ou não têm uma questão, ou estavam, coitados, abandonados. Então a gente falou: é necessário fazer um estudo sobre a masculinidade, é necessário desconstruir a hegemonia e a questão das identidades subalternas. Porque há um grande perigo também, pois, quando começamos a trabalhar com os homens, vem o seguinte discurso, “o homem é vítima do próprio homem”, ou seja, a questão do vitimismo, a questão de que o homem sofre com o próprio homem. Os dados de homicídios, os dados de assaltos, quer dizer, há uma especialização, de novo há uma volta colocando o homem como lobo e cordeiro de si mesmo. De novo, Hegel baixa na gente e fala dessa situação, como é que é possível ser lobo e cordeiro ao mesmo tempo, como é possível, saindo dessa dialética hegeliana, diz respeito a dominação e subordinação de grupos de homens como, por exemplo, a dominação de homens heterossexuais e a subordinação dos homens homossexuais. Também existem homens que dominam outros homens, mas de que forma, em que condição social essa dominação compreende a questão da violência? O projeto de masculinidade hegemônica está ameaçado. Quem ameaça esse projeto de masculinidade hegemônica? O feminismo? Será que é o feminismo? Que a masculinidade hegemônica é o componente restaurador de uma identidade que inclui até mesmo a questão da violência? Podemos ver então que ser homem é sinônimo sobretudo de não ter medo, de não chorar,

a nossa educação de ser homem, e todos aqui passaram por ela, é a de que essa coisa de não chorar é independente da situação de não sentir. Coloca-se o homem numa categoria única, no nosso grupo de homens (eu me refiro ao trabalho no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde), seja um cara de Cachoerinha, de Lauzane Paulista, de Brasília, todos têm o mesmo discurso pronto e preparado.

É interessante notar que ser homem representa ser um “*macho-man*” que expressa uma emoção. Quem fala que homem não tem emoção está enganado. Homem tem emoção, emoções masculinas. Homem é sentimental, tem muitos sentimentos masculinos. Homem chora, chora por dentro, chora por fora, em todas as direções. Parece que tem um código que representa a nossa performance, então eu sou mais homem porque eu aguento carregar mais sacos de cimento. Eu já fiz vários trabalhos comunitários em que ser homem é aquele que carrega mais sacos de cimento, enquanto que aquele que carrega só o balde não é tanto homem. Em outra situação, homem é aquele que aguenta mais horas de trabalho, fala em quantas deu na noite, quantas conseguiu, então parece que tem uma performance que vai além desse corpo, parece que o discurso domina a situação.

Bom, isso tudo para falar do grupo, do famoso grupo: o problema é construir essa metodologia que até hoje ainda está a construir. E acho bom muitas vezes porque a Lei Maria da Penha tem sete ou oito anos e eu já vejo muito material produzido, eu acho legal mesmo. Se a gente for comparar com o movimento feminista que tem tantos anos e ainda se constrói, ainda se refaz, tão rápido! E eu acho de uma rapidez tão grande porque, eu ainda sinceramente não conheço com quem eu trabalho, vou falar para vocês: o acesso aos documentos, aos boletins de ocorrência não está disponível. A gente vai ao Fórum e não tem acesso aos boletins porque está em segredo de justiça, aí você vai ver ali e está em segredo de burrice porque não há nada em coletar dados, é interessante como se inviabiliza a questão da violência. Se vocês me perguntarem “qual o perfil do homem com que você trabalha, dos homens autores de violência?”, eu não sei! Sei que são cento e poucos, a doutora Angélica deu alguns dados, porque eles (no Fórum) não conseguem nos dar os dados. A gente

pergunta, não tem como olhar as fichas porque é uma burocracia. Eu fico sabendo, pois o Coletivo Feminista atende, mas se a gente for fazer uma pesquisa qualitativa nessa perspectiva realmente há de se duvidar do perfil, há de se duvidar dessa credibilidade, porque os boletins de ocorrência são feitos numa delegacia que não está preparada, não tem equipe técnica preparada.

Quando nós começamos o trabalho sobre violência na cidade de Santo André não existia ainda a Lei Maria da Penha, que provocou uma mudança nas discussões, principalmente porque trouxe à baila os homens. Então se via o homem como o agressor, aquele homem que estava totalmente alijado de qualquer política, que a identidade masculina era marcada pela violência. Quando surgiu a Lei Maria da Penha a gente foi para a cidade de São Caetano do Sul onde não existia nem vara. Mas o Juiz – ele tinha feito filosofia – entendia que era preciso criar novos processos de desconstrução dessa identidade. Mandar só para a cadeia não ia resolver, ele mandava sim alguns homens para a cadeia, porém – e nesse período então que eu trabalhava com o Leandro – nós dois conseguimos de uma certa forma dar um direcionamento – que não era final e muito menos tínhamos, temos a resposta – de que alguma coisa era possível ser feita com esses homens. Primeiro, entender que não é terapia (a gente fala muito disso: o grupo não é uma terapia). O grupo funciona como modelo educativo, no qual determinados homens, com um ou mais repertórios, contribuem para a reflexão. Então, quando a gente fala de homens autores de violência, a gente quer se aproximar desse homem, mas não sabe muito bem quem é esse homem, por quê? Porque o trabalho que está sendo realizado agora, aqui na Vara de São Paulo, com todo esse tamanho que a doutora Angélica relatou, é muito pouco para realmente ter as respostas, ter uma metodologia.

Depois do processo “educativo”, esse homem não bate na mulher, como a doutora Angélica falou, que a reincidência beira a 0%, eu não sei se ele realmente deixou de ser violento. Será que eu não sou também violento? Será que um de nós homens aqui também não é violento ou em algum momento a nossa companheira não quis denunciar simplesmente? Nesse caso, então fomos salvos pela

subjetividade da mulher que considerou que aquele comportamento nosso não era violento, era simplesmente uma reação. Já pensou, eu ser denunciado pela minha ex-companheira, pode até ser que eu tenha gritado – Deus sabe –, eu posso ter tido um momento da minha vida, uns cinco minutos de um comportamento violento que ela não denunciou porque achou que eu era bonzinho.

Então a questão é que estamos falando de trabalho com os homens, porque muitos homens, nós mesmos, passamos uma vida ou passamos a responder essa questão para a gente: o que é ser homem, ser um rato, ser um saco de batata? Um homem quando se sente ameaçado por sua companheira ou ex-companheira sai do seu lugar de controle? Sai, e o que ele faz com esse descontrole, o que ele faz nessa hora de descontrole? Este é um dos grandes problemas que a gente vê lá no grupo, que muitos homens saíram do controle, perderam o controle. Então nós vamos funcionar como uma domesticação dos corpos, será esse o trabalho, recuperar, domesticar os corpos, adestrar homens que em determinado momento da vida têm uma descompensação, um surto? Ou temos de mostrar para a sociedade que ela, de uma forma geral, se relaciona de uma forma bastante violenta, que há violência entre homens e mulheres na sociedade; entre mulheres e homens, entre homens e homens e entre mulheres e mulheres? Por que temos que controlar o corpo dos homens?

Do ponto de vista social, o homem se compara a outro homem. Mas se ele é comparado a uma mulher, ele recusa, cresce a misoginia, ele se afasta (da condição de mulher) e comete violência. A incapacidade de ocupar esse lugar, aliado a um repertório muito baixo e de pouca flexibilidade, torna esse homem extremamente vulnerável à sua própria violência, à sua própria falta de controle e, antes da Lei Maria da Penha, esses homens autores de violência expressavam um sentimento de naturalização da violência, como se algo, uma força superior estivesse acima de suas ações e os impulsionasse a tomar atitudes. Nas narrativas anteriores à Lei Maria da Penha, expressavam uma ideia comum na área da saúde, uma tendência a associar o homem violento a categorias de transtorno, de alcoolismo, defeitos na personalidade. E do ponto de vista jurídico, antes da Lei Maria da

Penha, os homens falavam que a mulher provocava, insinuava e que eles perdiam o controle, então, por isso, eles projetavam essa raiva. Agora, após a Lei Maria da Penha, mudou o repertório. Os homens falam que as mulheres estão empoderadas, a mulher não se toca. Então há um novo cenário sendo construído por essa masculinidade: não se trata mais da força física, da ameaça, da violência psicológica, há um outro componente sendo criado que está tornando essa violência mais sutil, e essa violência infelizmente está sendo mostrada nos dados de feminicídio. O homem está “pulando” uma etapa, passando da mulher violentada para o feminicídio. Então se é para ser preso que seja preso agora de verdade. O discurso de muitos homens na cadeia ou na periferia está trazendo à tona uma nova masculinidade que vai sendo mascarada, protegida. E aí ele fala: “agora existe uma lei que protege a mulher, então eu estou refém dessa lei, então o que eu posso fazer?”. Então ele vai segurando a onda e até esses “crimes” pequenos eles são postergados.

Não sei se está sendo percebido que a violência contra a mulher está crescendo, que a violência contra a mulher vai aumentar, que está se tornando um processo de desvalorização mesmo: um processo de desvalorização da mulher enquanto mãe. Há muitos casos de homens que batem na ex-companheira porque ela não cuida do filho, não é nem contra a atual, mas é contra a ex porque ela desvaloriza o papel da mulher enquanto mãe, desvaloriza a mulher também enquanto merecedora de propriedade. É interessante o que um cara falou: “não, quando eu casei com ela eu já tinha tudo, então agora ela vai para a rua, ela não vai ter mais nada”. Então desapropria a mulher de valores também econômicos. A construção dessa masculinidade após a Lei Maria da Penha é muito rápida, com a velocidade da Internet hoje em dia. Hoje há uma simbolização dessa masculinidade, vista pelo número de mulheres que estão denunciando.

Então o grupo de homens tem funcionado dentro de uma perspectiva que é não só a de trabalhar com esse homem agressor, mas dentro de uma perspectiva mais ampla para mostrar à sociedade o quanto ainda temos que fazer para diminuir e erradicar essa sociedade patriarcal.

SOBRE OS AUTORES

Adriano Beiras é psicólogo, psicoterapeuta sistêmico, doutor em Psicologia pela Universidade de Barcelona, com *La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas* (2012); membro do Instituto Noos e da Rede de Homens pela Equidade de Gênero do Rio de Janeiro.

Alan Bronz é psicólogo com especialização pelo Instituto de Terapia de Família e Casal do Rio de Janeiro (ITF-RJ); mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ). Atua em programas de políticas públicas de prevenção contra a violência doméstica. Professor na área de Formação em Terapia de Família pelo Instituto Noos.

Augusta Thereza de Alvarenga é mestre, doutora e livre-docente em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo, pós-doutora pela Université Paris VIII, França (1990). Professora sênior da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo na área de saúde reprodutiva, gênero, desigualdade social, epistemologia em saúde.

Angélica de Maria Mello de Almeida é desembargadora do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tendo sido a primeira mulher a se

tornar juíza do Tribunal de Alçada Criminal de São Paulo. Dedicou-se, em especial, aos casos de violência contra a mulher e à aplicação da Lei Maria da Penha.

Benedito Medrado é doutor em Psicologia Social na Universidade Federal de Pernambuco, além de ser um dos fundadores do Instituto Papai. Coordena o Núcleo de Pesquisas em Gênero e Masculinidade e a Rede Brasileira de Homens pela Equidade de gênero (RHEG) que promove, desde 1999, a Campanha Brasileira do Laço Branco (Homens pelo fim da violência contra a mulher).

Deivison Faustino Nkosi integra o programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos; a Rede Nacional de Controle Social e Saúde da População Negra e o Núcleo de Estudos Afrikanidades (Grupo Kilombagem).

Durval Muniz de Albuquerque Júnior é doutor em História, colaborador da Universidade Federal de Pernambuco, professor titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Autor de obras de Teoria e Filosofia da História e em gênero, Nordeste, masculinidades, identidade, cultura, biografia histórica e produção de subjetividade.

Eva Alterman Blay é socióloga; PhD e professora titular sênior da Universidade de São Paulo (USP); senadora entre 1992 e 1995; inter-regional Adviser da ONU para o setor de Desenvolvimento da Mulher (Viena); fundadora e diretora científica do NEMGE (Núcleo de Estudos da Mulher e relações Sociais de Gênero). Autora de vários livros e artigos sobre gênero, entre eles: *Assassinato de mulheres e direitos humanos*, pela Editora 34.

Flávio Urra é psicólogo e sociólogo, mestre em Psicologia Social pela PUC de São Paulo, pesquisador do CNPq na área de gênero e masculinidades, atua no departamento de políticas afirmativas da Prefeitura de Mauá.

Fernando Acosta é psicólogo, coordenou o primeiro Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência de Gênero (SerH) na Prefeitura de Nova Iguaçu.

Gustavo Venturi é professor doutor do Departamento de Sociologia da FFLCH-USP, é assessor científico *ad hoc* do Núcleo de Estudos e de Opinião Pública (Neop) da Fundação Perseu Abramo.

Jorge Lyra é psicólogo, mestre em Psicologia Social, doutor em Saúde Pública; professor da Universidade Federal de Pernambuco; fundador do Instituto Papai; participa da coordenação da Campanha Brasileira do Laço Branco: homens pelo fim da violência contra a mulher; paternidade responsável.

Leandro Feitosa Andrade é psicólogo, doutor em Psicologia Social; professor de Psicologia da PUC de São Paulo; coordenador de grupos de homens autores de violência contra mulheres pelo Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde. Autor da Pesquisa “Perfil da prostituição atendida pela Pastoral da Mulher Marginalizada” (2005-2013).

Leonor M. Cantera Espinosa é doutora em Filosofia (PhD) pela Universidade de Porto Rico. Doutora em Psicologia Social premiada pela Universidade Autônoma de Barcelona (UAB). Professora titular e diretora do departamento de Psicologia Social da UAB. Cocriadora e coordenadora do primeiro mestrado na Espanha sobre violência de gênero. Coordenadora do grupo de investigación de la violencia en la pareja y el trabajo (VIPAT).

Marcos Nascimento é doutor em Saúde Coletiva; pesquisador associado do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos; autor de *Homens, masculinidades e políticas públicas*.

Paula Licursi Prates é mestre em Saúde Pública e doutora pela Faculdade de Saúde Pública da USP. Possui também graduação em Psicologia pela PUC de São Paulo. Foi assessora técnica na Coordenadoria da Mulher da Prefeitura de São Paulo. É integrante da diretoria da ONG Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde e membro da Rede de homens pela equidade de gênero.

Sérgio Barbosa é filósofo, membro do Programa de Responsabilização de Homens Autores de Violência Contra a Mulher no Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACOSTA, F. La utilización de los *actings* como instrumento de la investigación cualitativa en el género y sexualidad masculina. *Energía*, Valencia, v.12-13, n.19, p.17-25, 1995.
- ACOSTA, F.; BARKER, G. *Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo no Rio de Janeiro/Brasil* (relatório de pesquisa). Rio de Janeiro: Instituto Noos; Instituto Promundo, 2003.
- ACOSTA, F.; SOARES, B. M. *Serviços de educação e responsabilização para homens autores de violência contra mulheres: proposta para elaboração de parâmetros técnicos*. Rio de Janeiro: Iser/Depen/MJ, 2011.
- ACOSTA, F. et al. *Conversas homem a homem: grupo reflexivo de gênero* (metodologia). Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2004.
- ADRIÃO, K. G.; QUADROS, M. T. Feminismo e Homens: reflexões sobre participação, pesquisa e militância. In: *Fazendo Gênero*, 9, 2010. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- ALMEIDA, A. M. M. *Os estereótipos de gênero nos processos judiciais e a violência contra a mulher na legislação*. In: MORAES, M. L. Q.; NAVES, R. (Orgs.). *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência*. São Paulo: Ed. da Unicamp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ANDERSEN, T. A. A linguagem não é inocente. *Nova Perspectiva Sistêmica*, Rio de Janeiro, n.7, p.5-11. 1995.
- ANDRADE, L. F.; BARBOSA, S. F. A Lei Maria da Penha e a implementação do grupo de reflexão para homens autores de violência contra mulheres em São Paulo. In: *Fazendo Gênero*, 8, 2008. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2008.

- ARENDDT, H. *Da violência*. Trad. de Maria Cláudia Drummond Trindade. Brasília: Ed. da UnB, 1985.
- ARILHA, M. et al. (Orgs.). *Homens e masculinidades: outras palavras*. São Paulo: Ecos/Ed. 34, 1998.
- AUGUSTA-SCOTT, T. Narrative therapy: addressing masculinity in conversations with men who perpetrate violence. In: LEHMANN, P.; SIMMONS, C. A. (Org.), *Strengths-based batterer intervention: a new paradigm in ending family violence*. New York: Springer, 2009. p.113-35.
- BADINTER, E. *L'identité masculine*. Paris: Odile Jacob, 1992.
- BARKER G. *Dying to be men: youth, masculinity and social exclusion*. New York: Routledge, 2005.
- BARKER G.; LOWENSTEIN, I. Where the boys are: attitudes related to masculinity, fatherhood and violence towards women among low income adolescent and young adult males in Rio de Janeiro, Brazil. *Youth & Society*, Michigan, v.29, n.2, p.166-196, 1997.
- BARKER, G. et al. Questioning gender norms with men to improve health outcomes: evidence of impact. *Global Public Health*, v.9, p.1-15, 2009.
- _____. *Evolving men: initial results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)*. Washington, DC: ICRW/Instituto Promundo, 2011.
- BEIRAS, A. Grupos de homens autores de violência: possibilidades de intervenções diante das recomendações propostas na lei Maria da Penha. In: ROVINSKI, S.L.R.; Cruz, R. M. (eds.). *Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção*. São Paulo, Vetor, 2009, p.129-44.
- _____. *La (de)construcción de subjetividades en un grupo terapéutico para hombres autores de violencia en sus relaciones afectivas*. Barcelona, 2012. 352p. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Departamento de Psicologia Social, Universitat Autònoma de Barcelona.
- BELEZA, M. T. C. P. *Mulheres, direito, crime ou perplexidade de Cassandra*. Lisboa: AAFDL, 1990.
- BLAY, E. A. *As prefeitas: a participação política da mulher no Brasil*. Rio de Janeiro: Avenir, 1980.
- _____. *Eu não tenho onde morar*. Nobel: São Paulo, 1986.
- _____. *Women, redemocratization and political alternatives*. In: Chacel, J. M. et al. *Brazil's economic and political future*. Boulder, Co.: Westview Press, 1988, p.199-214.
- _____. Mulheres e empregos. *Folha de S.Paulo*, 2 de dezembro de 1997.
- _____. Asesinadas y no asesinas. *Fempres*, Santiago, v. 219-220, p.18-9, 2000.
- _____. Um caminho ainda em construção: igualdade de Oportunidades para as Mulheres. *Revista USP*, São Paulo, 2001a.

- BLAY, E. A. 8 de Março: conquistas e controvérsias. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 9, v.2, p.601-7, 2001b.
- _____. Gênero na universidade. *Educação em Revista*, Marília, Universidade de Marília, n.3, p.73-8, n.49, p.82-97, mar.-maio 2002.
- _____. Violência contra a mulher e políticas públicas. *Estudos Avançados*, São Paulo, v.17, n.49, p.87-98, set.-dez., 2003.
- _____. *Assassinato de mulheres e direitos humanos*. São Paulo: Editora 34, 2008.
- BOTTON, F. B. As masculinidades em questão: uma perspectiva de construção teórica. *Vernáculo*, n.19-20, p.109-20, 2007.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: _____. *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. *La domination masculine*. Paris: Seuil, 1998.
- _____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRAH, A. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.26, jan./jun., p.329-76, 2006.
- BRASIL. Lei n.11.340, de 07 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, ano CXLIII, n.151, p.1-4, 8 ago. 2006. Seção 1.
- _____. Lei 12.852, de 05 de 08 de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, Brasília, ano CXLIII, n.151, p.1, 6 ago. 2013. Seção 1.
- BRITO, G. Maio sem fim. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/revistas/81/cidadania>>. Acesso em: 27 mar. 2013.
- BRUSCHINI, C. *Trabalhadoras do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- BUTLER, J. *Lenguaje, poder e identidad*. Madrid: Editorial Síntesis. 1997.
- _____. Actos performativos y constitución del género: un ensayo sobre fenomenología y teoría feminista. *Debate Feminista*, n.18, p.296-314, 1998.
- _____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p.153-172.

- BUTLER, J. *Deshacer el género*. Barcelona: Paidós, 2006a.
- . Regulaciones de género. *Revista de Estudios de Género La Ventana*, Guadalajara, n.23, p.7-35. 2006b.
- . *El género en disputa*. Barcelona: Paidós. 2007.
- CABRUJA, T. ¿Quién teme a la psicología feminista? Reflexiones sobre las construcciones discursivas de profesores, estudiantes y profesionales de psicología para que cuando el género entre en el aula, el feminismo no salga por la ventana. *Pro-Posições*, n. 19, v.2, p.25-46, 2008.
- CAMILO, G. Papo de Homem, *Revista O Globo*, 22 de setembro de 2013, p.13.
- CANO, I.; ALVADIA, A. (Coord.) Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006: relatório final (junho de 2008). Disponível em: <www.observatoriodeseguranca.org/files/AtaquesPCC_IgCano.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- CAREAGA, G.; CRUZ, S. Introducción. In: ——— (Coords.). *Debates sobre masculinidades*. Ciudad de México: UNAM, 2006. p.9-28.
- CARNEIRO, S. Raça, gênero e ações afirmativas. In: BERNARDINO, J.; GALDINO, D. (Orgs.). *Levando a raça a sério: ações afirmativas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- CARVALHO-FILHO, S. A. A masculinidade em Connell: os mecanismos de pensamento articuladores de sua abordagem teórica. In: Encontro de História Anpuh-RIO, 15, 2008, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Associação Nacional de História, 2008.
- CASTELLS, M. *O poder da identidade*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, v.2.
- CHAUÍ, M. Participando do debate sobre mulher e violência. In: Franchetto, B. et al. (Orgs.) *Perspectivas antropológicas da mulher*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, v.4, p.25-62.
- CLEAVER, E. *Alma no exílio: autobiografia espiritual e intelectual de um líder negro norte americano*. Trad. Antonio Edgato S. da Costa Reis. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. Berkeley, CA: University of California Press, 1995a.
- . Políticas da masculinidade. *Educação e Realidade*, Porto Alegre. v.20, n.2, p.185-206, 1995b.
- . La organización social de la masculinidad. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds.). *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago: Ediciones de las Mujeres, 1997, p.31-48.
- CONNELL, R. W.; MESSERSCHMIDT, J. W. Hegemonic masculinity: rethinking the concept. *Gender & Society*, n.19, v.6, p.829-859, 2005.
- CORREIA, M. *Os crimes da paixão*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

- COSTA, F.; MARTINO, N. Violência fora de controle. *Revista ISTOÉ*, n.2243, 1/11/2012.
- COSTA, J. F. A inútil dureza da condição masculina. *Folha de S. Paulo*, Caderno Mais!, 18 de fevereiro de 1996, p.5-7.
- COSTA, R. G. Mediando oposições: sobre as críticas aos estudos de masculinidades. In: ALMEIDA, H. B et al. (Orgs.). *Gênero em matizes*. Bragança Paulista: Edusf, 2002, p.213-41.
- COURBIN, A. et al. (dir.). *História da virilidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, v.3.
- DAVIS. A. As mulheres negras na construção de uma nova utopia. *Cadernos do CEAS*, Salvador, n.210, mar.-abr., 2004.
- . Entrevista [concedida originalmente para Frontline na primavera de 1997]. Disponível em: <<http://www.los pobres delatierra.org/mundo/entrevistaangeladavis.html>>. Acesso em: 22 ago. 2011.
- DEKESEREDY, W.; OLSSON, P. Adult pornography, male peer support, and violence against women: the contribution of the dark-side of the internet. In: VARGAS, M.V.; GARCIA-RUIZ, M. A.; EDWARDS, A. (eds.). *Technology for facilitating humanity and combating social deviations: interdisciplinary perspectives*. New York: Information Science Reference, 2011. p.34-50.
- DIAS, J. S. S. Lei Maria da Penha: violência doméstica. In: ———. (Coord.). *A mulher e a cidadania*. São Paulo: Lex, 2011.
- DINIZ, D.; FOLTRAN, P. Gênero e feminismo no Brasil: uma análise da Revista Estudos Feministas. *Estudos Feministas*, v.12, número especial, p.245-53, 2004.
- DUSSEL, E. 1492: o encobrimento do outro. Petrópolis: Vozes, 1992.
- ELLISON. R. *Homem invisível*. São Paulo: Marco Zero, 1999.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Rio de Janeiro: Fator, 1983.
- . *Os condenados da terra*. Juiz de fora: Ed. UFJF, 2005.
- FAUSTINO. D. M. O encarceramento em massa e os aspectos raciais da exploração de classe no Brasil. *PUC Viva*, São Paulo, ano 11, n.39, set. -dez. 2010.
- . Os crimes de maio e as manifestações de junho e o Amarildo: o extermínio nosso de cada dia, 2013. Disponível em: <<http://kilombagem.org/os-crimes-de-maio-e-as-manifestacoes-de-junho-e-o-amarildo-o-exterminio-nosso-de-cada-dia/>>. Acesso em: 22 set. 2013.
- FERNÁNDEZ, A. M. *O campo grupal: notas para genealogia*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- FIALHO, F. M. Uma crítica ao conceito de masculinidade hegemônica, 2006. Disponível em: <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2006/wp2006_9.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2014.

- FIGUEROA-PEREA, J. G.. La representación social de los varones en estudios sobre masculinidades y reproducción: un muestrario de reflexiones. In: MEDRADO, B et al. (Orgs.). *Homens: tempos, práticas e vozes*. Recife: Instituto Papai; Fages; Nepo; Pegapacará, 2004. p.22-34.
- FIRESTONE, S. *Dialética do sexo: um manifesto a revolução feminista*. Rio de Janeiro: Labor, 1976.
- FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1971.
- _____. *Hermenéutica del sujeto*. Madrid: La Piqueta, 1994.
- FREIRE, P. *Por uma pedagogia da pergunta*. São Paulo: Paz e Terra, 1985.
- G1. Jovem sofre parada cardíaca e morre em teste físico para escola do Exército. Disponível em: <g1.globo.com/pernambuco/noticia/2014/01/jovem-sofre-parada-cardiaca-e-morre-em-teste-fisico-para-escola-do-exercito.html>. Acesso em: 02 fev. 2014.
- GELDSCHLÄGER et al. Grupo psicoterapêutico con hombres que ejercen violencia de género. In: Roca Cortés, N.; J. Masip Serra (Orgs.). *Intervención grupal en violencia sexista*. Barcelona: Herder, 2011, p.344-68.
- GERGEN, K. J. *El yo saturado: dilemas de identidad en el mundo contemporáneo*. Barcelona: Paidós, 2006.
- GIAMI, A. Da impotência à disfunção erétil: destinos da medicalização da sexualidade. *Physis*, Rio de Janeiro, v.19, n.3, p.637-58, 2009.
- GIFFIN, K. A inserção dos homens nos estudos de gênero: contribuições de um sujeito histórico. *Ciência e Saúde Coletiva*, v.10, n.1, p.47-57, 2005.
- GOFFMAN, E. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: LTC, 1988.
- GOMÁRIZ, E. Los estudios de género y sus fuentes epistemológicas: periodización y perspectivas. In: RODRÍGUES, R (Ed.). *Fin de siglo: género y cambio civilizatorio*. Santiago: Isis International, 1992, p.83-110
- GOOLISHIAN, H. A., ANDERSON, H. Narrativa e self: alguns dilemas pós-modernos da psicoterapia. In: SCHNITMAN, D. F. *Novos paradigmas, cultura e subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996, p.191-203.
- GRECO, A. O. P.; Rassi, J. D. *Crimes contra a dignidade social*. São Paulo: Atlas, 2011.
- GREGORI, M. F. Relações de violência e erotismo. *Cadernos Pagu*, Campinas, n.20, p.87-120, 2003.
- GROSSI, M. P. Novas/velhas violências contra a mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano 2, número especial, p.473-83, 1994.
- GUATTARRI, F.; ROLNIK, S. *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis: Vozes, 1986.
- HAMMACK, P.; PILECKI, A. Narrative as a root metaphor for political psychology. *Political Psychology*, v.33, n.1, p.1-29, 2012.

- HEGEL, G. W. F. *Fenomenologia do espírito*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HOLSTEIN, J., GUBRIUM, J. *The self we live by: narrative identity in a postmodern world*. New York: Oxford University Press, 2000.
- HOOKS, B. *Race and representation*. New York: Routledge, 1992.
- . *Intelectuais negras. Estudos feministas*, Florianópolis, v.3, n.2, p.464-78, 1995.
- . *Penis passion*. Disponível em: <<http://newyorkibe.blogspot.com.br/2011/01/penis-passion.html>>. Acesso em: 22 ago. 2013.
- IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população (2010) brasileira. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicossociais2010/SIS_2010.pdf>. Acesso em: 18 out. 2013.
- IPEA. *Mapa da Violência 2013*. Disponível em: <http://www.mapadaviolenzia.org.br/pdf2013/mapa2013_transito.pdf>. Acesso em: 10 maio 2014.
- ISTOÉ. Violência fora de controle. *Revista Istoé*, São Paulo, n.2243, 01 novembro de 2012.
- IZUMINO, W. P. *Justiça e violência contra a mulher: o papel do sistema judiciário na solução dos conflitos de gênero*. São Paulo: Annablume, 1998.
- IZQUIERDO, M. J. Uso y abuso del concepto de género. In: VILANOVA, M. (Org.). *Pensar las diferencias*. Barcelona: Promociones y Publicaciones Universitarias, 1994, p.31-53.
- KAUFMAN, M. The construction of masculinity and the triad of men's violence. In: ———. (Org.). *Beyond patriarchy: essays by men on pleasure, power, and change*. Toronto/New York: Oxford University Press, 1987, p.1-29.
- KAUFMAN, M. *Hombres: placer, poder y cambio*. Santo Domingo: Cipaf, 1989.
- KIMMEL, M. S. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (Orgs.). *Masculinidades*. Santiago: FLACSO/ISIS Internacional, Ediciones de las Mujeres, 1997, p.49-62.
- . A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, n.9, p.103-17, 1998.
- LAESER. *Tempo em Curso*, Rio de Janeiro, ano VI, v.6, n.1. janeiro, 2014.
- LANE, S. T. M. A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia: processo grupal. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Eds.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p.78-98.
- LEAL, A. F.; BOFF, A. M. Insultos, queixas, sedução e sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional. In: PARKER,

- R.; BARBOSA, R. *Sexualidades brasileiras*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, Abia, IMS/Uerj, 1996.
- LEITE, F.; LOPES, P. V. L. Serviços de responsabilização para homens autores de violência contra mulheres: as possibilidades de intervenção em uma perspectiva institucional de gênero. In: Atendimento a homens autores de violência doméstica: desafios à política pública. Rio de Janeiro: Iser, 2013.
- LESSA, S. Identidade e individuação. *Katalysis*, Florianópolis, v.7, n.2, jul.-dez., p.147-57, 2004.
- LIMA, D. C.; BUCHELLE, F. *Revisão crítica sobre o atendimento a homens autores de violência doméstica e familiar contra as mulheres*. Physis, Rio de Janeiro, v.21, n.2., 2011.
- LLAMAS, M. Uso, dificultades y posibilidades de la categoría género. *Papeles de Población*, n.21, p.147-78, 1999.
- LYRA, J. *Homens, feminismo e direitos reprodutivos no Brasil: uma análise de gênero no campo das políticas públicas (2003-2006)*. Recife, 2008. 262 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Departamento de Saúde Coletiva, Centro de Pesquisas Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz.
- MACHADO, L. Z. Matar e morrer no feminino e no masculino. In: OLIVEIRA, D. et al. (Orgs.). *Primavera já partiu: retratos dos homicídios femininos no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1998, p.96-121.
- MACHADO, P. S. O sexo dos anjos: um olhar sobre a anatomia e a produção do sexo (como se fosse) natural. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.24, jan.-jun. p.249-81, 2005.
- MAHMOOD, S. Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito. *Etnográfica*, v.10, n.1, p.121-58, 2006.
- MATTOS, P. C. O conceito de interseccionalidade e suas vantagens para os estudos de gênero no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Sociologia, 15, 2011, *Anais...* Curitiba: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2011.
- MEDRADO, B.; LYRA, J. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v.16, n.3, set.-dez., p.809-40, 2008.
- _____; _____. Produzindo sentidos sobre o masculino: da hegemonia à ética da diversidade. In: ADELMAN, M.; SILVESTRIN, C. B. (Orgs.). *Coletânea gênero plural*. Curitiba: EDUFPR, 2002. p.63-76.
- MEDRADO, B. et al. Entre práticas de intimidade e políticas públicas: entre políticas de intimidade e práticas públicas (à guisa de uma introdução). In: _____. (orgs.). *Homens e masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas*. Recife: Instituto Papai, 2010, p.7-14.

- MEDRADO, B. “Eu não sou só próstata, eu sou um homem!”: por uma política pública de saúde transformadora da ordem de gênero. In: GOMES, R. (org.). *A saúde do homem em debate*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011, p.39-74.
- . *Princípios, diretrizes e recomendações para uma atenção integral aos homens na saúde*. Recife: Instituto Papai, 2009.
- MENDES, M. *A idade do serrote*. Rio de Janeiro: Sabiá, 1968.
- MESSEDER, S. A. A construção do sexo do homem negro na diáspora: um estudo sobre as relações de desejo nas masculinidades de varões migrantes na Espanha. In: *Fazendo Gênero*, 9, 2010. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- . As relações de masculinidades transnacionais de imigrantes negros e autóctones na Comunidade Autónoma de Galícia. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 16, 2008, Caxambu. *Anais...* Caxambu: Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2008.
- MINAYO, M. C. S. Violência: um problema para a saúde dos brasileiros. In: *Brasil. Impacto da violência na saúde dos brasileiros*. Brasília: Ministério da Saúde/ Secretaria de Vigilância em Saúde, 2005.
- MINAYO, M. C. S. et al. *Amor e violência: um paradoxo das relações de namoro e do “ficar” entre jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. *Política nacional de saúde integral da população negra*. Brasília: Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa do Ministério da Saúde, 2007.
- MISKOLCI, R. A Teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, n.21, p.150-82, 2009.
- MOURA, C. *Dialética radical do Brasil negro*. São Paulo: Anita Garibaldi, 1994.
- NASCIMENTO, M. *Desaprendendo o silêncio: uma experiência de trabalho com grupos de homens autores de violência contra a mulher*. Rio de Janeiro, 2001. 99p. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- . (Re)pensando as masculinidades adolescentes: homens jovens, saúde e gênero. In: UZIEL, A. P. et al. (Orgs.). *Construções da sexualidade: gênero, identidade e comportamento em tempos de aids*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004. p.105-13.
- . *Improáveis relações: produção de sentidos sobre o masculino no contexto de amizade entre homens homo e heterossexuais*. Rio de Janeiro, 2011. 194p. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva). Instituto de Medicina Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
- NASCIMENTO, M., SEGUNDO, M. *Hombres, masculinidades y políticas públicas: aportes para la equidad de género*. In: AGUAYO, F.; SADLER,

- M. (Eds.). *Masculinidades y políticas públicas: involucrando a los hombres en la equidad de género*. Santiago: Universidad de Chile, 2011. p.50-62.
- NAVARRO, F.. *A somatopsicodinâmica*. São Paulo: Summus, 1995.
- NÉRI, A. L. (Org.). *Idosos no Brasil: vivências, expectativas e desafios na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.
- NOLASCO, S. (Org.). *O mito da masculinidade*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.
- . *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.
- . *De Tarzan a Homer Simpson: banalização e violência masculina em sociedades contemporâneas ocidentais*. Rio de Janeiro, Rocco, 2001.
- NUCCI, G. S. *Crimes contra a dignidade sexual: comentários à Lei 12.015, de 7 de agosto de 2009*. São Paulo: RT, 2009.
- NÚÑEZ NORIEGA, G. Los “hombres” en los estudios de género de los “hombres”: un reto desde los estudios *queer*. In: RAMIREZ RODRÍGUEZ, J. C.; URIBE VÁZQUEZ, G. (Org.). *Masculinidades: el juego de género de los hombres en el que participan las mujeres*. Madrid: Plaza y Valdés, 2009, p.43-57.
- O DIA. Tortura nas Forças Armadas Brasileiras. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/noticia/pdf/13/06/07_TorturanasForcasArmadasBrasileiras.pdf>. Acesso em: 02 fev. 2014.
- O ESTADO DE S. PAULO. Dos esquadrões ao PCC, 52 anos de violência mataram 130 mil pessoas. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,dos-esquadroes-ao-pcc-52-anos-de-violencia-mataram-130-mil-pessoas,945059>>. Acesso em: 16 jun. 2014.
- O GLOBO. Casal canadense decide criar o bebê sem definir o sexo. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/blogs/moreira/posts/2011/05/24/casal-canadense-decide-criar-bebe-sem-definir-sexo-382370.asp>>. Acesso em: 21 jan. 2014.
- OLIVEIRA, P. P. Crises, valores e vivências da masculinidade. *Novos Estudos Cebrap*. São Paulo, n.56, p.89-110, 2000.
- . *A construção social da masculinidade*. Belo Horizonte; Rio de Janeiro: Ed. da UFMG; IUPERJ, 2004.
- ORTNER, S. B. *Anthropology and social theory*. culture, power, and the acting subject. Duham; Londres: Duke University Press, 2006.
- PARKER, R. Hacia una economía política del cuerpo: construcción de la masculinidad y la homosexualidad masculina en Brasil. In: VALDES, T.; OLAVARRÍA, J. (Eds.). *Masculinidades y equidad de género en América Latina*. Santiago: Flacso, 1998. p.106-29.
- PASINATO, W. Estudo de caso sobre o Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e a Rede de Serviços de Cuiabá – Mato Grosso

- (relatório de pesquisa). Cuiabá; Salvador: Observe; NEIM/UFBA; Agende; CEPIA/SPM, 2009.
- PRATES, A. P. L. A pena que vale a pena: alcances e limites de grupos reflexivos para homens autores de violência contra a mulher. São Paulo, 2013. Tese (Doutorado em Saúde Pública). Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo.
- PINHO, O. *Race fucker*: representações raciais na pornografia gay. *Cadernos Pagu*, Campinas, v.38, jan.-jun., p.159-96, 2012.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul.-dez., p.263-74, 2008.
- PITANGUY, J. Gênero, cidadania e direitos humanos. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. (Orgs). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: FCC/Editora 34, 2002, p.109-20.
- POPE, H. G et al. *O complexo de Adônis*: a obsessão masculina pelo corpo. Rio de Janeiro: Campus, 2000.
- PONCE-ANTEZANA, A. Intervenção com homens que praticam violência contra seus cônjuges: reformulações teórico-conceituais para uma proposta de intervenção construtivista-narrativista com perspectiva de gênero. *Revista Nova Perspectiva Sistêmica*, n.42, p.9-25, 2012.
- QUINTEROS TURINETTO, A.; CARBAJOSA VICENTE, P. Hombres maltratadores. Tratamiento psicológico de agresores. Madrid: Grupo 5, 2008.
- RABINOW, P.; DREYFUS, H. *Michel Foucault*: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.
- RAVAZZOLA, M. C. *Historias infames*: los maltratos e las relaciones. Buenos Aires, Paidós, 2003.
- RICARDO, C. et al. *Program h and program m*: engaging young men and empowering young women to promote gender equality and health. Washington, DC: Paho; Promundo, 2010.
- RIESSMAN, C. K. Analysis of personal narratives. In: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, J. A. (Orgs.). *Handbook of interview research: context & method*. London: Sage, 2001, p.695-710.
- RIFIOTIS, T. Judicialização das relações sociais e estratégias de reconhecimento: repensando a “violência conjugal” e a “violência intrafamiliar”. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v.11, n.2, p.225-236, jul./dez. 2008.
- ROSA, W. *Homem preto do gueto*: um estudo sobre a masculinidade no rap brasileiro. Brasília, 2006. 90p. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília.
- RUITENBEEK, H. M. *O mito da masculinidade*. São Paulo: Ibrasa, 1969.

- RUIZ ROSAS, M. A. Violencia en las relaciones interpersonales afectivas de pareja en jóvenes de secundaria: una mirada antropológica a un problema de salud pública. Xalapa, 2013. 267p. Tesis (Licenciatura en Antropología Social). Universidad de Veracruzana.
- SABAT, R. A masculinidade abjeta em Mulan. *Labrys*, Brasília, v.6, n.2, 2004.
- SAFIOTTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. Rio de Janeiro: Vozes, 1976.
- . *O poder do macho*. São Paulo: Moderna, 1987.
- . Violência de gênero: lugar da práxis na construção da subjetividade. *Lutas Sociais*, São Paulo, n.2, p.59-79, 1997.
- . *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. Violência contra as mulheres e violência de gênero: notas sobre estudos feministas no Brasil. *Estudios Interdisciplinarios de América Latina y El Caribe*, Tel-Aviv, v.16, n.1, 2005.
- SANTOS, G. A. *Mulher negra, homem branco*. Rio de Janeiro: Pallas, 2004.
- SÃO PAULO. Estatísticas trimestrais. Síntese dos dados de homicídio doloso. 2011 e 2012. Disponível em: <<http://www.ssp.sp.gov.br/estatistica/trimestrais.aspx>>. Acesso em: 20 mar. 2013.
- SCHRITZMEYER A. L. P. et al. *Estupro: crime ou "cortesia"?* – abordagem sociojurídica de gênero. Porto Alegre: Safe, 1998.
- SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v.20, n.2. jul.-dez., p.71-99, 1995.
- SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES. Reunião em Brasília fará uma avaliação do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Disponível em: <http://spm.gov.br/noticias/ultimas_noticias/2011/07/reuniao-em-brasilia-fara-uma-avaliacao-dopacto-nacional-pelo-enfrentamento-a-violencia-contra-a-mulher/> Acesso em: set. 2013.
- SEGUNDO, M. et al. Violência contra as Mulheres: um estudo quantitativo na cidade do Rio de Janeiro. In: Fazendo Gênero, 9, 2010. *Anais...* Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.
- SEIDLER, V. La violencia: ¿el juego del hombre? In: RAMIREZ RODRÍGUEZ, J. C., URIBE VÁZQUEZ, G. (Orgs.). *Masculinidades: el juego de género de los hombres en el que participan las mujeres*. Madrid: Plaza y Valdés, 2009, p.113-29.
- SENKEVICS, A. et al. Arquivo diário: 03/10/2012. Disponível em: <<http://ensaiosdegenero.wordpress.com/2012/10/03/>>. Acesso em: 21 jan. 2014.

- SEVERINO, M. S. O inconsciente mutilado da mulher negra. Disponível em: <<http://blogueirasnegras.org/2013/10/10/inconsciente-mutilado-mulher-negra/>>. Acesso em: 10 maio 2014.
- SILVA, M. P.; SANTOS, G. (orgs). *Racismo no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.
- SOARES, B. M. A “conflitualidade” conjugal e o paradigma da violência contra mulher. *Dilemas*, Rio de Janeiro, v.5, n.2. abr.-jun., p.191-210, 2012.
- SOARES, L. E. *Meu casaco de general: 500 dias no front da segurança pública do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2000a.
- _____. Uma interpretação do Brasil para contextualizar a violência. In: PEREIRA, C. Al. M. et al. (Orgs.). *Linguagens da violência*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000b, p.23-46.
- SOLEY-BELTRAN, P. *Transsexualidad y la matriz heterosexual: un estudio crítico de Judith Butler*. Barcelona: Bellaterra, 2009.
- SONTAG, S. *Sobre a fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- SOUZA, N. S. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- SOUZA, R. R. *A confraria da esquina: o que os homens de verdade falam em torno de uma carne queimando*. Rio de Janeiro: Bruixedo, 2003.
- _____. As representações do homem negro e suas consequências. *Fórum Identidades*, ano 3, v.6, jul.-dez. 2009.
- THOMPSON, J. B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era de meios de comunicação de massa*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- TONELI, M. J. F. et al. *Atendimento a homens autores de violência contra as mulheres: experiências latino-americanas*. Florianópolis: UFSC/CFH/NUPPE, 2010.
- TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RIO DE JANEIRO. Padronização do grupo reflexivo dos homens agressores: uniformização de procedimentos para estruturação. Disponível em: <www.emerj.rj.gov.br/revistadireitoemovimento_online/edicoes/volume14/volume14_padronizacao.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2013.
- UOL. Ordem da PM determina revista em pessoas “da cor parda e negra” em bairro nobre de Campinas (SP). Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2013/01/23/ordem-da-pm-determina-revista-e-pessoas-da-cor-parda-e-negra-em-bairro-nobre-de-campinas-sp.jhtm>>. Acesso em: 23 mar. 2013.
- URRA, F. *Concepção de creche em revistas brasileiras de Pediatria: uma interpretação a partir da ideologia*. São Paulo, 2011. 201p. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

- VALE DE ALMEIDA, M. *Senhores de si: uma interpretação antropológica da masculinidade*. Lisboa: Fim de Século, 1995.
- VENTURI, G.; BOKANY, V. (orgs). *Diversidade sexual e homofobia no Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.
- VENTURI, G.; GODINHO, T. (Orgs.) *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: uma década de mudanças na opinião pública*. São Paulo: Perseu Abramo; Edições Sesc, 2013.
- VENTURI, G. et al. (Orgs.). *A mulher brasileira nos espaços público e privado*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.
- VIEIRA, V.; CHARF, C. 2011. *Mulheres e homens pela paz*. São Paulo: Associação de Mulheres e Homens pela Paz, 2012.
- WAISELFISZ, J. J.. *Mapa da violência 2012. Atualização: homicídios de mulheres no Brasil*. Rio de Janeiro: Cebela/Flacso, 2012.
- WELZER-LANG, D. *A construção do masculino: dominação das mulheres homofobia*. *Estudos Feministas*, Florianópolis, ano, 9, v.2, p.460-82, 2001.

SOBRE O LIVRO

Formato: 14 x 21 cm

Mancha: 23,7 x 42,5 paucas

Tipologia: Horley Old Style 10,5/14

Papel: Offset 75 g/m² (miolo)

Cartão Supremo 250 g/m² (capa)

1ª edição: 2014

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Capa

Estúdio Bogari

Edição de texto

Dalila Pinheiro (Copidesque)

Mariana Pires (Revisão)

Editoração eletrônica

Sergio Gzeschnik (Diagramação)

Assistência editorial

Alberto Bononi



Esta obra discute as causas da violência masculina contra a mulher e propõe uma reflexão sobre novas práticas que rompam com esse padrão comportamental. Além de vasta apresentação de dados empíricos, os textos coligidos retratam experiências realizadas com homens “em situação de violência”, constituindo um relato que interessa a homens, a mulheres, ao grupo LGBT, enfim, a todos os comprometidos com a construção de relações humanas equitativas.

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora



Programa de
Pós-Graduação
em Sociologia
FFLCH - USP

FAPESP

CNPq

ISBN 978-85-7983-547-6



9 788579 835476